

Este exemplar corresponde
à versão final da Tese defendida
por Elias Boaventura aprovada
pela Comissão Julgadora em 04/03/88
por um jurado

UNIVERSIDADE E ESTADO NO BRASIL

Tese submetida como exigência parcial
para a obtenção do grau de DOUTOR EM
FILOSOFIA DA EDUCAÇÃO, à Banca Exami-
nadora da Universidade Estadual de
Campinas (SP), sob a orientação do
Prof. Doutor José Luiz Sigríst.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS

1988

2

Dedico,
com muito carinho, a
MIRIAM, ADRIANA, RODRIGO.
Vocês sabem porque.

AGRADECIMENTOS

À Reitoria da UNIMEP, na pessoa de seu Reitor, Prof. Almir de Souza Maia, e de seus Vice-Reitores, Dr. Davi Ferreira Barros e Dr. Ely Eser Barreto César, pelas condições de trabalho que me proporcionaram e pela solidariedade humana que me dispensaram durante este período de trabalho.

À Coordenação Geral de Pós-Graduação da UNIMEP, na pessoa do Prof. Júlio Romero Ferreira e a toda a sua equipe, pela cobertura que ofereceram e pelo agradável ambiente de trabalho que criaram, onde se tem gosto de produzir.

À Faculdade de Educação da Universidade Estadual de Campinas, nas pessoas de seu Diretor, Dr. Pedro L. Goergen, de seu Diretor-Adjunto, Dr. José Dias e do ex-Coordenador do Programa de Pós-Graduação, Dr. Newton Achilles Von Zuben, pelo apoio e grande estímulo que me dispensaram.

Aos professores dos Departamentos de Filosofia e História da Educação, pelo ensino que transmitiram, extremamente útil para a compreensão do papel da Universidade.

A Melsene Ludwig e à Profa. Irene C. Macêdo Jardim, pela paciência que tiveram no difícil trabalho de confecção da tese.

Aos professores e amigos Adêlio Mendes Filho e Benjamim Garcia de Matos e à Jornalista Beatriz Helena V. Puga, pelo indispensável auxílio na revisão.

A Nadir Aparecida B. Camacho, Secretária da Pós-Graduação da UNIMCAP, pela presteza e gentileza com que sempre me atendeu.

A todos os companheiros da UNIMEP, na pessoa do Dr. Hugo Assmann e a Neidson Rodrigues, que me acompanharam em todos os momentos.

As Bibliotecárias da UNIMEP, cujo trabalho facilitou muito a pesquisa bibliográfica.

Aos que participaram na UNIMEP da resistência de janeiro, em defesa da autonomia universitária.

Ao professor Doutor José Luiz Sigríst, meu orientador e amigo, pelo apoio e estímulo durante todo o processo de elaboração deste trabalho.

BANCA EXAMINADORA:

W. W. W. W. W.

W. W. W.

W. W. W.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
CAPÍTULO I	
MODELOS DE UNIVERSIDADE	29
A. Introdução	29
B. Modelos	30
1. A Universidade do Espírito ou Liberal	31
a) A Universidade Inglesa	31
b) A Universidade Alemã	33
c) A Universidade Norte-Americana	37
2. A Universidade Funcional ou do Poder	44
a) A Universidade Francesa	44
b) A Universidade Soviética	47
C. Conclusão	50
CAPÍTULO II	
A UNIVERSIDADE LATINO-AMERICANA	53
A. Introdução	53
B. Universidade Colonial	54
C. Influência Francesa	56
D. Características Gerais	59
E. Movimentos Renovadores	63
CAPÍTULO III	
ANTECEDENTES IMEDIATOS DO POPULISMO	74
A. O Contexto Econômico e Político	74
B. O Contexto Educacional	78
1. Nível de Aspiração Escolar e Influência dos Escolanovistas	78
2. O Ensino Universitário	83

a) Informações Gerais	83
b) A criação da Universidade do Rio de Janeiro	86
CAPÍTULO IV	
A REVOLUÇÃO DE 1930	91
A. Contexto Econômico-Social - Dos Primórdios ao Estado Novo	91
1. Os Desdobramentos do Processo	94
2. Rápidas Informações sobre o Estado Novo	103
B. Contexto Educacional. De 1930 a 1946	111
1. Introdução	111
2. Reforma Francisco Campos - Conteúdo, Críticas e Desdobramentos	115
3. A Posição dos Paulistas	124
4. O Papel da Associação Brasileira de Educação e o Manifesto dos Pioneiros	128
5. Conclusão geral	134
CAPÍTULO V	
DO GOVERNO DUTRA AO GOLPE MILITAR DE 1964	139
A. Rápidas Considerações sobre o Contexto Social e Econômico	139
1. Governo Dutra	139
2. Novamente Vargas	147
3. Juscelino: A Esperança Frustrada	158
4. Jânio, o Meteorito	167
5. João Goulart - O Fim do Populismo	173
B. Contexto Educacional - De Dutra a Goulart	183
1. A Demanda Reprimida como Fator de Expansão da Universidade	185
2. O Surgimento das Universidades Católicas	186
3. Participação Estudantil	190
4. A Universidade de Brasília	193
5. Conclusões Gerais	199
CAPÍTULO VI	
O GOVERNO AUTORITÁRIO	201
A. Contexto Econômico-Social e Político	201
B. O Contexto Educacional	207
1. O Acordo MEC-USAID	210
2. A Reação Estudantil	215
3. O Relatório Meira Mattos	217
4. Conselho de Reitores	220
C. A Reforma Universitária	234

1. Considerações Gerais	234
2. O Grupo de Trabalho	236
3. A Eficácia da Reforma	240
CONCLUSÃO	257
SIGLAS	261
BIBLIOGRAFIA	263

RESUMO

O trabalho que apresentamos surgiu da preocupação que tivemos com a postura assumida por muitos reitores nas reuniões plenárias do CRUB, que tomavam como realidade dada o início retardatário da Universidade brasileira, sua natureza de mero aglomerado de faculdades isoladas, que nunca chegaram a ser uma Universidade, e sua incapacidade, sempre crescente, de responder ao que dela tem esperado a sociedade brasileira, fatos que os levavam a considerá-la um empreendimento fracassado.

A partir dessa visão dos reitores, iniciamos as pesquisas que nos levaram a conclusões bem diferentes do que as constatações mencionadas, embora elas tenham alguma consistência. Concluimos que é temeroso simplificar a questão do início retardatário da Universidade brasileira, mas de fato, tudo está a indicar que sua caminhada se deu como aglomerado de faculdades isoladas que, na realidade, nunca se integraram e, ainda, que parece aumentar gradativamente a distância entre o produto final que ela lança no mercado e as expectativas que dele tem a sociedade.

Embora, até certo ponto, tais dados nos pareçam irrefutáveis, ao contrário do que deles deduziram alguns administradores escolares, eles não nos indicam uma Universidade que tenha fracassado, apesar de todos os obstáculos que o Estado se lhe interpôs.

A Universidade brasileira não conseguiu viver sua autonomia em momento algum, foi sempre atropelada por refor

mas artificiais, feitas de cima para baixo e de fora para dentro, por imposição estatal. Não obstante, ela reagiu, fez sua própria reforma, cumpriu o papel secundário que sempre lhe foi reservado e refletiu em seu interior, com fidelidade, a realidade social brasileira.

Finalmente, o modo como a Universidade brasileira vem reagindo às imposições do governo autoritário pós-64, a força com que rechaçou o tecnicismo reformista de 1968 e a auto-renovação que vem ocorrendo, certamente por pressão de fatores sociais, nos permitem participar dela com grande esperança.

INTRODUÇÃO

Durante a década de 1970, frequentei o Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras (CRUB) e participei de todas as plenárias realizadas, na condição de Reitor da Universidade Metodista de Piracicaba e Presidente do Conselho Geral das Instituições Metodistas de Ensino (COGEIME).

Ao longo do referido período, chamou-me a atenção o consenso que se tinha acerca do fracasso histórico da Universidade brasileira, o constrangimento de que se viram tomados os reitores em todos os momentos em que se cogitava de levar a efeito uma avaliação externa da Universidade, e a pressa com que se descartava discutir a responsabilidade da Universidade frente a problemas concretos das mais diferentes naturezas, como: a pobreza do Nordeste, a ocupação predatória da Amazônia, a questão nuclear, a permanência da taxa de analfabetismo, a qualidade do ensino e da pesquisa, etc.

Esses temas surgiam sistematicamente nas reuniões de grupos, como uma espécie de agenda permanente. Eram levados às plenárias e nelas recebiam tratamento rápido e horizontal, dando lugar a outros como: o preço das refeições nos restaurantes universitários, a carreira funcional, o crescente aumento do corporativismo do professorado.

De certo modo, os reitores aceitavam como um dado posto o fracasso da Universidade brasileira que, segundo eles, se explicitava em diferentes aspectos da vida universitária, tais como: a ausência de pesquisa, a má qualidade

do ensino, a ausência de uma vontade política e mesmo a completa falta de identidade da Universidade. Não foram poucas as reuniões plenárias em que se levantou uma questão que sempre me pareceu angustiar os reitores, e para a qual nunca se deu uma resposta mais elaborada: existe uma Universidade brasileira e se existe, qual tem sido o papel a ela reservado?

Embora corra o risco de simplificação, infiro que as posições dos reitores, no período 1970-87, poderiam ser assim sintetizadas:

1. A Universidade brasileira nasceu atrofiada, retardária e sob tutela estatal.
2. Em momento histórico algum lhe foi permitido realizar seu destino com autonomia.
3. O Estado sempre a atropelou, sempre a tratou como instituição menor e jamais lhe concedeu os recursos necessários para seu melhor desempenho.
4. Seu desempenho foi sempre precário e se agravou aceleradamente com a "inchação" quantitativa que lhe impôs o Golpe Militar de 1964.
5. Antes de se falar em avaliação externa, é necessário que lhe sejam proporcionados recursos financeiros e garantidos os meios para uma auto-avaliação, que é a única viável. Ademais, deve-se levar em consideração que avaliação universitária deve ser entendida como um processo contínuo, que se dá normalmente na prática de cada dia, e não simplesmente julgamentos apressados de comissões artificialmente constituídas.
6. Não resta a menor dúvida de que o País caminhou mais rápido do que a Universidade em sua modernização, e que esse fato se deve à prioridade que sempre se deu ao econômico, em relação ao educacional.

7. A reforma de 1968 fracassou, porque, à semelhança de outras iniciativas, veio de cima para baixo, de fora para dentro, não levou em consideração as aspirações e reivindicações acadêmicas e tentou transformar a Universidade em *"simples oficina preparadora de mão-de-obra para o mercado de trabalho"*, criada por um processo de desenvolvimento gerador de dependência do capital e da tecnologia estrangeiros.
8. Não obstante o fracasso da reforma de 1968, devido a seu caráter reducionista, ela cumpriu importante papel, ao provocar uma forte inquietação no interior da Universidade e o surgimento de um repensar crítico de sua atuação.
9. Todo e qualquer processo de reformulação universitária que não passar pela autonomia universitária e pelo efetivo compromisso do Estado com sua sustentação, está antecipadamente destinado ao fracasso, até pelas eventuais suspeitas que certamente levantarão como instrumento da repressão.
10. A rigor, não temos ainda Universidades, mas apenas conglomerados de faculdades que mantêm intacto o vício de origem.
11. A existência de programas de pós-graduação como verdadeiros guetos, ligados às agências de financiamento, é o sinal mais contundente do desprezo que se dá à autonomia universitária e a comprovação da existência dos conglomerados. Na realidade, os programas de pós-graduação constituem-se em redes de escolas da CAPES, CNPq e outras agências, que vêm sangrando e secundarizando a graduação, à revelia da vontade da Universidade.

Diante dessas posições dos reitores, os tecnocratas do governo reagiam e a elas respondiam, levando em consideração outras facetas do problema, perceptíveis da ótica do Estado.

Via de regra, os tecnocratas concordavam com a exis-

tência de um "caos universitário", com a completa inadequação da Universidade em relação à modernização do País e com a urgente necessidade de se colocar em prática a reforma de 1968, que possuía, segundo eles, todos os elementos necessários para a modernização da Universidade.

Em síntese, suas afirmações diante das plenárias consistiam dos seguintes elementos:

1. A Universidade brasileira envelheceu precocemente e tornou-se incapaz de cumprir a tarefa que a sociedade dela espera, daí a reforma de 1968.
2. Ao contrário do que se diz, tanto a reforma de 1931 como a de 1968 (especialmente esta) constituíram momentos muito ricos para as Universidades, uma vez que dotaram o sistema universitário de excelentes projetos políticos.
3. Não se justifica a imputação de autoritarismo à reforma de 1968, uma vez que ela foi efetuada por intelectuais do mais alto nível, ligados à Universidade, cuja competência era sobejamente reconhecida nos meios acadêmicos e que jamais sofreram qualquer constrangimento, exceto o do prazo, por parte do poder constituído. Acusá-la de reducionista e tecnicista não só é absolutamente injusto, como demonstra total falta de conhecimento do conteúdo da Lei e pouca sensibilidade para com seu espírito altamente humanizador e autonomista.
4. O envelhecimento da Universidade, principalmente nas últimas décadas, não pode ser debitado ao Estado, mas a enfermidades internas do próprio corpo universitário, que o Estado tem procurado tratar, a saber:
 - a) negligência acadêmica no trato com as questões ligadas ao ensino e à pesquisa;
 - b) incompetência administrativa dos administradores universitários, que se omitem, não exercem a necessária autoridade e aderem a um comprometo

tedor convívio interno.

5. Extremada preocupação corporativista do corpo acadêmico, que tem exaurido a Universidade, levando-a a preocupar-se apenas com os interesses menores da corporação. Haja a vista o perverso regime de tempo integral, que nada mais é do que o contrato que autoriza o interessado a receber o seu salário com o único compromisso "*de não fazer nada lá fora, mesmo que não produza coisa alguma aqui dentro*".
6. Não restam dúvidas quanto à necessidade de se ampliar as verbas para as Universidades, mas tal iniciativa só poderá ser tomada após a realização de uma avaliação externa da Universidade, uma vez que, até mesmo em relação aos custos de ensino de Universidades de países mais avançados, ela tem sido muito onerosa. Não se explica a reação negativa à avaliação externa, pois que, além de ser um fato normal na vida das instituições e das empresas, é um direito da sociedade, a serviço da qual se encontra a Universidade.
7. Aumentar verbas, sem uma avaliação e sem se estabelecerem mecanismos eficazes de controle, seria simplesmente aumentar o desperdício e tornar a Universidade ainda mais perdulária.
8. Os recursos postos à disposição da Universidade já seriam suficientes, se fossem tratados com seriedade. O problema da Universidade é a falta de pessoal competente, e não de dinheiro: "*capital não cria competência*".
9. O Estado, o mundo empresarial e diferentes segmentos sociais desejam uma Universidade renovada, atuante e eficaz, e o Estado considera que a reforma de 1968 oferece todos os elementos necessários, ainda que esteja a reclamar pequenas adaptações, para que a Universidade cumpra seu papel.

Procurei fugir desse fogo cruzado e verificar como se situavam a ANPED, a ABESC, o COGEIME, Entidades Mantenedoras de escolas isoladas e outras organizações ligadas ao ensino superior, e constatee que, em sua quase totalidade, também eram portadores de frustrações semelhantes às do CRUB, como levavam ao Estado o mesmo quadro de reivindicações.

Também participei de diversos seminários e simpósios organizados por Diretórios Centrais de Estudantes, pela UNE e por órgãos acadêmicos de diferentes Universidades, e percebi, com raríssimas exceções, grande descrédito no papel da Universidade, em face das imposições e amarras que o Estado lhe impõe.

A participação que tive no movimento dos reitores, me trouxe algumas indagações e apreensões, que a seguir arrolarei:

1. Assustava-me a aceitação tranqüila do fracasso da Universidade, tanto por parte dos reitores como dos tecnocratas governamentais.
2. Causava-me estranheza que o assunto fosse quase sempre tratado sem um referencial teórico mais bem elaborado, principalmente por parte dos reitores, e por uma visão altamente tecnicista dos tecnocratas governamentais.
3. Também, não consegui entender como os reitores e os tecnocratas enfocavam a questão, dispensando à Universidade um sentido de totalidade isolada, acabada, autônoma, capaz ela mesma de criar e resolver não só seus próprios problemas, como também outras dificuldades sociais mais amplas.
4. Por fim, parecia-me nebulosa a questão do "*fracasso universitário*", uma vez que ele só era situado em relação à modernização do País, como se este fenômeno fosse nacional e homogêneo em todas as esferas da vida nacional. Quando se falava em "*a Universidade, a realidade nacional, o problema brasileiro, o fracasso da Universidade*", falava-

-se de algo homogêneo em todo o País, na realidade de inexistente.

Provocado pelas questões levantadas pelo CRUB e pelos tecnocratas do governo, propus-me examinar o problema do modo mais aprofundado possível, dentro de minhas limitações pessoais e das do material a meu alcance.

Começando o trabalho, logo constatei que minha iniciativa cairia totalmente no vazio, caso eu não levasse em consideração o contexto econômico, social e político, razão por que, nos capítulos referentes à Universidade brasileira, os aspectos educacionais vêm sempre precedidos de uma rápida análise do contexto mais amplo. Portanto, todo raciocínio do trabalho toma a Universidade como agência privilegiada para a ministração do ensino e da pesquisa, mas sem conferir ao processo pedagógico qualquer sentido de isolamento ou autonomia. Parto do contexto social e do pressuposto de que ela só poderá ser entendida como reflexo dele.

Embora a oficialização da Universidade brasileira tenha-se dado em 1920, com a criação da Universidade do Rio de Janeiro, tomei como referencial o ano de 1930, por considerá-lo o início da revolução capitalista brasileira e o momento em que, do ponto de vista do Estado, a Universidade começou a distanciar-se do que dela esperavam o poder constituído e as novas forças emergentes, em relação ao processo de desenvolvimento do País, conforme os dados levantados confirmam, sem prejuízo de uma análise da década de 1920.

Entendi que o melhor caminho seria arrolar o testemunho de forças políticas, e principalmente de intelectuais, como dados que poderiam lançar luzes sobre a idéia de Universidade e o papel concreto que ela exerceu nesses anos da História brasileira, certamente sem descuidar de uma análise dos documentos do Conselho de Reitores e dos administradores escolares.

Por outro lado, uma vez que a Universidade brasileira deita suas raízes em outros continentes, julguei que se fazia necessário verificar, ainda que rapidamente, a idéia, a função e o desempenho da Universidade em outros países.

Com essas preocupações organizei o trabalho numa sequência de capítulos que julguei mais lógica e que passo a explicar.

No primeiro capítulo, procurei descrever as diferentes concepções de Universidade existentes no mundo e os pontos mais comuns entre elas e a Universidade brasileira. A analogia tornou-se difícil, tendo em vista as diferenças de época e de conjuntura em que essas Universidades aconteceram. Todavia, algumas questões me pareceram claras:

1. Em primeiro lugar, elas sempre refletiram o contexto econômico, social e político da época.
2. Em segundo lugar, apesar de criadas e sustentadas pelo Estado, em sua maioria, pareceram-me sempre estar em tensão em relação aos objetivos estatais.
3. Em terceiro lugar, varia muito de país a país a expectativa em relação ao papel da Universidade, fato que justifica o surgimento dos diferentes modelos.
4. Finalmente, a tensão existente entre as aspirações universitárias e as exigências do Estado são mais ou menos semelhantes e ocorreram em todos eles, em diferentes épocas.
5. Não se pode desprezar, em muitos casos, a ação da Igreja, em que a trilogia Estado-Igreja-Universidade manteve estreito relacionamento, influenciando-se e deixando-se influenciar mútua e sistematicamente.

No segundo capítulo, aprofundei-me um pouco mais em relação à Universidade na América Latina, e o fiz por entender que o continente latino-americano guarda em si um universo muito grande de características comuns, capazes de permitir uma analogia maior entre as Universidades da América espanhola e a Universidade da América portuguesa.

Neste capítulo, algumas conclusões me foram muito e-

videntes:

1. São muitos os pontos e os problemas comuns entre as Universidades do continente.
Apesar disso, não se pode falar em uma Universidade latino-americana, tendo em vista as enormes diferenças existentes entre elas, tanto com referência aos momentos de origem, quanto às forças posteriores que sobre elas atuaram.
2. As Universidades dos países de origem espanhola, via de regra, talvez por terem surgido antes, tiveram uma contribuição política diferente da Universidade brasileira, bem mais contundente no que se refere à contribuição para a formação cultural dos países em que se encontram inseridas.
3. Todas as Universidades latino-americanas foram influenciadas pela Universidade napoleônica e pela Universidade norte-americana, e sentiram os efeitos da revolução de Córdoba.
4. Têm sido todas elas alvo das restrições militares, sempre que ocorrem golpes de Estado.
5. Todas elas, pela pressão da demanda, guardam uma perspectiva de crescimento que vai muito além de suas possibilidades de oferta, até mesmo a longo prazo.

Uma vez que já se tinha uma visão sistematizada da Universidade no mundo e na América Latina, tratei, no terceiro capítulo, de analisar a Universidade brasileira no período pré-getulista, isto é, na década de 20.

O corte histórico em 1920, que não leva em consideração o fracasso de Universidades como a do Paraná e da Bahia, que formalmente não sobreviveram e não foram reconhecidas pelo poder constituído, não significa o desconhecimento ou a negação do importante papel que representaram essas Universidades. O referencial 1920 é importante apenas como um referencial legalista.

Os dados levantados nesses capítulos permitiram-me conclusões iniciais que confirmam algumas das questões levantadas pelos reitores:

1. Em primeiro lugar, o surgimento da Universidade se dá em função do "boom" do pós-guerra e reflete o bem-estar financeiro do País.
2. Pode-se dizer que a Universidade respondeu satisfatoriamente às poucas exigências que a ela fazia a classe dominante, preocupada apenas com a titulação, elemento importante para a manutenção do "status" e o controle do poder.
3. O modelo de Universidade original limita-se ao profissionalismo, é desintegrado, constituído de Faculdades apenas justapostas, de fato mero conglomerado.
4. As restrições que lhe são feitas partem da intelectualidade, tanto católica quanto liberal, que gostaria de vê-la mais comprometida com a *cultura desinteressada* e mais voltada para a *Educação integral*.
5. Em relação a esse período, não se justifica falar em fracasso da Universidade, porque ela cumpriu o papel que lhe foi reservado, embora fosse ele secundário.

Após essas considerações, passo ao quarto e quinto capítulos e analiso a Universidade no longo período populista que se estende de 1930 a 1963.

Nesse capítulo, o leitor encontrará informações do contexto econômico, social e político das diferentes fases do populismo, e o modo como reagiu a Universidade ao longo dessa fase histórica.

Trata-se de um período histórico tumultuado, originado de uma grave crise financeira de extensão universal, entrecortado pela Segunda Guerra Mundial, e internamente con-

vulsionado pelas rápidas transformações sociais, ocorridas em função do processo de industrialização e de profunda crise do setor rural, até então sustentáculo econômico do País.

O que ocorre com a Universidade nesse longo período?

1. Sofre uma reforma de cima para baixo e de fora para dentro, que não leva em consideração os avanços internos já conquistados desde 1920, com a criação da Universidade do Rio de Janeiro.
2. A reforma mantém estranhamente o acanhado projeto político anterior, sustenta a centralização, o profissionalismo, a justaposição de Faculdades, e inibe a autonomia universitária e a iniciativa dos Estados.
3. A Universidade, entretanto, reage, revigora-se e faz sua contra-reforma, concretizada na criação da Universidade de São Paulo e da Universidade do Distrito Federal.
4. A Universidade de São Paulo concretiza o projeto político da oligarquia paulista, e a Universidade do Distrito Federal põe em caminhada o projeto educacional mais ligado à burguesia emergente.
5. A contra-reforma vê-se atingida pelo autoritarismo do Estado, que fecha a Universidade do Distrito Federal e põe sob controle a Universidade de São Paulo, até o fim do Estado Novo.
6. Ocorre uma expansão bastante significativa do ensino superior, que, todavia, começa a não corresponder ao processo de crescimento e modernização acelerados do País.
7. As reorientações de ordem política dão-se em grande velocidade; a economia sofre profundas transformações; o acelerado processo de urbanização cria fatos sociais muito importantes, e continua a crescer a distância entre as expectativas na nova so-

cidade em relação à Universidade e sua capacidade de resposta a essas mesmas expectativas. A Universidade torna-se cada vez mais seletiva, com grande influência do poder econômico no processo de seleção.

8. O grande debate em torno da Educação, travado entre católicos e liberais, torna-se o fato mais importante do processo educacional, mas se dará em grande parte fora da Universidade e à revelia dela, embora conte com sua participação indireta.
9. Aumenta significativamente a demanda ao ensino superior, em função dos fatos econômicos já mencionados e do surgimento de um segmento médio urbano que força seu ingresso na Universidade.
10. Fato relevante dá-se com o surgimento de Universidades católicas, que explicitam mais a tendência do modelo que se irá sedimentar no País.
11. Cresce, na segunda fase do getulismo e no governo JK, a consciência estudantil, que exige participação no processo da reforma que dará como resultado a frustrante Lei de Diretrizes e Bases da Educação, oficializada em 1961.
12. Ao fim do período populista, é grande a mobilização universitária, contudente a participação dos intelectuais e estudantes no processo político, e esboça-se uma interação entre Universidade, Igreja e sindicatos, como reflexo do próprio projeto político de João Goulart.
13. Apesar de todos os debates e surgimento de diferentes tendências pedagógicas, a Universidade continuou ministrando sua prática escolar dentro das malhas da escola tradicional, das quais não se afastou no decorrer desse longo período histórico.
14. Apesar disto, creio que também neste período não se justifica falar do fracasso da Universidade, em

bora tenham-se ampliado alguns aspectos negativos de sua atuação, a saber:

- a) o Estado atropelou seguida e mais fortemente a Universidade, inibiu sua criatividade e negou-lhe autonomia;
- b) a modernização da Universidade não se fez no mesmo ritmo da sociedade brasileira;
- c) ampliou-se enormemente o caráter seletivo da Universidade até o fim da década de 1950, apesar da ampliação da oferta de vagas;
- d) a Universidade contribuiu para ampliar as contradições já existentes, na medida em que crescia apenas nos pólos mais desenvolvidos e destinava seus serviços prioritariamente à classe dominante, ampliando a distância de classes;
- e) pouco avançou na área de pesquisa e domínio da tecnologia, mas o mesmo não se pode dizer em relação à produção literária;
- f) seu papel em relação ao processo econômico foi secundário, do ponto de vista institucional;
- g) ao início da década de 1960, mesmo antes do Golpe Militar, começaram a surgir os primeiros sinais de privatização do ensino superior, que resolvia a questão da demanda sem ônus para o Estado, mas a custos sociais muito elevados.

15. Fato muito importante foi a criação da Universidade de Brasília, que representou vigoroso esforço renovador e influenciou grandemente outras Universidades, apesar de sua curta existência dentro do modelo original.

Pode-se, portanto, em síntese afirmar que a Universidade, no período populista, sentiu aumentar a interferência do Estado em sua esfera de ação, teve dificuldades em acompanhar a modernização do País, fez várias tentativas de contra-reforma como reação às interferências estatais, pouco avançou na produção do saber e tornou-se, ao fim do período, importante espaço político.

Não se pode, afirmar, portanto, que a Universidade fracassou, negligenciou ou tornou-se omissa. Pode-se, contudo, concluir que ela cumpriu, sempre em tensão com o Estado, o papel secundário que lhe foi reservado em relação ao processo de desenvolvimento.

Finalmente, no sexto capítulo, procuro analisar o desempenho da Universidade dentro da nova conjuntura social e política, surgida com o Golpe Militar de 1964, que pôs fim ao populismo e rompeu definitivamente com a política aliancista inaugurada com a Revolução de 1930.

Em 1963 tinha-se a impressão de que a sociedade civil brasileira se encontrava mobilizada como em nenhum outro período de nossa História. Centenas de organizações e movimentos surgiam em todas as frentes, inclusive no interior das Universidades, que se tornaram importantes espaços de luta política.

Diretamente ligadas ao âmbito governamental, tornaram-se relevantes, dentro do processo de mobilização, as seguintes iniciativas:

1. Funcionamento da Universidade de Brasília, cujo modelo renovador recebeu adesão de diversas Universidades nordestinas e da Universidade Federal de Minas Gerais, o que provocou nesta a intervenção militar em julho de 1964.
2. Criação do P.N.E. (Plano Nacional de Educação), oriundo do C.F.E. (Conselho Federal de Educação), com metas muito elevadas, que foi incorporado pelo Plano Trienal de Celso Furtado.
3. Criação da Comissão de Cultura Popular, com a tarefa de implantar o Plano Nacional de Alfabetização, com a oficialização, em nível nacional, do Método Paulo Freire.
4. Em Pernambuco, por iniciativa do Governo Arraes, criou-se o Movimento de Educação Popular, cuja atuação autônoma refletiu fortemente tanto nas

idades como nas zonas rurais.

Em relação à Igreja, que lograra grande êxito em defesa da privatização do ensino com a AEC (Associação de Educadores Católicos), surgia desde o governo Jânio Quadros o MEB (Movimento Educação de Base), e sua presença fazia-se também através da JEC, da JUC e posteriormente da AP, essas últimas empenhadas na defesa do ensino público.

A União Nacional dos Estudantes, além de outras iniciativas, organizou o Centro Popular de Cultura, cuja contribuição para o teatro, as letras, o cinema e o movimento de alfabetização foi extremamente relevante. Através dessas iniciativas, o movimento estudantil conseguiu uma maior aproximação com operários e camponeses.

O movimento sindical brasileiro teve em 1963, provavelmente, seu ano de maiores conquistas e, paradoxalmente, de maior vulnerabilidade. Multiplicaram-se as organizações sindicais; mais de 120 greves foram levadas a efeito com êxito; o C.G.T., apesar de não reconhecido, era constituído de cinco das seis federações existentes.

Apesar de toda a movimentação de bastidores, a filiação sindical não ultrapassou 25%. Os acordos faziam-se apenas em nível de cúpula, e estas se encontravam atreladas a organizações de inspiração burguesa e organismos governamentais, com grave ameaça à sua autonomia.

Participava também do movimento de mobilização, através da produção de seus intelectuais, o ISEB, que vinha funcionando desde o governo JK.

Em contrapartida, sob a inspiração da ADESG, encontrava-se em pleno vapor o complexo IPES-IBAD, organizações ligadas ao empresariado e com setores especializados no trato com áreas sindicais, estudantis e rurais.

Devemos, finalmente, lembrar que, ao lado de toda essa movimentação, o Brasil mantinha-se em incômoda posição nas conferências de Educação e Desenvolvimento Econômico e Social da América Latina, como ocorreu em Bogotá, com o vo-

to em separado do representante brasileiro.

Este era, em síntese muito rápida, o panorama educacional do último ano do populismo, que precedeu ao Golpe militar de 1964 e que certamente serviu de pretexto para as radicalizações dos militares em relação à Universidade, que foi fortemente reprimida.

Uma vez no poder, e já devidamente informados pela USAID e outros organismos internacionais, os militares foram rápidos e objetivos em suas providências referentes à Universidade, como se encontra exposto no sexto capítulo e aqui resumimos:

- a) intervenção direta na Universidade de Brasília e grande pressão sobre outras Universidades como a USP e a Federal de Minas Gerais;
- b) prisão de reitores, alunos e professores ligados aos movimentos de mobilização popular, e desativação sistemática de todos esses movimentos;
- c) criação de inúmeras comissões de sindicância para atuar junto às Universidades públicas mais atuentes, com a aplicação da Lei Suplicy;
- d) criação do Conselho de Reitores, assessorado pelo Prof. Rudolf P. Atcon, também encarregado pelo governo de apresentar um projeto de reforma universitária;
- e) enquadramento da Universidade, como de resto de toda a Educação, dentro do PAEG (Programa de Ação Econômica do Governo - 1964-1966) e do Plano Decenal de Desenvolvimento Econômico e Social (1967-1976);
- f) pedido da assessoria estrangeira para equacionamento do problema da Universidade, por intermédio de diversos acordos MEC-USAID;
- g) definição do papel que de então em diante ficaria reservado à Universidade e à Educação e da tarefa de coordenação que caberia ao MEC, dentro do novo quadro criado;
- h) caberia à Universidade e à Educação em geral cum-

prir o papel de poderosa arma a serviço da aceleração do desenvolvimento econômico, do progresso social, da expansão do mercado de trabalho. Ao MEC caberia planejar suas atividades, de modo a conseguir-se a maior eficácia possível.

Dentro desse espírito, fez-se novamente de cima para baixo e de fora para dentro a reforma da Universidade, incorporando os decretos de emergência do governo Castelo Branco.

Na reforma prevalece o modelo tecnicista e funcionalista, que reduz a Universidade a uma agência prestadora de serviços ao projeto desenvolvimentista do governo. Dentro da ótica do governo, a contribuição reservada à Universidade é altamente relevante, e ele deposita grande esperança em sua contribuição. Apoia-se por todos os modos possíveis a privatização do ensino, gerando grande expansão de escolas isoladas particulares e credenciamento de Universidades particulares.

A Universidade, via de regra, cai numa situação de apatia, perde parte significativa de seus quadros, e, pouco depois, estabelece-se uma divisão interna entre os que aderiram à reforma e os que passaram a contestá-la.

Neste sexto capítulo, indago se neste período se justificaria falar do fracasso da Universidade, e ofereço ao leitor as seguintes ponderações:

1. Mais uma vez o Estado atropelou violentamente a Universidade, exatamente no momento em que a Universidade de Brasília surgiu como um dos mais promissores movimentos de renovação; e a coerção, por meio de decretos repressivos, não encontra antecedentes na História do País.
2. Apesar de toda a pressão exercida, a Universidade procurou, por todos os modos a seu alcance, manter sua identidade e ao mesmo tempo responder às questões que lhe foram postas.

3. Pode-se afirmar que a Universidade não assimilou a reforma em seu todo, rechaçando o Ciclo Básico, o sistema de créditos e os cursos de curta duração, e assimilou o fim da cátedra vitalícia e a departamentalização, que só agora começa a ser posta em questão.
4. Com grande vigor, já na década de 1970, surge no interior da Universidade um tipo de análise do papel da Universidade e da escola em geral, dentro de uma visão crítico-dialética, cuja contribuição ao repensar da Universidade se torna a cada dia de maior importância.
5. Apesar do surgimento dessa corrente mais crítica, há significativo avanço da tendência tecnicista, notadamente nas Universidades públicas nordestinas.

CAPÍTULO I

MODELOS DE UNIVERSIDADE

A. INTRODUÇÃO

As informações que o leitor encontrará sistematizadas neste primeiro capítulo, poderiam, sem prejuízo de sua compreensão, estar em qualquer outro capítulo deste trabalho, e, se lidas fora desta ordem, nenhuma diferença fará, porque elas surgem em função de considerações feitas em torno da Universidade brasileira e possuem como objetivo principal a possibilidade de analogia.

A necessidade surge da tentativa que estamos empreendendo, de responder qual foi o papel histórico que se reservou à Universidade brasileira, e se ela o cumpriu com êxito, ou fracassou diante desse papel que lhe foi reservado, enquanto Universidade legalizada.

Não seria possível dispensar o capítulo, uma vez que nossa Universidade não oferece explicação para muitas de suas características somente pelo que nela aqui se fez. Até certo ponto ela é forânea e tem suas raízes ligadas à experiência de outros países, como os Estados Unidos, a Inglaterra e até mesmo a França, com seu modelo napoleônico, como bem coloca o problema o economista Mário de Freitas Carvalho:

"A Universidade é uma instituição que não nasceu

em nosso País. É importada com modelos vindos de Portugal, França, Alemanha e Estados Unidos. Não foi algo pensado originalmente para o Brasil. Foi pensada para ser resposta a problemas de outras regiões que possuíam uma realidade própria e peculiar" (1)

Parece-nos indispensável que busquemos uma síntese da teoria da Universidade, para que possamos entender melhor o que aqui se passou em termos do modelo universitário adotado na Reforma Francisco Campos.

Procuraremos enfocar os tipos de Universidade existentes naquela época, seus pressupostos e suas características, e, dentro do possível, ver como evoluíram até os nossos dias e como se encontram funcionando neste momento.

Tal providência nos parece necessária, uma vez que a Reforma Francisco Campos, que perdurará por todo o período populista e o ultrapassará, surgiu fora da Universidade brasileira, sem a participação dos intelectuais da época ligados à Educação no Brasil, mas se assemelha em muitas de suas exigências ao que se discutia e se fazia na Europa e nos Estados Unidos.

B. MODELOS

Jacques Drèze fala da existência de cinco tipos de Universidades divididas em dois grandes grupos, a saber:

1. Universidade do Espírito ou Liberal:
 - Inglesa
 - Alemã
 - Norte-americana;
2. Universidade do Poder ou Funcional:
 - Francesa
 - Soviética.

(1) Maria do Rosário CASSIMIRO/ Oliveira Leite GONÇALVES, *Rumos da Universidade Brasileira*. Goiânia, Editora UFG, 1986, p.81

A seguir, ele trata das características peculiares de cada um dos diferentes tipos e de como atuam no meio em que se encontram. Procuraremos resumí-los aqui, de modo bastante rápido.

1. Universidade do Espírito

a) A Universidade Inglesa

Pode ser definida como tendo um rigor de ensino, com ênfase especial na transmissão do saber, priorizando o ensino em relação à pesquisa. Tal posição se encontra claramente expressa pelo Cardeal Newman em uma de suas conferências:

"A Universidade é um lugar de ensino do saber universal. Isso implica que seu objetivo é... a difusão e a extensão do saber antes que seu avanço. Se uma universidade tivesse por objetivo a descoberta científica e filosófica, não vejo por que ela devesse ter estudantes" (2)

Não se trata de buscar o saber prático, funcional e útil, mas o saber que se basta, que tem sua finalidade esgotada em si mesmo.

"A constituição do espírito humano é tal que toda espécie de saber, se realmente digno desse nome, traz em si, sua própria recompensa mesmo se ele não faz disso nenhum uso posterior e se não contribui para nenhum fim imediato" (3)

"O saber não é liberal senão quando traz em si sua justificação, não admite complementação, recusa ser esclarecido por um fim ou integrado numa arte para se apresentar corretamente a nossos olhos" (4)

(2) Jaques DRÈZE/Jean DEBELLE. *Concepções da Universidade*. p. 34

(3) Ibid., p. 34

(4) Ibid., p. 37

Marcada pelo espírito eclesiástico, ela se preocupa prioritariamente com a cultura, a inteligência, com as idéias e com a visão global da vida. A Universidade se perde, quando se envolve com a formação profissional em detrimento do aperfeiçoamento, ou simplesmente com a especialização.

Um dos contemporâneos do Cardeal Newman coloca a questão profissional da Universidade de maneira muito contundente e clara.

"Os homens são homens antes de serem advogados, médicos, comerciantes ou industriais; se vocês fizerem deles homens capazes e sensatos, eles se transformarão por si mesmos em advogados ou médicos capazes e sensatos" (5)

Portanto, a Universidade deve cuidar da totalidade dos conhecimentos, deve priorizar o ensino sobre a pesquisa, buscar o saber em si, aquele que se basta. Sua tarefa especial é a formação espiritual, moral e intelectual do homem, dentro de um espírito liberal. Preocupar-se com a formação profissional constitui um desvirtuamento da Universidade.

Referindo-se à Universidade inglesa atual, diz Darcy Ribeiro:

"En Inglaterra hay, actualmente, veintiuna universidades, tan diferentes unas de las otras que difícilmente se puede hablar de una estructura universitaria típicamente británica. Pude hablarse, en cambio, de una pirámide de escuelas superiores con Oxford y Cambridge en su vértice" (6)

Mas o mesmo autor reconhece que a Universidade inglesa mantém a preferência pelo ensino e o caráter aristocrático

(5) John Stuart MILL. *Inaugural Address Delivered to the University of St. Andrews*. 1967, p. 6

(6) Darcy RIBEIRO. *La Universidad Latinoamericana*. Caracas, Ed. de la Biblioteca de la Universidad Central de Venezuela, 1971, 2a. ed., p. 37

crático, mesmo depois da decadência do Império Britânico:

"... el sistema aristocrático de la enseñanza se mantuvo" (7)

O problema da profissionalização e do avanço tecnológico segue sendo resolvido fora dos modelos clássicos "de Cambridge e Oxford".

Referindo-se à eficácia do modelo inglês de Universidade, no sentido de responder às necessidades sociais inglesas, diz Tünnermann, citando as conclusões de um relatório publicado na Inglaterra em 1963:

"Fue muy crítico del sistema existente, al cual calificó de elitista, inflexible, exageradamente competitivo, poco especializado y cuantitativamente inadecuado para hacer frente a las demandas sociales" (8)

Hã em todos os autores muito respeito pela idéia inglesa de Universidade, mas em geral todos eles a julgam inviável para os tempos modernos. As grandes guerras causaram tantas transformações que elas, sempre reflexas, constituem hoje a própria negação da proposta inicial.

"Pero, eso sí, bajo la peluca hace manar la justicia más moderna, y bajo el aspecto no profesional, la Universidad inglesa se ha hecho en los últimos cuarenta años tan profesional como cualquiera otra" (9)

b) A Universidade Alemã

Procuramos, com base nas informações de Drêze e Debelle, Darcy Ribeiro, Tünnermann, Ortega Y Gasset e Valenilla, apresentar uma síntese da proposta alemã de Univer

(7) Darcy RIBEIRO. *Op. cit.*, p. 38

(8) Carlos Tünnermann BERNHEIM. *Estudios sobre la Teoría de la Universidad*. San José/Costa Rica, EDUCA, 1983, p. 176

(9) ORTEGA Y GASSET. *Misión de la Universidad*. Madrid, Aliança Ed., 1982, p.31

sidade e a crítica que se fez aos resultados obtidos.

A ênfase original da Universidade alemã é a pesquisa, a produção do saber novo, a busca da verdade.

"Que a busca da verdade prossiga, em toda parte, sem constrangimento, é um direito da humanidade como humanidade. ... A Universidade tem por tarefa procurar a verdade na comunidade dos pesquisadores e estudantes"
(10)

Grandes filósofos aparecem em sua origem, como Schelling, Fichte, Schleiermacher, Humboldt, e muitos outros sustentam seu elevadíssimo nível de preocupação filosófica, como Jaspers, Max Scheler, Hegel, Max Weber, etc.

A tarefa básica da Universidade é a pesquisa pura, orientada por uma reflexão filosófica e não somente pela ciência, uma vez que esta é limitada e incapaz de uma visão globalizante da vida.

"Por um lado, a ciência tem seus limites; ela só tem alcance sobre fatos, procede por descobertas particulares, não esclarece a conduta moral; não pode, sozinha, apreender a verdade em sua totalidade. Por outro lado, a ciência é incapaz de definir, ela mesma, sua própria significação; pode então estar mal orientada e se tornar estéril; será, particularmente o caso, se lhe atribuírem um papel utilitário, dando ênfase somente aos resultados imediatos; ou se, ao contrário, fizermos da ciência um fim em si, insistindo, unicamente, sobre os aspectos formais da descoberta. Para ser fiel a sua missão própria e servir, validamente, à vontade primitiva de conhecimento, a pesquisa científica deve ser orientada por uma reflexão filosófica, fundada sobre o princípio da unidade do ser"
(11)

(10) K. JASPERS/K. ROSMANN. *Die Idee der Universität*. p. 1

(11) Jacques DRÈZE/Jean DEBELLE. *Op. cit.*, p. 49/50

Ela é por natureza elitista, sô deve preocupar-se com os melhores, os vocacionados intelectuais, que não se preocupam com os bens materiais. Para alcançar esse ideal, a Universidade deve gozar de plena autonomia, e a academia de total liberdade acadêmica, sem qualquer forma de controle burocrático.

"A universidade deve se dedicar aos melhores, a essa maioria de homens que são capazes de uma atividade intelectual desinteressada, que buscam não o êxito material mas alegria que se experimenta ao viver um ideal" (12)

"O ensino universitário começa a decair quando se torna obrigatória a presença a certos cursos e seminários. Chega-se finalmente então, a uma regulamentação exagerada, que faz da universidade uma escola comum" (13)

Na busca desse objetivo a Universidade deve ter o privilégio do isolamento (solidão) e da liberdade, não pode se deixar levar pelo utilitarismo, pelo praticismo, e de modo algum se preocupará com a especialização e o profissionalismo. Tais iniciativas serão realizadas em outros institutos, para se evitar o desvio da Universidade de suas finalidades maiores. Fichte defende

"el irrenunciable carácter científico que debe prevalecer en la enseñanza universitaria para evitar su eventual confusión con la mera utilización profesional y pragmática del saber" (14)

Os críticos do modelo alemão afirmam que jamais esta proposta respondeu às aspirações da sociedade quanto aos fins da Universidade. E, de fato, o modelo descrito não suportou os impactos das últimas guerras, e a Universidade alemã encontra-se hoje completamente modificada.

(12) Jacques DREZE/Jean DEBELLE. *Op. cit.*, p. 53

(13) *Ibid.*, p. 56

(14) Ernesto Mayz VALLENILLA. *El Ocaso de las Universidades*. Caracas, Monte Avila Ed., 1984, p. 38

Da Universidade alemã, diz Darcy Ribeiro:

"Durante aquellos años de pionerismo, las universidades alemanas crecieron como una red descentralizada de instituciones implantadas em diversas regiones en un ambiente de intensa emulación. ... Los jóvenes profesores tenían oportunidad de iniciar su carrera en cualquiera de ellas hasta establecerse en una cátedra propia allí donde les fuesen ofrecidas mejores condiciones de trabajo y de prestigio. Esta competencia activa contribuyó poderosamente a levantar y mantener muy alto el patrón de trabajo académico en las universidades alemanas que, durante décadas, fueron reconocidas como la expresión más alta del saber" (15)

Após essas referências positivas, o mesmo autor aponta uma série de restrições à Universidade alemã:

- Tornou-se servil à ideologia oficial, em nome da liberdade acadêmica.
- Isolou-se da tecnologia, fazendo surgir a academia tradicional, de um lado, e os institutos de engenharia, de outro.
- Perdeu o controle sobre a política global, uma vez que a pesquisa ficava na dependência do prestígio do pesquisador que controlava as verbas.
- Mais recentemente, em função das guerras, tornou-se pobre em quadro científico, em função da migração de seus maiores pensadores para os Estados Unidos e outros países.

"Después de la guerra, las universidades alemanas perdieron por migración o conscripción de las potencias victoriosas gran número de sus mejores científicos y tecnólogos.

Hoy día, se enfrentan al problema de rehacer sus cuer

pos acadêmicos, de reconquistar los antiguos niveles y de hacer frente ao alud de nuevas matrículas que se elevô del 7% a más del 30% de los jóvenes de 20-24 años" (16)

c) A Universidade Norte-Americana

Algumas informações acerca da Universidade norte-americana se fazem aqui absolutamente necessárias, porque é nela que os brasileiros se têm mirado, todas as vezes que pensam em fazer uma reforma universitária no Brasil.

É tarefa das mais difíceis fazer um resumo do mundo universitário dos Estados Unidos, quer por se tratar da maior rede de ensino superior existente hoje no mundo, quer pelas suas peculiaridades, que tornam difíceis as analogias. De qualquer modo, temos de procurar dar um mínimo de informações indispensáveis, para compreendermos até que ponto esse complexo universitário exerceu influência sobre nossa Universidade.

Inicialmente, sua inspiração foi a Universidade inglesa, seu grande modelador A. N. Whitehead, seus modernizadores Abraham Flexner e Clark Kerr.

Suas grandes ênfases originais, com base em Whitehead, foram:

- O principal papel da Universidade não é nem busca da verdade abstrata como direito da humanidade, nem simplesmente o ensino, mas o de ser mola propulsora do progresso da nação.

"As universidades são os principais agentes desta fusão de atividades progressivas num instrumento eficaz do progresso" (17)

- Para isso, devem gozar da mais ampla autonomia em relação ao Estado, serem práticas e

(16) Darcy RIBEIRO. *Op. cit.*, p. 42

(17) Jacques DREZE. *"L'université dans la société contemporaine et le devenir de Louvain"*. In *La Revue Nouvelle*, Junho 1985, p. 586

úteis. Não hã nenhum sentido na busca do saber pelo saber.

"... a universidade deve gozar de uma larga independência a respeito do Estado..." (18)

"Os pedantes desprezam uma educação útil. Mas se a educação não é útil, o que é ela?" (19)

- Além de prática, ela deve ser criativa, aproveitar a imaginação jovem e a experiência adulta. Por isso o grande segredo da administração de uma Universidade é criar ambiente para que a criatividade jovem e a experiência adulta possam conviver.

"Uma universidade é imaginativa ou não é nada..." (20)

... o papel de uma universidade é unir a imaginação à experiência" (21)

Do mesmo modo como a Universidade deve ser autônoma, seus professores e alunos devem ser livres para criar. É obrigação do governo da Universidade abrigar o pensamento acadêmico e poupá-lo de tarefas secundárias e constrangimentos desnecessários.

"A instituição os põe ao abrigo dos constrangimentos e das pressões de outras atividades profissionais. ... são 'livres' para refletir com ou sem razão e livres para apreciar a diversidade do universo sem serem perturbados por seus perigos" (22)

A pesquisa e o ensino devem estar voltados para o social. Essas são suas tarefas básicas, mas não exclu

(18) Jacques DREZE/Jean DEBELLE. *Op.cit.*, p.65

(19) Ibid., p. 3

(20) Ibid., p. 145

(21) A. N. WHITEHEAD. *The aims of Educations*. London, Williams and Norgate, Londres, 1929, p. 140

(22) Ibid., p. 140

sivas. Ela deve estar sempre auscultando a sociedade acerca de seu papel.

"Pedagogia e produtividade acadêmica, comunicação social, processo de difusão do progresso... eis os temas de pesquisa propriamente universitária!" (23)

Aos alunos devem ser transmitidas as idéias gerais e como colocá-las em prática. As idéias valem pela sua praticidade, e até a cultura deve ter uma funcionalidade atuante.

"A cultura não é senão um funcionamento harmonioso da inteligência posta em movimento..." (24)

As idéias de Whitehead influenciaram a Universidade norte-americana, que entretanto, por força da realidade, passou por várias transformações e hoje se encontra muito além de sua matriz.

Gostaríamos de focalizar apenas alguns aspectos, e de modo muito sucinto, do funcionamento do complexo universitário norte-americano hoje, seus problemas e suas perspectivas.

- Financiamento:

- É extremamente relevante a contribuição privada, através das fundações e outros tipos de organizações.
- A rede pública está muito mais na dependência de verbas estaduais do que do governo central.
- É extremamente diferenciado o custo do aluno de uma Universidade para outra, fato que vem sendo objeto de análise pelas autoridades governamentais.
- Nos últimos anos, vem aumentado muito a participação do governo federal no financiamento da Universidade, fato que vem criando problemas e trazendo muitas preocupações aos dirigentes universitários, pela possibi

(23) Jacques DRÉZE/Jean DEBELLE. *Op.cit.*, p. 71

(24) A.N. WHITEHEAD, *Op. cit.*, p. 43

lidade de controle através dos financiamentos.

"O colosso federal tinha o poder de influenciar as universidades, por mais inflexivelmente individuais que elas fossem. Surgiu um paradoxo: quando melhor e mais individual a universidade, maiores eram suas possibilidades de ceder ao abraço federal" (25)

Contudo, devemos ressaltar que o ensino é pago, mas as anuidades não cobrem 1/4 das despesas de funcionamento.

- Pesquisa e Ensino:

É muito grande a ênfase na pesquisa, e esse da do tem criado difíceis situações ao ensino, uma vez que o salário do pesquisador vai muito além do que ganha o docente.

"As verbas federais para projetos estão sendo, cada vez mais, usadas para elevar salários e gratificações e reduzir as atividades de ensino. Até onde pode ir esta competição, sem suscitar para as agências federais graves problemas, é problemático. O mercado é suficientemente ativo sem o acréscimo desse estímulo inflacionário; e as universidades estão suficientemente preocupadas com desigualdades internas e redução do tempo dedicado a ensino" (26)

Além do fator verba, outros problemas vêm afetando a qualidade do ensino:

- Pelos levantamentos feitos, 90% do professorado será irremovível a partir de 1990, o que trará uma espécie de esclerosamento ao ensino.
- Os recursos destinados ao ensino priorizam certas áreas em detrimento de outras, de acordo com as exigências das agências financiadoras.
- Aumentam muito rapidamente as matrículas e crescem

(25) Clark KERR. *Os Usos da Universidade*. Edições UFC, Fortaleza, 1982, p. 51

(26) Ibid., p. 71

as exigências de minorias e grupos discriminados, pelo princípio de igualdade de oportunidade.

- Os currículos já não oferecem as opções exigidas pela sociedade, e está havendo necessidade de uma maior diversificação de tipos de instituições universitárias, que respondam às necessidades sociais.

Como conclusão geral, pode-se dizer que há em todo o país uma grande insatisfação com a qualidade do ensino e inúmeras providências estão sendo tomadas para solucionar o problema. Todavia, não se pode dizer o mesmo dos avanços da pesquisa.

- O Poder da Universidade

Em primeiro lugar, vale destacar que predomina na Universidade norte-americana o que certamente os marxistas brasileiros chamariam tranquilamente de ingênuo messianismo pedagógico, aliás, bem característico dos brasileiros discípulos de John Dewey e ligados à Escola Nova.

"As grandes universidades se desenvolveram nos grandes períodos das grandes entidades políticas da história. Hoje, mais do que nunca, a educação está indissociavelmente associada à qualidade de uma nação. Estimativas demonstram que, durante os últimos trinta anos, quase metade do nosso crescimento nacional pode ser explicada pela maior educação de nosso povo e pela melhor tecnologia que é também, em grande parte, um produto do sistema educacional" (27)

"O que as estradas de ferro fizeram em favor da segunda metade do século passado e o automóvel em prol da primeira metade deste século, pode ser feito a favor da segunda metade deste século pela indústria do conhecimento: isto é, funcionar como ponto focal para o crescimento nacional. E a universidade está no centro do processo de conhecimento" (28)

O limite do poder de transformação da Universi

(27) Clark KERR.. *Op. cit.*, p. 79

(28) *Ibid.*, p. 80

dade americana não são somente os Estados Unidos, mas o mundo inteiro. Ela, segundo seus pensadores, é a verdadeira Universidade, e começará a agir agora e de um modo extraordinário.

"A Universidade está sendo chamada a educar um número de alunos nunca imaginado anteriormente; a atender às crescentes reivindicações de prestações de serviços à Nação; a fundir suas atividades com as da indústria como nunca o fizera; a adaptar e recanalizar novas correntes intelectuais. Ao fim deste período, haverá uma universidade verdadeiramente americana, uma instituição singular na História Universal, uma instituição que, ao invés de copiar outros modelos, servirá ela própria de modelo para universidades de outras partes do globo terrestre. Dizer isso não significa vangloriar-se. Acontece simplesmente que os imperativos que moldaram a universidade americana estão atuantes no mundo inteiro" (29)

Apesar dos problemas mencionados, os americanos dão à sua Universidade grande credibilidade, investem maciçamente nela e têm uma consciência muito aguçada do poder da ciência que ela produz e de como o mundo está atento ao que faz.

"Não há nada igual a esta concentração de talentos em nenhum lugar do mundo. Os europeus às vezes se surpreendem ao perceber o quanto da ciência pura de todo o Ocidente está sendo realizada nos Estados Unidos. O mais curioso é que, frequentemente, isso também surpreende os americanos. Estima-se uma cifra situada em torno dos 80%..." (30)

O ensino superior nos Estados Unidos está praticamente universalizado, mas hoje, talvez mais do que nun-

(29) Clark KERR. *Op. cit.*, p. 79

(30) C.P. SNOW. *Discurso proferido no banquete do 110º aniversário da Universidade de Washington*. St. Louis, Mo., 24 fev. 1963

ca, os governantes se encontram preocupados com o futuro da Universidade, e todos concordam que seu papel estará muito além do que está hoje.

Hã grandes preocupações com ampliações de "campi", reformas curriculares, modernização e mecanização do ensino, sistematização de todo o complexo universitário, relacionamento muito impessoal no "campus", compatibilização do esforço da Universidade com as necessidades do mercado de trabalho, atendimento às reivindicações das mulheres e das minorias em geral, etc.

Talvez tenha David Starr Jordan razão, quando afirma que *"a verdadeira universidade norte-americana está no futuro"*, o que Clark Kerr confirma:

"E ainda está, pois as universidades americanas ainda não desenvolveram a sua total identidade, sua própria teoria de propósitos e funções. Ainda seguem modelos estrangeiros e mais antigos, conquanto cada vez menos; e está chegando o dia em que esses modelos não mais servirão de modo algum" (31)

Devemos observar que em 1930, quando aqui se dava a Reforma Francisco Campos, as críticas à Universidade norte-americana eram muito duras. Delas dizia Flexner, como registra Clark Kerr:

"Comprometiam-se com 'incríveis absurdos', 'um mundo de coisas inconsequentes'. 'Depreciaram-se, vulgarizaram-se e mecanizaram-se desnecessariamente'. E o pior de tudo é que se transformaram em 'postos de prestação de serviços para o público em geral'".

"Por volta de 1930, as universidades americanas tinham-se afastado muito da 'Universidade Moderna' de Flexner, para quem 'o coração da universidade é uma escola de pós-graduação em artes e ciências, as escolas solidamente profissionais (principalmente, nos Estados Unidos, de medicina e direito) e certos institutos de pesquisa'" (32)

(31) Clark KERR. *Op.cit.*, p. 78

(32) Ibid., p. 21 e 22

Com todos os êxitos e fracassos da Universidade norte-americana, dela se poderia dizer em resumo que é aquela que mais alternativas tem procurado dar ao alunado; é a que possui, comparativamente aos demais sistemas universitários do mundo, a maior flexibilidade e o mais abrangente leque de opções. Seu reconhecimento pela sociedade se encontra no fato de que fundações, igrejas, partidos políticos, organizações corporativas e um número ilimitado de outras organizações querem seu uso e seu controle. Pode-se dizer que os norte-americanos estão correndo em busca da felicidade eletrônica, e a Universidade tem sido o caminho mais procurado.

2. A Universidade Funcional ou do Poder

Aqui não se trata de discutir a idéia de Universidade, a autonomia universitária e a liberdade acadêmica, mas simplesmente a função da Universidade enquanto agência prestadora de serviço do Estado. Dentro desse esquema, estudaremos as Universidades francesa e soviética.

• a) A Universidade Francesa

Ao falarmos da Universidade francesa, estamos tratando da Universidade que mais reformas sofreu no último século e, ao mesmo tempo, da Universidade que efetivamente menos se transformou.

Seu criador, Napoleão, dela esperava:

- que fosse uma organização a serviço do Estado e que ensinasse a todos os franceses pensarem do mesmo modo;

"É preciso, antes de tudo, atingir a unidade e que uma geração inteira possa ser jogada na mesma fôrma. Os homens diferem, sempre bastante, por suas tendências, por seu caráter e por tudo o que a educação não deve ou não pode reformar" (33)

(33) NAPOLEON. *Vues Politiques*. Paris, Fayard, 1939, p. 211 e 212

- que seu corpo docente constituísse uma corporação invariável, que zelasse pelos interesses do Estado, mesmo quando os governantes dele se descuidassem;

"A corporação de professores se caracteriza primeiramente, pela fixidez. 'Formemos um corpo de doutrinas que não varie nunca e uma corporação de professores que não morra nunca.' Não haverá Estado político fixo se não houver uma corporação de professores com princípios fixos" (34)

- que a Universidade fosse centralizada, tanto administrativa quanto academicamente, e sob pretexto algum se desviasse de sua vigilância quanto aos modismos intelectuais perturbadores. Ela deveria estar a serviço do Imperador e constituir-se em uma trincheira de luta contra seus inimigos e adversários;

"Trata-se de se presumir contra as teorias perniciosas e subversivas da ordem social, num sentido ou outro, de resistir às teorias perigosas dos espíritos que procuram se singularizar, e que, de período a período, renovam essas vãs discussões, que, em todos os povos, atormentaram, frequentemente, a opinião pública" (35)

- que o ensino fosse antes de tudo profissional, útil ao Estado; e que a Universidade cuidasse de todos os concursos que dão acesso às carreiras públicas, razão por que os programas deveriam ser únicos para todo o país;

Os professores, funcionários públicos, não se submeteriam a seus diretores e reitores. Tudo iria a Paris.

(34) NAPOLEÓN. *Op. cit.*, p. 213 e 225

(35) *Ibid.*, p. 228/229

"Ele não se integra numa estrutura acadêmica, ativa, responsável pelo ensino e pela pesquisa. ... Rigidez administrativa e liberdade anárquica, no interior de quadros traçados pelos regulamentos: esta combinação tipicamente francesa é também tipicamente universitária" (36)

Apesar de já haverem passado longos anos, a influência napoleônica permeia até nossos dias a estrutura da Universidade francesa, que não conseguiu nunca deixar de ser mera portadora de serviços ao Estado. Dessa situação diz Gusdorf:

"... toda a história do ensino superior, na França, desde Napoleão, pode-se definir como uma luta contra as instituições que criou. ... A sombra do grande Imperador intimida as memórias e paralisa as imaginações. ... Jamais lhe restituiram sua inteira personalidade e sua autonomia" (37)

Darcy Ribeiro, ao criticar a Universidade francesa, entende que ela, através de inúmeras reformas, fez significativos avanços no sentido de abrir espaço à crítica estudantil, de tornar-se centro de críticas ao consumismo e da rebeldia contra a sub-função de simples realizadora de concursos.

Apesar desses avanços, diz ele:

"Os atributos essenciais da estrutura universitária francesa são: a primazia da agregação como procedimento básico de seleção; o Paris-centrismo; o burocracismo; seu caráter de sistema mais voltado para os exames do que para o ensino e sua dificuldade para corresponder aos reclamos de ampliação em massa das matrículas, além da incapacidade para integrar os sis

(36) R. ARON. *Quelques Problèmes de Universités Françaises*, in *Archives Européennes de Sociologie*. 1962

(37) G. GUSDORF. *L'Université en Questión*. Paris, Payot, 1964, p. 73, 145 e 146.

temas universitários de ensino e de pesquisa" (38)

Apesar de todas as conquistas que possam ter sido obtidas na Universidade francesa, pode-se dizer que ela se caracteriza até os nossos dias pela grande rigidez programática, fato que tem provocado rebeliões estudantis, mas sem muito resultado prático, como foi o movimento de 1968. Debelle, referindo-se ao programa da Universidade francesa, diz textualmente:

"Privadas de toda autonomia verdadeira, financeira ou administrativa, estreitamente subjugadas para criação de cátedras ou a nomeação de funcionários do Ministério da Educação Nacional, as dezesseis Universidades da França ensinam as mesmas matérias, preparam os mesmos exames, concedem as mesmas graduações" (39)

"Todas as faculdades foram consideradas iguais; as formaturas, as licenciaturas, os doutorados de qualquer faculdade, de qualquer Academia foram considerados equivalentes" (40)

Tünnermann considera a Universidade na França o próprio modelo de anti-universidade, com espírito universitário totalmente desnaturalizado, sem nenhuma criatividade, e com pesar conclui:

"... desafortunadamente, este foi o modelo mais imitado na América Latina desde a independência e daí se pode perceber suas consequências prejudiciais" (41)

b) A Universidade Soviética

A Universidade Soviética, certamente, é aquela que, neste século, passou pela maior e mais radical trans-

(38) Darcy RIBEIRO. *A Universidade Necessária*. Ed. Paz e Terra, 2a. ed., 1975, p. 55

(39) R. ARON. *Op. cit.*, p. 103 e 104

(40) S. D'IRSAY. *Histoire des Universités Françaises et Etrangères*. Paris, Picard, 1935, p. 173

(41) Carlos Tünnermann BERNHEIM. *Op.cit.*, p. 197

formação em termos de estrutura, funções e objetivos. Guardadas as diferenças, o que nela ocorreu em termos de transformação vai muito além do que se passou na França com a introdução da Universidade napoleônica.

Procuraremos extrair de diversos autores algumas das principais características, avanços e problemas.

Darcy Ribeiro diz que, em certo aspecto, ela se assemelha bastante à Universidade norte-americana.

"Aproxima-se da norte-americana pela diversidade de linhas de formação, a variedade de oportunidade de educação superior oferecida e o alto nível da preparação científica e tecnológica apropriado" (42)

A partir dessa semelhança, tudo mais não só é diferente, como se opõe totalmente à Universidade de Flexner, assemelhando-se muito mais ao projeto francês. Por exemplo, em termos idealistas e ocidentais, não se pode falar em autonomia e em liberdade acadêmica, ou em cultura de sinteressada. Tünnermann, um dos mais brilhantes teóricos da Universidade, e totalmente insuspeito, diz da Universidade soviética:

"El sistema educativo soviético es totalmente planificado. Su planificación hace parte de la planificación general de la sociedad socialista. Los planes de desarrollo educativo, en todos sus niveles, se elaboran en función de las necesidades que determinan los planos quinquenales de desarrollo económico. De esta suerte el nivel de educación superior está plenamente integrado a todo el sistema y engranado al desarrollo general de la sociedad socialista" (43)

A Educação superior é gratuita, é totalmente planejada, premia a produtividade dos alunos com bolsas e incentivos e visa claramente à implantação do projeto socialista, facilitando o ingresso dos filhos de operários e

(42) Darcy RIBEIRO. *A Universidade Necessária*. p. 72

(43) Carlos Tünnermann BERNHEIM. *Op. cit.*, p. 221

camponeses. Nesta direção, ela fez grande avanço, ao substituir o corpo discente, ligado à burguesia, por ocasião da revolução, mas pecou, não fazendo o mesmo com os professores, que continuaram dando um tom senhorial. As transformações muito bruscas causaram violenta queda na qualidade do ensino, que logo se recompôs. Após a revolução, diz Darcy Ribeiro da Universidade:

"As soluções iniciais foram drásticas: não eram matriculados os moços provenientes das antigas camadas privilegiadas, apesar de serem os únicos com estudos preparatórios para ingressar na universidade.

... Este e outros procedimentos fizeram baixar, enormemente, os níveis de qualificação acadêmica, de competência profissional e científica já alcançados" (44)

A União Soviética possui hoje 63 Universidades, nas quais o controle é bastante severo: presença obrigatória, com severas sanções para ausências injustificadas; perda de vaga por improdutividade, etc. De modo especial, apoia-se a promoção da mulher, principalmente na área da saúde. Ao lado das exigências, oferecem-se bolsas de mérito acadêmico, serviços médicos gratuitos, livros e material escolar, em geral a preços simbólicos e habitação estudantil.

Além das Universidades, existem 300 institutos tecnológicos e mais 100 escolas de agronomia, que oferecem 62 especialidades a quase 500 mil estudantes.

Tudo está a indicar que a reforma universitária realizada na União Soviética após a revolução, e aqui no Brasil discutida pelo Partido Comunista, foi um dos fatores que pesaram na Reforma Francisco Campos, em 1930. Tal suspeição merece um maior aprofundamento, sobretudo levando em consideração o Programa do Partido Comunista para a área de Educação, as críticas dos paulistas e do próprio governo ao materialismo bolchevista, segundo essas correntes

(44) Darcy RIBEIRO. *A Universidade Necessária*. p. 73

aqui introduzido e veiculado pelos liberais escolanovistas.
(45)

C. CONCLUSÃO

Chegamos ao fim deste primeiro capítulo e cremos que as informações registradas são suficientes para cumprir os objetivos inicialmente previstos:

(45) Darcy RIBEIRO fez um bom resumo do caráter diferenciado do ensino superior na União Soviética, que nos dá idéia mais ou menos exata do esforço educacional que se fez:

"As características diferenciais do sistema soviético de ensino superior são:

1. *A separação entre o ensino e a investigação profissional de alto nível, já referida.*
2. *A tripartição do sistema em universidades dedicadas ao ensino de ciências e de jurisprudência; em institutos tecnológicos formadores de engenheiros da mais alta qualificação; e em escolas superiores de medicina, agronomia, pedagogia, administração, etc.*
3. *O caráter ativamente competitivo, a operar como um estímulo para que o estudante trate de produzir o máximo a fim de destacar-se dos demais, sabendo que sua carreira dependerá, essencialmente, deste esforço no período da formação escolar.*
4. *A unidade ideológica do ensino, lograda pela adoção do marxismo-leninismo como método de investigação e como teoria geral explicativa da sociedade e da história. Tal unidade ideológica, apesar de conferir à Universidade soviética uma organicidade ausente nas demais universidades (desde que perderam a unidade de base teológica da universidade medieval), conduz a um dogmatismo inibidor do desenvolvimento das ciências e do florescimento de um marxismo crítico.*
5. *O esforço para responder ao desafio do avanço científico e tecnológico norte-americano produziu uma liberalização verificada, primeiramente, no campo das ciências experimentais e que prossegue, agora, no campo das ciências humanas - embora, aí, só muito debilmente.*
6. *O ensino organizado como um amplo sistema de descoberta, seleção e cultivo de capacidade e talentos, tendo por base a totalidade da população e, além disto, a integração da educação superior com o trabalho produtivo.*
7. *A conversão virtual do sistema educativo num mecanismo de triagem que poderá ser utilizado no futuro, intencionalmente, como forma de legitimação do mando nos estratos superiores".*
(Em: *A Universidade Necessária*, p. 74-75)

- oferecer rápida visão dos diferentes modelos de Universidade experimentados ao longo da História em diferentes países;
- verificar que tipos de expectativas se guardavam em relação a esses diferentes modelos, e como a Universidade conseguiu dar a eles respostas;
- verificar até que ponto muito daquilo que encontramos no corpo da Universidade brasileira, pode ser encontrado na experiência de outras Universidades.

Claro que não tivemos pretensão de elaborar uma teoria da Universidade, ou sequer fazer uma história da Universidade, mas apenas obter as informações necessárias que nos permitissem ajudar na análise da Universidade brasileira. Nesse sentido, julgamos que as conclusões que se seguem arroladas podem ser consideradas:

1. Pelo que se percebeu, as Universidades necessariamente refletem o ambiente do contexto social mais amplo dos países em que se encontram localizadas, e, embora representem agências privilegiadas para a ministração do ensino, a prática da pesquisa e até a veiculação da Educação formal propriamente considerada, as Universidades não podem ser tratadas como totalidades à parte, isoladas, como se o processo pedagógico pudesse ser dotado de certa autonomia. Dispensar a elas tratamento semelhante certamente traria grande prejuízo à análise.

2. Em segundo lugar, devemos considerar que nas migrações que fizeram em direção a outros países e culturas, exerceram sempre o papel de agências de transplantes culturais, embora, em alguns casos, por intermédio delas se tenha verificado também sadio intercâmbio de bens culturais. Nesse último caso, elas concorreram para a transformação dos novos países onde se instalaram, mas também se deixaram influenciar e sofreram transformações dentro de seus países de origem.

Por outro lado, tem lugar comum em todos os modelos, mesmo naqueles considerados funcionais ou do poder, certa aspiração à autonomia, muito mais presente nas Universidades

do espírito ou liberais. Nestas, a existência de tensão entre Estado e Universidade é um dado permanente, que veremos com maior intensidade ao examinarmos a Universidade na América Latina.

3. Finalmente, gostaríamos de lembrar que a Universidade brasileira, considerada retardatária e atrofiada já em suas origens, sem sombra de dúvida sofreu em sua estrutura o fenômeno do transplante cultural pelo menos em dupla faceta. Estranhamente, temos, como a Universidade de Coimbra, o apego ao Direito e às Letras, mas incorporamos muito do napoleonismo universitário francês e muito mais do pragmatismo universitário norte-americano, já à época considerado inadequado até para a realidade deles, como já tivemos ocasião de verificar.

Nesse sentido, desde já, não se pode desprezar o que se inferiu da fala dos reitores brasileiros da década de setenta, de que a Universidade brasileira nasce envelhecida, sob inspiração que não aquela que presidia a realidade nacional, e por isso foi julgada retardatária no tempo e atrofiada em suas funções.

CAPÍTULO II

A UNIVERSIDADE LATINO-AMERICANA

A. INTRODUÇÃO

Para completarmos a visão acerca dos modelos de Universidade existentes, prestaremos rápidas informações sobre a Universidade latino-americana, embora nos pareça que em nosso continente não existe propriamente um tipo de Universidade, mas diversos modelos, com problemas e perspectivas semelhantes.

Muitas das informações referentes à Universidade latino-americana já se encontram em outras partes de nosso trabalho, nos momentos que tratamos de temas da Universidade brasileira relacionados com outros países, razão por que aqui não as mencionaremos.

Faremos um esboço, levando em consideração fases históricas, e, excepcionalmente, citaremos alguma Universidade nominalmente, quando sua experiência representar marco importante dentro do esforço renovador universitário.

Ao leitor interessado em aprofundar-se especificamente na questão, indicamos as obras que se seguem, onde poderá ser encontrado farto material: nosso relato baseia-se nessas obras indicadas e no material da OUI (Organización Interamericana de Universidades), UDUAL (Unión de Universidades de América Latina) e CRUB (Conselho de Reitores das

Universidades Brasileiras). (46)

B. UNIVERSIDADE COLONIAL

A primeira Universidade latino-americana surgiu em 1538, em São Domingos, seguida pelas Universidades de Lima e do México, todas de origem espanhola.

Nessa época não havia nenhuma Universidade nos Estados Unidos, onde só em 1636 se criou a Universidade de Harvard, enquanto no Brasil, embora se façam muitas menções a diversas iniciativas fracassadas, a primeira Universidade permanente surgiu no Rio de Janeiro, em 1920.

Em 1960 havia na América Latina cerca de 150 Universidades e aproximadamente 500 escolas superiores isoladas, enquanto nos Estados Unidos se alcançava o número de 200 Universidades e 1.800 instituições isoladas de ensino superior.

“Como se pode perceber, durante o período colonial prevaleceram as instituições universitárias de origem espanhola, das quais destacaremos algumas características mais importantes, que as marcaram no período.

Inicialmente, há que se destacar que as Universidades visavam atender em primeiro plano aos interesses da Coroa e da Igreja. Diferentemente do que ocorreu na América Portuguesa, selecionaram-se de maneira bastante severa os servidores da Universidade, que, se castelhanos, não poderiam ter tido problemas com a Inquisição. Quanto aos judeus, mouros e não cristãos, a militância, por longo tempo, foi impedida.

-
- 46) Carlos Tünnermann BERNHEIM. *Estudios sobre la Teoría de la Universidad*. San José/C.Rica, EDUCA, 1983
 Carlos Tünnermann BERNHEIM. *Pensamiento Universitario Centroamericano*. Santo José/C.Rica, EDUCA, 1980
 Ernesto Mays VALENILLA. *El Ocaso de las Universidades*. Caracas, Monte Ávila Ed., 1984
 Hanns Albert STEGER. *As Universidades no Desenvolvimento Social da América Latina*. Ed. Tempo Brasileiro, 1970
 Darcy RIBEIRO. *La Universidad Latinoamericana*. Caracas, Ed. de la Biblioteca de la Univ. Central de Venezuela, 1971

Assim, segundo Steger, a fundação de Universidades hispano-americanas deve ser vista dentro de um contexto global da formação de um império e de um senhorio espiritual, "a nova Espanha", confirmando a afirmação: sem monges não há Universidades. (47)

Uma segunda característica, consequência dessa primeira, era o fato de serem fechadas à população indígena, à exceção de filhos de caciques de grandes tribos.

"Para ingressar nas universidades coloniais era necessário provar sua legitimidade e pureza de sangue, para graduar-se deveria cumprir um cerimonial pomposo e raro" (48)

Todas elas se organizavam como uma totalidade, dentro de uma mesma visão e com metodologia semelhante, livresca e memorial, não obstante apresentassem diversidade de organização. (49)

Não se dedicavam à pesquisa, não se preocupavam com a produção científica nem se empenhavam na preservação das heranças culturais da população nativa. Ocupavam-se com a Filosofia e a Teologia, fundamentalmente, e de igual modo cuidavam do poder do Império.

A criação, em algumas delas, como ocorreu no Peru, da cadeira de línguas indígenas tinha como finalidade tão-somente instrumentalizar os padres em seu trabalho de evangelização.

"La universidad se propuso formar a esta gente como una élite intelectual y dirigente que llenarían pos-

(47) Hanns Albert STEGER. *As Universidades no Desenvolvimento Social da América Latina*. Ed. Tempo Brasileiro, 1970, p.100

(48) Hanns Albert STEGER. *História do Desenvolvimento Intelectual da Guatemala - Época Colonial*. Tomo I, Ed. do Ministério da Educação Pública, Guatemala, p.41

(49) Carlos Tünnermann BERNHEIM. *Pensamiento Universitario Centroamericano*. p. 255

teriormente la burocracia del Estado Virreinal y de la Iglesia. 'Se educaba para hacer de la juventud legión de monges y de esclavos, con el proposito de conseguir la sumisión religiosa a la Iglesia y la sumisión política a la monarquía española'. En este empeño de la universidad de formar gente que ocupase los puestos claves se dejó de lado a los mestizos e indígenas quienes eran escasamente instruidos en conventos y parroquias" (50)

Em função da crise espanhola, muitas Universidades cedo entraram em crise, perderam seu sentido e suas características, caindo em abandono e prostração.

Uma avaliação do papel da Universidade Colonial poderá ser feita, consultando as obras já citadas e também a revista UNIVERSIDADES, publicada pela UDUAL, em cuja coleção se encontra material muito rico.

C. INFLUÊNCIA FRANCESA

Com a independência, o sistema universitário colonial de origem espanhola deu lugar à influência francesa, que de longa data já se vinha fazendo sentir em algumas áreas do continente.

A grande diferença entre a concepção espanhola de Universidade e a função que a ela reservavam os franceses, criou enorme resistência para o transplante, principalmente naquelas Universidades maiores, onde apesar da Coroa e da Igreja, se sedimentaram sentimentos de liberdade e autonomia.

Do ponto de vista cultural e do conceito liberal de Universidade, a substituição do modelo espanhol pelo francês napoleônico acarretou pouca ou nenhuma vantagem para a Universidade latino-americana. Tünnermann, referindo-se ao

(50) Enrique BERNALES B. Origen y Evolución de la Universidad en el Perú. Em: UNIVERSIDADES, revista da UDUAL, México, Jan/Mar 1982, nº 87, p. 81

fato, menciona diversos prejuízos acarretados pelo afrancesamento da Universidade:

- em primeiro lugar, destruiu-se a idêia de Universidade, substituindo-a por meros aglomerados de escolas isoladas;
- matou-se o espírito de busca da verdade e dos estudos mais elevados, pelo simples profissionalismo, colocando nos postos de mando pessoas sem nenhuma visão global;
- a burocratização e a submissão ao Estado acabaram com a minguada autonomia existente;
- não se conseguiram avanços de participação social e desenvolvimento científico. (51)

As conclusões de Tünnermann acerca da Universidade na fase de independência correspondem, segundo Manoel Durán, ao que se denominou "*revolução para trás*". Diz ele:

"La llamada revolución de la independência no fué propriamente una revolución en el sentido estricto de la palabra, porque no determinó ninguna transformación de los países hispanoamericanos, ni constituyó una superación o avance con relación a la época anterior." (52)

Darcy Ribeiro, tecendo comentários acerca da influência da Universidade francesa, levanta também uma série de questões acerca das Universidades latino-americanas, que procuramos interpretar:

- elas não assimilaram o conteúdo político da proposta francesa, que visava à desfeudalização e à unificação cultural;
- ficaram apenas com o profissionalismo e o culto ao positivismo;
- assimilaram, também, o caráter autárquico, o sistema

(51) Carlos Tünnermann BERNHEIM. *Op. cit.*, p. 256-257.

(52) Hanns Albert STEGER. *Op. cit.*, p. 83

ma agregacionista de faculdades, que fez da Universidade mera abstração.

Finalmente, afirma ele:

"La matriz francesa reducida a este marco colonial resultaría en una universidad patricial, que preparaba a los hijos de los hacendados, de los comerciantes y de los funcionarios para el ejercicio de papeles ennobecedores o para el desempeño de los cargos político-burocráticos, de regulación y mantenimiento del orden social o de las funciones altamente prestigiadas de profesionales liberales, puestos al servicio de la clase dominante" (53)

Como se pode perceber, muitos dos defeitos da Universidade brasileira se prendem à influência do modelo francês, e nela, pela força da colonização portuguesa, nada ficou da Universidade colonial espanhola.

Tais características retrôgradadas se introjetaram nas Universidades latino-americanas e as marcaram, não obstante todo o esforço dos movimentos renovadores ocorridos.

Ao longo da história da Universidade latino-americana, não se encontra um Estado, qualquer que seja ele, que a tenha conseguido enquadrar em seus projetos de desenvolvimento. Pessoalmente, embora tenha havido ditaduras muito prolongadas, atribuímos este fato à rapidez com que se dão as alterações econômicas e políticas, cujo ritmo não se ajusta à lentidão dos resultados educacionais.

Kenneth Minogue trata esta questão, não como um fenômeno localizado, mas como algo natural e permanente no relacionamento Universidade-Estado.

"... longe de desempenharem regularmente alguma função no âmago de um sistema nacional, as universidades

têm estado quase que permanentemente em conflito com a sociedade que as cerca. No que diz respeito à reputação pública, elas têm sido, quase permanentemente, instituições insatisfatórias. O debate público tem sido nada menos do que sobre como reformá-las. E se procurarmos seguir a linha do conhecimento teórico, ao invés da manipulação prática, deveremos aceitar esse conflito não como uma incitação à reforma, mas como uma possível chave para a verdadeira natureza das universidades" (54)

D. CARACTERÍSTICAS GERAIS

Tantas e tais são as diferenças entre as Universidades da América Latina, nada menores do que as diferenças entre os países em que se localizam, que se torna tarefa quase impossível caracterizá-las.

Tentaremos fazê-lo, valendo-nos dos documentos do CRUB, da OUI, da UDUAL e de alguns autores, que tentaram a mesma empreitada. Claro que o rol não é exaustivo e longe se encontra de ser completo, mas garante uma caracterização provisória, que poderá ajudar o leitor:

1. A maioria enfrenta fortes problemas com a falta de recursos financeiros, tanto as ligadas diretamente ao poder público como as mantidas por organizações privadas.

2. Grande parte delas empenha parcela de suas energias ao profissionalismo, cujo produto final não agrada ao empregado de modo geral.

3. Em função desta ênfase, salvo raríssimas exceções, é baixo o nível de pesquisa, que sofre constantes interrupções por diversos motivos. A pesquisa, via de regra, por se ver sustentada com verbas de organizações estrangeiras, não se volta prioritariamente aos problemas nacionais mais emergentes.

(54) Kenneth MINOGUE. *O Conceito de Universidade*. Ed. Universidade de Brasília, 1981, p.9

4. Permanece o vício estrutural, herdado da Universide francesa, do caráter autárquico e da simples justaposição de faculdades, que continuam funcionando como compartimentos estanques.

5. Em função desta característica, as verbas já minúsculas sofrem grande desperdício, não só com a duplicação de recursos, mas também com a má administração e a ausência de planejamento globalizante.

6. A burocracia é muito pesada e faz a Universidade inteira girar em torno dela, roubando da academia boa parte das melhores cabeças e emperrando a criatividade acadêmica. As Universidades, do ponto de vista administrativo, nem são tratadas como empresas, nem administradas como escolas, e a burocracia consome significativa parte dos recursos financeiros nas chamadas atividades-meio.

7. É extraordinariamente diversificado o grau de autonomia, mas duas características são generalizadas:

- a) reivindicação permanente para mantê-la ou ampliá-la, sem muito êxito;
- b) intromissão sistemática na administração universitária em todas as ocasiões de golpes militares.

8. Sistema de seleção pouco sério, *compadresco*, ideologizado, muito vulnerável e influenciado pelo poder político, tanto interno quanto externo.

9. Comparados aos de Universidades de outros continentes, os estudantes possuem espaços muito grandes e influenciaram fortemente em todos os movimentos renovadores. O ativismo político tem prejudicado a força interna dos movimentos estudantis. O grau de participação estudantil varia muito de um país a outro, chegando-se até à existência efetiva de co-governo. Mais que o ativismo político, têm prejudicado o movimento estudantil a repressão dos governos autoritários, que desarticulam suas organizações.

10. A ausência de carreira docente adequada, as más

condições de trabalho dos docentes e os baixos salários provocam graves problemas:

- a) perda de quadro para empresas e outros ôrgãos do governo;
- b) consumo de grande parte das energias dos docentes, em função dos interesses da corporação, e utilização de profissionais liberais improvisados, que operam nas Universidades sem formação pedagógica e no sistema de hora-aula.

11. Permanece a influência do sistema de catedras, e sua substituição por departamentos ou organizações equivalentes tem sido problemático, por ser considerada mero transplante da estrutura universitária norte-americana.

12. Embora o elitismo seja generalizado, há predomínio absoluto de estudantes trabalhadores em relação aos estudantes exclusivos. O caráter elitista se vê denunciado no conteúdo do saber, nas evasões e nos sistemas de ingresso.

13. Poucas opções de carreiras e grande compartimentação entre elas dificultam a vida do alunado, provocando a duplicação de recursos laboratoriais, bibliotecas e outros.

14. Sala de aula como centro vital e com metodologias arcaicas, baseadas em aulas expositivas e livrescas.

15. Embora recebam grande número de trabalhadores, reforçam a estratificação social existente e dão pouca ênfase à solução dos problemas das classes populares, embora se perceba uma generalizada preocupação extensionista.

16. Bastante diversificado, o sistema de composição do poder na Universidade, com reações ao verticalismo e ao mesmo tempo uma certa sensação de caos e ausência de autoridade integradora da ação universitária.

17. Bibliotecas insuficientes, qualitativa e quantitativamente, com as existentes sendo pouco e mal utilizadas, principalmente em obras não traduzidas para a língua nacio

nal.

18. Desarticulação entre a agenda universitária e agenda social e política. Embora ocorram preocupações com os problemas nacionais, não se notam ações efetivas e programadas.

19. Certo avanço na tendência de preocupação com a herança cultural, grandemente perturbada pela invasão cultural dos países do hemisfério norte.

20. Diversificado tratamento ao ensino particular e à presença da Igreja, como entidade mantenedora.

21. Completa disparidade curricular, dificultando muito a avaliação dos títulos dentro de uma mesma carreira, de um país para outro.

22. Programas de pós-graduação com pouca influência na graduação e com funcionamento desintegrado em relação à pesquisa dentro das Universidades. Dificilmente se encontra uma Universidade com um programa de pós-graduação integrado e com projetos de pesquisa que se intercomplementem.

23. Diversificado sistema de financiamento e gratuidade, com uma dependência generalizada do Estado.

24. Grande discrepância na relação servidores-alunos, contendo o problema um tão elevado número de variáveis que uma análise profunda se torna extremamente difícil.

25. Presença de reformas e movimentos renovadores, em sua maioria inspirados no modelo norte-americano.

Frustra-nos muito não poder ampliar nosso rol com suspeitas que consideramos generalizadas na Universidade latino-americana, acerca de certos fenômenos, mas as informações que possuímos nos parecem ainda inconsistentes.

Referimo-nos a questões como: predomínio do conservadorismo nas Universidades, iniciativas deliberadas de governos para evitar sua eficiência, a questão da Universidade e

integração familiar, o tratamento às minorias, etc.

Conforta-nos a idéia de que nosso trabalho quer examinar aspectos da Universidade brasileira, e somente dentro de determinado período histórico. Todavia, dúvidas não temos de que existem tendências comuns e generalizadas no trato destas e de outras questões, e que essas tendências influem decisivamente no desempenho social das Universidades.

E. MOVIMENTOS RENOVADORES

Percebe-se por toda a América Latina certo inconformismo com o papel que a Universidade vem exercendo, e a existência de certo esforço renovador, principalmente após a Segunda Guerra Mundial, em alguns casos excepcionais antes dela, com vistas à modernização da Universidade.

Com raras exceções, esses movimentos têm em comum, como objetivos:

- a participação da Universidade no avanço tecnologico;
- a universalização do ensino superior;
- democratização da estrutura interna do poder universitário, na busca de maior flexibilidade;
- modernização e mecanização da sala de aula;
- departamentalização sem compartimentação;
- ênfase no papel regional das Universidades;
- ampliação e melhoria da qualidade dos programas de pós-graduação, enquanto instância formadora do quadro docente;
- experiências com a Universidade aberta;
- tentativa de planejamento das Universidades a um prazo mais longo, sem prejuízo da espontaneidade;
- melhoria do relacionamento da Universidade com a comunidade, e ação extramuros mais bem programada;
- tentativa de criação de modelo nacional de Universidade.

Ao mencionarmos a existência de movimentos renovadores, não podemos deixar de prestar informações acerca do que ocorreu em Córdoba, na Argentina, embora o fato já se distancie no tempo, uma vez que esse movimento, ocorrido no ano de 1918, foi até agora o que mais de perto contribuiu no sentido de tentar-se criar uma identidade da Universidade latino-americana.

O Manifesto de Córdoba tem caráter político e é destinado aos homens livres da América Latina, e sua influência cresceu rapidamente, atravessando as fronteiras argentinas e alcançando grande número de países latino-americanos, onde influenciou fortemente nas reformas universitárias.

(55)

Darcy Ribeiro resume as reivindicações de Córdoba em dez pontos fundamentais, que passaram a constituir bandeira de luta de movimentos renovadores até os nossos dias.

"Las postulaciones básicas de la Reforma de Córdoba fueron:

- 1) El cogobierno estudiantil;*
- 2) La autonomía política, docente y administrativa de la universidad;*
- 3) La elección de todos los mandatarios de la universidad por asambleas con representación de los profesores, de los estudiantes y de los egresados;*
- 4) La selección del cuerpo docente a través de concursos públicos que aseguren amplia libertad de acceso al magisterio;*
- 5) La fijación de mandatos con plazo fijo (cinco años generalmente) para el ejercicio de la docencia, sólo renovable mediante la apreciación de la eficiencia y competencia del profesor;*
- 6) La gratuidad de la enseñanza superior;*
- 7) La asunción por la universidad de responsabilidades políticas frente a la Nación y la defensa de la democracia;*
- 8) La libertad docente;*

- 9) *La implantación de cátedras libres y la oportunidad de impartir cursos paralelos al del profesor catedrático, dando a los estudiantes la oportunidad de optar entre ambos;*
- 10) *La libre asistencia a las clases. Además de este decálogo, los estudiantes latinoamericanos lucharon, en los últimos años, por una serie de recomendaciones concernientes a la elevación del nivel de calificación del profesorado y la mejora de las condiciones de enseñanza"* (56)

Muito provavelmente, deve-se a Córdoba a força dos estudantes no governo universitário da América Latina de hoje e muitas outras aberturas conseguidas. É verdade, também, que sua pujança contribuiu para o retraimento de muitos governos por ocasião das reformas universitárias, até 1940, pelo menos.

Luiz Alberto Sanches, referindo-se ao movimento de Córdoba, disse:

"La lección de 1918 subsiste, porque no está colmada. Porque aún quedan caminos que andar en tal sentido. Porque al cabo de tantos años, América Latina sigue aferrada al feudalismo, al entreguismo, al empirismo egoísta, a la imitación servil, al divorcio entre la inteligencia y el pueblo y entre la inteligencia y la universidad" (57)

No Brasil não se pode desprezar a contribuição da União Nacional dos Estudantes, como uma força renovadora em sua luta travada a favor da reforma universitária durante o governo populista.

Os resultados não foram os melhores, com o afunilamento da Lei Diretrizes e Bases da Educação Nacional, e mais tarde, com a reforma universitária imposta pelo Golpe Militar de 1964. Apesar dos contratempos, os pequenos avanços

(56) Darcy RIBEIRO. *La Universidad Latinoamericana*. p.309

(57) Carlos Tünnermann BERNHEIM. *Op. cit.*, p. 309

obtidos devem-se muito mais à pressão do movimento estudantil do que a qualquer outro segmento universitário. Florestan Fernandes faz justiça ao movimento estudantil, quando afirma:

"O 'protestos estudantil' é o único que se equaciona com vitalidade indestrutível e que expõe, acima das vinculações e dos compromissos de classes, essas questões candentes. Ao apoiá-lo, com minhas poucas forças, participo desse protesto pequeno-burguês e cheio de contradições e de ambigüidades, mas rico de perspectivas e que nos arranca da apatia em que se alicerça a continuidade do poder conservador" (58)

Ainda se referindo exclusivamente ao Brasil, a criação da Universidade do Distrito Federal, em 1935, e da Universidade de Brasília, em 1961, constituíram tentativas cujas consequências para o avanço universitário foram significativas. Embora a proposta de ambas tenha sido efêmera, pela sanha autoritarista que recaiu sobre elas, seus sinais permanecem.

Mas, dentro desse espírito renovador, é em Cuba que se vai encontrar o maior êxito, alcançado com a transformação ocorrida na Universidade de Havana após a implantação da Revolução.

Tünnermann refere-se à transformação da Universidade cubana de modo bastante discreto, dizendo:

"La estructura académica de la universidad cubana sigue, en general, el patrón latinoamericano, clásico, salvo la sustitución de las cátedras por departamentos y la incorporación de algunos elementos de la universidad soviética: salario estudiantil, alicientes para que los estudiantes traten de rendir al máximo; unidad ideológica en la enseñanza; orientación de los estudiantes hacia las carreras requeridas por los planos

(58) Florestan FERNANDES. *Universidade Brasileira: Reforma ou Revolução?* Ed. Alfa-Omega, 1979, p. XIX

nacionales de desarrollo; estudios por correspondencia; integración de la educación con el trabajo productivo; estrecha vinculación entre la universidad y el Estado"
(59)

Jã Darcy Ribeiro, após mencionar a dificuldade que teve o governo cubano para tornar efetiva a reforma universitária, em função da grande evasão de quadros, sintetiza os avanços: superou o caráter elitista, adotou um rigoroso planejamento, ampliou significativamente as matrículas nas áreas prioritárias como ciências agrárias e saúde, conseguiu contribuir para a solidificação da Revolução socialista; e, finalmente, conclui:

"Outro efeito capital da revolução cubana na renovação da universidade foi a vinculação, por ela propiciada da cultura latino-americana com um novo centro de influências, o soviético, cujo alto nível de desenvolvimento científico e tecnológico proporcionará, provavelmente, à universidade cubana a oportunidade de alcançar o pleno domínio do saber científico moderno, constituindo-se, por sua vez, num centro de difusão cada vez mais importante para as universidades latino-americanas"
(60)

Outro aspecto do esforço renovador que deve ser mencionado é a tentativa de integração das Universidades de cada país em sistema e subsistema, de modo a facilitar todos os tipos de trânsito entre elas. Vem aumentando significativamente a força de organizações universitárias, que conseguem neutralizar a influência do Estado e a ação dispersiva das Universidades, como vem ocorrendo no Peru e Bolívia.

No Brasil, o CRUB vem tentando, com certo êxito, cumprir esse papel. Dentro dele há três diferentes blocos de universidades: as federais, as estaduais e as particulares. Dentro do bloco das particulares, o CRUB já trata de modo

(59) Carlos Tünnermann BERNHEIM. *Op. cit.*, p. 295

(60) Darcy RIBEIRO. *A Universidade Necessária*. p. 136

diferente o sub-bloco denominado de Universidades Comunitárias.

A força do CRUB vem aumentando rapidamente junto ao Governo, que já o consulta acerca de vários assuntos ligados às Universidades, como, por exemplo, distribuição de verbas, acatamento às reivindicações de quadros em greve, etc.

Também, vem-se fazendo esforço no sentido de uma integração continental, através de programas de bolsas em nível de pós-graduação e intercâmbio de pessoal e material. Nessa direção tem sido muito importante o papel da UDUAL - União das Universidades Latino-Americanas, e da Conferência Universitária Centro-Americana, além de outros.

Ventos renovadores têm ocorrido em diversos outros países, nem sempre com êxito nos resultados imediatos, mas que a médio e longo prazo certamente darão seus frutos.

Limitaremos a citação de algumas dessas experiências, e sobre elas maiores informações poderão ser obtidas nas obras já citadas.

1. México

Reforma radical da Universidade Nacional do México, com um amplo programa de descentralização e criação de instituições superiores auxiliares, para aliviar sua grande carga, como o Sistema "Universidad Abierta", "Las Escuelas Nacionales de Estudios Confesionales", etc.

Criação do Instituto Tecnológico de Monterrey. Trata-se de uma iniciativa privada que vem alcançando grande êxito, por meio de experiências inovadoras, como a Clínica de Microenseñanza y Grupos Integrados, cuja contribuição para o avanço tecnológico e a democratização de acesso ao ensino tem sido valiosa.

2. Peru

Fez uma reforma universitária radical, que vai

muito além de simples modernização. Tünnermann menciona como elementos importantes dessa reforma a "*Educación Superior no Escolarizada de la Universidad de Lima; el Plan Piloto de Universidad Abierta de la Universidad Nacional de Educación y el Centro de Tele-educación de la Universidad Católica (CETUC)*" (61)

3. Venezuela

A reforma começa com a criação da "Universidad de Oriente", concebida como um sistema regional de Universidades, que hoje já são mais de oito, além de muitos institutos de pesquisa. Seu programa mais inovador se denomina Estudios Libres, fora dos padrões convencionais, cujos resultados, ainda pequenos, têm sido animadores.

4. Outros países

Experiências vêm sendo realizadas também no Chile, Uruguai, Equador, mas esbarram sempre na escassez de recursos e resistências ideológicas.

Ao finalizarmos as citações desses esforços renovadores, julgamos que cabe fazer uma indagação. Afinal, como se encontra a Universidade Latino-americana hoje?

Fizemos até aqui o melhor apanhado que nos foi possível e concluímos:

a) não há de fato uma Universidade latino-americana;

b) as Universidades que temos, passaram pelo menos por três períodos:

- colonização espanhola,
- neocolonização francesa,
- reformas renovadoras nacionais que já duram muitos anos, com forte tendência à imitação da estrutura norte-americana.

(61) Carlos Tünnermann BERNHEIM. *Op. cit.*, p. 295

Resta-nos a indagação: que resultou em termos universitários de tudo isto?

A partir dos anos 70 grande número de analistas tem procurado encarar o problema da Universidade, a partir de um contexto mais amplo que elas apenas refletem. Tais analistas não encaram a Educação em geral e a Universidade em particular como agência privilegiada da produção e transmissão do saber, como totalidade fechada, mas apenas como aparelhos reprodutores da ideologia das classes que se encontram no poder e as usam para o controle ideológico das classes subalternas.

Se a questão assim se dá, ou se dentro da Universidade há espaço para uma ação transformadora, é questão que não nos cabe discutir aqui, por fugir aos objetivos de nosso trabalho.

Todavia, não há a menor dúvida de que a contribuição de tais críticas, e daqueles que hoje vão além delas, tem trazido excelente auxílio ao debate para um repensar da Universidade Latino-americana.

Darcy Ribeiro, referindo-se aos perigos que rondam a Universidade em nosso continente, fez uma séria advertência, que julgo oportuno transcrever:

"Trata-se, portanto, de vigilância orientada no sentido de ganhar a universidade para os povos latino-americanos, transformando-a em agente do desenvolvimento nacional autônomo, capaz de contribuir para acelerá-lo e torná-lo intencional. Só assim se poderia evitar que nossas universidades se transformassem em agências de preparação de manipuladores da nova tecnologia, e de doutrinadores das novas gerações no conformismo com a posição de povos que ficaram para trás na história, como sociedades subalternas e culturas espúrias. Lamentavelmente, as universidades latino-americanas estão mais preparadas para representar este último papel, realmente o desempenhado por elas desde a independência. E muito menos preparadas para encarar o papel oposto, o de despertar a consciência da nação

e de intencionalizar a edificação das sociedades latino-americanas do futuro como povos que existam para si e não para servir à prosperidade alheia" (62)

Quando se percebe que os últimos esforços renovadores da Universidade tendem a importar a experiência da estrutura universitária norte-americana, numa espécie de outro neo-colonialismo universitário, não nos parecem exageradas as preocupações do autor, e vale acrescentar a elas o que nos ensinou Ortega y Gasset, acerca do perigo das soluções universitárias alienígenas:

"No censuro que nos informemos mirando al prójimo e-jemplar; al contrario, hay que hacerlo, pero sin que ello pueda eximirnos de resolver luego nosotros originalmente nuestro propio destino. Con esto no digo que hay de ser 'castizo' y demás zarandajas. Aunque, en efecto, fuésemos todos - hombres o países - idénticos, sería funesta la imitación. Porque al imitar eludimos aquel esfuerzo creador, de lucha con el problema, que puede hacernos comprender el verdadero sentido y los límites o defectos de la solución que imitamos" (63)

Tünnermann afirma que a Universidade na América Latina cumpriu papel muito relevante em relação aos avanços políticos e sociais dos povos americanos, e confere a ela parcela significativa de contribuição no processo de independência e de desenvolvimento.

Outros autores destacam a posição privilegiada de que gozam os alunos, muito provavelmente em função do movimento de Córdoba, garantido em grande parte pelo corpo discente.

A semelhança do que ocorreu com a Universidade brasileira, pelo que acabamos de analisar, alguns aspectos da Universidade na América Latina nos ajudam a compreender o desempenho da nossa Universidade.

(62) Darcy RIBEIRO. *A Universidade Necessária*. p. 27

(63) ORTEGA Y GASSET, *Op. cit.*, p. 27

- Não há como minimizar o papel de agência transplantadora de culturas alienígenas, pelo efeito desagregador que tal prática exerceu em relação às culturas nativas.

- Também é perceptível a intromissão estatal em todas elas, a limitação da autonomia e o papel secundário exercido por ela em relação às questões de ordem econômica, até mesmo no que se refere à preparação de quadros de primeiro escalão.

- Embora sob controle estatal, quase sempre rígido, programadas e aparelhadas para a prestação de serviço ao Estado, pode-se afirmar que as Universidades quase sempre reagiram negativamente às imposições, encontraram espaços de resistência, objetaram e não capitularam, mesmo quando se lançou mão de força bruta e se exercitou a repressão. Casos há, como a Universidade de La Paz, que permaneceu longo tempo sem seu reitor, por não aceitar os nomes impostos pelo governo militar.

Não se pode desconhecer, entretanto, que salvo raríssimas exceções, a Universidade sempre manteve o nível de aceitação ou de resistência a governos autoritários no mesmo patamar em que o fato se dava, a nível de sociedade civil como um todo. Dificilmente se deu uma resistência universitária destoante.

Pode-se concluir que, a se falar de êxito ou de fracasso na Universidade brasileira, as conclusões podem ser estendidas à América Latina de modo geral, ressaltando-se, é claro, fatores de ordem externa, como: as diferenças existentes entre a colonização espanhola e a portuguesa, o mais longo tempo de vida universitária da América Espanhola, evolução histórica de cada país, formações culturais diferenciadas, etc.

A semelhança dos esforços de renovação concretizados em 1935 com a Universidade do Distrito Federal, e em 1961 com a Universidade de Brasília, todos os movimentos de tentativa de renovação da Universidade sofreram influência do pensamento norte-americano e foram impedidos ou neutralizados pelo

conservadorismo, o que nos leva a concluir que a dificuldade da caminhada da Universidade brasileira possui especificidades que a realidade nacional impõe, mas não há nelas nenhuma originalidade em relação ao que ocorreu, em termos de resistência, nas Universidades de outros países do continente.

CAPÍTULO III

ANTECEDENTES IMEDIATOS DO POPULISMO

A. O CONTEXTO ECONÔMICO E POLÍTICO

Uma análise rápida do quadro econômico do País, pelo menos no que se refere à década de 1920, faz-se aqui necessária para uma melhor compreensão dos fatos políticos e suas repercussões na área educacional, a partir dos anos 30.

Só se toma aqui o ano 1930 como referencial, porque é nele que deságua todo um equivocado processo, que surge após a guerra de 1914, em relação aos rumos da política econômica nacional, cujos desdobramentos deixarão marcas profundas na Revolução Brasileira, como assinala Caio Prado.

Ao examinarmos o quadro econômico brasileiro, na década que antecede à Revolução de 1930, não podemos tomar o Brasil como totalidade à parte, espaço ilhado, porque o que aqui vai ocorrer, tanto em termos econômicos, sociais e políticos, quanto educacionais, reflete muito mais uma imposição de fatos externos, do que rumos efetivamente traçados por uma vontade política nacional determinada.

Após o conflito mundial de 1914, à exceção de 1921, o que se percebe é a existência de um "boom" financeiro, que provoca excessivo aumento da demanda de todos os produtos, e, no caso brasileiro, a demanda mundial se dá em relação ao café e provoca um grande aumento na produção cafeeira, com uma

expansão sem precedentes em nossos cafezais.

Concomitante à superprodução, adota-se uma política altista de preços através do armazenamento do produto, liderada pelo Instituto do Café em São Paulo, que insistirá com impertinência em operações de estocagem e valorização do produto para efeito de exportação, através do controle das ofertas.

"Criar-se-á em São Paulo um órgão especial, o Instituto do Café, destinado a controlar inteiramente o comércio exportador do produto, regulando as entregas ao mercado e mantendo o equilíbrio entre a oferta e a procura. Para isto, o Instituto terá o direito de reter a produção de café, sem limite de quantidade, conservando-a armazenada e liberando-a apenas na medida das necessidades do comércio exportador" (64)

A política de retenção de estoques e ampliação da produção exige vultosos financiamentos por parte da oligarquia rural, que, entretanto, não encontra maiores dificuldades para fazê-los, uma vez que a demanda é forte e o Brasil controla mais de 60% do mercado mundial consumidor.

Caio Prado, de cuja obra extraímos a maior parte dessas informações, dá-nos a síntese do desfecho dessa política de superprodução e operação de valorização do café, financiada a preços altos com base na escassez mundial do produto e na forte demanda do pós-guerra.

"Mas o resultado seria o acúmulo de estoques retidos e que se avolumavam cada vez mais. Situação que se ia agravando de ano para ano porque os altos preços estimulavam grandemente a produção. Só em São Paulo, o número de cafeeiros subirá dos 949 milhões em que o vimos em 1924, para 1.155.000.000 em 1930. Este aumento se fizera quase todo à custa de largos apelos ao crédito

(64) Caio PRADO JR. *História Econômica do Brasil*. Ed. Brasiliense, 34^a. ed., 1986, p. 234

to, e a lavoura achava-se pesadamente endividada. O que ainda agravava o problema é que se alargava também a produção dos concorrentes do Brasil, da Colômbia em particular. A sustentação dos preços exigia, por isso, retenções consideráveis.

Aparentemente a situação da lavoura era próspera: os altos preços do café prometiam larga margem de lucros. Prometiam apenas, porque efetivamente não se vendia e exportava senão uma parte da produção" (65)

A indústria brasileira, que viveu sempre parasitariamente, protegida pela taxa de câmbio, cresce até 1924 graças à política de desvalorização da moeda, e passa a enfrentar, daí para a frente, grandes dificuldades por não conseguir fazer concorrência à indústria estrangeira, favorecida pelo grande saldo nas finanças externas do País, pela valorização da moeda e pela concorrência interna de empresas estrangeiras subsidiadas, que se estabeleceram nas áreas de alimentos, produtos farmacêuticos, montagem de motores, etc.

Com o País endividado pela política de expansão e valorização do café, agora sem mercado comprador, situação que se agrava com a crise da indústria nacional, que de 1927 a 1930 vive período de graves dificuldades, o desfecho final se dará de maneira traumática, com a queda ocorrida na bolsa de Nova Iorque.

"O desenlace fatal virá com o craque da Bolsa de Nova Iorque em outubro de 1929. O curso do café não resistirá ao abalo sofrido em todo o mundo financeiro, e declinará bruscamente de 30%. A queda ainda será depois mais acentuada. Ao mesmo tempo estanca-se o crédito externo e suspende-se o financiamento do café retido; processa-se à liquidação dos débitos contraídos" (66)

A título de síntese, gostaríamos de frisar as principais características econômicas do quadro que precede a revolução de 1930:

(65) Caio PRADO JR. *Op.cit.*, p.235

(66) *Ibid.*, p. 235

1. Política de ampliação da lavoura cafeeira e do controle de preço, através do processo de estocagem do produto e controle da oferta, em função do "boom" ocorrido no pós-guerra.

2. Para execução dessa política lançou-se mão de financiamento a custos muito elevados, considerado, entretanto, seguro, tendo em vista a força da demanda do mercado mundial.

3. Problema com a indústria nacional em função da folga na balança comercial e valorização da moeda brasileira, facilitando as importações de produtos manufaturados e tornando os produtos nacionais não competitivos.

4. Entrada de capital estrangeiro, subsidiado através de empresas internacionais que aqui se fixaram.

5. Grave crise mundial com forte retração do mercado internacional, que culmina com o "eraque" da bolsa de Nova Iorque e provoca internamente no País, verdadeiro caos, em que se destacam os seguintes desdobramentos:

- a) Prolongamento da crise no setor cafeeiro com falência dos fazendeiros, que passaram a vender suas propriedades ou simplesmente abandoná-las. Por exemplo, o café tipo Santos A, que custava 20 centavos de dólar americano antes da crise, caiu para 8 centavos, e o valor médio das exportações caiu de 82.200.000 libras esterlinas para apenas 38.000.000.
- b) Significativo achatamento salarial, aumento do desemprego e aceleração do crescimento urbano, pelo deslocamento das massas rurais em função da queda do café e da retração do mercado interno.
- c) Grande instabilidade pública no governo de Artur Bernardes, e, posteriormente, de Washington Luis, em função da grave crise financeira que vinha assolando o País e dos fatos novos que não podem ser esquecidos pela preocupação que traziam, a saber, a Revolução Socialista Russa e a criação do Partido Comunista no Brasil.

B. O CONTEXTO EDUCACIONAL

O quadro nacional, presente no país na última década que antecedeu a Revolução de 1930, pode ser melhor compreendido se relacionarmos a questão da Educação com o panorama econômico da época, que viveu dois momentos bem distintos.

O primeiro momento, caracterizado pelo "boom" econômico do pós-guerra, que provocou no Brasil grande expansão cafeeira, importação de produtos industrializados e estabilização de política interna.

Segundo momento: grave crise internacional, violenta queda no preço do café, crise na já parasitária e frágil indústria nacional que perde sua capacidade competitiva, falência em massa de fazendeiros, "crack" na bolsa de Nova Iorque, muita instabilidade política interna.

Dentro desse tumultuado quadro econômico, ocorrerão as providências educacionais, provocando, inclusive, a Reforma da Educação ocorrida em 1925.

Como nosso trabalho se limita apenas à Universidade, gostaríamos de limitar nossos comentários apenas a duas observações centrais:

- o nível de aspiração escolar vigente na época e a influência escolanovista nos cursos Primário e Secundário;
- dados gerais sobre o ensino superior e a criação da Universidade do Rio de Janeiro.

1. Nível de Aspiração Escolar e a Influência dos Escolanovistas

Sem desconsiderarmos as profundas diferenças regionais podemos verificar, via de regra, a existência de certo desinteresse pela escolaridade nas áreas rurais, cuja aspiração de escolarização se satisfaz com a alfabetização, e começa a se deslocar em direção a uma exigência de escolaridade primária. Nos emergentes centros urbanos, a população se satisfaz com a escolarização primária, mas percebe-se um deslo-

camento do nível de aspiração para o curso secundário, altamente seletivo.

A preocupação maior se centrava na alfabetização, uma vez que o Brasil completaria, constrangido, em 1922, cem anos de independência, com 80% de sua população analfabeta, e grande necessidade de ampliação de vagas nos cursos primários nas grandes cidades.

Dentro dessa preocupação e também movida pela euforia do momento financeiro, realizou-se em 1921 a Conferência Interestadual de Ensino Primário, cujas conclusões foram imediatamente postas em prática para resolver o grave problema.

Tais iniciativas se faziam dentro de um otimismo pedagógico, veiculado pelos escolanovistas, que consideravam o problema educacional como o problema básico da nação, sem solução do qual nenhum outro avanço se poderia fazer.

Sem desconhecer a importância do social, os escolanovistas priorizavam o indivíduo, uma vez que estes, educados e plenamente livres, terão condições de resolver os problemas sociais mais abrangentes. (67)

Eles tratavam a escola como uma totalidade fechada e acabada, e o projeto pedagógico como absolutamente autônomo em relação à sociedade, que só poderia efetivamente ser transformada pela Educação.

Dentro desse espírito, grande empenho se fará para a erradicação do analfabetismo, pois essa condição de população maciçamente analfabeta é o fator responsável pelos gran

(67) É muito rica a bibliografia existente sobre a Escola Nova no Brasil. Limitamo-nos a recomendar ao leitor a obra de LOURENÇO FILHO, *Introdução ao Estudo da Escola Nova*. São Paulo, Melhoramentos, 1979. Também de Cristiano DI GIORGI, *Escola Nova*. São Paulo, Ed. Ática, 1986; e, finalmente, de Mirene Mota Santos TEIXEIRA, *O Significado Pedagógico da Obra de Anísio Teixeira*. Ed. Loyola, São Paulo, 1985.

des males que afetam a Nação e, sem sua total remoção da sociedade, não se reestabelecerá a dignidade nacional.

"A chave da civilização é o alfabeto. Sem o alfabeto não haveria no mundo nem progresso, nem cultura, nem evolução, nem preparo, nem organização, nem previsão, nem civismo, nem patriotismo. E nada disso existe no Brasil, porque o povo brasileiro ainda não sabe o alfabeto" (68)

Enfaticamente se declara que todos os males da nação se devem à falta de cultura do povo e que o Brasil, sem a eliminação desse problema, continuará na condição de país semi-colonizado, sem as condições necessárias para o encontro de sua desejada estabilidade.

"O povo brasileiro é um dos mais ignorantes da face da terra. (...) A ignorância mata tudo no Brasil. (...) Sem educação do povo não há estabilidade nem solidez em nada" (69)

Segundo Romanelli não se poderia afirmar que esta aspiração representa um sentimento nacional, ou uma preocupação das oligarquias rurais, mas apenas a visão de uma elite intelectual, uma vez que, dados os condicionamentos históricos e econômicos ligados ao modo de produção reinante no campo, onde se concentra a maioria da população, não se nota nela maior sensibilização para a escolarização primária ou sequer para a alfabetização.

"Para uma economia de base agrícola, como era a nossa, sobre a qual se assentavam o latifúndio e a monocultura, e para cuja produtividade não contribuía a modernização dos fatores de produção, mas tão-somente se contava com a existência de técnicas arcaicas de cultivo, a educação realmente não era considerada como fator necessário. Se a população se concentrava na zona rural

(68) Jorge NAGLE. *Educação e Sociedade na Primeira República*. E.P.U./MEC, São Paulo, 1976, p. 113

(69) Ibid., p. 110

e as técnicas de cultivo não exigiam nenhuma preparação, nem mesmo a alfabetização, está claro que, para essa população camponesa a escola não tinha qualquer interesse" (70)

A opinião de Romanelli vem respaldada plenamente por Rama, em seu estudo sobre o estilo educacional tradicional na América Latina, quando afirma:

"A cobertura educacional é muito reduzida e se mantém a maioria da população em condições de analfabetismo total ou funcional, já que o tipo de produção agrícola não gera demandas de recursos humanos com qualificação educacional provida por instituições escolares" (71)

A mesma autora, anteriormente citada, apesar de reconhecer que permanecem as tendências da velha Educação acadêmica e aristocrática, menciona o fato de que este tipo de estrutura começou a dar sinais de ruptura e na medida em que isto ia ocorrendo, a situação educacional começou a tomar rumos diferentes nesse mencionado período.

"A permanência, portanto, da velha educação acadêmica e aristocrática e a pouca importância dada à educação popular fundavam-se na estrutura e organização da sociedade. Foi somente quando essa estrutura começou a dar sinais de ruptura que a situação educacional principiou a tomar rumos diferentes" (72)

Constituiria lacuna irreparável não mencionarmos, nesse período prê-getulista, o esforço de alfabetização e formação geral dos educadores católicos, mais ligados ao conservadorismo, e que utilizavam a Educação para combater o laicismo pedagógico e o otimismo racionalista dos apóstatas republicanos do Estado, aos quais lançavam a responsabilidade pe

(70) Otaíza de Oliveira ROMANELLI. *História da Educação no Brasil*. Ed. Vozes, 9a.ed., 1987, p.45

(71) German RAMA. "Estilos Educacionais" Em: VÁRIOS AUTORES. *Desenvolvimento e Educação na América Latina*. Cortez Ed./Autores Associados, 2a. ed., 1984, p.54

(72) Otaíza de Oliveira Romanelli. *Op.cit.*, p.45

la crise existente.

Os educadores católicos desejavam alfabetizar a população, expandir o curso primário, mas exigiam que a Educação formal fosse à raiz do problema e trouxesse de volta à Igreja as classes intelectuais, para corrigir as falhas de uma *"elite cujos objetivos de ordem e progresso estavam calcados em princípios racionalistas, positivistas e maçônicos, alheios à tradição do nosso povo"*. (73)

O que se pode concluir do que até aqui se disse é a existência de grande preocupação, tanto do oficialismo quanto dos educadores, com o problema do analfabetismo que atingia 80% da população brasileira e também o início de uma preocupação mais direcionada, com vistas a ampliar o número de vagas nas escolas primárias nos centros urbanos.

No que se refere à formação secundária há que se destacar: seu caráter terminal para amplos segmentos médios que se satisfaziam plenamente com esse grau de escolarização, sua função de passagem, esta a nosso ver a principal para a época, que respondia aos interesses da elite em busca da escolaridade superior e, sobretudo, seu caráter altamente teórico, enciclopédico e seletivo, uma vez que, na realidade, seu objetivo principal era o de passagem para o grau superior.

Nagle, de quem tiramos o texto que se segue, trata muito bem a questão em sua obra citada, no sub-capítulo intitulado: "A Reforma João Luiz Alves", inserido no capítulo intitulado "O entusiasmo pela educação e o ativismo pedagógico".

"O tradicional currículo da escola secundária estava adequadamente proposto, até mesmo porque, por meio dele, se fazia a necessária preparação para o ingresso nos cursos superiores. (...) A predominância, nos mea-

(73) Carlos R. Jamil CURY. *Ideologia e Educação Brasileira*. Cortez e Moraes, 1978, p. 38
(O leitor interessado em aprofundar-se nessa temática encontrará na obra de Carlos R. Jamil Cury, principalmente no 2º capítulo, exaustivo material).

dos da década dos vinte, dos valores da sociedade agrário-comercial, que no plano da cultura sustentavam o bacharelismo e o empreguismo, continuava a pesar sobre a estrutura da escola secundária brasileira" (74)

Os críticos desse período educacional, com os quais concordamos, afirmam que, apesar de todo o debate que se fez, as teorias educacionais pssaram ao largo da prática educativa e não a afetaram. A prática e toda a finalidade da escola se centravam no conservadorismo-liberal, com uma metodologia tradicionalista e sequer ensaiavam atuar como agentes de transformação social.

"Na verdade, fracassaram porque não deram bastante atenção às mediações sociais necessárias para passar das suas invenções às inovações a serem introduzidas e impostas. Ou, pior ainda, deixaram-se iludir pela rápida difusão de certos aspectos dos seus projetos sem repararem que sô existiam porque 'estavam na moda'" (75)

2. O Ensino Universitário

a) Informações gerais

Procuraremos fornecer, a partir deste momento, informações sobre a Universidade nesse período prê-getulista, porque julgamos que sem essas informações dificilmente compreenderemos as reformas subsequentes e o papel, qualquer que tenha sido ele, importante ou não, da Universidade no processo de desenvolvimento econômico do Brasil, durante a República Populista.

Em 1927, o Presidente Washington Luis, em seu relatório ao Senado, dã-nos conta do que existia em termos de ensino superior oficial em todo o País.

"Além das escolas especializadas do Exército e da Marinha, havia, apenas, em 1888, as Academias de Direito

(74) Jorge NAGLE. *Op. cit.*, p. 156

(75) Dermeval SAVIANI. *Educação Brasileira. Estrutura e Sistema*. Ed. Saraiva, 1973, p.60

de São Paulo e do Recife, as Faculdades de Medicina do Rio e da Bahia, a Escola Politécnica do Rio e a de Minas em Ouro Preto. Hoje permanecem os mesmos institutos, porém, com maior capacidade e melhor eficiência, e mais as escolas de Direito de Manaus, do Pará, do Maranhão, do Ceará, da Bahia, de Niterói, do Distrito Federal, de Minas Gerais, do Paraná, de Porto Alegre; e mais as Escolas de Medicina de Porto Alegre, do Paraná, de Belo Horizonte, de S. Paulo; mais as Escolas de Engenharia de Pernambuco, da Bahia, duas em São Paulo, Mackenzie e Escola Politécnica, de Belo Horizonte, do Paraná, de Porto Alegre, de Juiz de Fora; mais 13 escolas de Farmácia e Odontologia. Tínhamos seis, hoje temos 35" (76)

Além dessas informações, Romanelli nos diz que em 1929 o Brasil possuía 13.239 alunos matriculados no Ensino Superior.

EXPANSÃO DO ENSINO SUPERIOR NO BRASIL ENTRE 1929 e 1969		
Anos	Matrícula	Índice
1929	13.239	100
1939	21.235	160
1949	37.548	283
1959	86.603	654
1969	342.886	2.589

(77)

Ruas calcula que, ao se instalar o governo populista, havia no Brasil, aproximadamente, 70 instituições de ensino superior em funcionamento. (78)

Julgo, ainda, importante registrar as informações

(76) Jorge NAGLE. *Op. cit.*, p. 186

(77) Otaíza de Oliveira ROMANELLI. *Op. cit.*, p. 78

(78) Antônio Gaspar RUAS. *Educação Brasileira Contemporânea*. p. 128

de Cunha, bastante elucidativas sobre o quadro educacional da década em questão.

"Ao início da era de Vargas em 1930, havia no Brasil três universidades: a do Rio de Janeiro, criada em 1920; a de Minas Gerais, criada em 1927; e a Escola de Engenharia de Porto Alegre, criada em 1896, esta sem o nome de universidade.

Em 1932, ao início do período estudado, havia 21 mil estudantes nas escolas superiores do país, chegando a 27 mil ao seu fim" (79)

Os dados acima não nos dão conta do papel que exerciam essas instituições, da qualidade do ensino que ministravam, da luta política que representava a existência delas e o que significavam esses números comparativamente ao restante da América Latina.

Em primeiro lugar, como fato educacional que revela um quadro econômico dado e mais do que pela sua repercussão política no governo populista, há que se registrar o fracasso de três tentativas de organização de Universidades, a saber:

Universidade de Manaus - 1909-1926

Universidade do Paraná - 1912-1920

Universidade de São Paulo - 1911-1917

Uma boa síntese da possível qualidade do ensino da época e a credibilidade que a ela se dava, pelo menos no que se refere ao ensino estatal, a quem o autor queria atingir em São Paulo, encontra-se no resumo de Eduardo Guimarães, registrado por Cunha.

"A nossa é a nação dos doutores. Eles saem às mancheiras das faculdades; entretanto, não são muitos os que vencem, apenas com seu esforço pessoal, a luta pela vida. E a prova disso temos em que, a despeito de vivermos numa atmosfera de doutorice, mandamos buscar, no estrangeiro, arquitetos para reformarem as nossas

(79) Luiz Antônio CUNHA. *A Universidade Temporã*. Ed. Francisco Alves, 1986, p. 231 e 233

idades, agrônomos para cultivarem nossos campos, químicos para garantirem a pureza dos nossos alimentos, bacteriologistas para dirigirem os nossos laboratórios, e até banqueiros para segurarem nossas finanças. É verdadeiramente fenomenal! ... Mas a culpa não é nem dos doutores nem do Brasil, a culpa é do péssimo ensino que todos nós recebemos e da rotina que o perpetua" (80)

Cremos, entretanto, que o fato mais relevante no campo educacional, no que se refere aos seus efeitos no projeto que se instalará em 1930, é a criação da Universidade do Rio de Janeiro em 1920 e sua reprodução em Minas Gerais.

b) A Criação da Universidade do Rio de Janeiro

A fundação da Universidade do Rio de Janeiro, efetuada em 1920, não obstante se encontre fora do período histórico que nos propusemos a analisar, não pode ficar fora de nossas reflexões, mais pelos equívocos que ela representou do que pelos acertos que continha, uma vez que são aqueles que provocarão as reações mais contundentes, em São Paulo, Minas e no próprio Rio, centros oligárquicos e focos da intelectualidade da época.

Com base nas informações de Nagle, Cunha, Irene R. Cardoso, Edivaldo Boaventura, Bernheim e Darcy Ribeiro, procuramos fazer uma síntese do que representou a fundação da Universidade em termos de ensino superior no período getulista.

Em primeiro lugar, convém registrar o caráter profissionalizante e imediatista dos cursos que constituíram a nascente instituição: Escolas Politécnica, Medicina e Direito.

Há que se mencionar, ainda, a indiferença total com que o fato foi recebido, como nos informa Nagle:

"Pode-se dizer que foi um acontecimento quase despercebido, cujas influências se limitaram ao reduzido grupo

de pessoas e instituições abrangidas pela nova organização" (81)

Tendo em vista que a escolarização secundária satisfazia as aspirações da maioria da elite dirigente, cujos esforços educacionais se voltavam para a alfabetização e o primário, a criação da Universidade "era considerada por muitos como uma atitude antidemocrática e anti-republicana". (82)

Da intelectualidade da época as restrições e críticas vieram fortes e por diversas razões que passaremos a mencionar.

A nascente Universidade profissionalizante contrariava todas as teorias de Universidade vigentes na época, ficava aquém das experiências de Manaus, São Paulo e de quase tudo que já se havia feito na América Latina. Era acanhada e constituída apenas de cursos profissionalizantes, desintegrados, justapostos, sem preocupação com a produção do saber, negação completa daquilo que Paul Ricoeur entende ser a Universidade e que já não era nenhuma novidade naquela época.

"A Universidade deve visar uma iniciação que se dirija aos aspectos mais gerais da ciência moderna. É por isso que o ensino deve dirigir-se ao desenclausuramento e à desprofissionalização; oferecer aos estudantes opções múltiplas e combinações variáveis; multiplicar as pesquisas interdisciplinares; encorajar as instituições interdepartamentais, de maneira que as ciências especializadas possam sempre ser postas em perspectiva com relação ao movimento global da cultura" (83)

(81) Jorge NAGLE. *Op. cit.*, p. 129

(82) *Ibid.*, p. 131

(83) Jacques DREZE/Jean DEBELLE. *Concepções de Universidade*. Ed. UFC, Fortaleza, 1983, p. 21
(O leitor interessado em mais informações sobre os modelos de Universidade que se buscavam, encontrará o material nas seguintes obras: Carlos T. BERNHEIM. *Estudios sobre la Teoría de la Universidad*. San José/C.Rica, EDUCA, 1983; Carlos T. BERNHEIM. *Pensamiento Universitario Centroamericano*. S. José/C.Rica, EDUCA, 1980; Darcy RIBEIRO. *La Universidad Latinoamericana*. Caracas, EBUC, 1971; Clark KERR. *Os Usos da Universidade*. Ed. UFC, Fortaleza, 1982)

Podemos concluir, ainda, se levarmos em consideração as iniciativas dos profissionais da Educação, através dos congressos, das conferências da ABE em Belo Horizonte e do resultado da pesquisa de Fernando de Azevedo, feita através do Estado de São Paulo, o quanto a Universidade do Rio se distanciava, mesmo sete anos depois, das aspirações dos profissionais, no que se refere ao papel da Universidade:

- a função preponderante da Universidade deveria ser a preparação das elites intelectuais e não meramente a profissionalização;
- a Universidade deveria ter autonomia integral, que seria garantida pela autonomia econômica, através de patrimônio próprio;
- condenação geral ao caráter meramente profissional da Universidade e à idéia da Universidade única;
- em São Paulo era consenso a condenação de caricatura de Universidade representada pela do Rio de Janeiro; era o modelo que cumpria evitar reproduzir em São Paulo;
- condenação ao oficialismo restrito que presidiu a iniciativa.

Encerramos esta parte de nosso trabalho com algumas considerações que, embora óbvias, podem passar despercebidas.

As críticas escondidas atrás do ideal de Universidade trazem no seu bojo vários componentes que não podemos desconsiderar, como:

1º) A irritação política da oligarquia paulista contra o governo central.

2º) Os interesses contrariados dos profissionais do ensino, com a presença de profissionais liberais em profusão no interior das Universidades, sem formação pedagógica.

3º) Os interesses prejudicados dos grupos dirigentes das escolas isoladas do Rio de Janeiro, que passaram a compor a Universidade.

Sejam esses os interesses que inspiraram as críticas,

ou sejam estas inspiradas pelas repercussões da rebeldia estudantil que ocorreu em Córdoba, ou pela forte influência do modelo norte-americano de Universidade que se desejava impor, ou, ainda, pela vontade geral das oligarquias rurais de impedir o avanço da Universidade, a "*inexpressiva*" instituição, a princípio vista com indiferença, torna-se o centro do debate do ensino superior e terá grande influência na organização dos estatutos da Universidade da década seguinte. (84)

As características do quadro educacional, encontrado pela Revolução de 1930, podem ser assim resumidas:

- grande preocupação com a alfabetização, que atinge a mais de 80% da população brasileira;
- a maioria da população rural se satisfaz apenas com a alfabetização e, excepcionalmente, começa a aspirar ao curso primário;
- população urbana buscando com ênfase a escolarização primária e começando a ter como nível de exigência a escolarização secundária, altamente seletiva;
- ensino superior pago, centralizado, claudicante, duramente criticado pela sua fragmentação e seu caráter meramente profissionalizante, sem preocupações com a busca da ciência e da cultura;
- grande debate em torno da questão educacional, em que se encontram envolvidos os oficialistas governamentais, os educadores profissionais escolanovistas, educadores católicos e correntes políticas de oposição, principalmente no Estado de São Paulo.

(84) Exaustivas informações sobre a questão do ensino superior neste período e sobre a Universidade do Rio de Janeiro, além de rica referência bibliográfica, o leitor poderá obter nas obras: Irene R. CARDOSO. *A Universidade da Comunhão Paulista*. Cortez Ed./Ed. Autores Associados, 1982; Luiz Antônio CUNHA. *A Universidade Temporã*. Ed. Francisco Alves, 1986; Jorge NAGLE. *Educação e Sociedade na Primeira República*. EPU/MEC, 1974

São com esses dados do contexto educacional, mais as variáveis de uma agitada conjuntura econômica, que criam um quadro político interno extremamente complexo, que a Revolução de 1930 terá que gerenciar, com vistas à modernização do País e à implantação de um processo de desenvolvimento econômico.

Creemos, entretanto, ser oportuno chamar a atenção do leitor para o fato de que as iniciativas oficialistas como criação da Universidade do Rio de Janeiro, a maior preocupação com a alfabetização e a ampliação de vagas no primário, que provoca até a convocação da Conferência Interestadual do Ensino Primário e até mesmo a Reforma elaborada em 1924 e lançada em 1925, coincidem com os anos de maior vigor econômico do País, em função dos fatores presentes na economia mundial, já mencionados anteriormente.

Veremos, com mais profundidade no capítulo seguinte, embora não seja ocioso aqui mencionar, que a Universidade criada em função dos interesses desse "boom" do pós guerra, nasce atrofiada, já impotente, até para o exercício de sua tarefa no momento de seu nascedouro, e perde velozmente seu sentido com os remanejamentos de forças e as repetidas mudanças de rumo.

Dela diria seu próprio Reitor:

"Não errarei afirmando, pois, que a Universidade do Rio de Janeiro está, apenas criada 'in nomine', e, por esta circunstância, se acha, ainda, longe de satisfazer o 'desideratum' de seu Regimento" (85)

Desse assunto cuidaremos com maior profundidade no próximo capítulo.

(85) Jorge NAGLE. *Op. cit.*, p.130

CAPÍTULO IV

A REVOLUÇÃO DE 1930

A. CONTEXTO ECONÔMICO-SOCIAL - DOS PRIMÓRDIOS AO ESTADO NOVO

Pelo que nos foi dado registrar no capítulo anterior deste trabalho, a Revolução de 1930 (86) constitui o desaguadouro natural de um processo histórico que se acelera com a Guerra de 1914 e ganha internamente contornos muito especiais, dado o inadequado gerenciamento que se fez da economia nacional no pós-guerra.

Dois fatos de natureza econômica, com desdobramentos no político e social, ajudam-nos a compreender essa ruptura mais forte que significou 1930 para o Brasil.

No âmbito externo, nosso relacionamento com países europeus e Estados Unidos encontrava-se marcado por forte dependência, com características colonialistas, em que o Brasil aparecia como mero exportador de matéria-prima e importador de produtos industrializados.

(86) Deixamos de historiar os fatos ocorridos em 1930 e de ressaltar a presença dos partidos políticos e o papel dos atores, como muito bem fazem diversos historiadores, por considerarmos que os fatos são sobejamente conhecidos e por fugirem à finalidade de nosso trabalho, que se prende exclusivamente à questão universitária.

No plano interno, ocorria uma situação de desequilíbrio, revelada na má qualidade de vida da população, caracterizada pelas péssimas condições de saúde, subnutrição, analfabetismo, desqualificação profissional, falta de moradia e acentuado índice de desemprego, provocado pela crise cafeeira e o rápido crescimento urbano.

"Nossas exportações passaram subitamente de cerca de 96 milhões de libras esterlinas, o padrão da época, em 1928, para 65 milhões em 1930. Em 1931 desceriam para 50 milhões.

... Os salários sofreram baixas de 40 a 50%. Inúmeras fazendas de café foram abandonadas pois já não cobriam o seu custo, e foram posteriormente loteadas, outras mudaram de cultura. O café passara a ser maldição.

... Os saques aos estabelecimentos comerciais se sucediam.

... Nesse ano de 1930, cerca de dois milhões de pessoas, entre homens, mulheres e crianças, ficaram sem trabalho e, sem qualquer possibilidade de conseguir meios para a sua subsistência, enchiam as cidades e as estradas". (87)

Trata-se fundamentalmente de um problema econômico, ligado de um lado à exploração de nossas riquezas pelo capital estrangeiro, que ganha muito mais com a exportação do café do que os próprios produtores; e de outra parte, ao capitalismo nacional selvagem, retardatário, autofágico, limitado às atividades agro-exportadoras e por si mesmo incapaz de provocar o impulso de transformador necessário para arrancar o País de seu atraso e colocá-lo nas condições de produção e produtividade desejáveis.

"Começa aí, de forma mais ou menos sensível, o choque entre o desenvolvimento das forças produtivas e a estrutura arcaica semi-feudal ainda predominante no interior do país. O desenvolvimento de nossa economia se vê freado pelo peso de uma população cujas tres-quar-

(87) Leôncio BASBAUM. *História Sincera da República*. Vol. 2, Editora Alfa-Omega, 4a. ed., 1976, p. 286-287

tas partes, ligadas à terra e vivendo dela, num regime de relações feudais e semi-feudais de produção, quase nada produz e ainda menos consome". (88)

Depreende-se do que até aqui foi exposto, que a questão central das condições internas de pobreza e a dependência externa, em última análise, era um problema de origem econômica, ligado ao modo de produção capitalista, e assim deveria ser trabalhado.

É nessa direção que caminhará a Revolução, através de duas providências fundamentais e complementares na área econômica, que gerarão outras na ordem política e social, todas visando ao mesmo fim, a saber, o desenvolvimento econômico do País, de modo a garantir sua soberania externa, e sua estabilidade e bem estar internos.

(88) BASBAUM, *Op. cit.*, p. 287

NOTA: Caio Prado nega a existência, no Brasil, de um regime de relações feudais ou semi-feudais, como afirma Basbaum. Diz ele: "Os pólos principais da estrutura social do campo brasileiro não são o 'latifundiário' ou 'proprietário senhor feudal ou semi-feudal' de um lado e o camponês de outro; e sim respectivamente o empresário capitalista e o trabalhador empregado, assalariado ou assimilável econômica e socialmente ao assalariado". Admite ele que se chega a praticar, no relacionamento empregador-empregado, no campo, um tipo de relacionamento não-econômico, coercitivo, até de punições físicas. Trata-se, entretanto, segundo ele, de "remanescentes anacrônicas que não chegam a desnaturar a essência das relações de trabalho". Continua ele afirmando: "Aliás, as formas 'espúrias', por assim dizer, de relações formalmente não capitalistas que se insinuam na organização econômica da agropecuária brasileira, tendem a desaparecer por si e espontaneamente na medida do sucesso financeiro e crescimento da rentabilidade do empreendimento. ... Temos capitalismo, seja embora um capitalismo rudimentar, incipiente e de baixo nível tecnológico e de desenvolvimento, como de fato se dá generalizadamente e com poucas exceções na agropecuária brasileira". O autor insiste na existência dessa relação capitalista, e, não obstante "a existência de remanescentes anacrônicos", diz ele que "os grandes proprietários, fazendeiros e outros, constituem assim uma legítima burguesia agrária"; e acrescenta: "E por isso já não se pode mais traçar uma linha divisória de natureza social, por mais indecisa que seja, entre categorias burguesas respectivamente rural e urbana, industrial ou outra". (As citações são do livro de Caio PRADO JR., *A Revolução Brasileira*. 2a. ed., 1966, Ed. Brasiliense)

Em primeiro lugar, procurou-se, como política, substituir as importações de produtos industrializados para equilibrar a balança de pagamentos.

Em segundo lugar, apoiou-se a industrialização interna, com estímulo ao capital nacional e o fortalecimento do mercado consumidor interno.

Deu-se prioridade, portanto, ao capital em relação aos demais fatores de produção, e daí para frente todos os esforços seriam conjugados na direção de oferecer aos investidores a infra-estrutura necessária para que pudessem trabalhar com tranquilidade, em uma situação estável, e levar o país ao patamar econômico-financeiro que se desejava.

"Tais formas representam os primeiros passos de uma economia propriamente nacional, voltada para dentro do país e as necessidades próprias da população que o habita; uma organização destinada a mobilizar e coordenar os recursos e o trabalho do país em função precípua da existência dos indivíduos e da comunidade nela enquadrados; e não servir antes interesses estranhos. Não era isto que ocorria no Brasil, e nunca fora desde os primórdios de sua formação" (89)

1. Os Desdobramentos do Processo

Os fatos estão a demonstrar que a crise que atingiu o País, além de se encontrar ligada à "grande depressão" externa, se explica também pelo tipo de capitalismo que se praticava internamente no País, de característica mercantil-agrário, cuja acumulação se obtinha com a especulação em torno da terra, do processo de produção agropecuária, do lucro com a compra, venda e transporte de mercadorias e só secundariamente com a apropriação dos excedentes da produtividade do trabalhador.

Assim a entende Leôncio Basbaum, que coloca no mesmo

nível o caráter arcaico da estrutura interna e os fatores de ordem conjuntural externos:

"Mas essa crise não era apenas um reflexo da crise mundial nem mesmo uma simples crise cíclica de produção e superprodução, que em geral somente atinge as classes trabalhadoras. Ela era ao mesmo tempo o começo de ruptura de um sistema retrógrado de produção e de relações de produção, a explosão parcial da estrutura arcaica, semi-feudal da nossa economia" (90)

O capitalismo nacional rural, vivendo da expansão das fronteiras agrícolas, das substituições de culturas em função das exigências do mercado externo, com relacionamentoprivilegiado com o imperialismo internacional, nunca teve a preocupação de cuidar do mercado interno e fortalecê-lo para a colocação de seus produtos. Daí, afirmar-se que a crise que atingiu o País veio de fora, isto é, basicamente surgiu da falta de mercado externo para a colocação dos produtos primários de exportação, que sustentavam nossa economia.

Ocorre, entretanto, neste momento histórico, completa reviravolta, uma vez que o movimento revolucionário tem de provocar a transformação do capitalismo primário, mercantil, agrário exportador, em capitalismo industrial, nacional, para trabalhar a matéria-prima aqui existente, dentro de níveis de custos assimiláveis pelo mercado consumidor interno,

(90) Leôncio BASBAUM. *Op. Cit.*, p. 287

NOTA: Bresser Pereira joga mais luz sobre a questão da natureza do capitalismo aqui existente e que a Revolução de 1930 queria modernizar, quando afirma: "*O capitalismo mercantil é uma formação social historicamente situada, na qual a apropriação do excedente é realizada pela burguesia através de formas violentas ou especulativas, e não através do mecanismo da mais-valia, que é próprio do capitalismo industrial*" (...) "*No capitalismo mercantil a burguesia apropria-se do excedente através dessa forma disfarçada de violência que é a especulação, o lucro mercantil, a venda por um preço descolado do valor. Mas a burguesia, no seu processo de acumulação primitiva, também usa de métodos diretamente violentos, como a expropriação das terras dos camponeses, a pirataria, a tributação, a inflação e o estabelecimento de monopólios oficiais. O capital mercantil em princípio não interfere na produção. Esta continua pré-capitalista*". Em: Luiz C. BRESSER PEREIRA. *Economia Brasileira. Uma Introdução Crítica*. Ed. Brasiliense, 2a. ed., 1982, p. 26-27

e substituir as exportações, cujos centros produtores se encontravam em grave crise de escassez.

"Depreende-se facilmente a importância crescente que, como elemento dinâmico, irá logrando a procura interna nessa etapa de depressão. Ao manter-se a procura interna com maior firmeza que a externa, o setor que produzia para o mercado interno passa a oferecer melhores oportunidades de inversão que o setor exportador. Cria-se, em consequência, uma situação praticamente nova na economia brasileira, que era a preponderância do setor ligado ao mercado interno no processo de formação de capital" (91)

A transformação pretendida esbarrará em resistências internas e externas, e forçará a cada avanço do processo, uma intervenção maior do Estado.

Em primeiro lugar, enfrentará a resistência das oligarquias rurais, que responsabilizavam o governo pela crise, segundo ela, resultante do mau gerenciamento da política cafeeira na década anterior.

Consideravam-se os latifundiários prejudicados em relação aos privilégios que se vinha concedendo ao capital industrial, que só conseguira sobreviver graças aos favores do Estado e à política cambial que consideravam altamente prejudicial a eles, latifundiários. As reações mais fortes vinham exatamente de São Paulo.

"Não faltam em São Paulo e em Santos, nos bancos e na praça, técnicos de responsabilidade e capazes de aconselhar um programa de ação, a um tempo fácil, seguro e decisivo. (...) A audiência desses homens é essencial; eles devem conhecer a situação melhor que o Governo, e têm uma prática de negócios que nenhum homem do governo possui. (...) O Governo Federal não está obrigado a fazer o que lhe aconselhamos. Mas está obrigado a fa-

(91) Celso FURTADO. *Formação Econômica do Brasil*. Cia. Editora Nacional, 17a. ed., 1980, p. 197

zer alguma coisa que lhe pareça acertado. Não lhe é permitido, nem São Paulo pode consentir que ele cruze os braços diante da crise tremenda que nos oprime e que para a desgraça de que não somos culpados, desgraça cuja responsabilidade cabe aos que dirigem os nossos destinos" (92)

Também se irritava com a situação a burguesia urbana, que, segundo Caio Prado, convivía bem com o capital internacional e defendia sua presença entre nós como fator indispensável à nossa economia, sem nenhuma função ou finalidade de caráter político ou ideológico, enquanto a orientação governamental impedia a busca de recursos estrangeiros.

"Em todas as ocasiões, em suma, em que se fez ouvir a voz da burguesia brasileira como classe, o apoio e a simpatia com que se manifestou com relação às iniciativas e inversões do capital estrangeiro em empreendimentos no Brasil, foi geral e não encontrou nenhuma oposição" (93)

"Ela recusa aliás considerar 'imperialistas' as inversões de capital estrangeiro em empreendimentos no Brasil, e considera essas inversões simples transações comerciais estritamente limitadas ao plano de negócios privados, sem nenhuma caracterização de conjunto e sem implicações econômicas gerais e muito menos políticas" (94)

Por outro lado, pesou, no processo de composição dos interesses internos divergentes, a existência de uma nova classe operária, resultante da migração em massa de camponeses em direção aos pólos industriais em busca de emprego e melhores condições de vida.

"De fato criaram-se no país condições para um amplo movi-

(92) Irene R. CARDOSO. *A Universidade da Comunhão Paulista*. Ed. Autores Associados/Cortez Ed., 1982, p. 83

(93) Caio PRADO JR. *A Revolução Brasileira*. Ed. Brasiliense, 2a. ed., 1966, p. 186

(94) Ibid., p. 188

mento de massas, capaz de interessar e envolver a maior parte do povo" (95)

A necessidade de conciliação desses interesses divergentes, acrescida de interesses regionais feridos pelo processo de sucessão presidencial, e a persistência da recessão internacional, tornam de difícil manejo a administração do processo de desenvolvimento econômico, articulado pelos revolucionários; não permite a agilização do processo decisório, constringendo o governo a comprometer-se cada vez mais com uma política aliancista, que o obrigava a enfrentar sucessivas crises e efetuar redirecionamentos constantes, a fim de evitar o desequilíbrio interno e a desestabilização da ordem vigente, condições indispensáveis para o avanço do processo.

Mas esse aparelhamento do Estado para o esforço de desenvolvimento econômico, via industrialização com capital nacional, significava politicamente, na prática, um remanejamento de mando, com um aumento de poder da burguesia urbana emergente, que ameaçava e deslocava do poder a oligarquia agrária, a qual pelas suas tradições de comércio se constituía em aliada natural do imperialismo, pelas alianças surgidas nos tempos áureos do café. (96)

(95) Lêncio BASBAUM. *Op. cit.*, Vol. 3, p. 69

(96) Pela segunda vez estamos fazendo a afirmação da existência de um relacionamento privilegiado e direto da oligarquia rural com o capitalismo internacional. Que o capital europeu e posteriormente o norte-americano se fizeram sempre presentes no Brasil antes da Revolução de 1930, e mesmo depois dela, é o óbvio e não há o que pôr em dúvida, tão fortes são as evidências. Isto, entretanto, parece não garantir, segundo Caio Prado Jr., a idéia da existência de um relacionamento diferenciado e privilegiado das oligarquias rurais com o imperialismo. Diz ele: "O que é certo é que os latifundiários ignoram, como classe ou categoria, o imperialismo. Como ruralistas, nada têm com ele e, em regra, não lhe são nem favoráveis nem contrários. Simplesmente o ignoram porque as atividades do capitalismo internacional não interferem diretamente com seus negócios". (...) "O incontestável é que a realidade dos fatos não traz nenhuma comprovação, nem mesmo aparência de acerto para a tese de que os latifundiários brasileiros constituem um setor com interesses de classes ligados, e muito menos comuns, com o imperialismo. O que esses fatos evidenciam é antes o contrário". (Em: Caio PRADO JR., *A Revolução Brasileira*. p. 171/172.

Os flancos inicialmente fechados pelos revolucionários, para evitar os conflitos, como a criação do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, Ministério da Educação e Saúde, Conselho Nacional do Café, Instituto do Açúcar, Conselho Nacional do Petróleo e o Conselho Federal do Comércio Exterior, que constituíam um verdadeiro aparato estatal, não foram suficientes para evitar os conflitos e agilizar as decisões.

A máquina política não funcionou em seu primeiro ano de atividade; o café continuava despencando no mercado mundial; alguns Estados, entre estes São Paulo, começavam a demonstrar ostensivamente suas discordâncias e caminhar abertamente para a oposição. Os latifundiários a cada dia tinham sua situação agravada, e por todos os lados o governo tinha de segurar rebeliões e motins. As irritações chegam a tal ponto, auxiliadas também pela inabilidade política de assessores do governo, que em 1932 estoura em São Paulo a Revolução Constitucionalista. Desse período diz Basbaum:

"Assim terminava o primeiro ano do governo revolucionário: sob o signo do desemprego, da fome, das desilusões, das conspirações, das prisões e dos desterros, ao mesmo tempo em que se levantava em toda a imprensa uma campanha de críticas violentas e opressivas, apesar da censura ..."

"São Paulo transformou-se num campo de batalha, em que cada paulista, sobretudo estudantes e membros das classes liberais, é um soldado. Até mulheres, 'senhoras da alta sociedade', se oferecem para lutar. Cada um contribui da forma que pode para a vitória" (97)

Não obstante a desordenação do processo industrial, algum êxito vinha-se alcançando, mas simultaneamente problemas novos e mais graves começavam a surgir.

Em primeiro lugar, a indústria não foi capaz de assimilar a grande massa de população rural que deixou o campo

em busca de trabalho. Por essa razão, crescia aceleradamente o número de desempregados urbanos, fato que preocupava o governo central, uma vez que ao início de 1932 chegavam a 2 milhões os que não tinham trabalho.

Os imigrantes do campo, agora na cidade, passavam a reivindicar infraestrutura de água, luz, habitação, transporte, educação e melhorias salariais, para responder ao novo "*modus vivendi*".

Motins, levantes, passeatas contra a fome e outros movimentos, no Rio, São Paulo e outros Estados, colocavam o governo na posição de bombeiro contra os incêndios regionais. São Paulo considerava-se terra ocupada, mesmo tendo sido atendidas muitas de suas pretensões.

No âmbito externo, o não pagamento da dívida externa, a tentativa de substituição da libra pelo dólar e a aproximação cada vez maior de um novo conflito mundial eram fatores que se somavam às questões internas, concorriam para a desestabilização do governo e completariam o quadro geral de insatisfação.

"O descontentamento em relação ao que o governo revolucionário prometera e dera, se alastrava. Se antes se limitava aos comunistas e prestistas, que desde o início não haviam acreditado nas promessas, agora se propagava a todas as classes sociais, principalmente às classes médias que constituíam a força principal da revolução" (98)

Não obstante todas essas dificuldades, é opinião de Celso Furtado, que os resultados foram relativamente bons, levando-se em consideração as circunstâncias do governo provisório.

"A recuperação, entretanto, veio rápida, e comparativamente forte. A produção industrial cresceu em cerca de

(98) Leôncio BASBAUM. *Op. cit.*, Vol. 3, p. 69-70

50 por cento entre 1929 e 1937 e a produção primária para o mercado interno cresceu em mais de 40 por cento, no mesmo período. Dessa forma, não obstante a depressão imposta de fora, a renda nacional aumentou em 20 por cento entre aqueles dois anos..." (99)

Para neutralizar as investidas dos adversários e continuar oferecendo ao capital as condições necessárias, o governo tomou algumas medidas e fez uma série de concessões aglutinadoras.

- Em primeiro lugar, procurou acalmar São Paulo, tratando com brandura os revoltosos e atendendo a muitas de suas solicitações.

"...contudo, em face da reação armada de 1932, o governo provisório tomou, a partir de 1933, uma série de medidas destinadas a ajudar financeiramente os produtores de café, inclusive uma redução de cinquenta por cento nas dívidas bancárias destes últimos" (100)

- Tornou-se excessivamente complacente com os motins militares e outros movimentos, e anistiou todos pela Constituinte.

"Ao terminar a votação final, é aprovada a anistia geral a todos os que em virtude das agitações anteriores, principalmente 1932, haviam sido tolhidos em sua liberdade. Até mesmo comunistas são soltos" (101)

- No que se refere à inquieta classe trabalhadora, o governo acenou com concessões significativas, e ao mesmo tempo, e de modo bastante hábil, fez o controle das organizações sindicais. Garantiram-se aos trabalhadores salário mínimo, repouso semanal obrigatório, férias remuneradas, indenização por dispensa, amparo às gestantes, etc. Ao lado dessas

(99) Celso FURTADO. *Op. cit.*, p. 200

(100) *Ibid.*, p. 201

(101) Leôncio BASBAUM. *Op. cit.*, Vol. 3, p. 63

medidas, o presidente da República, dentro de sua proposta populista, procurou alertar o operariado no sentido de que o oferecimento de melhores condições de vida só poderia concretizar-se com a paz interna, a comunhão de classes, como sempre enfatizava em seus discursos.

"A disciplina política tem de ser baseada na justiça social, amparando o trabalho e o trabalhador, para que este não se considere um valor negativo, um pária à margem da vida pública, hostil ou indiferente à sociedade em que vive. Só assim se poderá constituir um núcleo nacional coeso, capaz de resistir aos agentes da desordem e aos fermentos de desagregação. (...) Sempre tive em vista, ao resolver o problema das relações do trabalho e do capital, unir, harmonizar e fortalecer todos os elementos dessas duas poderosas forças do progresso social. E assim agi, não apenas em obediência a princípios de ordem política, mas também guiado pelo sentimento, pela convicção de que só na paz e na compreensão fraternal podem os homens realizar as suas aspirações de aperfeiçoamento material e cultural" (102)

- A nova Constituição, as concessões feitas, a melhoria do preço do café, não foram suficientes para devolver e passar a garantir as exigências mínimas necessárias para o desenvolvimento econômico do País, e o governo viu-se obrigado a tomar novas medidas para corrigir os desequilíbrios criados e frear o que ele considerava serem apenas ambições regionais ou exacerbações ideológicas entre integralistas e comunistas:

- a) acalmou as oligarquias e os conservadores em geral, com a repressão da esquerda;
- b) pediu e obteve por várias vezes o estado de sítio, a partir de 1935;
- c) provocou o esvaziamento do poder dos Estados;
- d) no momento taticamente certo, com apoio de

diversos segmentos sociais e das forças armadas, deu o golpe de 1937 e criou o Estado Novo.

Basbaum dá pelo menos quatro razões por que o golpe foi assimilado sem resistência:

- Em primeiro lugar, a ascensão mundial do nazifascismo da burguesia.

- Em segundo, o medo do socialismo e das forças populares emergentes no País.

- Em terceiro, uma exaustão de mais de 15 anos de intranquilidade que o Brasil já vinha enfrentando.

- Em último, a desesperança interna com a possibilidade de recuperação econômica, com base em um regime democrático e de alianças. (103)

2. Rápidas Informações sobre o Estado Novo

A nova situação criada não significa um desvio da proposta econômica inicial de 1930, mas antes constitui a de sobstancialização para sua efetiva concretização. O Governo teria pela frente pelo menos mais dois anos de paz para reorientar o processo e prosseguir a caminhada, em meio a grandes dificuldades internas e enormes perturbações da ordem externa.

Thomas Skidmore vê assim o Estado Novo:

"O sistema político aberto, com seu instável equilíbrio de forças, tinha sido desgastado pela violência da esquerda e da direita. O golpe de 1937 determinou finalmente o caminho histórico do Brasil, numa conjuntura crítica. Os objetivos de bem-estar social e nacionalismo econômico, muito debatidos no começo daquela

década, iriam ser agora perseguidos sob tutela autoritária. O resultado foi um aprofundamento da dicotomia entre um constitucionalismo estreito que havia negligenciado as questões econômicas e sociais e uma preocupação com o bem-estar social de fundo nacionalista inequivocamente antidemocrática" (104)

Em relação à política externa, o governo brasileiro não esconde sua pouca simpatia em relação aos Estados Unidos e aos países aliados.

Em 1939 declara sua neutralidade diante do conflito mundial, e em 1940 saúda festivamente a queda da linha Maginot. São palavras de Vargas:

"Equidistantes de ambos os grupos pelo pensamento político, não temos para intervir na luta sequer a justificativa dos interesses econômicos (1939)." (105)

"Sentimos que os velhos sistemas e fórmulas antiquadas entram em declínio... É necessário remover os entulhos das idéias mortas e dos ideais estéreis..." (106)

As fortes pressões norte-americanas, a impossibilidade de transações comerciais com a Europa em função dos problemas com o transporte marítimo, o apoio à construção da usina de Volta Redonda e os ostensivos ataques a navios brasileiros pelos alemães, serviram de pretexto para levar o Brasil a rever sua posição.

Celso Furtado faz, com rara felicidade, um apanhado, que tomamos a iniciativa de resumir, e que demonstra claramente como são os fatos econômicos de ordem externa que atravancam o quadro econômico nacional.

De fato, o processo de desenvolvimento teve início com a redução do poder aquisitivo externo da moeda brasilei

(104) Thomas SKIDMORE. *Brasil: de Getúlio a Castelo*. Ed. Saga S.A., 1969, p. 52

(105) Leôncio BASBAUM. *Op. cit.*, Vol. 3, p. 117

(106) *Ibid.*, p. 118

ra, que permitiu um amplo barateamento relativo das mercadorias de produção interna, ao mesmo tempo que tornava onerosas as importações e as exportações, redirecionando todo o esforço para o mercado interno.

As acumulações sucessivas de saldos positivos e o aumento das divisas acabaram por pressionar a taxa cambial, na qual qualquer mexida afetaria todos os segmentos da economia, uma vez que eles tinham como espaço de interesse comum o mercado consumidor interno.

Ora, os desequilíbrios externos e a política cambial do governo no período de guerra, aliados a outros fatores relativos à produção de bens de consumo, vieram submeter a economia brasileira a uma situação mais difícil, que poderíamos assim sintetizar:

- aumento de um fluxo de poder de compra, sem a correspondente oferta de bens e serviços no mercado consumidor interno;
- pressão dos gastos de guerra e baixa produtividade, criada pelo ambiente de conflito mundial;
- dificuldade de importação de produtos essenciais básicos e de peças de reposição necessárias ao funcionamento da indústria.

Este quadro cria internamente uma situação de demanda além dos bens disponíveis, provoca uma alta desordenada dos preços; o setor externo continua a gerar uma massa de poder de compra que ia aumentando com a elevação dos preços internacionais, e internamente o governo distribuía uma massa maior de salários, dando lugar a um processo inflacionário de grandes proporções. Enquanto o nível geral dos preços de 1929 a 1939 aumentou em 31%, entre 1940 e 1944 alcançou 86% e só em 1942 alcançava 18%.

Em resumo, as alterações do jogo no mercado mundial ocorreram com tal velocidade, que não foi possível aos mentores do processo de desenvolvimento econômico brasileiro, no período de guerra, evitar que nossa economia fosse submetida a grande esforço e o resultado alcançasse índices tão

indesejáveis. De fato:

"Entre 1937 e 1942 houve uma redução da renda 'per capita' de pelo menos dez por cento, isto é, idêntica ao crescimento da população. Os dados relativos ao produto territorial real e à renda, a partir de 1939, têm como fonte 'O Desenvolvimento Econômico do Brasil, BNDE-CEPAL'" (107)

A autora Romanelli levanta a opinião de diversos analistas, na tentativa de responder a que interesses respondeu e a quem serviu o processo de desenvolvimento nesse período do Estado Novo.

"É difícil chegar-se a um consenso sobre o que representou o Estado Novo para a vida nacional. Os estudiosos do assunto divergem amplamente quanto à forma pela qual passou a agir o Governo e quanto aos resultados dessa ação. Para uns, ele foi o golpe de morte nos interesses latifundiários e o favorecimento dos interesses da burguesia industrial. Para outros, ele favoreceu as camadas populares, com amplo programa de Previdência Social e Sindicalismo. Para outros, ainda, ele foi o resultado da união de forças entre o setor moderno, o setor arcaico e o capital internacional, contra os interesses das classes trabalhadoras. Segundo Nelson Werneck Sodré, por exemplo, foi da aliança da burguesia com o latifúndio e o imperialismo que nasceu o Estado Novo, para fazer face aos movimentos de oposição que tinham surgido em 1935" (108)

De fato, fica difícil saber, uma vez que as forças externas que passaram a atuar na economia não o vinham fazendo mais em função das ligações existentes em 1930, mas dentro de um novo quadro, onde a delimitação do espaço geográfico de influência das potências em conflito, as forças políticas e os interesses econômicos se confundiam, e surgiam

(107) Celso FURTADO. *Op. cit.*, p. 208

(108) Otaíza de Oliveira ROMANELLI. *Op. cit.*, p. 51

em tela muito mais com vistas ao futuro do que a compromissos do passado e até mesmo interesses de caráter imediatistas do presente, ligados a oligarquias rurais, burguesia industrial, e muito menos aos das classes trabalhadoras.

Os fatos externos pesaram tanto que, embora Vargas tenha alterado sua posição em relação ao Eixo, seu governo recebeu dos Estados Unidos, a quem coube a hegemonia sobre a América Latina, os mais duros ataques dentro do território brasileiro, por meio do embaixador Adolfo Berle, que pregava abertamente a necessidade de reconstituição do País, em clara referência à ditadura de Vargas. O presidente, tomando conhecimento, respondeu:

"... devo dizer-vos que há forças reacionárias poderosas, ocultas umas, ostensivas outras, todas contrárias à convocação de uma Constituinte. (...) não precisamos para isso buscar lições no estrangeiro. Possuímos também nossa tradição de democracia política, ética e social" (109)

No plano interno, o quadro sofreu substanciais transformações, mas não foram suficientes para evitar a queda do Presidente, e algumas iniciativas até a apressaram.

Em primeiro lugar, organizou o governo uma vasta legislação de previdência social, que correspondia de perto aos interesses das classes trabalhadoras.

Em segundo lugar, procurou por todos os meios possíveis cooptar os sindicatos.

"Em 1944, ele conclamou os trabalhadores de São Paulo a se filiarem aos sindicatos supervisionados pelo governo e dessa forma participarem da necessária 'modificação de mentalidade' exigida pela 'rapidez das transformações da vida econômica'" (110)

(109) Leônicio BASBAUM. *Op. cit.*, Vol. 3, p. 144

(110) Thomas SKIDMORE. *Op. cit.*, p. 63

Em terceiro lugar, tentaria a organização de um Partido Trabalhista que lhe viesse servir de suporte.

O tempo, entretanto, corria mais rápido que o ditador, e ele, à semelhança dos nazifacistas europeus, não escaparia à avassaladora onda de liberação que provocou sua queda e sua sucessão pelo General Eurico Gaspar Dutra.

Creio que seria de bom senso enfatizar que a Revolução de 30, que surge no bojo de uma grave crise econômica, apesar das sucessivas reorientações, mantém sua proposta inicial, a saber:

- modernizar o País, substituir a condição de país exportador de matéria prima e importador de produtos industrializados, pelo incentivo à indústria com capital nacional;
- dadas as condições internas e externas, este esforço econômico pressupunha a busca de uma aliança entre todos os setores produtivos, a fim de se criarem as condições necessárias para o avanço do processo.

O processo de desenvolvimento econômico, dentro dos objetivos capitalistas que sempre o caracterizaram, conseguiu, ainda que precariamente, alguns de seus objetivos propostos:

- melhorou a balança comercial com o exterior;
- diminuiu a importação de bens manufaturados, pelo incentivo dado à industrialização interna, obtida graças ao capital acumulado existente e às facilidades oferecidas ao capital nacional;
- procurou fortalecer o mercado interno, embora os produtos nacionais nem sempre respondessem às necessidades mais concretas da população existente;
- começou-se a ter consciência da existência de uma classe trabalhadora, que não poderia ser mais desconhecida na condução do processo político;

- houve fortalecimento do espírito nacionalista e ampliação da participação da população, direta e indiretamente no processo decisório.

Embora tenhamos registrado aspectos efetivamente positivos, não podemos desconhecer os pontos negativos do processo:

- acabou por ampliar o nível de dependência do País em relação às potências estrangeiras, não obstante o crescimento do espírito nacionalista;
- essa dependência, além das questões ligadas ao capital, se fez muito visível na necessidade de importação de peças e acessórios para o funcionamento dos equipamentos das fábricas e do setor de transporte;
- assim como não se conseguiu, a não ser nos discursos, melhor nível de soberania, também não se conseguiu distribuir melhor as riquezas, melhorar a qualidade de vida e criar a prometida atmosfera de bem-estar econômico e social;
- o capital industrial, pelos benefícios protecionistas governamentais, através de financiamentos cambiais e de infraestruturas sem ônus para ele, foi durante todo tempo o que mais auferiu benefícios do aumento da produtividade, tornando-se mesmo parasitário;
- a industrialização não foi suficiente para ocupar a mão de obra deslocada com o grande êxodo rural, responsável por uma acelerada e desordenada urbanização, com elevadíssimo índice de desemprego e forte repercussão na quebra de produção agrícola e conseqüente elevação dos preços dos alimentos.

3. Conclusão

No período que acabamos de examinar, não se fizeram nos documentos políticos e econômicos, senão muito excepcionalmente, referências ao papel que se esperava da Universidade em relação ao processo de desenvolvimento econômico e po-

lítico.

Não obstante esse silêncio acerca da Universidade, fato que não se estende à Educação em seus demais níveis, pode-se com segurança concluir:

a) Nenhum processo educacional, por mais ágil que fosse, teria condições de acompanhar as mudanças e adaptações do processo econômico e suas repercussões no mundo social e político, com a velocidade que eles vinham ocorrendo.

b) A imediata criação de um ministério próprio e a rapidez com que se fez a reforma educacional, por si só expressam a preocupação governamental com o processo educacional.

c) Por outro lado, a limitada autonomia conferida à Universidade, seu caráter único e as demais amarras autoritárias reformistas revelaram o receio do governo central em relação ao uso do espaço universitário pelos Estados e por forças de oposição.

d) Uma vez que todas as vozes denunciavam a exaustão do mercado de trabalho para advogados e médicos, e considerando que essas profissões tinham pouca contribuição a dar às atividades agrícolas e aos graus subalternos do ensino, os investimentos nelas só se justificavam pelo que representavam os quadros que viriam a responder pelo poder na República. De fato, análise mais acurada nos mostrará a presença de médicos, advogados e outros profissionais liberais no controle dos partidos e da máquina estatal, ao lado dos seus antecessores ligados à oligarquia rural.

Não se fizeram à Universidade grandes exigências de esforço de pesquisa ou domínio da tecnologia existente, daí a razão por que também não se percebem cobranças a seu desempenho nessas áreas. Embora a Universidade começasse a distanciar-se das expectativas que se vinha criando acerca de seu papel, até então não se podia falar de fracasso da Universidade, de sua responsabilidade na má qualidade do ensino ou de sua alienação em relação aos velozes acontecimentos econômicos.

Reformada de cima para baixo e de fora para dentro, sitiada em todas as direções possíveis, a Universidade, atropelada pelo autoritarismo do Estado e dentro desses rígidos limites, cumpriu a tarefa secundária que lhe foi reservada.

Não se pode falar em capitulação da Universidade, nem em conformismo com a situação que lhe foi imposta. Ao contrário, valendo-se dos poucos flancos que lhe ficaram abertos, a Universidade reagiu, fez sua contra-reforma, de que é testemunho mais contundente a criação da USP, dentro do projeto de Universidade da oligarquia paulista e fora das exigências reformistas; também a criação da Universidade do Distrito Federal por Anísio Teixeira, a firme posição da Universidade de Minas Gerais e o grande debate que se travou em torno da Educação entre educadores católicos e liberais e que marcará a LDB (Lei de Diretrizes e Bases) muitos anos mais tarde.

Tais fatos mais diretamente ligados à Educação no período passaremos a ver agora, na segunda parte deste capítulo.

B. CONTEXTO EDUCACIONAL. DE 1930 a 1946

1. Introdução

Como já tivemos ocasião de verificar, uma vez assumido o poder, o governo revolucionário tomou uma série de medidas que visavam fechar os flancos às forças opositoras, e criou no interior do País uma atmosfera aliancista que pretendia permitir a composição de todos os interesses em jogo, tanto no plano interno como na área internacional.

A criação dessa atmosfera fazia-se necessária para atrair os investidores nacionais, a fim de se alcançar o desenvolvimento pretendido.

Só o caráter aliancista do novo governo, que terá necessariamente de compor-se com a oligarquia, com a nascente burguesia, com a nova classe trabalhadora e, no âmbito da Educação, com as mais diferentes correntes de pensamento, explicará as ambigüidades e incongruências governamentais no

tratamento a uma área, como a Educação, que ele mesmo considerava tão importante.

A análise da Universidade nesse período, confirma as posições dos clássicos da Teoria da Universidade, que tomam como natural a tensão existente entre os interesses do Estado em determinados momentos históricos e o exercício da vontade universitária resultante de sua autonomia, embora esses mesmos clássicos tomem, como realidade posta, que a Universidade sempre refletirá o meio social mais amplo em que se encontra inserida.

Não se quer aqui afirmar que sempre e necessariamente o Estado encarna as aspirações sociais mais abrangentes, mas o que não se há de contestar é que no Brasil, como de resto na América Latina, o Estado sempre se apresenta como árbitro nos momentos conflitantes.

Um dos flancos mais cobiçados, a ser trabalhado a favor do projeto, era a área de Educação em todos os níveis, quer pela necessidade de mão-de-obra qualificada para o novo projeto, quer pelos efeitos que poderia ter a fermentação das idéias, principalmente através do ensino superior.

Assim é que, com a maior urgência, se cria o Ministério da Educação e para ele se convoca Francisco Campos, cuja experiência e saber mereciam de todos o maior respeito, não obstante as suspeições que seu passado levantava aos liberais.

"É Francisco Campos defensor das instituições políticas vigentes na década de 20: defende, quando deputado federal, o regime de estado de sítio, as medidas de exceção e repressão contra as manifestações militares de protesto às instituições vigentes; é opositor das manifestações tenentistas e do programa político de Assis Brasil. Coloca-se contra a autonomia dos municípios e dos estados e defende o fortalecimento do Poder Central. É contra o voto secreto, o sistema de partidos e os parlamentares, propondo a iniciativa e o monopólio da legislação pelo Poder Executivo. Posiciona-se ainda contra o Estado liberal e as institui-

ções democrático-liberais, que já estariam relegadas ao 'museu de antiguidades políticas' (111)

Saiu-se bem, entretanto, o Ministro na tarefa que lhe fora confiada, apesar de suas incongruências tão visíveis, ou talvez até em função delas. Sempre situacionista, era capaz de fazer afirmações de sentido e conteúdo completamente opostos, como estas, dependendo do local e das circunstâncias:

"O valor e o futuro do regime democrático estão, porém, no assentimento livre e refletido da opinião. Tal assentimento, porém, supõe iniciativa, espírito crítico e independência de juízo, capacidade de duvidar e de inquirir, todas as nobres qualidades que tornam o homem verdadeiramente livre"

"A Educação não tem o seu fim em si mesma; é um processo destinado a servir a certos valores e pressupõe, portanto, a existência de valores sobre alguns dos quais a discussão não pode ser admitida" (112)

Logo tratou o ministro de efetuar a reforma educacional que a nova ordem estava a reclamar, e o fez em todos os níveis de ensino. Em nosso trabalho trataremos apenas da reforma do ensino superior, e este apenas no que se refere à Universidade, motivo básico de nossa preocupação.

Antes de entrarmos no teor da reforma, julgamos prudente sintetizar o quadro universitário mundial no período, porque acreditamos que tal iniciativa facilitará nossa compreensão de certos aspectos dos decretos reformistas.

Consideramos que, no momento em que se promovia a reforma universitária getulista no Brasil, a Universidade no mundo se encontrava em fase de transição total. O modelo inglês enfatizava o saber pelo saber, e o modelo alemão, que

(111) Irene R. CARDOSO. *Op. cit.*, p. 101/102

(112) Cêlio da CUNHA. *Educação e Autoritarismo no Estado Novo*. Cortez Ed./Autores Associados, 1981, p. 102/103

desejava a busca da verdade como direito da humanidade, sofreram duros golpes:

- os dois modelos pressupunham o trabalho apenas com 'os melhores', e subitamente receberam uma verdadeira invasão de pessoas 'médias' em suas salas de aulas;
- o conflito mundial de 1914 e a iminência de ... novo confronto mundial passaram a exigir da Universidade comprometimentos sociais e ajustamento às ordens governamentais, muito além do saber desinteressado e idealista;
- o modelo norte-americano, que nada mais era do que o modelo inglês, adaptado ao pragmatismo, deixou de responder às necessidades do País, o que levou Flexner a afirmar: "*nossa Universidade se encontra ainda no futuro*";
- paradoxalmente, ganhava prestígio na América Latina, na área do poder constituído, a Universidade na poleônica, considerada pelos especialistas como a própria anti-Universidade;
- finalmente, o movimento de Córdoba, na Argentina, com suas reivindicações de autonomia universitária e de participação política da Universidade, alastrava-se por todo o continente com extraordinária velocidade. Acerca deste movimento o leitor poderá encontrar mais informações no capítulo em que tratamos das Universidades latino-americanas.

No plano interno, embora não tivéssemos um sistema universitário, a reforma deveria levar em consideração:

- os interesses econômicos governamentais em relação à Educação e, muito mais, os interesses das classes dominantes;
- as reivindicações regionalistas dos paulistas, principalmente, que há longo tempo vinham debatendo a questão universitária;
- o choque de interesses entre a corrente dos educadores escolanovistas e os educadores católicos;
- a existência dos diversos modelos de Universidade e

a influência que exerciam nas correntes intelectuais do País.

A experiência de 1920, com a criação da Universidade do Rio de Janeiro, e também os incidentes ocorridos com a criação da Universidade de Minas Gerais recomendavam cautela com a reforma educacional, dadas as implicações de ordem política que certamente iriam suscitar.

2. A Reforma Francisco de Campos - Conteúdo, Críticas e Desdobramentos

Optou o governo por realizar a reforma universitária valendo-se de três decretos, bastante abrangentes, que cobriam todos os aspectos do ensino superior e seus problemas naquele momento:

- Decreto nº 19.850 de 11/04/1931, criando o Conselho Nacional de Educação;
- Decreto nº 19.851 de 11/04/1931, instituindo o Estatuto das Universidades brasileiras;
- Decreto nº 19.852, reformando a Universidade do Rio de Janeiro.

A estes decretos, e mais aqueles que vieram atingir os demais níveis do ensino, deu-se o nome de Reforma Educacional Francisco Campos, cujo conteúdo e desdobramentos examinaremos através das críticas e dos fatos que ela gerou no campo educacional, dentro do período estudado, e seus reflexos até os nossos dias.

Em linhas gerais, no tocante à Universidade, pode-se afirmar acerca da Reforma:

- dela não participou o corpo acadêmico;
- profissionalizou a Universidade;
- adotou o sistema de agregação das faculdades existentes, dificultando a integração efetiva;
- optou pela Universidade unificada, tendo fortes traços de centralização;
- limitou demasiadamente a autonomia universitária;

- não levou em consideração o farto material existente como resultado dos debates mantidos por muitos segmentos nas conferências nacionais;
- o texto legal ficou muito aquém da exposição de motivos;
- não se levou em consideração o projeto paulista de Universidade, já bem elaborado.

Em função dessas características a Reforma recebeu críticas dos mais diferentes segmentos, e pelas mais diferentes razões:

a) Criticou-se severamente seu caráter autoritário e o fato de ser absolutamente solitária.

"As reformas já nascem, pois, com os dias contados; sem credenciais de êxito, ridicularizadas demais que são pelos catedráticos, diante da onisciência do ministro reformador, julgando-o versado (aconselhado sempre por 3 ou 4 amigos professores, cujos nomes não aparecem em público)..." (113)

Dela diz também Lauro de Oliveira Lima:

"Quando as 'reformas' não sofrem o desgaste dos grupos de pressão e da opinião pública, tendem a ser radicais e monolíticas, repletas de grandes virtudes e de grandes tolices" (114)

Pelo caráter eclético de Francisco Campos e pelo fato de, sozinho, ter assumido a Reforma em todas as áreas de saber, sem consultar os especialistas, recebeu dos alunos o nome de "*chicociência*", o que revelava bem sua tendência enciclopédica e solitária.

(113) Antonio PAIM. *Os Novos Caminhos da Universidade*. Fortaleza, Imprensa Universitária da UFC, 1981, p.26

(114) Lauro de Oliveira LIMA. *Estórias da Educação no Brasil: de Pombal a Passarinho*. Ed. Brasília, 2a. ed., p. 120

b) Em segundo lugar, repudiou-se o centralismo e a criação da Universidade ũnica, contra toda a movimentação existente a favor da regionalização universitária. Na exposição de motivos fica bastante clara a posição centralizadora assumida. Tudo deveria passar pela aprovação dos órgãos centrais.

"... a organização das universidades brasileiras atenderá, primordialmente, ao critério dos reclamos e necessidades do País, e assim será orientada pelos fatores nacionais de ordem psíquica, social e econômica. (...) No que tange à questão da autonomia didática e administrativa, dispõe o Artigo 7º que 'a organização administrativa e didática de qualquer universidade será instituída em estatutos, aprovados pelo Ministro da Educação e Saúde Pública e que só poderão ser modificados por proposta do Conselho Universitário ao mesmo Ministro, devendo ser ouvido o Conselho Nacional de Educação'" (115)

Contra a Universidade ũnica, tinha posição firmada o Conselho Universitário da Universidade de Minas Gerais, que em correspondência enviada ao governo assim se manifestou: (116)

(115) Irene R. CARDOSO. *Op. cit.*, p. 100

(116) Raymundo Moniz de ARAGÃO. *A Instrução Pública no Brasil*. Editora da FGV, 1985, p. 38/39

(Na verdade, esta foi a posição assumida pela ABE, como registra CUNHA, e que a Reforma não levou em consideração. Em novembro de 1928, realizou-se em Belo Horizonte a II Conferência Nacional de Educação, promovida pela ABE. A seção de ensino superior e universitário adotou como suas as conclusões da monografia apresentada por Tobias Moscoso, o primeiro reitor da Universidade do Rio de Janeiro. Os principais pontos levantados foram os seguintes:

- não deve haver um tipo ũnico de universidade em todo o país;
- cada universidade deve se organizar conforme suas condições peculiares e as da região onde se localiza; assim também os cursos que pretende oferecer e as pesquisas que pretende desenvolver;
- o que deve ser uniformizado é o preparo fundamental para a matrícula nas universidades;
- as universidades devem gozar de autonomia integral, garantida pela renda de um patrimônio inalienável, intransferível e insub-rogável, doado pelos governos federal e estaduais ou por particulares". Em: Luiz Antônio CUNHA. *Op. cit.*, p. 226)

"Não é recomendável o padrão único universitário para todo o país; ao contrário, convém que a cada qual se faculte organizar-se livremente, dentro dos recursos financeiros da região, sem contudo descurar do supremo interesse nacional". (116)

Voltaremos a tratar desta questão quando falarmos especificamente da reação paulista, a mais veemente de todas elas.

c) A limitação das atividades universitárias a cursos meramente profissionalizantes mereceram a pronta oposição dos intelectuais liberais, por não corresponder às teses que vinham sendo discutidas pelos teóricos da Universidade em quase todos os países, especialmente pelos resultados negativos obtidos na Europa.

"El profesionalismo y el especialismo, al no ser debidamente compensados, han roto em pedazos al hombre europeo, que por lo mismo está ausente de todos los puntos donde pretende y necesita estar. (...) En efecto: el demoramiento de nuestra Europa, visible hoy, es el resultado de la invisible fragmentación que progresivamente ha padecido el hombre europeo" (117)

O caráter simplesmente profissionalizante da Universidade, que não aparecia na exposição de motivos, fica denunciado na exigência de três cursos profissionalizantes para o funcionamento da Universidade: Medicina, Direito e Engenharia, sendo que nenhum deles tinha qualquer contribuição direta a dar à melhoria do ensino nos graus subalternos, e, de forma estranha, principalmente no que toca ao curso de Direito, o mercado de trabalho se encontrava já coberto nessa área, o que revela que a Reforma, ao privilegiá-lo, apenas atendia aos desejos da oligarquia.

Anísio Teixeira, um dos mais respeitados educado-

res liberais da época, chamado inclusive para ocupar diversos cargos importantes nas áreas do Governo Federal, criticou severamente o modelo profissionalizante, por ocasião da inauguração da Universidade por ele criada no Distrito Federal, sobre a qual voltaremos a comentar posteriormente. Disse ele:

"Esse país é o país dos diplomas universitários honoríficos, é um país que deu às suas escolas uma organização tão fechada e tão limitada que substituiu a cultura por duas ou três profissões práticas, é o país em que a educação, por isso mesmo, se transformou em título para ganhar um emprego" (118)

E, na mesma direção falou também o Reitor Afonso Pena Junior, por ocasião da formatura da primeira turma da mesma Universidade:

"Essa Universidade não é certamente um conjunto de escolas de tipo profissional distribuindo anualmente diplomas em maior número que o País pode consumir; é precisamente um centro de alta intelectualidade, de orientação da inteligência e do saber, de formação de professores, escritores, jornalistas, artistas e políticos, não unicamente no preparo restrito e prático de médicos, bacharéis e engenheiros. Nela será preparado o homem culto, o que difere do homem diplomado" (119)

Havia certo consenso de que a formação profissional era tarefa da Universidade e de que, por intermédio dela, o ensino universitário poderia ser útil ao desenvolvimento econômico e social. O que se criticou foi a prioridade, senão a limitação exclusiva a ela, em prejuízo das tarefas maiores da Universidade. O que de fato desejavam os críticos da Reforma era a compatibilização do texto que constituía a exposição de motivo, e os textos legais que reformavam a Universidade do Rio de Janeiro e criava o Estatuto das Universida-

(118) Antonio PAIM. *Op. cit.*, p. 32

(119) Ibid., p. 35/36

des Brasileiras. Aliás, foi através do uso desse expediente que muitos avanços foram obtidos, conforme teremos ocasião de verificar. (120)

Fernando de Azevedo, parece-nos, colocou bem a questão no texto que segue, referindo-se à Universidade de São Paulo:

"As Universidades modernas compete formar o sábio, o político, o profissional e o técnico; e na medida em que conciliar os papéis respectivos das ciências e das letras, os estudos desinteressados e os de utilidade imediata, as exigências da teoria e da prática, da cultura e da profissão, a Universidade de São Paulo estenderá o seu raio de influência no meio social, e, como uma instituição real e viva, marcará pelas suas pulsações o ritmo do progresso em todos os campos das atividades nacionais" (121)

(120) A exposição de motivos consistia um conceito de Universidade dos mais ricos e desejáveis. Vejamos o que em parte dele diz Francisco Campos: "... unidade administrativa e didática que reúne, sob a mesma direção intelectual e técnica, todo o ensino superior, seja o de caráter utilitário e profissional, seja o puramente científico e sem aplicação imediata, visando assim (...) o duplo objetivo de equiparar tecnicamente as elites profissionais do país e proporcionar ambiente propício às vocações especulativas e desinteressadas, cujo destino, imprescindível à formação da cultura nacional, é o da investigação e da ciência pura. (...) Universidade não é apenas uma unidade didática, pois que a sua finalidade transcende ao exclusivo propósito do ensino, envolvendo preocupações de pura ciência e de cultura desinteressada, ela é, igualmente, e é sobretudo, porque este caráter que individualiza e a distingue das demais organizações do ensino, uma unidade social ativa e militante, isto é, um centro de contacto, de colaboração e de cooperação de vontades e de aspirações, uma família intelectual e moral, que não exaure a sua atividade no círculo dos seus interesses próprios e imediatos, senão que, como unidade viva, tende a ampliar no meio social, em que se organiza e existe, o seu círculo de ressonância e de influência, exercendo nele uma larga, poderosa e autorizada função educativa". Em: CARDOSO, Irene R. *Op. cit.*, p. 98.

(121) Fernando de AZEVEDO. *As Universidades no Mundo de Amanhã*. Cia. Editora Nacional, 1947, p. 134/135

d) Outra questão que mereceu críticas muito severas foi a limitação da autonomia universitária dentro do corpo da reforma. A limitação da autonomia foi assim justificada na exposição de motivos:

"... preferiu a orientação prudente e segura da autonomia relativa, destinada a exercer uma grande função educativa sobre o espírito universitário, que na sua prática adquirirá a experiência e o critério indispensáveis a uma autonomia mais ampla, seja no terreno administrativo, seja no domínio didático. (...) A autonomia integral será, assim, obra de conquista do espírito universitário, amadurecido, experiente e dotado do seguro e firme sentido de direção e de responsabilidade, ao invés de constituir uma concessão graciosa e extemporânea, destinada antes a deseducar do que a formar, no centro universitário, o senso de organização, de comando e de governo" (122)

Uma análise ainda que superficial do texto facilmente revelará a desconfiança do legislador em relação ao governo universitário e, por isso mesmo, ele deve ser limitado e subalterno. O texto considera a Universidade de menor idade, imatura, a requerer cuidados especiais sob pena de se perder. Cunha coloca bem a questão relacionando esse fato com o próprio autoritarismo do governo.

"A suposição da universidade como uma criança indefesa, carente de tutela, era similar àquela que a ideologia autoritária tinha a respeito do povo como incapaz de se dirigir, necessitando de elites que lhe apontassem o caminho a seguir" (123)

Os críticos da época não foram menos severos, uma vez que a questão da autonomia universitária era agenda do momento em toda a América Latina, em função da crise das Universidades européias e norte-americanas e do movimento de Córdoba.

(122) Irene R. CARDOSO. *Op. cit.*, p. 100

(123) Luiz Antônio CUNHA. *Op. cit.*, p. 298

É novamente do Conselho Universitário da Universidade de Minas Gerais que se tem a posição clara sobre a questão, adotada, aliás, pela conferência da ABE, realizada em Belo Horizonte em 1928.

"As universidades brasileiras deve ser outorgada plena autonomia econômica, didática, administrativa e disciplinar, assegurada a viabilidade delas por patrimônio próprio, bastante para prover as suas necessidades pedagógicas" (124)

Essa posição encontrava respaldo nos melhores teóricos da época, que, segundo já tivemos ocasião de verificar, queriam ver o trabalho universitário ser realizado sem constrangimento de qualquer natureza. Era entendimento comum que só a Universidade autônoma era capaz de, ao mesmo tempo, cuidar da cultura desinteressada e formar homens e simultaneamente profissionais que pudessem responder às necessidades econômicas.

Quis o reformador, certamente, resolver ou antecipar-se ao problema, que já se vinha percebendo em alguns países, notadamente da América Espanhola, de uma forte tensão entre Universidade e Estado. Provavelmente, também percebeu ele as dificuldades que vinham encontrando os regimes europeus para fazer as reformas educacionais, e preferiu aderir àqueles regimes, que optaram por tentar aparelhar a Universidade a um compromisso mais forte e um serviço mais eficaz ao processo de desenvolvimento econômico, semelhante ao que já tivemos ocasião de ver no momento em que analisamos as características da velha Universidade Francesa e do então recém-criado modelo universitário bolchevista.

Voltaremos, em outros capítulos a tratar da autonomia universitária da Universidade brasileira, e também do que nela ficou do espírito de imitação de outros modelos.

e) Também motivo de críticas na época foi o sistema de simples agregação das faculdades existentes, mantendo seus

(124) Raymundo Moniz de Aragão. *Op. cit.*, p. 38

privilégios, organizações, compartimentos isolados, sem qual quer ligação acadêmico-administrativa com as outras áreas do saber.

Tal espírito nasceu com a fundação da Universidade do Rio de Janeiro, como já tivemos ocasião de verificar, o que lhe confere o título de "*Universidade de Fachada*", e mereceu recusa geral muitos anos depois, no inquérito organizado por Fernando de Azevedo em São Paulo.

"A opinião majoritária condenava a criação da universidade pela mera reunião de unidades de ensino profissional" (125)

Moniz de Aragão, referindo-se à influência desse fato na Universidade brasileira, afirma:

"Quanto a este último ponto, escrevemos em 1959: 'As universidades brasileiras acusam um vício de estruturação, verdadeiro pecado original, que lhes foi transmitido pelo Decreto nº 19.851, de 1931 - o Estatuto das Universidades Brasileiras - quando lhes prescreveu, em dispositivo infeliz, a constituição mediante o agrupamento de unidades escolares,...'" (126)

Mas, em 1967, cabe ao professor Newton Sucupira referir-se ao mesmo fenômeno, lamentando que ele tenha permanecido introjetado no espírito da Universidade brasileira até os decretos de Castelo Branco.

"Não seria exagero dizer-se que a universidade brasileira, ao ser criada, não introduziu qualquer alteração substancial no espírito, processo e estruturas do ensino superior vigente. Nascida da reunião de faculdades profissionais preexistentes, a universidade não passava de uma 'congêrie' de estabelecimentos, zelosos de sua independência, ligados entre si pelo elo administrativo e financeiro de uma reitoria. Ressentia-se de

(125) Luiz Antonio CUNHA. *Op. cit.*, p. 228

(126) Raymundo Moniz de ARAGÃO. *Op. cit.*, p. 39

unidade estrutural e funcional e faltava-lhe a vocação de pesquisa científica" (127)

Queremos deter-nos um pouco mais nas críticas e desdobramentos da Reforma Francisco Campos, analisando a posição assumida pelos paulistas e a criação da Universidade de São Paulo, bem como a posição dos liberais, notadamente na linha igualitarista, e a criação da Universidade do Distrito Federal.

3. A Posição dos Paulistas

A posição assumida pelos paulistas, de oposição à Reforma Francisco Campos, só se torna clara quando examinada dentro do contexto político mais amplo e das consequências econômicas para São Paulo, das medidas governamentais, como já tivemos oportunidade de verificar no momento em que tratamos do assunto.

Os paulistas já haviam recusado o modelo de Universidade que se criou em 1920 no Rio de Janeiro; desde esta época deram início a um debate em torno do tipo de Universidade que gostariam de ter. Foram perdedores com a subida de Vargas ao poder, foram duramente penalizados durante o ano de 1931, em que ocorreu a Reforma, e sofreram sérios prejuízos com a Revolução Constitucionalista de 1932, que deixou profundas cicatrizes entre São Paulo e o governo central.

O caráter centralizador e unificador da Reforma contrariava frontalmente o que vinha sendo defendido em São Paulo desde 1924, e simplesmente confirmava, no plano da Educação, o que já vinha ocorrendo no plano econômico e político, isto é, a marginalização de São Paulo pelo governo Vargas.

Fernando de Azevedo, em pesquisas realizadas antes de 1930, que receberam a denominação de inquérito, já havia chegado às seguintes conclusões:

(127) Newton SUCUPIRA. "A Reestruturação das Universidades Federais". Em: *Seminário de Assuntos Universitários*. Conselho Federal de Educação, Brasília, 1979, p. 72

- as reformas até então sempre foram feitas de modo isolado e autoritário;
- no ensino superior existente se desprezou a cultura livre e desinteressada;
- a iniciativa privada tinha culpa pela indiferença com que aceitava os fatos;
- o modelo de Universidade criado no Rio de Janeiro não correspondia àquele que os paulistas desejavam.

Na interpretação que se fez do inquérito, a Educação deveria ser pública, a Universidade tinha a obrigação da formação do professorado e o compromisso de formar a elite dirigente do país. (128)

Outra fonte importante para captar-se o espírito de São Paulo, que antecedia a Reforma e justificava sua rejeição, são os escritos de Júlio de Mesquita Filho, denominados "*A Comunhão Paulista*" e "*A Crise Nacional*".

Nesses escritos, São Paulo tem uma missão especial na formação da nacionalidade brasileira, diferente da missão política, considerada inferior, e é na Universidade que se dará a formação do quadro necessário à realização desse objetivo de hegemonia regional.

Já o caráter profissionalizante contrariava a pregação, que há tantos anos se vinha fazendo, da função da Universidade como agência formadora de uma elite dirigente, única saída para a crise existente. (129)

Pelo que registramos até agora, o projeto paulista de Universidade não se encontrava contemplado na Reforma Francisco de Campos, e sua realização estaria muito mais na dependência de negociações políticas do que de viabilidade técnica.

(128) Fernando de AZEVEDO. *A Educação na Encruzilhada*. Ed. Melhoramentos, p. 32

(129) O leitor poderá buscar um maior aprofundamento destas questões na obra *A Universidade da Comunhão Paulista*, de Irene R. Cardoso, de onde extraímos muitas das informações aqui registradas.

nica.

A presença no governo de São Paulo, de Armando de Salles Oliveira, e a nomeação de Fernando de Azevedo para o cargo de Diretor Geral da Instrução Pública em 1933, eram os primeiros sinais visíveis da possibilidade de viabilização do programa de Universidade, porque representavam uma reaproximação de São Paulo com o Governo Central.

Pelo Decreto Estadual nº 6.283, de 25 de janeiro de 1934, do governo Armando de Salles Oliveira, criava-se a Universidade de São Paulo, dentro do projeto há muito debatido e sonhado.

Passaram a fazer parte da nova Universidade as seguintes instituições:

- Escola de Veterinária, estadual (1928);
- Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz (1899);
- Faculdade de Direito, federal (1827);
- Faculdade de Farmácia e Odontologia, estadual (1899);
- Faculdade de Medicina (1913);
- Instituto de Educação (1933);
- Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras (a ser instalada);
- Instituto de Ciências Econômicas e Comerciais (a ser instalado);
- Escola de Belas Artes (a ser instalada).

Além dessas organizações, deveriam fazer parte da Universidade de São Paulo diversos institutos espalhados pelo Estado.

Deveria inspirar a nova Universidade uma concepção bem mais ampla do que aquela que vinha presidindo a Universidade do Rio de Janeiro, e que Fernando de Azevedo assim coloca como tarefa:

"... formação de homens verdadeiramente eminentes, não para um quadro profissional restrito, não para funções

técnicas determinadas, não para as 'sociedades secundárias' ou grupos ocupacionais em que se secciona a sociedade geral, mas para a filosofia, as letras e as ciências, para as atividades desinteressadas, nos diversos domínios do saber humano, para a coletividade em geral, para o país e a civilização" (130)

Nos considerandos e no conteúdo do Decreto, levanta-se a ampla temática, que se pode assim sintetizar:

- a formação da classe dirigente e a democracia;
 - a função primordial da Universidade, de afetar a consciência social;
 - a Universidade voltada para a resolução dos problemas da nacionalidade;
 - os altos estudos e a cultura livre e desinteressada, expressando a função superior, a da formação capaz de ver a sociedade sob o prisma do interesse geral;
 - a preparação para o exercício de todas as profissões, expressando, dentro de uma concepção de divisão do trabalho intelectual, a função do preparo dos quadros profissionais, para as sociedades secundárias ou grupos ocupacionais;
 - o Estado responsável pela função educacional.
- (131)

Parece-nos que a Universidade de São Paulo resultou efetivamente de negociações políticas; a custo e concessões muito grandes. Cremos que vale a pena a transcrição integral do texto em que Irene R. Cardoso faz referência ao escamoteamento que se fez da real situação da Universidade de São Paulo, através da criação do mito do liberalismo. Diz ela:

"Com ele, escamoteia-se que foi criada sob a ditadura

(130) Irene R. CARDOSO. *Op. cit.*, p. 124

(131) *Ibid.*, p. 122/123

de Vargas, quando Armando Salles Oliveira era interventor federal em São Paulo, nomeação que foi obtida através de compromisso com o ditador de que manteria o Estado distante das articulações revolucionárias que estavam em andamento em 1933. Omite-se também que quando da implantação da Universidade, e imediatamente após, durante os seus primeiros passos, os liberais estavam no auge do seu empenho anticomunista, fazendo aliança com os setores mais intransigentemente reacionários e, por isso, dando cobertura a toda a seqüência de ações de Vargas (estado de sítio, estado de guerra, desrespeito a imunidades parlamentares, prisões e perseguições arbitrárias e violentas) que vão culminar no Estado Novo. E omite-se, que é o que mais interessa no caso, que durante esta época, da implantação e primeiros passos da Universidade, os liberais postaram-se contra a liberdade de pensamento e expressão, apontando para a necessidade de fiscalizar o que se ensinava nas universidades e escolas secundárias, o que publicavam nos jornais e o que se editava em livros e revistas" (132)

4. O Papel da Associação Brasileira de Educação e o Manifesto dos Pioneiros

Difícilmente se pode separar a participação de Fernando de Azevedo em São Paulo, com o projeto de Universidade que lá se elaborou, da ação dos liberais escolanovistas que atuaram no Rio de Janeiro, então Distrito Federal, em Minas Gerais e outras partes do País, até mesmo porque ele assinou, junto com Júlio Mesquita e outros paulistas, o Manifesto dos Pioneiros.

Pode-se com certeza afirmar que a concretização da Universidade de São Paulo não se deve à ação dos profissionais da Educação, nem é resultado das pressões das organizações em que eles militavam, mas sim, como já o dissemos, é fruto de negociações políticas em que pesou extremamente o regionalismo paulista e a necessidade de aproximação do go-

verno central.

Feitas essas observações, queremos ver outras frentes de oposição à Reforma, de que maneira elas se deram e quais foram seus efeitos. Essas frentes tinham suas posições acerca da Educação definidas mesmo antes de Vargas, e as sustentaram por todos os meios, em debates prolongados e por vezes ásperos, nas grandes conferências nacionais.

Uma dessas iniciativas foi a criação da ABE, em 1924, que realizou importantes conferências antes de 1930 e deu prosseguimento a seus trabalhos após a implantação do novo governo. Dela diz Nagle:

"A Associação Brasileira de Educação foi fundada em 1924, por iniciativa de Heitor Lira. A ABE representou a primeira e mais ampla forma de institucionalizar a discussão dos problemas da escolarização, em âmbito nacional; em torno dela se reuniram as figuras mais expressivas entre os educadores, políticos, intelectuais e jornalistas, e sua ação se desdobrou na programação de cursos, palestras, reuniões, inquéritos, semanas de educação e conferências, especialmente as conferências nacionais de educação. Será por meio de tais iniciativas que a preocupação com os problemas educacionais se alastra e se sistematizam as discussões"
(133)

Em suas conferências as preocupações se centravam nos graus subalternos do ensino, na Educação como um todo e, por vezes, especificamente na Universidade, como ocorreu em Belo Horizonte em 1928, quando se chegou a conclusões e deliberações importantes:

- condenação da centralização universitária;
- defesa da autonomia e da regionalização dos projetos de criação da Universidade;
- organização de uma pesquisa, que uma vez concluída condenou a organização da Universidade pe

la simples agregação de escolas profissionais.

Os debates, levados a efeito pela ABE acabam por abrir uma forte polêmica com os educadores católicos, que se organizaram e criaram, mais tarde, a Confederação Católica Brasileira de Educadores.

O ponto mais alto do trabalho dos renovadores parece ser o Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova, publicado em 1932, por ocasião da Quinta Conferência Nacional de Educação, realizada em Niterói.

Nele os renovadores expõem sua proposta e fazem suas reivindicações acerca da Educação, que procuraremos sintetizar, sem as exaurir:

1) Condenam a educação tradicional artificial e verbalista, montada para uma concepção vencida e passada.

2) A Educação deve estar acima dos interesses de classe e vincular-se ao indivíduo e ao social.

3) É dever do Estado, que deve desempenhá-la com a cooperação de todas as organizações sociais.

4) Fim do dualismo e criação da escola única, aberta a todos e voltada para o trabalho.

5) Ensino público, laico, gratuito e obrigatório.

6) Introdução da co-educação.

7) Descentralização e autonomia para a Educação.

No que se refere especificamente ao ensino superior, reivindicam:

"Quanto ao problema da educação de nível superior, adverte o Manifesto que ela deve ser organizada de maneira que possa desempenhar a triplíce função que lhe cabe de elaboradora ou criadora da ciência (investigação), docente ou transmissora de conhecimentos (ciência fei

ta) e de vulgarizadora ou popularizadora, pelas instituições de extensão universitária, das ciências e das artes. Enfim, que ela se organize segundo seus modernos objetivos, a saber: ensino, pesquisa e extensão. Por último, assinala o Manifesto a impossibilidade de se organizar o sistema e dar-lhe unidade de ação sem a unidade de formação de professores, os quais, de todos os graus do ensino, devem ter formação universitária. Critica a forma como vinha sendo até então recrutado o professorado e propõe que a reorganização do ensino superior seja feita de tal forma, que das elites que ele prepare faça parte o professorado de todos os níveis" (134)

Se compararmos o teor do manifesto e os discursos do então ministro-reformador, logo perceberemos a razão do tom das críticas, que já mencionamos, de alguns renovadores, por muitos considerados como elementos ligados ao comunismo, uma vez que dispensam qualquer elemento transcendente, recusam a explicação do mal pela natureza corrompida do homem e desconsideram, fora do homem mesmo, qualquer compensação ou prazer extraterrestre. (135)

Os textos de Francisco Campos, que se seguem, demonstram a diferença de concepções:

"Há três laços que reúnem os homens - a religião, a família e a pátria. Mais do que ninguém o comunismo sabe disto. Ele combate os três ao mesmo tempo e em cada um deles combate os dois outros. Há uma indissolúvel solidariedade entre aqueles três vínculos externos. Se o bolchevismo combate a religião é porque combate a família e a pátria. A religião que outra coisa é senão a sagrada família e a única sanção da família? E a pátria, senão uma afinidade de famílias, reunidas pelos laços de sangue e do espírito, e que laços mais fortes de

(134) Otaíza de Oliveira ROMANELLI. *Op. cit.*, p. 149

(135) Carlos R. Jamil CURY. *Op. cit.*, p. 75,76 e 77

espírito do que os de crença comum?" (136)

"A religião, a filosofia, a poesia, a arte, domínios tão legítimos quanto o da ciência, porque reservados às porções de realidade que a ciência ainda não conseguiu reduzir às suas medidas e às suas abstrações" (137)

Tais posições de Campos, agravadas por sua manifesta simpatia ao fascismo e todo o seu passado em Minas Gerais, que o ligava à Igreja Católica, levaram os escolanovistas a atitudes mais agressivas, embora nunca colocassem em questão o regime implantado, que ele representava.

No texto que segue, Francisco Campos revela claramente sua posição no que se refere ao ensino superior e à Igreja.

"A ordem universitária, portanto, ordem católica, a saber, fundada sobre o espiritual, organizada e orientada pelo espírito, é a imagem e semelhança da Igreja, em cujo seio se gerou e amadureceu, predestinada a reunir vínculos indissolúveis da comunhão de espírito, o disperso, o descontínuo, o inorgânico e o particular, sob as amplas categorias do contínuo e do orgânico da solidariedade e da universalidade ..." (138)

A luta tem prosseguimento e torna-se acirrada com a pressão dos renovadores e dos educadores católicos sobre os constituintes.

Um dos marcos importantes desta luta dos liberais é a presença do baiano Anísio Teixeira, que teve seu ingresso no aparelho estatal facilitado em função de suas origens oligárquicas na Bahia e pela sua formação nos Estados Unidos, onde conviveu com John Dewey.

(136) Francisco CAMPOS. *Educação e Cultura*. Ed. José Olympio, 1940, p. 153/154

(137) Ibid., p. 173

(138) Ibid., p. 150-151

Anísio Teixeira, liberal igualitarista, transferiu-se em 1931 para o Rio de Janeiro, sede da ABE, e trabalhou no Departamento de Educação do Distrito Federal.

Destacou-se por sua posição na Conferência Nacional de Educação, de 1932; foi convidado a ocupar o cargo de Diretor de Educação do Distrito Federal, onde, além das reformas profundas feitas no ensino secundário, criou em 1935 a Universidade do Distrito Federal, historicamente considerada um dos mais fortes sinais de esforço renovador da educação no Brasil, não obstante sua pequena duração.

Em relação a essa Universidade, queremos destacar:

- ia muito além do decreto de 1931, nas prerrogativas abertas aos estudantes, cuja participação ficou bastante significativa;
- o reitor, antes nomeado pelo Prefeito, nela seria eleito pelos órgãos competentes da própria Universidade;
- a Universidade tinha a tarefa de formar professores para todos os graus do ensino;
- deveria combater o autodidatismo;
- autonomia completa diante do Estado, o que causou grande preocupação ao Governo.

Nesta ocasião pós-constituente, já se começava a perceber a tendência autoritária do governo, que, não obstante todos os discursos em contrário, manifestava pelos atos uma caminhada na direção de um governo forte, aliás muito bem justificado posteriormente por Francisco Campos.

"A medida que cresce o número dos indivíduos e se torna mais densa e compacta a coletividade humana a autoridade tem que ser mais forte, mais vigilante e mais efetiva" (139)

(139) Francisco CAMPOS. *O Estado Nacional. Sua Estrutura - Seu Conteúdo*. Ed. José Olympio, 1940, p. 21

Anísio Teixeira foi uma das vítimas dessa sanha anti-comunista e por isso foi combatido por todos os modos. (140)

Um dos trechos mais duros de Anísio Teixeira, para justificar o tipo de Universidade que desejava, está em seu discurso transcrito na Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos:

"Muitos sonhavam, é certo, iniciar entre nós a tradição universitária recusando essa liberdade de cátedra que foi conquistada pela inteligência humana nas primeiras refregas intelectuais de nossa época. Muitos julgavam que a Universidade poderia existir, no Brasil, não para libertar, mas para escravizar. Não para fazer marchar, mas para deter a vida ... Conhecemos todos a linguagem desse reacionarismo. Essa é matusalêmica. 'A profunda crise moderna é sobretudo uma crise moral'. 'Ausência de disciplina'. 'De estabilidade'. 'Marchamos para o caos. Para a revolução'. 'É o comunismo que vem aí'. Falam assim hoje. Falam assim há quinhentos anos" (141)

5. Conclusão Geral

Entendemos que o fato mais importante para a Universidade Brasileira, durante todo o governo de Vargas, foi mesmo a Reforma Francisco Campos, que ensejou vigoroso debate em torno da Universidade e presidiu o espírito do ensino brasileiro em todos os graus, como já tivemos a ocasião de analisar, além da LDB e da própria Reforma Universitária de 1968.

A título de síntese, gostaríamos de alinhar os acontecimentos mais importantes para a Universidade ao longo dos primeiros 15 anos do Governo Vargas, alguns gerados pela Reforma:

(140) Anísio TEIXEIRA. *Educação para a Democracia*, p. 10

(141) Anísio TEIXEIRA. Discurso de Inauguração dos Cursos em 31/07/1935. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos* (85)

- Os três decretos em si, por terem revelado desde o início a tendência governamental quanto à Universidade, a saber: ensino pago, centralizado, profis-sionalizado; universidade única; pouca flexibilidade.
- Criação da Universidade de São Paulo, após longa discussão e aproveitamento das brechas deixadas pe-lo Estatuto da Universidade, mas fora de seus estreitos limites.
- Criação da Universidade do Distrito Federal como principal sinal de esforço renovador do período.
- Duas reformas na Universidade do Rio de Janeiro e sua transformação em Universidade do Brasil, com universo bem mais ampliado, embora permanecesse a pobreza da proposta inicial.
- Intenso debate entre educadores liberais e católicos, com grande influência na Constituinte de 1934 e de 1946. O fato de o Estado ter reconhecido a Educação como seu dever e direito de todos na Constituinte de 1934, bem como os sinais de descentralização, foram avanços muito significativos, logo tragados pelos acontecimentos de 1937.
- Período de hibernação da força dos liberais após 1937, que tiveram de mudar sua tática pela ausência de liberdade no País.
- Fortalecimento do movimento estudantil e origem da União Nacional dos Estudantes, em 1938, que exerceu, no período, relevante papel.

Um balanço geral do papel da Universidade para a realização do plano de desenvolvimento econômico do País, dentro dos moldes pensados pelo governo revolucionário, foi de pouco, senão de nenhum significado.

Em primeiro lugar, por longos anos, a Reforma não afastou a Universidade de seu reduzido papel ilustrador de formadora de profissionais para a satisfação da oligarquia, sem nenhuma repercussão no projeto de modernização do País.

Em segundo lugar, a necessidade de conciliar forças contrárias, cujas contradições ideológicas explodiam no interior da Educação, emperrou experiências renovadoras, comprometeu o avanço educacional e tornou extremamente lento o processo. Na verdade, continuou simplesmente uma Universidade de de classes, a serviço da oligarquia.

"Todas esses aspectos negativos denunciavam a existência de uma política educacional baseada numa concepção ideológica autoritária, no que respeitava ao controle da expansão do ensino, mas, ao mesmo tempo, aristocrática, no que concernia ao ensino secundário e aos cuidados com determinadas carreiras de nível superior. Refletia a sociedade do momento, enquanto esta também oscilava entre a necessidade de inovar e organizar a vida social, em novas bases, e a velha ordem, com a qual ainda se encontrava seriamente comprometida" (142)

"Finalmente, a dependência total de todas as demais categorias docentes, em relação ao catedrático, ao mesmo tempo que consagrava um espírito aristocrático na condução do ensino, criava o mesmo tipo de relacionamento vigente entre os políticos e sua clientela, numa verdadeira transplantação, para o âmbito universitário, das relações sócio-políticas características do coronelismo" (143)

Foram sufocados todos os movimentos renovadores, a semelhança da Universidade do Distrito Federal, e o balanço final do que se apresentava como melhor produto da reforma não parecia muito alentador.

"Mas é possível que a colaboração da Igreja, no campo do ensino superior, tivesse assumido uma função supletiva à do estado, incapaz de promover, diretamente, a adequada formação dos intelectuais orgânicos das classes dominantes. Para o cuprimento desta

(142) Otaíza de Oliveira ROMANELLI. *Op. cit.*, p. 142

(143) *Ibid.*, p. 134

função, o núcleo do Estado, o governo federal, especificamente, dispunha da Universidade do Brasil. Embora tivesse suas faculdades chamadas de nacionais, explicitando o caráter paradigmático e abrangente que se almejava para elas, a Universidade do Brasil não passava de uma instituição arcaica, onde se misturava a incompetência técnica ao nepotismo e ao servilismo ideológico ao Estado (Novo)" (144)

A Reforma Capanema nada significou para a Universidade, do ponto de vista de melhores condições para seu avanço; ao contrário, constituiu verdadeiro entrave, tornando a ação do Estado apenas de caráter supletivo na área do ensino.

Não obstante a expansão ocorrida, os avanços alcançados com a criação de novos cursos e a incorporação de intelectuais estrangeiros, em função das próprias limitações impostas à Universidade pelo poder ela não desempenhou o papel que dela esperava o Estado no processo de desenvolvimento por ele concebido.

Clemente Mariani, Ministro da Educação do Governo Dutra, avaliando a Universidade do período getulista, assim se expressa, enquanto representante do Estado:

"Impunha-se ao Ministério, como primeira medida, desvincular as escolas do sistema totalitário do Estado Novo, que as utilizara para propaganda dos seus fins imediatistas e ao mesmo tempo livrá-las da influência das ideologias partidárias, sobretudo o extremismo da esquerda, que já se instalara em algumas e, ao calor da democracia renascente, nelas pretendia firmar-se. Responsabilidades foram apuradas, revistos programas, nos quais se haviam inspirado doutrinas antidemocráticas e manifestações do culto da personalidade" (145)

(144) Luiz Antônio CUNHA. *Op. cit.*, p. 316/317

(145) Clemente Mariani BITTENCOURT. Conferência na Comissão de Educação e Cultura, em 22/09/1977. *Projeto Educação (I)*, p. 327

Não obstante a pesada voz do oficialismo acerca do negativo papel da Universidade, embora corramos o risco de sermos repetitivos, desejamos reafirmar o que obtivemos como resultado de nossas pesquisas:

1. O caráter retardário e atrofiado da Universidade brasileira reflete a própria qualidade do Estado naquele momento histórico.

2. A confirmação da simples justaposição de faculdades, vez que perseguirá a história da Universidade brasileira, é resultado da política de composição do governo, que não desejava contrariar interesses ligados às faculdades isoladas existentes à época do Rio de Janeiro e que correspondiam à visão de mundo de classe dirigente, e não produto da vontade acadêmica.

3. Do interior da Universidade das novas classes emergentes e da oligarquia paulista, brotaram vigorosas reações ao acanhamento do modelo imposto.

4. Não nos restam dúvidas de que as imposições refomistas do Estado autoritário entravaram os avanços da Universidade, retardaram sua marcha, mas, como já afirmamos, não a levaram à capitulação.

5. Até esta fase do trabalho não encontramos dados que respaldem a postura dos tecnocratas de 1964, que davam como realidade posta o fracasso da Universidade e atribuíam seu insucesso à própria incompetência universitária.

CAPÍTULO V

DO GOVERNO DUTRA AO GOLPE MILITAR DE 1964

A. RÁPIDAS CONSIDERAÇÕES SOBRE O CONTEXTO SOCIAL E ECONÔMICO

1. Governo Dutra

Passaremos a examinar, a partir desse ponto, as duas décadas que deram seqüência ao Estado Novo, muito tumultuadas, mas que, na realidade, em relação ao período anterior, não representam nenhuma ruptura significativa de ordem econômica, política e social.

Examinaremos, rapidamente, as relações exteriores, o plano econômico e as questões políticas e sociais internas, a começar pelo Governo Dutra.

No tocante às relações exteriores há que se ter em consideração a hegemonia norte-americana na América Latina, com a completa substituição da libra esterlina pelo dólar, em função dos resultados do conflito mundial.

Os norte-americanos conjugariam todos os esforços para recuperar os países europeus, até o limite que a recuperação não lhes prejudicasse, ao mesmo tempo que cuidariam de implantar uma política econômica globalizante e integrada na América Latina, de modo a garantir os interesses de suas grandes empresas.

O texto que se segue, de Nicholas J. Spykman, um dos teóricos da política norte-americana para a América Latina, não deixa dúvidas quanto a esta intenção:

"Tudo que não seja estabelecer um 'Grossraumwirtschaft' - o grande espaço vital - que incorpore todo o continente com base a uma economia planificada, com produção controlada e direção centralizada do comércio internacional, não poderá sobreviver. (...) Nenhum dos estados latino-americanos aceitará voluntariamente as modificações necessárias para a criação dessa economia regional. (...) Somente a conquista do hemisfério por parte dos Estados Unidos e a implacável destruição das economias nacionais agora existentes poderão concretizar a integração necessária" (146)

O economista José Serra, após comentar o que nos restou no pós guerra, saldo aliás nada animador para o início do Governo Dutra, uma vez que praticamente revela a anulação de todo esforço nacionalista anterior do Presidente Vargas na área econômica, nos diz:

"As formas de inserção internacional que configuram a situação de dependência mudaram. Elas agora se traduzem, fundamentalmente, no domínio estrangeiro dos setores dinâmicos que produzem para o mercado interno. E, mais recentemente, no progressivo controle da acumulação financeira interna. Tudo isto acompanhado de maiores e graves déficits e de um crescente endividamento externo" (147)

A estratégia e os planos montados pelos norte-americanos previam uma resistência bem maior do que aquela que de fato ocorreu, para se fazer a conquista do mercado. Não foi difícil aos imperialistas conseguirem seus objetivos, porque contaram com a colaboração pronta dos entreguistas brasileiros,

(146) Paulo SCHILLING. *Como se Coloca a Direita no Poder. I. Os Protagonistas*. Editora Global, 1979, p. 36

(147) José SERRA. *O Desenvolvimento da América Latina. Notas Introdutórias*. Em: VÁRIOS AUTORES. *América Latina. Ensaio de Interpretação Econômica*. Paz e Terra, 1976, p. 17

como os atos assim o revelam.

- a) Pelo Ministro da Fazenda se renunciaria ao esforço industrial e se voltaria ao tipo de dependência anterior sem maiores dificuldades.

"É da essência da economia latino-americana, e o Brasil nesse conjunto está integrado, certa concentração de esforços na exportação de matéria-prima e de gêneros alimentícios, bem como na importação de ampla variedade de artigos manufaturados e de comestíveis industrializados" (148)

- b) Não haveria nenhum problema em se dar cumprimento às determinações internacionais e nessa direção foram tomadas rápidas providências consideradas entreguistas:

- a rica reserva de manganês do Amapá, através da Bethlehem Steel Corp., foi entregue ao controle norte-americano;
- pelo Estatuto do Petróleo tentou-se a entrega das reservas de hidrocarbureto às empresas internacionais, fato que só não se concretizou em função da forte mobilização popular; sobre esta questão escreve Caio Prado:

"A campanha do petróleo, além de vitoriosa contra uma coligação poderosa de forças que não recuou na prática de nenhuma sorte de violências, constituiu um dos maiores, senão o maior passo dado no Brasil pela consciência anti-imperialista" (149)

- c) O ex-presidente Bernardes, nacionalista, através de severa denúncia ao Senado, consegue impedir a entrega de parte da Amazônia ao Instituto Internacional de Hiléia Amazônica.

(148) Thomas SKIDMORE. *Op. cit.*, p. 97

(149) Caio PRADO JR. *A Revolução Brasileira*. p. 320

- d) Os acordos atômicos colocam as reservas de material radioativo sob controle dos Estados Unidos.
- e) Ainda em acatamento à pressão internacional, a Inglaterra pagaria suas dívidas ao Brasil entregando-nos sucatas ferroviárias a custos muito elevados e que, pelos termos contratuais existentes, já eram nossas.

Dentro ainda das observâncias das imposições hegemônicas internacionais, mais diretamente do imperialismo norte-americano, o comunismo deveria ser combatido por todos os modos, o que levou Basbaum a afirmar:

"Pode-se mesmo dizer que Dutra foi eleito para fechar o PCB, cujo crescimento, a partir dos primeiros meses de 1945, foi avassalador" (150)

Para dar cumprimento a essa determinação, embora o governo fosse constitucional, Dutra praticou

"... alguns atos dos mais reacionários e anti-democráticos: cidadãos foram presos e espancados e tiroteados em praça pública, jornais foram fechados, o PCB tornando ilegal, e cassados os mandatos de deputados legalmente eleitos" (151)

Embora a referência seja feita exclusivamente ao Brasil e mais especificamente a Dutra, tratava-se de uma estratégia para toda a América Latina, à qual Vargas tentou resistir, o que mais tarde veio claramente à tona, e que o governo já teve que suportar. Caio Prado transcreve a decisão da Câmara dos Representantes dos Estados Unidos, oficializada em 1965, mas que já vinha sendo utilizada desde o fim da II Guerra Mundial.

"Forças subversivas conhecidas por comunismo interna-

(150) Leôncio BASBAUM. *Op. cit.*, p. 186

(151) *Ibid.*, p. 180/181

cional, aginda aberta ou veladamente, direta ou indiretamente, põem em risco a soberania e independência política do Hemisfério Ocidental. Em vista disso, um ou mais países da América (prossegue a Resolução), têm o direito de adotarem medidas, inclusive o uso da força armada, para prevenir ou repelir a dominação, controle ou colonização, qualquer que seja sua forma, da parte de forças subversivas conhecidas por comunismo internacional ou seus agentes no Hemisfério Ocidental" (152)

Como se pode notar, a política econômica do governo Dutra se fez sob novas regras do jogo, ou velhas regras rejuvenescidas, de qualquer modo bem mais fortes e que obrigavam o país a levar em consideração a hegemonia norte-americana no continente e o que ela reservava ao esforço de industrialização aqui realizado.

"De resto, as inversões que convertem as fábricas latino-americanas em meras peças da engrenagem mundial das corporações gigantes não alteram em absoluto a divisão internacional do trabalho. Não sofre a menor modificação o sistema de vasos comunicantes por onde circulam os capitais e as mercadorias entre os países pobres e os países ricos. A América Latina continua exportando seu desemprego e sua miséria; as matérias-primas de que o mercado mundial necessita e de cuja venda depende a economia da região. O intercâmbio desigual funciona como sempre: os salários de fome da América Latina contribuem para financiar os altos salários dos Estados Unidos e da Europa" (153)

Creio que não é demais repisar que o nacionalismo de Vargas sofre no Governo de Dutra duro revês, tanto em função das tendências e da fraqueza dos novos mandatários, como também em consequência do novo quadro que o conflito mundial deixou traçado para a América Latina.

(152) Caio PRADO JR. *A Revolução Brasileira*. p.322

(153) Eduardo GALEANO. *As Veias Abertas da América Latina*. Paz e Terra. 8a. ed., 1979, p. 224-225

As questões internas, tanto no âmbito econômico quanto no político, que repercutirão na Educação, terão também que ser examinadas em função das ligações com o exterior, sobretudo pela política cambial zigzagueante, na expressão de Skidmore.

Um bom relato da situação herdada em função dos fatores já mencionados, preservada e ampliada pela passividade governamental, oferece-nos José Serra no texto que segue:

"Uma grande parte da população permaneceu praticamente estagnada em seus seculares e ínfimos níveis de vida, quase à margem do consumo industrial. Outros foram incorporados ao 'sistema' em condições de forte exploração e apenas uma pequena parte conseguiu usufruir ou participar, de maneira considerável, do crescimento econômico.

A agricultura, em seu conjunto, continua 'atrasada' e como grande depósito de mão-de-obra subocupada, mantendo-se a dualidade de minifúndio-latifúndio. Nas cidades, aumentaram as desigualdades e a miséria relativa, com o crescimento do subproletariado, da força de trabalho de reserva e dos pauperizados. No interior do setor industrial e de serviços surgiram, 'polarmente', centros modernos e atrasados que acrescentaram novas dimensões à conhecida heterogeneidade da estrutura produtiva subdesenvolvida" (154)

Em um primeiro momento do novo governo, ou mais precisamente nos dois primeiros anos, ocorreram os seguintes fatores:

- o processo inflacionário acelerou-se de modo inesperado;
- para combater a inflação adotou-se uma generosa política de importação, que exauriu em tempo mínimo as divisas acumuladas nos anos anteriores e desequilibrou a balança comercial.

Os textos de Skidmore clareiam bem o quadro criado:

"No primeiro período ensaiou-se o retorno aos princípios do liberalismo do 'laissez-faire', uma política que foi abalada pelo rápido esgotamento das reservas brasileiras de divisas..."

"A resposta do novo governo à inflação oriunda da guerra foi abrir o país à importação de bens manufaturados no exterior. Isso parecia ainda mais lógico, em vista das grandes reservas de divisas acumuladas durante a guerra. Os Ministros da Fazenda, em 1946 e 1947, procuraram, portanto, satisfazer a procura em suspenso, e combater o aumento de preços através de uma generosa política de importação" (155)

Após esse verdadeiro festival de importações de efeito inflacionário, o governo opta por freá-las seletivamente, medida que vem beneficiar duplamente a classe empresarial. Primeiro, por facilitar a importação de máquinas e equipamentos e, depois, por preservar ao empresariado nacional o mercado de manufaturados, gerando forte demanda no mercado interno e, conseqüentemente, provocando a elevação dos preços do produto nacional com maiores vantagens para os empresários e a erosão dos salários da classe trabalhadora.

"O setor industrial era assim favorecido duplamente: por um lado, porque a possibilidade de concorrência externa se reduzia ao mínimo através do controle das importações; por outro, porque as matérias-primas e os equipamentos podiam ser adquiridos a preços relativamente baixos.

Criou-se, em conseqüência, uma conjuntura extremamente favorável às inversões nas indústrias ligadas ao mercado interno. Essa conjuntura foi responsável pelo aumento da taxa de capitalização e pela intensificação do processo de crescimento que se observa no após-guerra" (156)

(155) Thomas SKIDMORE. *Op. cit.*, p. 96/97

(156) Celso FURTADO. *Op. cit.*, p. 218

Daí se pode concluir que, desta feita, mais que os agricultores, a classe assalariada foi duramente penalizada por algumas razões:

- Em primeiro lugar, porque houve um aumento da demanda de consumo dos produtos nacionais, uma vez que os produtores do exterior não podiam mais entrar no mercado interno.

- A ampliação da demanda provocou elevação do preço e aumento da acumulação que sobrecarregava a classe trabalhadora, revertendo em favor dos empresários em seus reinvestimentos.

- Exigiu-se um aumento de produtividade da classe trabalhadora, cujos excedentes foram apropriados pelo capital.

- Além disso, a alta do café no mercado internacional estimulou a elevação dos preços agrícolas internos, agravando ainda mais o surto inflacionário, até pela retração da cultura de outros produtos alimentícios.

- Acrescente-se, a todos estes dados desfavoráveis à classe trabalhadora, a política salarial de congelamento dos salários, que foi um dos primeiros atos governamentais.

O governo tentou um ordenamento econômico através do Plano SALTE (Saúde, Alimentação, Transporte, Energia), que visava a racionalização dos gastos públicos e administração regionalizada. Como previa obras só com investimentos públicos, fracassou; dele restou, de concreto, apenas a pavimentação da Via Dutra e a construção da Companhia do Vale do São Francisco.

Não obstante todos estes percalços, houve um espontâneo crescimento industrial, pelos fatores favoráveis que já analisamos. Apesar desse crescimento, Basbaum descreve o fim do governo Dutra de maneira nostálgica:

"Deixou escoar o seu mandato num ritmo tropical, sonolento, do qual não se afastou nem mesmo em 1950, quan-

do começaram as agitações para a eleição do novo presidente" (157)

Em síntese, poderíamos destacar no governo Dutra:

- inadequada administração das reservas cambiais nos dois primeiros anos;
- tentativas de caráter entreguista em função das pressões do exterior;
- fechamento do Partido Comunista;
- repressão à classe trabalhadora, que sofreu grande perda salarial no período;
- crescimento espontâneo da indústria, que evitou o crescimento do desemprego;
- fracasso do Plano SALTE.

2. Novamente Vargas

Uma vez empossado, Vargas encontrará uma série de obstáculos que emperrarão o processo decisório nos primeiros anos e não permitirão ao novo governo nenhum momento de tranquilidade.

No âmbito externo, os maiores problemas são com os Estados Unidos, em função de diversos fatores:

- a campanha levada a efeito com a temática "O petróleo é nosso" e a criação da Petrobrás;
- o controle da remessa de lucros ao estrangeiro e a denúncia de fraude das empresas multinacionais, cujos lucros passavam a casa dos 500%;
- a negativa de envio de tropas à Guerra da Coreia;
- a desconfiança em relação a eventuais acordos entre o Governo Brasileiro e as esquerdas;
- a política altista do café, que mereceu ostensivo boicote por parte dos Estados Unidos.

Todas essas medidas, acrescidas das desconfianças já mencionadas do tempo do Estado Novo e o tom nacionalista das falas de Vargas, criavam um ambiente de franca hostilidade entre o Governo Brasileiro e os Estados Unidos.

Não obstante essa atmosfera, aceitou-se no Brasil trabalhar de boa vontade a Comissão Mista Brasil - Estados Unidos, cujo relatório final foi apresentado em fins de 1953, do qual resultaram três conclusões importantes.

"Que os projetos foram tecnicamente adaptados às exigências de instituições financeiras estrangeiras, tais como o 'Export-Import Bank' e o 'Bank for International Reconstruction and Development'.

Que buscavam criar condições para eliminar obstáculos ao fluxo de investimentos públicos e particulares, estrangeiros e nacionais, necessário para promover o desenvolvimento econômico.

Que deveria ser criado o BNDE para anular ou reduzir as deficiências infra-estruturais que impedem o regular desenvolvimento da economia brasileira" (158)

Durante todo o período do governo Vargas se constatará a pressão norte-americana, tanto no plano econômico quanto político. Essa pressão se fará ostensiva através de financiamentos diretos a Estados, cujos governos eram de oposição, e a atenção que se dispensava aos opositores mais intransigentes, como Carlos Lacerda.

As restrições vão se tornando mais fortes na medida em que Getúlio vai explicitando, através de atos e discursos, sua opção nacionalista e seu compromisso com as classes trabalhadoras.

Concessões, como a demissão do Ministro Goulart, pouco significavam diante dos rumos gerais do processo governamental e do modo como convivia com as tendências nacionalistas mais radicais.

(158) Thomas SKIDMORE. *Op. cit.*, p. 125/126

No plano interno, Vargas tentará dar prosseguimento a seu projeto iniciado em 1930, mas agora já com alguma concessão ao capital estrangeiro e clara tendência que irá se confirmando ao longo de seu período governamental, em favor das classes trabalhadoras.

Do ponto de vista econômico, tentará conciliar três tendências existentes, bem claras:

1) Os nacionalistas radicais, que não confiavam nas intenções imperialistas, combatiam o diálogo e a entrada do capital estrangeiro, que, segundo eles, só tendia a aumentar o nível de dependência do país.

"Algumas vezes, entretanto, esse movimento pendular parece ter sido perturbado pela manifestação de uma terceira tendência. De fato, houve grupos políticos - principalmente de esquerda - que defendiam a participação aberta dos Estados nas atividades econômicas. A luta contra o imperialismo (a par esses grupos) era parte da mesma luta pela nacionalização e estatização de empresas estrangeiras; ou filiais e associadas de empresas multinacionais. Além disso, eles preconizavam a crescente participação do Estado nas atividades produtivas, como empresário, no estilo da Petrobrás" (159)

2) Os nacionalistas desenvolvimentistas desejavam a participação do capital estrangeiro, mas sob rígido controle; exigiam maior participação do Estado, através de empresas estatais e defendiam a economia mista.

"Ao mesmo tempo, o Estado interviria mais diretamente, através das empresas estatais e das empresas de economia mista, no sentido de romper os pontos de estrangulamento e assegurar o investimento em áreas nas quais faltasse, ao setor privado, quer a vontade, quer os recursos para se aventurar. Os defensores dessa fórmula reconheciam que o capital privado estrangeiro poderia

(159) Dêa Ribeiro FENELON. *50 Textos de História do Brasil*. Hucitec, 1974, p. 176

desempenhar um papel importante, mas insistiam em que só fosse aceito, quando objeto de cuidadosa regulamentação pelas autoridades brasileiras" (160)

3) Os neo-liberais, na realidade ortodoxos, centravam sua atenção no controle do mecanismo de preço, contenção dos gastos públicos, política cambial flexível e estímulo à entrada de capital estrangeiro sem restrição.

"As medidas fiscais e monetárias, bem como a política de comércio exterior, deveriam seguir os princípios ortodoxos estabelecidos pelos teóricos e praticantes da política de banco central dos países industrializados. Os orçamentos governamentais deveriam ser equilibrados e as emissões severamente controladas. O capital estrangeiro deveria ser bem recebido e estimulado, como ajuda indispensável para um país falto de capitais. As limitações impostas pelo governo ao movimento internacional do capital, do dinheiro e dos bens, deveriam ser reduzidas ao mínimo" (161)

Não obstante essas correntes não terem teoricamente representatividade nas bases, as medidas tomadas pelo governo contra qualquer uma delas ganhavam repercussão nos partidos e no Congresso.

Os problemas econômicos internos, com os quais o governo teria que lutar para encontrar soluções de acordo com suas promessas de campanha, e que envolvia as mencionadas correntes, eram:

- controle da balança de pagamento, cujo déficit alcançaria índices jamais vistos no passado;
- controle da taxa de inflação; o custo de vida subiu 11% em 1951 e 21% em 1952, o que parecia indicar clara caminhada para o descontrole;
- reposição salarial para corrigir as violentas perdas durante o governo anterior, que, além de constituir reivindicação permanente da classe

(160) Thomas SKIDMORE. *Op. cit.*, p. 119

(161) *Ibid.*, p. 118

trabalhadora, encontrava plena ressonância nos discursos de Vargas e em toda sua política trabalhista;

- ataque a pontos de irritação e estrangulamentos, como: escassez de energia, deficiência de transporte, desequilíbrios regionais reclamados pelo capital industrial, que se sentia prejudicado e trabalhando fora das regras do jogo estabelecido em 1930;
- dar impulso à industrialização, para responder às necessidades da classe trabalhadora e aos anseios da classe média, no que se referia ao nacionalismo e o fim da dependência externa.

As questões econômicas não avançaram, quer pela falta de recursos externos, totalmente suspensos pelos Estados Unidos após a guerra da Coreia, quer pela tumultuada situação interna, uma vez que a oposição não dava trêguas ao governo pela sua aproximação, cada vez maior, com as classes trabalhadoras.

As constantes críticas às empresas norte-americanas, algumas concessões feitas ao capital estrangeiro, o apoio à classe trabalhadora manifestado através do aumento do salário mínimo em 100%, as insistentes críticas de corrupção feitas pela oposição, a persistência de uma inflação crescente, o descontentamento de certas áreas militares com a política trabalhista do governo, o descontrole da balança de pagamento, a vitória de Jânio Quadros em São Paulo, criaram ao governo Vargas uma situação politicamente insustentável. O texto que segue, clareia bem o problema:

"As contradições se acirravam, de um lado, pela pressão dos trabalhadores por aumentos de salários e por uma orientação nacionalista em matéria de política econômica. De outro, pela pressão dos capitalistas 'internos' e 'externos' contra a 'política demagógica' dos capitalistas 'externos' e de setores militares, contra o nacionalismo, identificado com a 'subversão de origem externa'. Imediatamente antes que esse último lado se impusesse como dominante, Vargas suicidou-se, em

1954" (162)

Se verificarmos o elenco das contradições citadas, todas levam à conclusão de que as forças de 1930, que também se aliaram em 1950, sentiam-se deslocadas com as novas perspectivas classistas do governo, francamente a favor da classe trabalhadora.

Percebe-se que Vargas tinha consciência desse processo pelo tom de seus discursos:

"E nessa medida o crescimento do poder das camadas subalternas, organizadas por estímulo do poder político, pode, como mais tarde ocorreu, converter-se em ameaças concretas à acumulação capitalista. Há, assim, uma dissociação entre os interesses dos grupos dominantes do bloco no poder e o poder central (o governo). (...) Há uma ameaça: a organização institucional liberal do Estado possibilita o fortalecimento das camadas populares. O próprio poder executivo incentiva o aparecimento, o fortalecimento e a organização das camadas proletárias, como, por exemplo, a formação dos sindicatos rurais, CGT, etc." (163)

O mesmo autor extrai dos discursos de Getúlio Vargas vários apelos que denotam a preocupação do presidente e sua completa adesão à classe trabalhadora.

- O presidente reconhece e denuncia os prejuízos da classe trabalhadora e mostra-se sensível a eles:

"Ouço o clamor dos vossos apelos mais prementes; cala-me fundo na alma o desamparo, a miséria, a carestia da vida, os salários baixos, o dinheiro que não chega para as necessidades mais inadiáveis, a luta contra a doença, o desespero dos desvalidos da fortuna e as rei

(162) Luiz Antonio CUNHA. *A Universidade Crítica*. Ed. Francisco Alves, 1982, p. 37

(163) Neidson Rodrigues. *Estado, Educação e Desenvolvimento Econômico*. Cortez Ed./Autores Assoc., 2a.ed., 1984 p. 63

vindicações da maioria do povo que vive na esperança de melhores dias. É profundo, sincero e incansável o meu esforço para atender a esses reclamos e achar solução para essas dificuldades que vos afligem" (164)

- Pede a união de todos e o apoio a seu governo:

"Unamo-nos todos, e congreguemos os nossos esforços para o aumento da produção nacional. (...)

Preciso de vós, trabalhadores do Brasil, meus amigos, meus companheiros de uma longa jornada, preciso de vós, tanto quanto precisais de mim. Preciso da vossa união. (...) Para atender a esses objetivos, bem como para a luta contra a carestia da vida e dos especuladores, e nos ingentes esforços pela elevação dos salários e a conquista do bem-estar social, é preciso que os trabalhadores e o povo em geral se organizem em volta do governo como um grande bloco, forte e coeso" (165)

- Não só pede a união, mas indica claramente a estratégia que deve ser usada, a saber: ele, presidente, precisa ficar livre dos sabotadores e os trabalhadores poderão ajudá-lo através dos sindicatos.

"Preciso de vossa união para lutar contra os sabotadores para que eu não fique prisioneiro dos interesses dos especuladores e dos gananciosos, em prejuízo dos interesses do povo. Preciso do vosso apoio coletivo, estratificado e consolidado na organização dos sindicatos, para que os meus propósitos não se esterilizem e a sinceridade com que me empenho em resolver os nossos problemas não seja colhida de surpresa e desarmada pela onda reacionária dos interesses egoístas que, de todos os lados, tentam impedir a livre ação do governo" (166)

(164) Neidson RODRIGUES. *Op. cit.*, p. 61

(165) *Ibid.*, p. 61/63

(166) *Ibid.*, p. 61

- Finalmente, sãbedor das forças que lhe fazem oposição, conclama trabalhadores a confiar neles mesmos e os alerta, no sentido da luta contra o poder dominante, que naquele momento não é o Estado.

"A satisfação dos vossos reclamos, as oportunidades de trabalho, a segurança econômica para os vossos dias de infortúnio, o amparo às vossas famílias, a educação dos vossos filhos, o reconhecimento dos vossos direitos, tudo isso está ao alcance das vossas possibilidades. Não deveis esperar que os mais afortunados se compadeçam de vós, que sois os mais necessitados. Deveis apertar a mão da solidariedade, e não estender a mão à caridade. (...) Com consciência da vossa força, com a união das vossas vontades e com a justiça da vossa causa, nada vos poderá deter" (167)

O presidente sabia o quanto a sua presença contrariava os interesses imperialistas norte-americanos, conhecia as dissidências militares, a força dos coronéis e a fragilidade do dependente processo industrial. Depositou suas esperanças na classe trabalhadora e isto realmente contrariava todo o processo deflagrado em 1930 e os interesses da burguesia que, como disse Galeano, *"se associou à invasão estrangeira sem derramar lágrimas nem sangue"*. (168)

Mas a classe trabalhadora, estimulada pelos próprios fatos econômicos e pelo discurso, afinal não se mobilizou na direção que Vargas talvez imaginasse, e não se manteve dentro dos limites em que sua pressão constituiria apoio à política populista. Ela explodiu em seus anseios e fez acirrar ainda mais as contradições, exercendo uma pressão além dos limites toleráveis e assimiláveis pelas classes dominantes.

Em sua carta-testamento, Vargas se refere aos elementos do processo econômico que, segundo sua percepção, constituíam as forças que acionavam o *"mar de lama"* a que ele,

(167) Neidson RODRIGUES. *Op. cit.*, p. 62

(168) Eduardo GALEANO. *Op. cit.*, p. 226

em certo momento, se referiu e que Carlos Lacerda muito explorou. Os fatores mencionados foram:

- o controle da remessa de lucros, que chegaram a mais de 500%;
 - a criação da Petrobrás;
 - o aumento de 100% do salário mínimo;
 - o descontrole do preço do café;
- a onda de calúnias levantada pela UDN.

Com o primeiro fator, foram muito contrariados os grandes interesses cosmopolitas norte-americanos, cujos privilégios já haviam sido registrados pela CEPAL.

"A CEPAL indicou que a hemorragia dos lucros das inversões diretas dos Estados Unidos na América Latina foi cinco vezes maior, nestes últimos anos, do que a transusão de inversões novas. Para que as empresas possam arrebatrar os ganhos, os países hipotecam a si mesmos, endividando-se com os bancos estrangeiros e com os organismos internacionais de crédito, com o que multiplicam a enxurrada das próximas sangrias. A inversão industrial opera, neste sentido, com as mesmas consequências da inversão 'tradicional'" (169)

O que significou a criação da Petrobrás é sobejamente conhecido de todos, e neste texto está bem registrado.

"Pouco depois, resistindo a todas as pressões e ameaças do embaixador americano e seu governo, mas obedecendo ao que chegou a ser pelo vigor da campanha, um clamor popular, aprovava o Congresso a Lei nº 2004, que criou a Petrobrás. Se o salário mínimo era um golpe contra a UDN, a Petrobrás fora um golpe muito maior contra os Estados Unidos. E ambos mais uma vez se uniram, para mais uma vez derrubar Getúlio" (170)

(169) Eduardo GALEANO. *Op. cit.*, p. 225

(170) Leôncio BASBAUM. *Op. cit.*, Vol. 3, p. 204

Com o terceiro, feriu os industriais, a burguesia urbana e os coronéis do Exército. A burguesia, diz Galeano, comparou-se aos anões:

"... chegou à decrepitude sem ter crescido. Nossos burgueses são, hoje em dia, representantes ou funcionários das corporações estrangeiras todo-poderosas. Em honra da verdade, nunca tiveram méritos para merecer outro destino" (171)

Mais longe vai Schilling:

"O burguês foi o gigolô da luta nacionalista-popular" (172)

"A experiência histórica mostra, entretanto, como esse nacionalismo da burguesia é efêmero. Permanece até que outras oportunidades, mais lucrativas, lhe são oferecidas. Essas alternativas surgem quando os monopólios internacionais - havendo perdido a primeira batalha - a de impedir a industrialização do país periférico, resolvem associar-se à mesma e controlá-la" (173)

Já os coronéis assim se pronunciaram, com referência ao aumento de 100% do salário mínimo, concedido aos trabalhadores:

"Enquanto os militares lutavam por manter 'um padrão de vida compatível com sua posição social', queixavam-se os coronéis, o governo preparava e anunciava medidas que beneficiariam apenas certas classes ou grupos" (174)

Além do aumento e de todas as medidas nacionalistas, a notícia de que o governo brasileiro propusera o pacto do ABC (Argentina, Brasil e Chile) contra os Estados Unidos, e os rasgados elogios ao ministro demitido, Jango,

(171) Eduardo GALEANO. *Op. cit.*, p. 226

(172) Paulo SCHILLING. *Op. cit.*, p. 30

(173) *Ibid.*, p. 29

(174) Thomas SKIDMORE. *Op. cit.*, p. 165

por ocasião da assinatura do decreto do salário mínimo, empurraram Getúlio para os braços dos nacionalistas radicais, grupo por todos os títulos altamente suspeito pelas forças armadas.

Já a queda do preço do café desguarnecia o governo junto às oligarquias e, paradoxalmente, junto aos nacionalistas, deixando Vargas praticamente isolado, muito enfraquecido porque se tratava de uma concessão ao imperialismo, cujo preço deveria ser muito mais alto do que ele estava disposto ou poderia pagar. Deste modo, como disse Jaguaribe:

"Vargas fracassou ao tentar superar a resistência da aliança reacionária entre a oligarquia rural, a burguesia comercial e a classe média tradicional, e foi finalmente derrubado por estas forças conjugadas" (175)

A proposta populista e nacionalista não acaba aí, embora em curto espaço de tempo as forças internacionais, valendo-se da fraqueza de Café Filho, invertem-se de maneira brutal e tentam explorar o país por todos os modos.

a) Assina-se a instrução 113 da SUMOC, beneficiando empresas estrangeiras.

b) Consegue-se, através do FMI, 500 milhões de dólares de empréstimo com a condição de que a Petrobrás seja aberta ao capital estrangeiro (negociação, felizmente, barra da pelos militares).

c) Desnacionaliza-se a PANAIR, entregando-a à PANAM.

d) Celebram-se acordos atômicos contrários aos interesses nacionais.

Após tumultuado período, em que se veem envolvidos Café Filho, Carlos Luz, Marechal Lott e Nereu Ramos, faz-se

(175) HÉLIO JAGUARIBE. *Desenvolvimento Econômico e Desenvolvimento Político*. Paz e Terra, 2a.ed., 1972, p. 201

a eleição e se dá posse a Juscelino Kubitschek, sobre cujo governo prestaremos rápidas informações.

3. Juscelino: A Esperança Frustrada

A movimentação política é grande, as rearrumações têm custos muito elevados, as reacomodações de interesses sociais e político-partidários dão-se naturalmente, mas permanece intocável o propósito original da Revolução de 1930.

Não se pode tomar a intocabilidade no sentido estático, uma vez que o processo em sua totalidade se transforma e transforma, recria-se e cria, faz e recebe concessões em relação a seu relacionamento com a economia imperialista, de modo que podemos afirmar que ele quer os mesmos objetivos programados em 1930, dentro de uma caminhada que já o caracteriza e que Octávio Ianni assim resume:

- "- A ruptura parcial e a recomposição (sucessiva e alternadamente) das relações políticas e econômicas com a sociedade tradicional e com os sistemas externos.
 - A frustração das tentativas de implantação de um modelo de desenvolvimento econômico autônomo.
 - A combinação dos modelos exportador, substituição e associado, ou internacionalista, num sistema econômico homogêneo e contraditório.
 - A participação crescente do Estado no comando do processo econômico.
 - A transformação da região Centro-Sul (com centros nas cidades de São Paulo, Rio de Janeiro e Belo Horizonte) em núcleo hegemônico na economia nacional.
 - A formação dos movimentos de massa, como estruturas políticas e ideológicas de sustentação do poder político orientado para o desenvolvimento industrial"
- (176)

É dentro dessa perspectiva que ainda podemos falar com Juscelino, de uma política econômica de inspiração popu

lista, um desenvolvimentismo-nacionalista, que guardava diversos pontos em comum com as etapas anteriores.

"Um esforço para empreender o desenvolvimento sócio-econômico autônomo e endógeno do país, preservando o sistema de iniciativa privada sob a direção dos emprendedores nacionais e usando o Estado como um ôrgão para o planejamento, a coordenação e a suplementação de tal esforço" (177)

Ao assumir o poder, o novo governo procurou demonstrar claramente seus propósitos, para colocar fim às fortes suspeitas que sobre ele recaíam e remover o espírito de apatia que havia tomado conta do país, desde o fim do Estado Novo.

"Todos os meios e processos foram utilizados para derrotar o regime democrático, até as pequenas falsificações e artimanhas, as ameaças e intimidações de variada natureza. A eleição do candidato opositor Juscelino Kubitschek anunciava a continuidade do regime. Urgia, para as forças contrárias, impedir-lhe a posse, a qualquer custo e a qualquer preço, com o estabelecimento de um regime de exceção que permitisse ao latifúndio e ao imperialismo liberdade de ação necessária aos seus propósitos" (178)

Algumas tarefas eram de extrema urgência para que se pudesse neutralizar essas forças e conseguir consolidar o novo governo, depois de tantos e tão fortes desgastes dos opositores:

- oferecer uma diretriz econômica clara;
- apagar as cicatrizes abertas com o uso da força empregada pelo Marechal Lott, para garantir a posse do presidente eleito;
- tranquilizar os militares radicais quanto à não vin

(177) HÉLIO JAGUARIBE. *Op. cit.*, p. 216/217

(178) Nelson Werneck SODRÉ. *Formação Histórica do Brasil*. Ed. Brasiliense, 8a. ed., 1973, p. 263

culação do governo com os comunistas;

- conciliar, se possível, via partidos, os interesses conflitantes das tendências econômicas e das classes sociais;
- amenizar as suspeições norte-americanas, quanto às intenções brasileiras.

No sentido de dar concretude à capacidade do governo de responder a essas emergências, decidiu o mesmo por em prática o Programa de Metas, anunciado durante a campanha e que usara "*slogans*" como "*50 anos em 5*", e prioridades bem claras e sensibilizadoras como transporte, energia e alimentação.

O programa foi acionado através do Conselho de Desenvolvimento e priorizou no orçamento: energia, transporte, indústrias intermediárias, indústrias de bens-de-capital e Brasília (esta sempre priorizada, mas nunca incluída no Plano de Metas).

Alcançou êxito o presidente em seu plano, graças à conjuntura econômica de paz na América Latina e a certas medidas tomadas.

Em primeiro lugar, procurou incentivar o investimento de capital privado, tanto nacional quanto internacional:

- No primeiro caso, aplicou com liberalidade a instrução 113 da SUMOC, apesar das severas críticas recebidas.
- No segundo caso, emitiu moeda sem lastro e facilitou empréstimos por todos os modos possíveis.

Os Estados Unidos davam sinais, que na realidade não se concretizaram, de que apoiariam o Plano de Metas.

É interessante determo-nos um pouco mais nesse primeiro item, porque nele explodem contradições muito fortes.

As concessões feitas ao capital estrangeiro feriram a suscetibilidade do empresariado nacional. Dizia o presidente da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo, refe-

rindo-se aos privilégios concedidos ao capital estrangeiro:

"Não pedimos tratamento preferencial e sim igualdade de condições. Os investimentos de origem brasileira de vem ter as mesmas regalias e favores concedidos aos empresários estrangeiros" (179)

Hermínio de Moraes:

"Torna-se cada vez mais difícil para o industrial brasileiro suportar a situação desigual, talvez única no mundo, existente entre os investidores estrangeiros e os nacionais ..." (180)

Oswaldo Aranha:

"O capital estrangeiro pede garantias para entrar no país, garantias maiores para permanecer aqui e ainda maiores para sair..." (181)

Esta questão se tornava mais relevante porque implicava levantar velhas divergências no interior do governo, quanto à questão do nacionalismo. Duas correntes, ambas fortes, opunham-se abertamente.

O Ministro da Guerra e parte significativa dos oficiais militares das três forças defendiam o nacionalismo econômico:

"Um Ministro da Guerra nacionalista, que se declarava de público pela Petrobrás ('A Petrobrás é intocável', dizia, quando da visita de Foster Dulles), contra os acordos de Roboré, pelo voto do analfabeto, pelo resguardo das nossas riquezas naturais, pelo regime democrático autêntico, pela limitação de lucros de empre

(179) Paulo SCHILLING. *Op. cit.*, p. 39

(180) Ibid., p. 39

(181) Ibid., p. 39

sas estrangeiras" (182)

Bastante hábil, o presidente amortizava essas pressões agindo cautelosamente em relação à política exterior e colocando seu nacionalismo em termos assimiláveis pelos militares.

"O presidente, de fato, encaixava o seu nacionalismo nas opiniões centristas dentro das forças armadas. Não havia ingredientes anti-americanistas, nem ataques ao 'imperialismo'. Era uma linguagem nacionalista, com a qual a maioria dos oficiais podia concordar. Industrialização acelerada, expansão da capacidade energética e facilidades nos transportes, além da construção da nova capital no interior, tudo ao encontro da idéia de desenvolvimento mantida por uma ampla faixa de opinião dos oficiais" (183)

Por outro lado, em outra esfera, ministérios ligados ao plano econômico, a maioria legislativa composta de antigos quadros e outras forças componentes do antigo Estado, representavam o outro esquema.

"Essa face permitiria os acordos de Fernando de Noronha e de Roboré, estes à revelia do Congresso, a orientação econômica pela reforma cambial parcelada, a consolidação da Instrução 113, a saída ilimitada de lucros de empresas estrangeiras, a política do desenvolvimento calcada unicamente no capital externo". (184)

O programa de metas ia sendo executado, os alvos traçados, em sua maioria, iam sendo alcançados. A prazo relativamente curto o novo governo se impôs perante a opinião pública, embora os problemas não fossem poucos e os sinais de crise comesçassem a surgir em várias frentes:

(182) Nelson Werneck SODRÉ. *Op. cit.*, p. 264

(183) Thomas SKIDMORE. *Op. cit.*, p. 212/213

(184) Nelson Werneck SODRÉ. *Op. cit.*, p. 264

100

a) Os cafeicultores manifestavam sua insatisfação com a política de "*confisco cambial*", e o governo respondia com "*altas periódicas de bônus aos exportadores*";

b) Aos demais agricultores o governo neutralizava não levantando o problema da reforma agrária, subsidiava financiamentos e construía os armazéns necessários e há tanto reclamados;

c) A classe trabalhadora, não obstante a carestia, engajou-se no projeto, seus sindicatos funcionaram sem qualquer tipo de repressão e o nível de desemprego foi reduzido a nível muito baixo;

d) Aos militares, o governo procurou tranquilizar de diversas maneiras, no entender de Skidmore:

"Através de sua presidência, Kubitschek cortejou os militares com uma variedade de ardis, sempre atento aos seus pedidos de aumento de pagamento e de modernos equipamentos. Em dezembro de 1956 comprou, para a alegria da Marinha, um porta-aviões superado, que havia pertencido à esquadra britânica e que foi remodelado com gastos enormes. A Marinha que, junto com a Força Aérea, mantinha pontos-de-vista políticos mais conservadores do que o Exército, ficou encantada em receber o novo navio. (...) Kubitschek esforçou-se também para tranquilizar os fanáticos anticomunistas nas forças armadas, através de repetidas declarações anticomunistas e sua política exterior ortodoxa" (185)

e) Aos intelectuais e estudantes o governo respondia abrindo espaço através do ISEB (Instituto Superior de Estudos Brasileiros) e acenando com a total reforma universitária, a começar por Brasília.

O segmento mais irritado e de mais difícil controle era a classe média, tradicionalmente ligada à UDN, e que sentia mais de perto os efeitos corrosivos em seus salários.

A melhoria dos meios de transporte, a facilidade de colocação de executivos em empresas estrangeiras e órgãos governamentais, eram fatores que neutralizavam, em parte, as frustrações dos segmentos médios.

Não obstante o êxito aparentemente alcançado, não tardaram em surgir as contradições que viriam por em xeque todo o projeto governamental e levar o presidente a um desgaste de grande monta, que comprometia todo o seu governo.

As contradições não surgem de falhas circunstanciais, de desarticulações de origem política internas ou externas, mas da própria natureza dependente do projeto, que se esgota nos próprios limites de suas contradições.

"O capital estrangeiro monopolista não é estrangeiro pela sua procedência, é estrangeiro porque deve ser, obrigatoriamente, remunerado em moeda estrangeira, porque os seus lucros devem ser remetidos às fontes estrangeiras e, para isso, devem encontrar possibilidade de conversão naquela moeda. Os monopólios investidores, longe de obedecer às injunções locais, longe de atender às necessidades locais, longe de servir às populações locais, visam atender às suas próprias necessidades de lucro máximo, às suas próprias exigências na ampliação das vendas, visam servir aos que os manipulam. Deformam a economia em que se instalam, comprometem o seu desenvolvimento e a sua estabilidade porque não estão vinculados ao conjunto dela, muito ao contrário, desconhecem-no, isolam-se, vivem como parasitas. Não há hoje relação entre o lucro que procuram e a capacidade do país em remunerá-lo em moeda de origem" (186)

Em primeiro lugar, a construção de Brasília fez ampliar as já problemáticas disparidades regionais, principalmente em relação ao Nordeste, que se viu discriminado em relação aos vultosos investimentos no Sudeste e Centro-Oeste, principais mercados fornecedores do material de construção utilizado em Brasília.

(186) Nelson Werneck SODRÉ. *Op. cit.*, p. 255/266

Na realidade, a expansão industrial não se transformou em desenvolvimento nacional e o crescimento da renda "*per-capita*", nem de longe correspondia ao crescimento do produto interno bruto. A inflação que incidia sobre o salário dos trabalhadores provocou um intolerável achatamento salarial.

A exaustão do mercado consumidor interno e a concorrência das indústrias estrangeiras assustavam o empresariado nacional, aumentavam aceleradamente a dívida e a consequente dependência nacional, principalmente em relação aos Estados Unidos.

O problema da terra, o dualismo existente entre a modernização urbana e o arcaísmo do campo, que o governo julgava ver resolvido através de melhores estradas, agravou-se.

Surgem, por todos os lados, ataques ao governo e denúncias de entreguismo e corrupção, que começavam a ter ressonância na opinião pública e no Congresso.

Diante de um quadro de crise iminente na economia, o governo procurou, através de um programa de estabilização, conter a inflação, mas esbarrou em sérios obstáculos:

- não podia conter os investimentos em Brasília, na infra-estrutura de transportes, energia e educação, porque, além de serem medidas socialmente convulsivas, eram de custo muito elevado;
- as tentativas de limitação de créditos às indústrias geraram sérios protestos em São Paulo e no Rio de Janeiro, nos meios empresariais;
- a tentativa de melhorar as exportações, através da taxa diferencial fracassou, e o governo teve que recorrer ao aumento de bônus de exportação;
- as restrições do capital monopolista estrangeiro se tornam cada vez mais fortes, diante das ameaças de um colapso;
- o FMI indicava um tratamento de choque e não tomou conhecimento do plano de estabilização, conti

nuando a adiar a liberação do empréstimo prometido;

- começavam a encontrar eco as violentas denúncias dos nacionalistas radicais, que acusavam o governo de conivência com as multinacionais.

Finalmente, o governo optou por romper com o FMI e procurou tirar do ato o melhor proveito possível. Falando ao Clube Militar, afirmou o presidente:

"Não somos mais os parentes pobres, relegados à cozinha e proibidos de entrar na sala de visitas. Só pedimos a colaboração de outras nações. Através de maiores sacrifícios poderemos obter a independência política e, principalmente, a econômica, sem ajuda de outros. (187)

Com essas medidas agradou à maioria da população, transferiu o problema da inflação e da dívida a seus sucessores, aliviou o problema da sucessão que estava muito pesado e teve condições, nos limites das circunstâncias, de reajustar seu programa, sem todavia criar maiores traumas.

Essas medidas, todavia, não deixaram de comprometer a sucessão. Nelson Werneck Sodré assim coloca a questão:

"Nesse ambiente é que teve início a campanha de sucessão presidencial. As forças partidárias ligadas ao governo tiveram de aceitar como candidato o Ministro da Guerra nacionalista de um governo ligado ao latifúndio e ao imperialismo, e a cuja campanha as forças nacionalistas dariam um apoio vigoroso, numa tentativa de unidade que não tinha condições para efetivar-se. (...) O pronunciamento eleitoral teve, necessariamente, um sentido de veemente protesto contra a espoliação concretizada na carestia. As forças econômicas externas e seus agentes internos realizaram, no pleito sucessório, uma intervenção ostensiva e profunda, no sentido de derrotar o candidato nacionalista, e alcançaram este

objetivo transitório, do qual pretendiam partir para outros, mais firmes e mais conseqüentes, que lhes permitiam a continuação da política que as vem servindo há tantos decênios e de que foi uma expressão caracterizada o governo Kubitschek" (188)

4. Jânio, o Meteorito

A situação em que Juscelino deixa o governo facilitou a vitória de Jânio Quadros, por diversas razões:

- a carestia e o abandono das classes populares pelo governo anterior lança a massa nos braços da oposição, que promete combater a carestia;
- paradoxalmente, grandes fazendeiros que sentiram a agricultura abandonada e industriais ligados à área mais conservadora do PSD, não se identificaram com o nacionalismo de Lott e não entenderam a tolerância do governo com a esquerda;
- o descrédito no exterior e a erosão provocada pelo capital internacional, exauriram a economia nacional;
- as denúncias de corrupção explodiram por toda a parte e não havia muita disposição, nem tempo, para respondê-las, dado o dinamismo governamental;
- de seu lado, o candidato Jânio usava a oratória e transmitia a mensagem que o povo queria ouvir, e não faltou derrama de dinheiro para que ele fizesse sua campanha em alto estilo.

"É certo que houve grande derrama de dinheiro, é certo que Jânio teve a seu dispor grandes capitais, que os grupos que o apoiavam, pertencentes à alta finança, aproveitavam da melhor forma possível. Ele teve ao seu dispor, mais jornais, mais 'peruas' de propaganda, mais horas na rádio e na televisão, é certo. Mas essa propaganda de nada lhe valeria se não a tivesse utilizado

transmitindo uma mensagem que o povo queria ouvir: - A vida está cara? - A culpa é do governo e vamos torná-la mais barata; - Miséria nos campos? - Faremos a reforma agrária; - Simpatizais com Fidel Castro? - Eu também; - Relações com todos os países do mundo? - Perfeitamente; - A Petrobrás é intocável? - Contem comigo"
(189)

A posse de Jânio trouxe ao país grande expectativa e, simultaneamente, muita apreensão. A velocidade com que caminhava o país, os graves problemas que ele mesmo denunciou, as promessas de moralização e de atendimento às massas, assim que se deu a posse, tomaram caráter de emergência pelo dramatismo com que foram apresentados ao povo.

As promessas da campanha não corresponderam às medidas iniciais de Jânio. Pouco tempo após sua posse cometeu alguns equívocos primários e desnecessários, que o levaram, aceleradamente, a um grande desgaste. Na verdade, Jânio portou-se no governo com uma ingenuidade incrível.

- Optou, politicamente, por uma política externa independente que cheirava quase a neutralismo, o que desagradou o capital norte-americano e contingente muito grande dos militares brasileiros, que sempre defendiam incondicional aliança com os Estados Unidos.

- Apesar disso, submeteu-se, mais rapidamente do que se podia imaginar, às exigências do Fundo Monetário Internacional (FMI), cujo apoio lhe foi oferecido logo no início de seu período governamental.

- Gastou grande parte de suas energias combatendo a máquina administrativa do governo anterior, mas não se preocupou em criar um quadro para dar respostas técnicas e politicamente corretas aos problemas reais do país.

- Não conseguiu debelar a carestia, nem afastar os

males que atingiam a população pobre como prometera, por absoluta ineficiência administrativa e falta de condições econômicas objetivas.

- Suas excentricidades, que tanta rentabilidade trouxeram à campanha, com a mesma rapidez o destruíram.

- Perdeu o apoio norte-americano pela tentativa de política externa independente e pela maneira como logo abandonou o programa de combate à inflação.

- Desagradou aos nacionalistas, submetendo-se ao FMI e abrindo-se ao capital estrangeiro, revitalizando a SUMOC.

- Tornou-se sem base no Congresso, por não possuir nenhuma lealdade partidária, e ameaçou a maioria dos parlamentares pertencentes ao governo anterior, ou a ele ligados por interesses setoriais ou regionais.

- Abalou os conservadores com seu apoio a Cuba e sua condecoração a Che Guevara, que o fez, por exemplo, irritar o demolidor Lacerda.

Jaguaribe fez duas observações acerca do governo Jânio que sintetizam bem o problema:

"O problema do governo Jânio Quadros, porém, não foi tanto a falta de uma compreensão teórica integral do modelo por ele adotado, mas sim o fato de que sua nova visão dos problemas reais do país não foi seguida por uma compreensão correspondente das condições e dos instrumentos necessários para a execução da política requerida. (...) Ele desempenhou um papel bonapartista - como as circunstâncias tendiam a reclamar - sem, contudo, contar com os exércitos de Bonaparte. Neste particular cometeu um erro duplo e igualmente fatal. O primeiro consistiu em ignorar que a mera autoridade do Presidente - solapada por um Congresso inquieto - não seria suficiente para modificar a estrutura sócio-econômica do país, parti

cularmente numa direção que antagonizaria os mais poderosos interesses internacionais. (...) Seu segundo erro consistiu em ignorar que a lealdade dos militares a que havia confiado o comando das forças armadas - já por si predominantemente conservadoras. (...) Quadros subitamente compreendeu que não tinha literalmente nenhum apoio em qualquer setor relevante da estrutura dominante. E, não havendo preparado qualquer outra base para alicerçar sua política, perdeu o controle de si mesmo e se demitiu" (190)

Algo se tornou muito claro no governo com a demissão de Jânio, o que, lamentavelmente, Jango talvez não tenha levado a sério depois.

a) A sociedade brasileira, ao longo do processo, ia se tornando cada vez mais complexa, envolvendo setores de base até então totalmente indiferentes, que passaram a representar grande peso no processo decisório.

b) A questão econômica internacional também se tornava mais difícil e intrincada e deveria ser olhada com cuidado, como uma via de duas mãos:

- De um lado as intervenções dos embaixadores americanos, do FMI, e os programas como a OEA, indicavam que os Estados Unidos não estavam dispostos a abrir mão de sua hegemonia e jogavam duro com sua ingerência no processo. A política econômica de cada país, necessariamente, deveria fazer parte de uma política econômica continental integrada e que preservasse os espaços das multinacionais e do capital monopolista em geral. As regras do jogo foram estabelecidas após a guerra; a elas se submeteu o governo Dutra. Getúlio, em seu segundo governo, agiu cautelosamente em relação a elas e se deu mal, quando avançou os sinais. Juscelino abriu o país ao capital estrangeiro,

dentro do esquema montado, balançou no momento em que percebeu a impossibilidade de convívio com este esquema e rompeu com o FMI.

Neste campo, o novo governo cometeu um erro de cálculo, por acreditar, talvez, na existência da burguesia anti-imperialista ou por ter subestimado a força do capital monopolista.

Essa questão está bem posta por Luis Pereira e complementada por Ester Buffa, em sua tese para obtenção do título de Mestre pela Universidade Metodista de Piracicaba:

"À medida em que se configura o capitalismo monopolista 'os nexos econômicos entre subsistemas centrais e periféricos além de comerciais, se caracterizam por massivos investimentos monopolistas do centro na periferia'. Essa redefinição das relações entre os subsistemas, se faz no sentido de tornar evidente a dominação-dependência ou a satelitização externa. Daí o pleno significado do termo subdesenvolvimento aplicado aos países - e entre eles o Brasil - que compõem o subsistema periférico" (191)

- Internamente, o governo JK, com sua política de abertura ao capital monopolista, aumentou a dependência externa, a que se tinha que levar em consideração por ser um fato concreto e de grande monta, ao mesmo tempo em que aguçou a consciência nacionalista do empresariado nacional e provocou, ainda mais, a radicalização dos nacionalistas radicais, com muito barulho no campo político e pouca ressonância nos fatos econômicos.

c) As derrotas políticas sofridas por militares,co

(191) Ester BUFFA. *Crítica Histórica das Ideologias Subjacentes ao Conflito Escola Particular-Escola Pública (1956-1961)*. Dissertação apresentada para obtenção do grau de Mestre em Educação na UNIMEP, 1975, p.106

mo Eduardo Gomes e Juarez Távora, a participação militar na queda de Getúlio Vargas, o governo Dutra e o tratamento privilegiado que Juscelino Kubitschek dispensou aos militares durante seu governo, levando sempre em consideração o peso do Clube Militar, fizeram das forças armadas segmento político cada vez mais envolvido na problemática nacional, e que não poderia ser esquecido no peso que representavam ao extrapolar suas funções. Tais fatos podem ser verificados nas afirmações sorrateiras de um Golbery do Couto e Silva, por exemplo:

- "-Geopolítica de participação na defesa da civilização ocidental.*
- Geopolítica de segurança ou geoestratégia nacional, em face da dinâmica própria dos centros externos do poder"
(192)

Ou podem ser também detectados nas conclusões do 1º Anteprojeto da criação da Escola Superior de Guerra:

- "O surgimento de um conceito de Segurança em substituição ao de Defesa (ensinamento que se evidenciou durante a 2ª. Guerra Mundial e no período imediato do pós-guerra);*
- a consciência de que o Brasil possuía os requisitos para chegar a grande potência;
- a crença de que o desenvolvimento vinha sendo retardado por incapacidade de planejamento e execução governamentais;
- a necessidade de elaborar um método de formulação da política nacional" (193)

Dentro dessa complexidade, o trabalho do ISEB, ligado diretamente ao MEC, conseguiu, no período anterior, deixar claro que estudantes, professores e intelectuais em geral, dentro e fora da Escola, representavam força significativa e que não poderia ser desprezada.

(192) Gal. MEIRA MATTOS, *Brasil. Geopolítica e Destino*. Ed. José Olympio, 1975, p. 51

(193) *Ibid.*, p. 60/61

Se a Escola não poderia ser incluída como fator de solução dos problemas, necessariamente teria que ser vista como fonte explicitadora deles, pelo menos através da demanda não respondida, do grau de irritação de estudantes e de professores e das repercussões deste mesmo estado de espírito no restante da sociedade. Deste assunto, no que se refere especificamente à Universidade, cuidaremos posteriormente.

Parece-nos que a simplificação do nível das idéias, da complexidade existente ao nível do real, explica a renúncia de Jânio, com conseqüências tão graves para o país.

5. João Goulart, o fim do populismo

O novo governo assume o poder sob fortes suspeições dos mais diferentes segmentos, que, tendo acompanhado a trajetória de Goulart, mais do que nunca se viram tomados de temor e dominados pelos fantasmas que sempre rondaram o velho "Catete" e que agora se deslocavam para o moderníssimo "Planalto", cujos ares arejados não os conseguiram exorcizar.

O novo presidente, como todos os demais desde 1930, viu-se cercado pela incompreensão dos militares, pelo medo do comunismo, pelas intromissões tão indesejáveis quanto permanentes de Washington, pela irredutível e crescente inflação, herdada do governo JK, além do ranço udenista-lacerdista e das sempre imprudentes investidas da "esquerda negativa". (194)

(194) "*Esquerda negativa*" era o sistemático tratamento que a esquerda moderada de Santiago Dantas dispensava aos extremistas de Brizola e às organizações que com ele se identificavam, como a UNE e a AP.

Ao PUA e CGT, com uma visão nacionalista, zelosos do marxismo, mas não submissos às ordens do PCB, dispensava-se o tratamento de fidelistas ou jacobinos. Santiago Dantas, percebendo as ameaças ao processo que constituíam as investidas radicalizantes dessas esquerdas, mesmo enfermo, conjugou todos os esforços possíveis para se conseguir uma frente ampla das esquerdas, no que fracassou totalmente.

A Presidência tinha, portanto, em primeiro lugar e certamente a custos não previstos, que neutralizar a irri-tação militar, que considerava inadmissível o retorno de Goulart ao Brasil por questões de segurança nacional, uma vez que, como presidente, "*poderia favorecer a subversão nas forças armadas, transformando-as assim em simples milícias comunistas*". (195)

"Os Ministros predisseram que a sucessão de Goulart à presidência iria desencadear um período inquietador, de agitações sobre agitações, de tumultos e mesmo choques sangrentos nas cidades e nos campos, de subversão armada, enfim, através da qual acabarão ruindo as próprias instituições democráticas e, com elas a justiça, a liberdade, a paz social, todos os mais altos padrões de nossa cultura cristã" (196)

O fantasma do comunismo, que a tantos sacrificara no período populista, obrigou o Presidente a deslocar-se até a metrópole e em Washington garantir ao Presidente Kennedy que suas intenções eram democráticas, que sua postura era de repúdio ao totalitarismo de Fidel Castro, a quem teceu severas críticas e, ainda, que estenderia o seu apoio ao Mercado Comum Latino-americano, conviveria com a Aliança para o Progresso e consideraria bem-vindo ao Brasil o capital estrangeiro.

Suas posições foram recebidas com elegância e frieza e, não obstante seus argumentos, as verbas sã viriam sob controle de aplicação por parte de Washington e do FMI, até porque ainda repercutiam nos Estados Unidos as posturas do Vice-Presidente do Governo JK, no que se refere à remessa de lucros para o exterior.

"Em maio de 1959, o Vice-Presidente Goulart acusou os lucros excessivos das firmas de propriedade estrangeira de provocarem os problemas econômicos no Brasil,

(195) Thomas SKIDMORE. *Op. cit.*, p. 257

(196) Mário VICTOR. *Cinco Anos que Abalaram o Brasil: De Jânio Quadros ao Marechal Castelo Branco*, p. 347/348

dando com isso novo reforço dentro do PTB à posição nacionalista extrema que Vargas tinha sempre endossado durante sua própria crise anti-inflacionária. (197)

A repercussão das posições assumidas em Washington trouxeram internamente dois diferentes desdobramentos:

a) Arrefeceram, em parte, o ânimo da rançosa UDN de Lacerda, que, com os militares, considerava, como ficou claramente dito no manifesto dos ministros de 29 de agosto:

"Jango representava séria ameaça por ser notório agitador dos meios operários, assim como de ter enaltecido o sucesso das comunas populares durante sua recente visita à China Comunista" (198)

b) Por outro lado, as investidas de conciliação e as concessões feitas aos Estados Unidos provocaram grande irritação nos movimentos sindicais e na esquerda brasileira, que, equivocadamente, se sentiam como fiadores do Presidente e responsáveis diretos por sua posse, apesar da resistência dos militares.

"Se não fosse pela resistência popular, que sob a liderança de Brizola organizou-se no RS, culminando com o controle dos três Estados do extremo sul pelas forças populares e pela agitação que empolgava já todo o país, Goulart nunca teria chegado à presidência da República e a ditadura militar teria começado dois anos e meio antes" (199)

Em um balanço que considero extremamente severo e injusto, mas que retrata bem a desilusão da esquerda negativa com o Presidente Goulart, Paulo Schilling faz o seguinte resumo:

- a aceitação do Parlamentarismo foi o primeiro

(197) Thomas SKIDMORE. *Op. cit.*, p. 222

(198) Ibid., p. 257

(199) Paulo SCHILLING. *Op. cit.*, p. 111

- ato de traição ao povo;
- Jango atrelou-se aos generais reacionários e só dispensou de seus postos os militares ligados a Brizola;
 - com sua ida a Washington, fez um beija-mão servilista e tornou-se preposto do embaixador Lincoln Gordon;
 - nada mudou em relação à política financeira do governo anterior e foram mantidos todos os homens do imperialismo à frente da economia. (200)

c) Finalmente, há que se registrar os efeitos altamente desestabilizadores do acelerado processo inflacionário herdado do Governo JK e responsável pelo rompimento daquele governo com o Fundo Monetário Internacional, razão das desconfianças tão ostensivas de Washington ao novo mandatário.

Amalgamando todo esse explosivo processo de acomodação e concessões, dois ingredientes extremamente irritantes dificultavam a ação mais eficaz do governo.

Em primeiro lugar, a impaciência da população mais carente, com seus salários defasados pelo processo de inflação e uma expectativa muito urgente de transformações estruturais, que viesse por fim à carestia e promover, em caráter de emergência, a redistribuição das riquezas.

Em segundo lugar, a morosidade do processo decisório, tanto em função das difíceis negociações políticas, quanto da emaranhada burocracia, totalmente perdida entre os velhos escritórios, ainda no Rio de Janeiro, e o poder já centralizado em Brasília.

Essa morosidade, acoplada às ambiguidades do governo, provocou difíceis polarizações de grupos, que passaram a exigir da presidência extrema habilidade e dilapidaram os esforços de composição de forças para o fortalecimen

to da base de sustentação política, governamental, perseguida com insistência e inabilidade.

Entretanto, o problema de uma aliança duradoura de sustentação tinha muito mais a ver com as distorções deixadas pelos governos anteriores, e que agora representavam problemas efetivamente de ordem estrutural, do que simplesmente com os fatos de natureza meramente conjuntural. Entre as distorções complicadoras do processo selecionamos: desequilíbrio entre o complexo urbano e rural, ampliação dos desníveis regionais, descompasso entre produção agrícola e industrial e necessidades do mercado consumidor, hiperconcentração de renda nas mãos de pequeno grupo, achatamento salarial em face do crescimento inflacionário, falta de representatividade dos partidos políticos, distorção entre a função do Estado e a ação governamental. (201)

Com todos esses embaraços, o governo assume o poder parcial que lhe é confiado e tem que agir rapidamente em várias frentes:

- a) Remover as limitações parlamentaristas.
- b) Buscar uma melhor sustentação partidária na frágil e pulverizada coligação partidária PSD/PTB.
- c) Explorar a divisão existente na oposição, onde o extremismo lacerdista esbarrava na moderada "*bossa nova*" udenista de Magalhães Pinto.
- d) Tentar, por todos os modos, neutralizar os avanços da "*esquerda negativa*", que vinha provocando exacerbações nos meios militares e nos próprio aliado, o PSD.
- e) Arrumar economicamente a casa, pondo fim à inflação, sem prejuízo do crescimento econômico e sem provocar achatamentos salariais.
- f) Assumir as reclamadas reformas de base, que se-

riam a marca de seu governo.

Lançou-se a campo e, em tempo hábil, com o poder a parentemente sob controle, depois das sucessivas refregas parlamentaristas. Organiza, com Celso Furtado e Santiago Dantas, um plano de ação denominado Plano Trienal, marcado por graves ambiguidades, uma vez que consistia em uma tentativa de harmonizar crescimento econômico, redistribuição de renda e combate à inflação.

O fracasso das iniciativas econômicas, o Plano Trienal de Celso Furtado, as tentativas de conciliação de Goulart, apesar de seu prudente empenho a favor da implementação das chamadas reformas de base, provocaram um maior acirramento das contradições e uma intensa mobilização de todas as forças que acabaram por conturbar totalmente o quadro político e inviabilizar os esforços de estabilização postos em andamento.

Procuraremos, o que antecipadamente consideramos tarefa espinhosa, resumir o quadro que se esboçou ao longo de todo o governo Goulart.

19) Intensa mobilização sindical provocou inúmeros movimentos e o surgimento de várias organizações, entre as quais se destacaram o PUAC (Pacto de Unidade e Ação) e o PAC (Pacto de Ação Conjunta). O mais forte, o CGT (Comando Geral dos Trabalhadores), conseguiu aglutinar grande parte das forças e trabalhar com cinco das seis confederações de tendências esquerdistas existentes.

29) Empresários e forças de oposição conservadoras organizaram o complexo IPES-IBAD para neutralizar o ímpeto esquerdizante e atuar em várias frentes a favor da democracia.

"O IPES se destinava a fazer um movimento a favor da democracia e da empresa privada, em face dos indícios de seu constante desprestígio no País. Entre os indícios que denotavam esse desprestígio, os que mais preocupações causavam eram:

a) Substituição da iniciativa privada pela empresa go-

vernamental;

- b) *As críticas constantes ao sistema capitalista e às empresas estrangeiras do País;*
- c) *Propagação das convicções socializantes, visando ao desenvolvimento econômico e à justiça social"* (202)

Essas organizações atuaram junto aos sindicatos e organizaram a UST (União Sindical dos Trabalhadores), criada com o apoio do próprio presidente Goulart, com tendência centrista, mas que não mereceu a confiança do operariado e pouca influência conseguiu exercer.

Apesar de toda a movimentação ocorrida, o sindicalismo do período Goulart incorreu em algumas falhas primárias, que comprometeram seu bom desempenho:

a) Deixou-se envolver com organizações burguesas, organizações estudantis e outras, cujas preocupações não eram os interesses das categorias.

b) Trabalhou somente a nível de cúpula.

c) Desprezou o trabalho de filiação e fortalecimento das bases.

39) No meio estudantil, além do Movimento de Educação de Base (MEB), organizado no governo Jânio Quadros, financiado pelo próprio governo e apoiado pela Igreja Católica, a União Nacional dos Estudantes (UNE), as UEEs, as organizações estudantis católicas, notadamente a JUC, que posteriormente deu origem à AP (Ação Popular), tornaram-se importantes agências mobilizadoras e atuaram, não só no interior da Universidade, como também junto aos sindicatos e aos camponeses. Entre os programas mais importantes da UNE, destaca-se o CPC (Centro Popular de Cultura), cuja contribuição às artes, ao cinema, ao teatro e às letras foi extremamente relevante.

A atuação estudantil foi significativa em relação

(202) Maria Inês Salgado de SOUZA. *Os Empresários e a Educação. O IPES e a Política Educacional após 1964.* Ed. Vozes, 1981, p. 20

ã Reforma Universitária, embora os estudantes tenham reagido mal, pressionando o presidente a não homologar a LDB e se se sentindo derrotados diante da assinatura do decreto. Apesar de todas as frustrações, o movimento estudantil continuou ativo na luta.

Queremo-nos referir ainda ao movimento dos camponeses, principalmente em Minas Gerais, Nordeste e Estado do Rio, que trouxe grande preocupação aos partidos políticos com maior eleitorado no campo. Nesse sentido as Ligas Camponesas do Nordeste causaram particular irritação à ala conservadora.

"No interior, o crescimento das Ligas Camponesas e as invasões de terras cada vez mais frequentes indicavam o despertar do setor agrário atrasado. A controvérsia em torno da lei da reforma agrária, acendeu o ânimo dos organizadores da revolta agrária, que se constituíam tanto de esquerdistas radicais como de centristas de espírito reformista, como o clero progressista do Nordeste. (...) Os donos tradicionais do setor agrário não viam com indiferença a mobilização nascente das massas rurais. Em Minas Gerais, no Estado do Rio de Janeiro e no Nordeste, os proprietários de terras aumentaram sua oposição às medidas de reforma agrária já propostas por Jango" (203)

Finalmente, desejamos nos referir aos movimentos populares ligados a órgãos oficiais ou por eles financiados, ocupados com a alfabetização de adultos e que consistiam em ampla frente de mobilização. Este foi o caso do Movimento de Cultura Popular do Recife (MCP) e da Campanha de Alfabetização da Secretaria do Estado do Rio Grande do Norte.

Com toda essa movimentação, o governo, pressionado pelas forças radicais, procura levar a efeito as Reformas de Base e o Plano Trienal de Celso Furtado e Santiago Dantas.

Em 1963 o Governo presidencialista propôs:

- a) o Plano Nacional de Educação (PNE), oriundo do Conselho Federal de Educação;
- b) o Plano Trienal de Celso Furtado, que encampou o PNE;
- c) a Comissão de Cultura Popular, criada junto ao Gabinete do Ministro, com atribuição de implantar o Sistema Paulo Freire em Brasília(junho);
- d) o Plano Nacional de Alfabetização (PNA) - decreto 53465, de janeiro de 1964 - que oficializou, a nível nacional, o Sistema Paulo Freire, chegando o mesmo a operacionalizar-se em Brasília, projeto-piloto nordeste (Sergipe) e projeto-piloto sul (Baixada Fluminense, Rio). (204)

O Plano Trienal tinha como base a redução da inflação, sem prejuízo da taxa de crescimento. Os objetivos eram ambiciosos, como pode ser visto no texto que se segue:

"... com o fito de favorecer um maior crescimento e também aliviar notórias desigualdades de renda entre as classes e as regiões. O governo de Jango empenhou -se assim num programa mais ambicioso do que qualquer outro regime brasileiro de após-guerra: manteria um ritmo de crescimento no nível dos melhores anos de Juscelino (7%), reduzindo ao mesmo tempo o aumento dos preços a um nível nunca igualado desde Dutra (10%)" (205)

Com as reformas agrária, urbana, bancária, tributária, universitária e administrativa, o governo eliminaria o que se convencionou chamar "engarrafamento no processo de desenvolvimento econômico" e faria avançar o crescimento e a redistribuição das riquezas.

O projeto esbarrou em resistências irremovíveis,

(204) Luiz Antonio CUNHA/Moacir GOES. *O Golpe na Educação*. Zahar, 1987, p. 15

(205) Thomas SKIDMORE. *Op. cit.*, p. 288

que acabaram por inviabilizá-lo.

a) Para Celso Furtado a inflação teria que ser com batida com o corte do déficit público, que consistia em cortes de subsídios e aumento de impostos.

b) Não se conseguiria manter o crescimento sem re-financiamento da dívida externa e equilíbrio da balança de pagamento, que se apresentava altamente deficitária.

c) Também se deveria proceder a uma imediata desvalorização do cruzeiro para se trabalhar com uma taxa de câmbio realista.

O Plano e as reformas falharam, em função de diferentes frentes de pressão que agiram sobre eles:

- não resistiram à pressão salarial dos funcionários públicos, dos militares e diversas categorias;
- não obteve apoio do exterior, principalmente dos Estados Unidos, onde o embaixador Lincoln Gordon travava os financiamentos, sob alegação de penetração dos comunistas nos sindicatos e movimentos estudantis;
- as tentativas de reformas irritaram os mais diferentes segmentos, principalmente a classe dominante; o povo não acreditava nelas, os dominantes temiam-nas;
- faltou base partidária que sustentasse os avanços pretendidos pela Presidência;
- a "*esquerda negativa*" dificultava a ação governamental, provocava os militares, criando, inclusive, um ambiente de insubordinação nas tropas;
- à medida em que o tempo avançava, aumentava a resistência às medidas governamentais no interior da Igreja Católica, onde os mentores da reforma não possuíam bom trânsito político e foram prejudicados com a enfermidade grave que atingiu Santiago Dantas;
- os apelos a favor de uma moderação nas reivindica

cações salariais não encontravam eco, em função das caríssimas indenizações pagas às empresas estrangeiras, cujo aumento generalizado acabou sendo da ordem de 70%;

- finalmente, a desestabilização nos meios militares, com atos de insubordinação, a negação ao pedido de Estado de Sítio, os tumultos ocorridos com a retirada da mensagem por parte do presidente, o complicado processo de sucessão que começava a se esboçar, a frustrada tentativa de prisão de Carlos Lacerda e o fustigamento da "esquerda negativa", acabaram por colocar o presidente em posição de fraqueza, que se revelou cabalmente no momento em que resolveu dar uma demonstração de força com o comício de 13 de março na Central do Brasil. As intenções da presidência estavam claramente expostas em mensagem posteriormente enviada ao Congresso:

"Optei pelo combate aos privilégios e pela iniciativa das reformas de base, por força das quais se realizará a substituição de estruturas e instituições inadequadas à tranqüila continuidade de nosso progresso e a instauração de uma convivência democrática plena e efetiva" (206)

Tal segurança só pode ter sido fruto da falsa idéia de mobilização geral deixada pelo comício do dia 13, onde cerca de 200.000 pessoas, sob forte proteção militar, clamaram entusiasticamente os decretos de Reforma Agrária e de Nacionalização de todas as Refinarias de Petróleo.

B. CONTEXTO EDUCACIONAL - DE DUTRA A GOULART

Após as rápidas, mas necessárias informações sobre o contexto econômico, social e político do período compreendi-

(206) João GOULART. *Mensagem ao Congresso Nacional*. 31 de março de 1963.

do entre os anos de 1946 a 1963, dentro de nossa metodologia, passaremos agora a verificar o desempenho da Universidade dentro do contexto mais amplo nesse período de fases históricas tão diversas.

Como temos enfatizado desde o início de nosso trabalho, não estamos em busca de uma Teoria da Universidade, nem com intenção de escrever a História da Universidade Brasileira. Nosso alvo é bem mais modesto e consiste apenas em buscar respostas para as questões colocadas por diversas organizações, na década de 1970, acerca do papel da Universidade brasileira.

Não é ocioso lembrar que, na mencionada década, deu-se como fato consumado e realidade posta o surgimento atrofiado e retardatário de nossa Universidade, bem como seu envelhecimento precoce, chegando alguns a afirmar que, enquanto Universidade, ela jamais existiu.

Corroborando essa linha de raciocínio, muito presente no Conselho de Reitores, julgo oportuno registrar a posição assumida em Belo Horizonte pelo Reitor Lynaldo Cavalcanti, um dos mais dinâmicos presidentes do CRUB:

"Historicamente, sabemos que o ensino superior se implantou tardiamente: seja em relação às próprias necessidades do país, seja quando comparado com a implantação dos sistemas equivalentes nas outras nações, mesmo aquelas consideradas mais atrasadas do que a nossa.

(...) Desde o final da primeira República, as Universidades que então não existiam, nem de direito, nem de fato, passaram a ser decretadas pelo Governo Federal e por alguns governos estaduais. Foram criadas de direito artificialmente concebidas, como aglomerados de escolas e faculdades, heterogêneas, fisicamente distantes umas das outras, sem que se registrasse alguma proposta de criação de Universidades concebidas como tal.

(207)

(207) Lynaldo Cavalcanti de ALBUQUERQUE. A inserção da Universidade na Realidade Brasileira. Em: Vários Autores. *As Grandes Diretrizes da Universidade Brasileira*. Belo Horizonte, UFMG, 1977, p. 14/17

Teria razão o presidente, em relação ao que realizou a Universidade nesse período? Já há tantos anos de sua origem estaria ela de fato embrionária? Que fatos relevantes ocorreram em relação à Universidade nesse período?

Creemos que pelo menos quatro fatores merecem atenção:

- a) o efeito da demanda reprimida durante o Estado Novo, que veio à tona após 1946;
- b) o surgimento de Universidades Católicas;
- c) a intensa participação estudantil;
- d) a criação da Universidade de Brasília.

1. A Demanda Reprimida como Fator de Expansão da Universidade

Ao longo do período getulista, por força do crescimento vegetativo, da urbanização, do processo de industrialização e da própria transformação da demanda potencial em demanda efetiva no primário e no supletivo, a demanda escolar se fez forte no secundário, que se tornou altamente seletivo.

Com o decorrer dos anos, à medida em que se ia incentivando a equiparação dos cursos de nível médio e os cursos comerciais, estes começaram a pressionar o ensino superior em busca de vagas na escolarização do terceiro grau, ocorrendo uma explosiva demanda e, conseqüentemente, uma expansão universitária praticamente incontrolável, já pelos fatores que arrolamos, já pela própria chamada do mercado de trabalho, que começara a reclamar certo grau de qualificação, pelo menos de nível médio.

Os elementos de controle da demanda foram, segundo Otaíza Romanelli, de grande "*crueldade*", na medida em que, não sendo possível selecionar no ato de ingresso, passou-se a fazer a seleção no próprio interior da escola, o que ampliou grandemente a repetência e a evasão. (208)

(208) Otaíza de Oliveira ROMANELLI. *Op. cit.*, Cap. 2 e 3.

A expansão da Universidade, em função da pressão da demanda reprimida durante o Estado Novo, é um dos fatos mais relevantes a ela acontecidos no período histórico que estamos focalizando.

2. O Surgimento das Universidades Católicas

Diante da pressão da demanda de escolaridade superior, da visível vulnerabilidade do Estado naquele momento histórico, a Igreja, já mesmo no ano de 1945, com a queda do Estado Novo, pede e obtém de José Linhares que modifique o Estatuto da Universidade, a fim de facilitar seu ingresso no país como Mantenedora de Universidades.

"A organização das novas universidades foi bastante facilitada pelo decreto-lei nº 8.457, de 26 de dezembro de 1945, promulgado pelo presidente provisório José Linhares. As exigências ficaram bem mais flexíveis do que as determinadas pelo Estatuto das Universidades Brasileiras, de 1931. (...)

Com isso, passava a ser possível instalar-se uma universidade a partir de uma faculdade de filosofia (até mesmo com apenas uma seção), uma faculdade de direito e a terceira de economia ou serviço social por exemplo, sem as custosas faculdades de engenharia ou medicina"
(209)

Vargas não deixa nenhuma Universidade particular e apenas três estatais como fruto de todo o seu período governamental:

- Universidade do Brasil;
- Universidade de São Paulo;
- Universidade de Minas Gerais.

Outras universidades existiam, como é o caso da Universidade do Paraná, fundada em 1912, que nunca interrompeu suas atividades mas só recebeu reconhecimento em 1946.

Valendo-se do mencionado decreto de Linhares e procurando levar a efeito sua política educacional, já tão marcante nos graus inferiores do ensino, a Igreja efetuou a maior e mais rápida expansão a seu alcance, criando as seguintes Universidades:

- PUC/Rio de Janeiro 1946
- PUC/São Paulo 1946
- PUC/Rio Grande do Sul 1948
- Universidade Católica de Pernambuco.... 1952
- PUC/Campinas 1955
- PUC/Minas Gerais 1958
- Universidade Católica de Goiás 1959
- Universidade Católica do Paraná 1960
- Universidade Católica de Pelotas 1960
- Universidade Católica de Salvador 1961
- Universidade Católica de Petrópolis ... 1961

(210)

A expansão da Universidade, através da Igreja Católica, modifica o quadro e se torna fato muito relevante porque:

a) Em primeiro lugar, resolve um problema do Estado, onerando a sociedade civil, embora por alguns anos o Estado tenha coberto significativa parte do déficit orçamentário.

Universidade	Ano	Parte coberta p/ Estado
PUC/São Paulo	1962	76,4%
Univ. Católica de Goiás	1959	97%
Univ. Católica de Pelotas	1961	62,7%

A partir de 1964 os subsídios foram extremamente reduzidos pelo Governo. A PUC do Rio de Janeiro, que sempre foi a melhor contemplada, não aparece na tabela de onde extraímos os dados, mas tudo indica que, por muitos anos, foi subsidiada em mais de 85% de seu orçamento.

(210) Fonte: *Educação Brasileira*. Revista do CRUB, V, III, nº 6, 1º semestre/1981.

b) Em segundo lugar, não se trata de mera investida privatizante com fins lucrativos, mas da montagem de um sistema, com uma proposta e uma visão de mundo bem diferentes das Universidades estatais, e que vinham sendo defendidas desde 1930, pelo menos.

A seu tempo, Francisco Campos, homem de governo de rara objetividade, colocava a questão *Igreja Católica X Universidade* em termos muito claros:

"A Universidade é católica, não só na ordem arquitetônica que preside à sua configuração e à estrutura de seu corpo simbólico, como na ordem espiritual em que se organizam e se diferenciam, em extensão e profundidade, as realidades intelectuais e morais, que lhe conferem o caráter e o privilégio de Universidade. A ordem universitária, portanto, ordem católica, a saber, fundada sobre o espiritual, organizada pelo espírito, é a imagem e semelhança da Igreja, em cujo seio se gerou e amadureceu, predestinada a reunir pelos vínculos indissolúveis da comunhão de espírito, o disperso, o descontínuo, o inorgânico e o particular, sob as amplas categorias do contínuo e do orgânico da solidariedade e da universalidade" (211)

A Igreja avançou muito nos graus inferiores, do ensino e preparar quadros em ambiência universitária se tornara imperativo, uma vez que ajudar a gerenciar bem a questão da Educação é, na visão de seus educadores, auxiliar diretamente a solução da crise mundial e, particularmente, da crise brasileira. (212)

São de passagem estamos trabalhando neste capítulo as motivações da Igreja na expansão da Universidade desde sua ótica, por fugir à realidade de nosso trabalho. Urbano Zil-

(211) Francisco CAMPOS. "Discurso em Belo Horizonte". Citado por Sobral PINTO em: *Chronica Política*. Maio, 1931

(212) Carlos Roberto Jamil CURY. *Ideologia e Educação Brasileira. Católicos e Liberais*. Cap. I, "A Ideologia Católica", Ed. Cortez e Moraes, 1978

les clareia bem a questão, em suas próprias palavras e em documento da Igreja por ele citado:

"Entendemos a Universidade como Igreja no mundo pluralista, assumindo, a seu modo e em seu meio, a sua missão de ser 'sinal e sacramento de unidade entre os homens', luz de Cristo para todos os homens e todas as culturas. (...)"

As universidades católicas, através da FIUC (Federação Internacional de Universidades Católicas) elaboraram, na assembléia realizada em Roma no ano de 1972, um documento sobre 'A Universidade Católica no Mundo de Hoje', estabelecendo como 'notas essenciais' de uma Universidade Católica as seguintes:

- 1) Inspiração cristã não só individual, mas, igualmente, comunitária.*
- 2) Esforço permanente de reflexão à luz da fé católica sobre as aquisições contínuas do saber humano para as quais procura contribuir com sua própria investigação.*
- 3) Fidelidade à mensagem de Cristo como tem sido transmitido pela Igreja.*
- 4) Compromisso institucional ao serviço do povo de Deus, da família humana em marcha para o fim transcendente que dá sentido à vida"* (213)

Florestan Fernandes, Anísio Teixeira, Heron de Alencar e outros intelectuais fazem sérias restrições à associação da Igreja com organizações de "comerciantes do ensino" e criticam, com certa severidade, sua campanha por ocasião da tramitação da LDB, principalmente após o substitutivo Lacerda. (214)

(213) Urbano ZILLES. O que significa Universidade 'Católica'. Em: *Veritas*. Porto Alegre, 25 (100) dezembro 1980, p. 391-394

(214) Mais informações acerca da Igreja Católica e a Universidade podem ser encontradas nas seguintes publicações: Florestan FERNANDES. *Educação e Sociedade no Brasil*. Ed. da USP/SP, 1966; Anísio TEIXEIRA. *Educação no Brasil*. Cia. Editora Nacional/MEC, 1976; CNBB. *Igreja e Educação. Perspectivas Pastorais*. Ed. Paulinas, 1977

Ainda nesse mesmo período se faz necessário destacar também o expansionismo das Universidades estatais, via de regra pela forma de agregação de faculdades isoladas existentes nas capitais e grandes centros urbanos, como indicam os dados que se seguem:

1945 - 3 Universidades
 1955 - 11 Universidades
 1964 - 27 Universidades.

A expansão não só continuará, como se acelerará com o fim do período populista, como teremos ocasião de analisar.

3. Participação Estudantil

Outro fato deveras relevante ocorrido nesse período, em relação à Universidade, foi a efetiva participação do movimento estudantil, através de diferentes organizações, mas, principalmente, por intermédio da UNE, das UEEs, da JUC e, mais tarde, da AP.

A participação estudantil se deu com bom nível de organização e em diferentes áreas, como passamos a indicar:

- Envolveram-se as organizações estudantis na resistência aos militares que tentaram impedir a posse do Presidente João Goulart e, ao mesmo tempo, lutaram para que ele não fizesse nenhuma concessão nem aceitasse as limitações do parlamentarismo.

"A Constituição brasileira, que os estudantes com seu sangue ajudaram a ser criada há alguns anos atrás, não será desrespeitada. Desde as primeiras horas da crise, a União Nacional dos Estudantes tem estado alerta e ativa na defesa da democracia e do Regime. Fecharam nossa sede, perseguem nossos líderes, repelem nossas manifestações à força. Mas os estudantes hão de resistir. O povo brasileiro, nesta hora de decisão, não pode tuitar indeciso entre a manutenção da legalidade e a imposição da força. Não podemos aceitar qualquer espécie de golpe, e exigimos que seja cumprida à risca a

letra da Constituição" (215)

- Posteriormente, dentro da chamada "*esquerda negativa*", exigiam as reformas de base e se opuseram duramente ao Plano Trienal de Celso Furtado, que consideraram recessivo e antipovo.

- Em relação à Reforma Universitária, especificamente, organizaram seminários e simpósios, exigindo maior participação estudantil no processo decisório e maior firmeza do Governo com a Reforma.

- Mobilizaram-se contra o Substitutivo Lacerda na LDB e pressionaram o Presidente até o último momento para que não sancionasse a Lei.

"A UNE não pode esconder a sua decepção diante do sancionamento da atual Lei de Diretrizes e Bases, ainda privativista no seu estilo e forma, e por isso lesiva aos interesses populares que só poderão ser atendidos pela Escola Pública, gratuita e democrática. Sua Diretoria, no entanto, envidou todos os esforços para manter contatos com o Presidente da República para expor suas posições e expressar seu veto total a determinados itens do projeto. Não sendo atendida pelo Presidente no dia 19 de dezembro, a UNE não pode expressar seu ponto de vista e, assim, viu sancionada no dia 20 do mesmo mês a atual lei, que repudiamos pelos motivos acima expostos. A UNE no entanto continuará sua luta pela democratização do ensino, pela Reforma Universitária e pela Escola Pública" (216)

- Participaram ativamente na mobilização popular, com apoio direto do Governo, através de expressivos programas, entre os quais o CCP e o PNA. (217)

(215) José Luiz SANFELICE. *O Movimento Estudantil. A UNE na Resistência ao Golpe de 1964*. Cortez/Autores Assoc., 1986, p. 19

(216) UNE. *Resolução do Conselho da UNE*. Rio de Janeiro, Ed. Universitária/UNE, 1962, p. 11

(217) Luiz A. CUNHA/Moacir GOES. *O Golpe na Educação*. Zahar Ed., 1987

- Manteve a UNE um representante diretamente ligado ao Gabinete do Ministério da Educação, para facilitar as negociações e entendimentos.

Após o Golpe Militar de 1964 a UNE continuou sua resistência. Sua contribuição foi reconhecida por muitos como positiva aos avanços da Universidade, mas os militares a reprimiram duramente e a colocaram na ilegalidade. Fecharam sua sede, assassinaram e torturaram muitos de seus filiados. (218)

Tomamos a liberdade de transcrever, na íntegra, o texto que se segue, não obstante longo, porque cremos que ele faz justiça a muitos que, no movimento estudantil, sacrificaram-se em favor da Reforma Universitária e nunca foram entendidos, até mesmo pela própria esquerda em luta.

"Pensem o que pensem de minhas ações e decisões os que desaprovam o envolvimento intelectual de um professor universitário em movimentos culturais ou políticos dos estudantes, e pense eu próprio o que pense dos desacer tos patentes do 'protesto estudantil', o fato é que constitui uma anomalia a retração das 'gerações maduras' e que, na ausência desse 'protesto', reinaria o silêncio e a submissão sem contestações. Em que são "maduras" essas gerações? Na covardia moral e na subserviência política? No egoísmo destrutivo? Na indiferença perante os dramas humanos das classes sociais dependentes e miseráveis? No desvario de imitar e reproduzir, com ímpetos de grandeza paranóica, os padrões de conforto dos países ricos? Na ânsia de poder e de prepotência, que anula a vontade da Nação e seu equilíbrio interno? No despudor de traficar o nosso presente e o nosso futuro com outras nações, que agem normalmente ao reduzir os nossos anseios de crescimento econômico ou de desenvolvimento sociocultural a negócios vantajosos? O 'protesto estudantil' é o único que se equaciona com vitalidade indestrutível e que expõe, acima das vinculações e dos compromissos de classes, essas

questões candentes. Ao apoiá-lo, com minhas poucas forças, participo desse protesto pequeno-burguês, e cheio de contradições e de ambigüidades, mas rico de perspectivas e que nos arranca da apatia em que se alicerça a continuidade do poder conservador" (219)

4. A Universidade de Brasília

Finalmente, em relação à positividade da Universidade no período estudado, quero me referir à iniciativa renovadora da Universidade de Brasília, cuja contribuição foi de inestimável valor, apesar dos obstáculos que lhe foram colocados pelo Estado.

Procuraremos organizar as informações do modo mais objetivo ao nosso alcance, com base nos informes daqueles que participaram diretamente da iniciativa, bem como de seus dispositivos estatutários.

Dividiremos o assunto em quatro etapas, apenas para efeito didático:

- os pressupostos básicos;
- o conteúdo da proposta;
- esboço da estrutura;
- os resultados imediatos e mediatos.

a) Os pressupostos básicos

Inspiraram os fundadores da UnB:

- a convicção de que o modelo de Universidade que temos no Brasil nasceu envelhecido e já em crise;
- que a sua crise se encontrava em seu caráter alienígena e seu viciado sistema de escolas agregadas, por si mesmo isolacionista e desintegrador;
- até 1961 não se tinha conseguido criar efetivamen

te um ensino universitário brasileiro e desenvolver o espírito de pesquisa que respondesse às reais necessidades do país;

- não havia nenhuma Universidade preocupada com a formação de professores de alto nível para os graus inferiores de ensino;
- é preocupante a defasagem que se verificava na Universidade brasileira, não em relação à Universidade de outros países, mas em relação às necessidades brasileiras;
- a ideologia da Universidade que tínhamos encontra-se ainda a serviço da ideologia da classe dominante, arcaica, antinacional, o que favorecia avanços de ensinos confessionais e privados em áreas específicas do Estado e a serviço da dominação;
- há hoje no país um grupo de intelectuais conscientes, empenhados na construção de uma nação efetivamente livre e emancipada, que o povo brasileiro está historicamente chamado a construir.

"Com a nova obrigação de formar elites baseadas no mérito e no valor individual, que substituíssem aquela outra elite baseada em direitos hereditários ou outorgados como favor real e divino, a Universidade foi enclausurando suas portas, encerrando-se em si mesma, tornando-se anacrônica por sua preocupação exclusiva de transmitir a cultura 'oficial' dominante, a qual, por definição, teria que desconhecer todo o progresso imediato e recusar toda renovação de base, desde que se destinava a preservar e a transmitir as verdades e os valores 'oficiais' dominantes, que a financiam e a sustentam. Ora, ainda sendo uma instituição de existência material recente a Universidade no Brasil nasceu já velha porque essencialmente estava destinada à mera função de preparar decorativamente as elites sociais e culturais do país, como há dois séculos ou mais o faziam as Universidades européias, e como passaram a fazê-lo as Faculdades e Escolas criadas pelo Império. Sua outra missão, também essencial, 'a de preparar e de instrumentar pelo menos os quadros das classes dirigen

tes', foi minimizada ou praticamente se tornou inexistente. Ela é cumprida nas Universidades estrangeiras, norte-americanas, principalmente" (220)

b) A proposta básica

Uma consulta a apenas alguns artigos dos Estatutos da UnB revela claramente seus ambiciosos propósitos renovadores em relação às demais Universidades brasileiras.

Vejamos este tipo de riqueza, como se encontra registrado no Artigo nº 2, cujo conteúdo transcrevo resumido.

- Contribuir para que Brasília cumpra uma função integradora na área da cultura e se transforme em núcleo de ensino e investigação.
 - Que este núcleo esteja aberto a todos os países da América - Latina.
 - Colaborar com estudos sistemáticos e pesquisas originais para o mais completo domínio de todos os problemas da sociedade brasileira.
 - Criar as condições infra-estruturais necessárias para se atrair pesquisadores, artistas, intelectuais, a fim de que se tenham os meios e as condições necessárias para a produção do saber.
 - Formar profissionais e cidadãos democráticos e responsáveis, empenhados na busca de soluções democráticas para os problemas do povo brasileiro.
- (221)

(220) Heron de ALENCAR. *A Universidade de Brasília. Projeto Nacional da Intelectualidade Brasileira*. (Comunicação feita à Assembleia Mundial de Educação, no México, em Setembro de 1964). Publicado como apêndice em: Darcy RIBEIRO. *A Universidade Necessária*. Paz e Terra, 1975, p. 271-296.

(221) UnB. *Estatuto*.

Como se pode perceber, o conteúdo do Artigo 2 aponta claramente para o sentido renovador da Universidade de Brasília. Disposição semelhante pode ser percebida no Artigo 3, cujo conteúdo segue resumido.

- Assegurar ao poder público assessoria para o cabal desempenho de suas funções nos diversos domínios do saber.
- Cooperar com outras Universidades dentro e fora do país.
- Trabalhar sempre dentro dos princípios de liberdade de investigação, mantendo-se fiel aos requisitos essenciais do método científico.

Tomados de grande realismo, os organizadores previram o espaço de 10 anos para se vivenciar experimentalmente a proposta, detectar sua vulnerabilidade e equívocos do projeto.

Todavia, foram claros em afirmar que não se tratava de mais uma simples declaração de intenções. Por isso mesmo, já acompanhava o projeto a estrutura que, aliás, chegou a funcionar.

c) A estrutura básica

O Estatuto prevê uma estrutura básica complexa, integradora e bastante minuciosa. Aqui mencionaremos apenas a ossatura da estrutura, a título de visualização da proposta:

- Institutos;
- Faculdades;
- Unidades Complementares.

Três tipos de órgãos comandam a estrutura básica mencionada:

- I. Órgãos de Coordenação:
 - Câmara de Diretores
 - Comissões Diretivas
 - Conselhos Departamentais
- II. Normativos:
 - Congregação de Carreira
 - Câmara de Decanos
 - Câmara de Delegados Estudantis
- III. De Direção e Supervisão:
 - Reitoria
 - Coordenadores Gerais
 - Diretor e Chefes de Departamentos
 - Mesa Executiva. (223)

Todos esses órgãos são subordinados ao Conselho Universitário, que se reúne, em caráter ordinário, duas vezes ao ano.

"Em nosso caso, a primeira resposta dada, em profundidade, ao problema foi a criação da Universidade de Brasília. Trata-se de projeto realmente funcional que se afasta, em tudo, do modelo tradicional de nossas instituições universitárias, racionalmente concebido para enfrentar os problemas característicos da universidade brasileira e da universidade em geral no mundo de hoje. Seu plano, como bem o caracterizou Anísio Teixeira, 'é uma exata correção dos defeitos mais graves de que sofrem as congêntas'. Por isso mesmo, sua criação assinala marco decisivo no processo da reforma universitária. E quaisquer que sejam as vicissitudes na concretização de seu projeto, cabe-lhe o mérito indiscutível de haver estimulado e orientado o movimento da reforma, oferecendo modelo de estrutura verdadeiramente funcional que procura atender aos objetivos fundamentais e múltiplos da universidade moderna" (224)

(223) UnB. Estatuto.

(224) Newton SUCUPIRA. A Reestruturação das Universidades Federais. Em: VÁRIOS AUTORES. *Seminário de Assuntos Universitários ((Dez Anos de Reflexão e Debate)*. Brasília, MEC/Conselho Federal de Educação/CRUB, 1979, p. 73

d) Resultados

A criação da UnB, por si sô, já constitui excelente experiência de participação e negociações de espaços que envolveram militares, intelectuais, religiosos e outros segmentos.

Os anos de vida dentro de sua proposta original e autônoma foram curtos, mas pode-se afirmar que, tanto no âmbito interno quanto no externo, ela conseguiu animadores avanços.

A brutalidade do Golpe Militar de 1964 feriu-a profundamente, seu reitor foi afastado, grande número de estudantes e professores perseguidos, o que acabou por afetar severamente o quadro.

Paradoxalmente, o modelo de Brasília influenciou os decretos de 1966, a Reforma de 1968 e muitas Universidades, mesmo antes da Reforma, tentaram assimilar sua proposta.

Castrada pelo Golpe Militar, finalmente entregue ao Capitão de Mar e Guerra, a Universidade perdeu temporariamente seu ímpeto renovador, constituindo-se em mais um vivo testemunho de quanto o Estado tem se transformado em força atropeladora e impeditiva do avanço da Universidade na América Latina.

Dela, cautelosamente, diz Florestan Fernandes:

"O Projeto de Criação da Universidade de Brasília representa o passo mais avançado que já demos no sentido de submeter as nossas instituições universitárias a um planejamento racional, modernizado e integrativo. Ele leva em conta e permite contornar algumas das principais dificuldades que encontramos nas experiências universitárias empreendidas, dignas de consideração, como as de São Paulo e do antigo Distrito Federal (Universidade do Brasil). Doutro lado, consegue propor a questão em termos práticos, combinando eficiência do ensino, crescimento da pesquisa com economia nos gastos..." "O que releva notar é que estamos diante de

um esforço autenticamente inovador. A estrutura e as funções da Universidade foram pensadas com vistas para o mundo moderno - as necessidades de preparação do homem, que resultam do pensamento científico e da tecnologia da era industrial. Muitas dessas questões não se impõem, literalmente, a partir das exigências da situação histórico-social brasileira. Elas decorrem, porém, do sentido do processo civilizatório pelo qual está passando ou irá passar no futuro próximo, inevitavelmente, a sociedade brasileira" (225)

5. Conclusões Gerais

Este longo período que se estendeu de 1946 a 1963, como já dissemos, de modo diferente do período anterior repercutiu muito sobre a Universidade e vários fatores marcaram positivamente a caminhada da Universidade brasileira.

a) Em primeiro lugar, ela se expande por força da explosão da demanda reprimida durante todo o Estado Novo.

b) O gerenciamento dessa força expansionista, de um lado pelo oportunismo da Igreja Católica, de outro pela precariedade do Estado no momento histórico referido, fez mudar os rumos do sistema universitário, até então único e estatal, e que passa agora a ser híbrido e aberto à contribuição privada.

c) Convém que se registre o prosseguimento do debate entre liberais e conservadores em torno do projeto da LDB, que se tornou acirrado após o Substitutivo Lacerda e acabou por conferir à tendência conservadora e privativista, espaço privilegiado na Educação.

d) Vigorosa participação das organizações estudantis no processo decisório da Universidade, com repercussões muito favoráveis na Reforma Universitária.

e) Criação da Universidade de Brasília como uma das

mais sólidas experiências renovadoras ocorridas na Universidade na América Latina.

O que dizer de toda essa movimentação, em termos das respostas que estamos buscando para as questões inicialmente levantadas?

A Universidade reflete, com muita fidelidade, as contradições e ambiguidades do processo político e social mais amplo do momento histórico enfocado. Não resta dúvida de que a Universidade da qual estamos falando não é mais a de 1930, nem sequer a de 1934 ou 1935, assim como não o é o contexto histórico.

Ela reflete a abertura política, as rápidas mudanças, a força da Igreja Católica e, embora tenha crescido quantitativamente, continua a não acompanhar o processo de modernização do país, por se encontrar presa ao napoleonismo de sua origem, embora com ele já não conviva tão facilmente.

Não obstante a menção desses fatos, a participação estudantil e a criação da Universidade de Brasília constituem fatores aceleradores da modernização da Universidade, para responder de modo mais adequado ao papel que começam a lhe confiar.

O que se percebe, sem fatalismo ou funcionalismos mecanicistas, é que a Universidade, sob o peso da limitação do Estado dentro do novo estilo de tutela bastante complexo, adquire um novo ritmo, nova maneira de dar respostas aos problemas secundários que lhe são reservados.

CAPÍTULO VI

O GOVERNO AUTORITÁRIO

A. CONTEXTO ECONÔMICO-SOCIAL E POLÍTICO

Como já tivemos ocasião de analisar no capítulo anterior, o populismo se caracterizou pela tentativa, por parte do poder constituído, de superar as contradições de classes e manter, através de um esforço aliancista, o equilíbrio entre as aspirações das massas e os interesses das classes empresariais.

Este equilíbrio se rompe, de um lado, pelas ameaças que passaram a representar as classes populares cada vez mais organizadas, mobilizadas e mais próximas da esquerda, e, de outro, pelo repentino crescimento do capital estrangeiro, principalmente a partir do Governo Kubitschek. (226)

Em função do desequilíbrio ocorrido, dá-se a queda do populismo e os militares assumem o poder, através do golpe levado a efeito em 31 de março de 1964, que derruba o Presidente Goulart.

O novo governo rompe totalmente com o modelo aliancista anterior e imprime novo direcionamento político, social e econômico ao Estado brasileiro que, segundo sua liderança, tem a tarefa prioritária de modernizar o país.

(226) RODRIGUES, Neidson. *Op. cit.*, p. 32

Já tivemos ocasião de verificar o quanto refletiram no interior da Universidade as composições e alianças dos governos populistas e, neste capítulo, pretendemos examinar o desempenho da Universidade dentro desse novo contexto político, social e econômico, cujas exigências educacionais são de ordem completamente diferente.

Dentro da metodologia em que trabalhamos até agora, ofereceremos informações gerais sobre o contexto econômico, social e político e nos aprofundaremos na questão específica da Universidade, preocupação central de nosso trabalho.

Em todas as mudanças de governo, dentro do período populista, houve redirecionamentos e acomodações, de acordo com os grupos que assumiam o poder e as alianças celebradas. Desta feita, não se trata de uma correção de rumos, mas de efetiva ruptura com o modelo populista que, por mais de três décadas, vinha governando o País, dentro de um sistema de composição de forças. Daí a razão dos novos métodos e dos novos conteúdos programáticos colocados em prática, com um nível de repressão até então desconhecido, mesmo no período mais repressivo da ditadura getulista.

No âmbito interno, a primeira providência foi anular as forças oposicionistas, executada sem a mínima habilidade, em total desrespeito aos direitos do homem, embora o Presidente Castelo Branco, em todos os seus discursos, se referisse à prática democrática de seu governo. A brutalidade com que agiram os militares não possui antecedentes no período republicano e dela nos diz Jaguaribe:

"O controle integral do Estado pelos militares e sua autolegitimação pelos Atos Institucionais constituíram o mais formidável reforço do poder público central já mais experimentado no Brasil, resultando em haver equipado o governo com meios coercitivos dificilmente iguados nos regimes mais autoritários" (227)

Os meios coercitivos a que o autor se refere consti-

(227) HÉLIO JAGUARIBE, *Op. cit.*, p. 229

tuíram um elenco de providências que se estendiam às cassações, demissões, aposentadorias compulsórias, prisões, tortura, sem que as pessoas envolvidas tivessem a mínima chance de defesa. A repressão visava eliminar, definitivamente, as lideranças que oferecessem resistência e representassem qualquer ameaça de volta à situação anterior. (228)

Além das medidas de repressão a que nos referimos, o governo rompe com as classes trabalhadoras e, para não enfrentar resistência à sua política de achatamento salarial e de proteção aos estratos mais altos da população, determina o fechamento de sindicatos e a prisão arbitrária de líderes sindicais. Todas essas medidas eram justificadas pelo Presidente e seus ministros como imprescindíveis à manutenção da ordem, que respondia aos interesses de todos e à ne-

(228) *"Castelo Branco estava sob pressão dos militares da linha-dura para cassar os direitos políticos de pelo menos 5.000 'inimigos' do novo regime. A 15 de julho, quando o Ato Institucional cruzava a linha demarcatória, os direitos políticos de 378 pessoas tinham sido cassados. Estas incluíam três ex-presidentes - Kubitschek, Quadros e Goulart - bem como seis governadores estaduais, 55 membros do Congresso Federal de diplomatas, líderes trabalhistas, oficiais militares, intelectuais e funcionários públicos. Aos acusados era negado o direito de autodefesa. Sua punição era francamente reconhecida pelo governo como um ato arbitrário reclamado pelas condições de emergência que ocorriam no país"* (Thomas SKIDMORE)

"Para que se tenha uma idéia mais próxima da atuação do primeiro governo militar pós 64, faz-se a seguinte lembrança quantitativa: 'Durante o governo Castelo Branco (1065 dias) foram praticados 3.747 atos punitivos (média de 3 por dia). Foram 116 cassações de mandatos políticos, 547 suspensões de direitos políticos por dez anos, 526 aposentadorias, 1.574 demissões (a maioria de funcionários públicos e de autarquias), 569 reformas de militares, 4 cancelamentos de uso de insígnias militares, 165 transferências de militares para a reserva, 60 cassações de medalhas, 4 cassações de aposentadorias, 2 cassações de autorizações, 1 descredenciação, 36 destituições, 5 disponibilidades, 75 exclusões da Ordem do Mérito Militar, 40 expulsões, 22 exonerações, 1 cassação de posto e patente. Além do grande número de atos punitivos, o governo Castelo Branco bateu o recorde na aprovação de leis oriundas do Executivo: 733 projetos (JB, 12/03/67)" (José Luiz Luiz SANFELICE)

cessária modernização do País. (229)

Octávio Ianni menciona, pelo menos, quatro objetivos centrais da ação repressiva do governo militar em relação às classes trabalhadoras:

a) Acabar com a participação das classes assalariadas e dos sindicatos nas decisões políticas.

b) Enfraquecer a capacidade de resistência dos grupos burgueses, de tendência nacionalista, relacionados com as classes trabalhadoras.

c) Manter o confisco salarial, através da rígida política de salário em benefício dos empresários.

d) Liquidar com a política de massa, enquanto sustentação do poder político, principalmente através de rigorosa lei de greve. (230)

Por mais persuasivos que fossem os pronunciamentos da cúpula governamental, seus atos de repressão e sua política econômica recessiva falavam mais alto, numa política contrária aos interesses da classe trabalhadora, revelada a cada momento pelas punições a grevistas e demissão de grande número de trabalhadores em função dos interesses dos empresários.

À semelhança do que ocorreu no âmbito interno, a política externa governamental sofreu mudanças substanciais e, de agora em diante, se falará em cooperação em todas as áreas com a aceitação tácita da hegemonia norte-americana, a quem se tecerão os mais rasgados e generosos elogios, com absoluto esquecimento dos avanços nacionalistas alcançados durante o período populista.

(229) Roberto de Oliveira CAMPOS. "Uma Nova Realidade se Descortina" (Discurso proferido no Nacional Clube). *O Estado de São Paulo*, 25/03/65, p. 38

(230) Octávio IANNI. *O Colapso do Populismo no Brasil*. p. 200/201

"Vemos nos Estados Unidos o líder incontestado do mundo livre e o principal guardião dos valores fundamentais de nossa civilização e neles temos um aliado de mais de 140 anos, numa tradição de bom entendimento a que não faltou o batismo de sangue, derramado em defesa de nosso sistema de vida" (231)

Já o Presidente Castelo Branco, mais cauteloso e realista no que se refere à política externa dependente do Brasil, afirma sem constrangimento:

"A preservação da independência pressupõe a aceitação de um certo grau de interdependência, quer no campo militar, quer no econômico, quer no político. A defesa tem que ser essencialmente associativa ..." (232)

A política externa de aliança com os Estados Unidos, aliada à política interna contrária aos interesses das classes trabalhadoras, dá lugar à rígida Lei de Segurança Nacional que, em seus três primeiros artigos, desnuda toda a vontade política do governo autoritário.

Em seu Artigo, 1º a Lei de Segurança Nacional desobriga o Estado da segurança do cidadão e o coloca como responsável pela segurança do Estado.

Já nos Artigos 2º e 3º, fica clara a adesão do governo autoritário ao sistema capitalista ocidental e sua determinação de assumir, como parte de sua responsabilidade, a defesa desse sistema, contra as ameaças de forças antagônicas de natureza subversiva, que, ao contrariar os interesses ocidentais, automaticamente ameaçava os interesses nacionais. (233)

(231) Juracy MAGALHÃES. "Conferência pronunciada no Itamaraty para alunos do Instituto Rio Branco". *O Estado de São Paulo*, 22/11/66, p. 7

(232) Marechal CASTELO BRANCO. *Discurso pronunciado no Itamaraty*, 30/09/87

(233) José Luiz SANFELICE. *Op. cit.*, p. 120

Enquanto isso, o Presidente procurava amenizar o caráter draconiano da LSN, justificando-a como necessária à modernização e ao desenvolvimento do País. O Presidente coloca o avanço econômico em primeiro lugar e a LSN como suporte indispensável à garantia desse mesmo avanço.

"A Revolução modernizadora de 1964 fundamenta toda sua estratégia no binômio do desenvolvimento e da segurança, reconhecendo que o primeiro é dominante, já que a revolução pretende promover o máximo de desenvolvimento possível com o mínimo de segurança indispensável" (234)

Em resumo, as medidas que acabaram por caracterizar o Estado Brasileiro dentro da nova situação foram:

- repressão e eliminação das forças de oposição;
- opção pelos estratos sociais mais elevados, em detrimento das classes trabalhadoras, com achatamento salarial e severas punições a grevistas;
- adoção de administração racionalizada através de sucessivos planos, programas e metas com muita ênfase ao tecnicismo, que desenvolveu novo vocabulário governamental: reversão de espectativa, desenvolvimento com segurança, modernização, interdependência, etc;
- adoção da política de segurança nacional;
- no plano externo, completa aliança com os Estados Unidos e abertura total ao capital estrangeiro, em nome do desenvolvimento e da interdependência internacional;
- nos primeiros anos adotou-se uma política severa de combate à inflação, a custos sociais muito elevados, e de reconstrução do país. Posteriormente, foram traçadas metas de aceleração do desenvolvimento econômico, com anúncio de obras faraônicas e até se falou em milagre brasileiro.

(234) Ernesto GEISEL. *Discurso pronunciado na I Posse Ministerial*. 19/03/74, p. 32/33

B. O CONTEXTO EDUCACIONAL

Ao assumirem o poder, os militares já tinham praticamente pronta a proposta educacional que, antes do golpe militar, fora elaborada pelo IPES. Por isso puderam agir com certa rapidez em relação às mudanças que desejavam efetuar na Universidade e na Educação em geral.

Dentro da nova situação estabelecida, a Educação Superior ocupa espaço importante, é incluída no planejamento econômico com fins muito específicos em relação ao processo de desenvolvimento econômico e à modernização do País. A Universidade recebe atenção especial, como agência privilegiada de transmissão e produção do saber.

O novo governo considerou a Educação uma questão técnica, que deveria ser tratada pelos tecnocratas e, por isso mesmo, não poupou críticas aos governantes anteriores pelos descaminhos da Educação e seu uso para fins políticos, atitudes que acabaram por transformar o sistema educacional em obstáculo para o desenvolvimento, quando deveria funcionar como sua mola propulsora.

As críticas, via de regra muito severas e desprovidas de fundamentação teórica, partiam da própria presidência da República e permeavam todos os escalões do governo, que foram mobilizados para salvar a Educação e imprimir às escolas, principalmente às Universidades, novos rumos, a fim de que pudessem responder às necessidades do País.

"É do conhecimento de todos a grave e lamentável situação que a Revolução encontrou no setor da educação, onde o poder público não pecou apenas pela omissão, mas também pela complacência e, por vezes, pela ação deletéria"

"O sistema educacional brasileiro, que deveria servir como vigoroso instrumento de progresso, foi encontrado pelo atual Governo em situação delicada, sujeito que estava a um processo de deterioração progressiva. Estruturado com graves defeitos qualitativos, submetido a baixos padrões de eficiência, não atendendo aos princípios democráticos de justiça social, o ensino

brasileiro transformara-se em óbice, ao invés de atuar como alavanca de desenvolvimento econômico e social" (235)

Além da função de inculcação ideológica, que não foi esquecida, o novo modelo não dispensava a Educação como a alavanca que deveria ser utilizada para criar as condições mínimas necessárias ao processo de desenvolvimento. Nesse sentido é que se deseja ver a Universidade sob controle dos tecnocratas e administrada como empresa, onde o ensino superior deveria, antes de qualquer outra função, estar a serviço dos legítimos interesses empresariais, que necessitavam de mão-de-obra qualificada para mover seus empreendimentos. Daí a razão porque ocorre grande esvaziamento do MEC e o planejamento educacional se dá dentro dos ministérios econômicos, que traçam os rumos da Educação, influenciam e, até mesmo determinam as prioridades, tendo em seus objetivos transformar a Universidade em grande oficina preparativa de mão-de-obra qualificada.

É assim que a Educação aparece nas palavras dos Presidentes:

CASTELO BRANCO - "... que a educação é uma das condições mesmas do desenvolvimento, na medida em que promove a habilitação de populações para melhorar, em bases tecnológicas, os índices de produção e propiciar a elevação dos níveis das aspirações populares" (236)

COSTA E SILVA - "Visando melhorar o nível qualitativo do ensino industrial e adequá-lo à nova tecnologia que se está implantando no Brasil, foram firmados convênios vultosos para reequipar os estabelecimentos que o ministram. No campo de treinamento de mão-de-obra industrial, o Ministério da Educação e Cultura formou, no ano findo, em programa intensivo, 13.500 operários se-

(235) Humberto de Alencar CASTELO-BRANCO. "Mensagens apresentadas ao Congresso Nacional em 1965". Em: *A Educação nas Mensagens Presidenciais*, p. 391-393.

(236) VÁRIOS AUTORES. *A Educação nas Mensagens Presidenciais*, p. 366

miqualificados e qualificados, 7.582 supervisores e 8.381 técnicos diversos". (237)

GARRASTAZU MÉDICI - "O Programa Intensivo de Preparação de Mão-de-Obra teve intensificado o seu Projeto com a finalidade de especializar e aperfeiçoar os três setores da economia, e habilitar novos profissionais por meio de cursos intensivos, particularmente nas escolas agrícolas, industriais e comerciais". (238)

JOÃO FIGUEIREDO - "Nesse sentido, a programação das atividades e projetos e o uso dos recursos disponíveis estarão orientados para o ensino do primeiro grau e profissionalizante, a alfabetização e o ajustamento e dimensionamento das Universidades ao mercado de trabalho". (239)

Nos planos governamentais vamos encontrar grande influência do tecnicismo.

"Plano Decenal - A educação brasileira deverá permitir, no período de 1967-1976, a consolidação da estrutura de capital humano no País, de modo a acelerar o processo de desenvolvimento econômico."

(PLANO DECENAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL - Tomo VI, Vol. I)

"No PAEG - Que a expansão do sistema de ensino superior se faça adequadamente em função dos índices de crescimento prováveis da demanda de cada um dos setores econômicos".

(PAEG, Pág. XXI-7)

"No PED - É preciso sempre situar a educação na primeira linha de ataque, ... para que constitua poderosa arma a serviço da aceleração do desenvolvimento, do processo social e da expansão do emprego".

(PED 28, Vol.1, p. 40)

(237) VÁRIOS AUTORES. *A Educação nas Mensagens Presidenciais*, p.399

(238) *Ibid.*, p. 418

(239) *Ibid.*, p. 491

Para alcançar os objetivos propostos, o governo autoritário pôs-se a campo e tomou as mais diferentes medidas, que culminaram com a Reforma Universitária de 1968 e, posteriormente, com o Decreto 477, que dificultou extremamente o avanço da Universidade.

Consideramos que nesse período ocorreram importantes fatos na vida da Universidade, quando ela sofreu a mais violenta pressão em toda a sua história, que acabou por desestruturá-la e criar verdadeiro caos universitário, contornado a custo de muito esforço das comunidades acadêmicas.

Entre os principais fatos que afetaram a vida da Universidade, mencionaremos os que consideramos mais importantes:

- Acordo MEC-USAID;
- reação estudantil;
- Relatório Meira Mattos;
- criação do Conselho de Reitores.

1. O Acordo MEC-USAID

As autoridades governamentais colocavam o acordo, no que se relaciona à Universidade, como simples Assessoria de Planejamento do Ensino Superior, que visava auxiliar os administradores escolares a alcançarem a "*expansão e o aperfeiçoamento*" do ensino superior, a curto e longo prazos, de modo que, através dele, se pudesse responder de modo eficaz às necessidades básicas do País. (240)

Pelo acordo se previa a montagem de equipes técnicas de trabalho, constituídas de norte-americanos e brasileiros, para que, conjuntamente, providenciassem diagnóstico, o mais fiel possível, das reais condições da Universidade brasileira e apresentassem, com a máxima urgência, suges

(240) VÁRIOS AUTORES. *Relatório da equipe de Assessoria ao Planejamento do Ensino Superior (ACORDO MEC-USAID)* p. 16.

tões que permitissem sua melhor adequação ao processo de desenvolvimento econômico. A definição das finalidades do acordo encontra-se muito clara na introdução do relatório.

Este acordo tem como finalidade a 'elaboração de uma série de planos exeqüíveis para a ampliação e reestruturação do sistema nacional de ensino superior' e medidas correlatas; inclusive a 'criação de um quadro de técnicos em planejamento educacional brasileiro' e 'o contrato pela USAID com instituição técnica competente dos E.U.A., de 5 assessores educacionais (americanos), para trabalhar com o grupo de educadores brasileiros, durante um período de 24 meses'" (241)

Vencidas algumas barreiras burocráticas e também resistência de segmentos universitários, a USAID começou pelo diagnóstico da situação, aliás muito pouco alentador. Conclui a USAID:

- o crescimento econômico brasileiro é simplesmente espantoso e a Universidade encontra-se totalmente inadequada para atendê-lo;
- os índices de escolaridade superior da população brasileira são extremamente baixos, considerando-se as necessidades do País;
- a inadequabilidade da Universidade brasileira se revela na rigidez curricular, na escassez de equipamentos e bibliotecas, na maioria dos professores contratados em tempo parcial;
- "se conseguirmos ajudar essas universidades, teríamos mais segurança de que o Brasil seria uma sociedade livre e um amigo leal dos Estados Unidos". (242)

(241) VÁRIOS AUTORES. *Relatório da Equipe de Assessoria ao Planejamento do Ensino Superior (ACORDO MEC-USAID)*. p. 12

(242) José Nilo TAVARES. "Educação e Imperialismo no Brasil" Em: *Educação e Sociedade* (?), p. 23/24

Após as providências iniciais e o diagnóstico, diversas sugestões foram feitas a título de roteiro de trabalho.

- A USAID se encarregaria de estimular a assinatura de convênios para ampliar o convívio entre educadores, administradores escolares brasileiros e técnicos norte-americanos.
- A USAID procuraria estreitar as ligações com todos os órgãos portadores de poder decisório, como o MEC-CFE e Conselhos Estaduais.
- Também se buscava ampliar intercâmbio entre as Universidades, de modo que o modelo norte-americano se tornasse o mais conhecido possível entre professores e alunos brasileiros.
- A USAID funcionaria como mediadora na busca dos recursos necessários para a execução do programa, que contaria também com substancial ajuda do governo brasileiro.

Simultaneamente ao início dos trabalhos, começaram, estudantes e intelectuais, a se empenhar para demonstrar o caráter ideológico do Acordo e as ameaças que ele representava para a soberania nacional. Diziam esses opositores:

- a assistência norte-americana visa sensibilizar as novas gerações na direção de seus interesses imperialistas;
- atrás dos acordos de assistência educacional, encontram-se interesses econômicos e financeiros dos Estados Unidos no País;
- a ajuda é geradora de dependência e visa criar uma imagem do amigo americano, interessado na melhoria das condições de vida do povo brasileiro;
- na esteira do Acordo, a USAID deseja manipular o aparelho escolar brasileiro, possibilitar um alinhamento político do Brasil com os Estados Unidos e fortalecer a Aliança para o Progresso.

A documentação disponível expressa claramente a tentativa político-ideológica, por parte da USAID, de manipular o aparelho escolar brasileiro para legitimar um processo de modernização da sociedade, a fim de possibilitar um alinhamento geopolítico com o neocapitalismo norte-americano no continente. Essa afirmativa pode ser ilustrada pela imposição da USAID, expressa no acordo de 31/03/65: 'As partes brasileiras desse convênio envidarão os melhores esforços para dar publicidade ao andamento e realização deste projeto através da imprensa, rádio e outros meios de difusão, identificando-o especificamente como parte da Aliança para o Progresso' " (243)

As suspeições acerca do Acordo cresceram rapidamente, a mobilização estudantil alcançou as principais Universidades e a ela se aliaram os intelectuais nacionalistas, fatos que dificultaram extremamente os trabalhos da USAID e evitaram que o organismo alcançasse os objetivos almejados.

Creemos que as fontes e os documentos mencionados já são suficientes para que tiremos algumas conclusões acerca do acordo MEC-USAID:

- Representou um esforço de penetração imperialista.
- Visava criar uma atmosfera de simpatia com os Estados Unidos e uma situação de dependência.
- Portava uma visão educacional tecnicista e funcionalista.
- Encapava outros interesses de ordem política e econômica, já denunciados.
- Sua metodologia de trabalho visava:

(243) José de Oliveira ARAPIRACA. *A USAID e a Educação Brasileira*. p. 124

- agir sobre organizações, pessoas portadoras de poder;
- enfatizava eventuais deficiências e falta de experiência de nosso quadros de administradores escolares;
- utilizava esses dados para obtenção de 'ajuda' e intromissões nas administrações universitárias.

(244)

Após longo período de trababalho, a USAID conseguiu completo levantamento da situação educacional brasileira, desde a Prê-escola até o Pôs-Graduação. Conquistou a simpatia dos tecnocratas governamentais, transitou livremente pelos ministérios, sensibilizou o CFE e levou grande número de brasileiros aos Estados Unidos. (245)

Para que se alcançassem os objetivos, os investimentos foram muito grandes. Enquanto o total de investimento direto norte-americano no exterior aumentou 82%, de 1970 a 1976, no Brasil, dentro do mesmo período, o aumento chegou a 254%.

Voltaremos à questão da USAID, mas por agora ficamos com a visão de Arapiraca, que tem duas perspectivas, pelo menos consoladoras:

- ocorre uma resistência gradativa nos meios educacionais contra as marcas deixadas pela infiltração imperialista;

- há no MEC, nas Universidades, nas Secretarias de Educação, uma maioria de fácil mobilização contra os interesses imperialistas. A questão é saber como mobilizá-la e para o quê. (246)

(244) Otaíza de Oliveira ROMANELLI. *Op. cit.*, p. 215

(245) Maria de Lourdes M. COVRE. *A Fala dos Homens. Análise do Pensamento Tecnocrático*. p. 199

(246) José de Oliveira ARAPIRACA. *Op. cit.*, p. 51/52

2. A Reação Estudantil

Desde o período populista, a participação e a influência estudantis nas reformas educacionais foram sempre muito vigorosas, ainda que nem sempre bem direcionadas, como julga Álvaro Vieira Pinto. (247)

Por ocasião da tomada de poder pelos militares, a UNE manifestou seu repúdio e assumiu posições muito contundentes em defesa da democracia, e deu prosseguimento à sua campanha de combate ao movimento militar, de recusa ao falso-diálogo e de denúncia à onda de violência que se abateu sobre ela e sobre todo o País.

A UNE levantou bandeiras muito importantes em sua caminhada. Mencionaremos algumas, extraídas de sua Carta Política tirada no Congresso de Valinhos.

- Luta contra o acordo MEC-USAID (mencionada nos itens 3 e 7 da Carta).

- Crítica ao autoritarismo governamental e recusa de diálogo com a ditadura e combate à Lei Suplicy.

- Denúncia das intromissões do imperialismo norte-americano em assuntos brasileiros.

- Sistemática recusa ao pagamento das anuidades e combate à tentativa de privatização do ensino.

- Luta contra as tentativas da ditadura de esmagar o movimento estudantil, através do decreto contra greve, através de entidades pelegas (decreto Aragão) e através da corrupção de lideranças estudantis (Artigo 10).

- Organização de passeatas-monstro, onde o confronto com a polícia sempre resultava em grandes repercussões, inclusive no exterior. (248)

(247) Álvaro Vieira PINTO. *A Questão da Universidade*. p.92

(248) José Luiz SANFELICE. *Op. cit.*, p. 138

Houve também insistência na realização regular de seus congressos, o que nem sempre foi possível.

A reação estudantil no Brasil coincidiu com a rebelião estudantil mundial, principalmente na França, fato que lhe aumentou a força. Seminários e escolas isoladas foram fechadas, Universidades ocupadas por tropas militares e o movimento recrudesceu.

A medida em que o movimento estudantil se ampliava e punha em xeque o discurso democrático governamental, o confronto crescia e as partes se radicalizavam.

Além da repressão física, a resposta do regime veio em forma de decretos, cada vez mais autoritários, que minavam a resistência estudantil, embora a custos sociais e humanos muito elevados. Exemplo desse tipo de providência foi o decreto nº 252, que em seu Artigo 11 registrava:

"É vedada aos órgãos de representação estudantil qualquer ação, manifestação ou propaganda de caráter político-partidário, racial ou religioso, bem como incitar, promover ou apoiar ausências coletivas aos trabalhos escolares.

Parágrafo Único - A inobservância deste artigo acarretará a suspensão ou a dissolução do DA ou do DCE". (249)

O decreto era prosseguimento da Reforma Universitária, já detonada pelo Decreto Lei nº 53, de 18/11/1966 e que, por pressão dos estudantes, continuaria ganhando corpo e resultaria no Decreto nº 477.

"As medidas de contenção do protesto se revelavam, assim, a única via capaz de impor a ordem, e, ao mesmo tempo, as reformas. Essas medidas definem, assim, os aspectos assumidos pela reforma geral do ensino" (250)

(249) Decreto-Lei nº 252, de 28/02/1967

(250) Otaíza de Oliveira ROMANELLI. *Op. cit.*, p. 226

3. O Relatório Meira Mattos

Diante do agravamento da crise estudantil e do mal-estar que rapidamente iria se instalando no corpo da Universidade, não obstante todas as refregas empreendidas, o Governo resolveu nomear uma comissão especial para examinar o problema e entregou a coordenação dessa difícil tarefa ao estrategista General Meira Mattos.

É importante examinarmos este fato porque ele se encontra totalmente orquestrado com o acordo MEC-USAID, com o GT que se nomeou posteriormente para fazer a Reforma Universitária, também com a própria Reforma e com os decretos posteriores a ela e que cobriram muitos de seus clarões.

A tarefa inicial da comissão parecia relativamente simples:

- analisar as teses, e reivindicações das lideranças do movimento estudantil;
- propor reformulações para as organizações estudantis existentes;
- acompanhar a implantação das sugestões que viessem da comissão.

A comissão trabalhou em regime intensivo, fez o mais abrangente levantamento de dados possível, entrevistou estudantes e autoridades educacionais, transitou pelos ministérios e procurou ter a mais ampla visão da crise que lhe era possível.

Ao fim do levantamento, apontou as falhas existentes, das quais alinharemos algumas:

1) Inadequabilidade do MEC. Havia nele órgãos inoperantes, atividades desintegradas, desperdício de verba e sua estrutura se encontrava superada.

2) Crise de autoridade no sistema educacional. A crise se ligava ao excesso de poder concentrado no CFE e a autonomia muito ampla concedida às administrações das Universidades.

3) Mã remuneração docente, que desestimulava os professores e fazia cair a produtividade.

4) Implantação desordenada e lenta da Reforma Universitária, a partir dos decretos lei nº 53 (18/11/66) e 252 (28/02/67).

5) Equivocado conceito de liberdade de cátedra.

6) Ausência de uma política mais adequada em relação ao atendimento à demanda de vagas.

7) Inexistência de lideranças estudantis democráticas e autênticas.

8) Falta de maior vigilância na aplicação de verbas públicas e de outros recursos ociosos e duplicados.

Após o diagnóstico, passou a comissão a oferecer sugestões muito objetivas, por vezes bastante tecnocráticas e empresariais. Alinharemos também algumas delas:

1) Faz-se urgente dar racionalidade organizacional, organicidade e funcionalidade ao MEC.

2) Revisão do atual sistema de nomeação dos reitores, conferindo ao Presidente da República autoridade para nomeá-los sem consulta às Universidades.

3) Responsabilidade a reitores e diretores pela disciplina dos órgãos universitários, sem a obrigação de "referendum" dos órgãos colegiados.

4) Melhoria da remuneração do professor, devendo para isso tomar uma série de medidas para eliminar espaços e professores ociosos, o que seria possível através de:

- introdução do sistema de créditos;
- criação do ciclo básico;
- criação de cursos de curta duração e eliminação de disciplinas excessivas nos currículos;

- vestibular unificado para melhor aproveitamento de todas as vagas disponíveis;
- revisão do sistema de cátedra.

5) Introdução do sistema de pagamento de anuidade nas Universidades oficiais.

6) Maior fiscalização das verbas entregues à Universidade e rigoroso cumprimento do cronograma de liberação das verbas previstas.

7) Diretamente em relação aos estudantes fazia-se necessário:

- formação de uma liderança estudantil efetivamente democrática;
- cautelosa restauração das entidades estudantis a nível regional e nacional;
- revisão do currículo do 2º grau, com vistas a por fim aos cursinhos;
- controle dos abusos na cobrança das anuidades e fim efetivo da gratuidade indiscriminada.

O relatório Meira Mattos vem permeado de três vieses muito visíveis ao longo da exposição.

Em primeiro lugar, percebe-se o componente repressivo-autoritário que quer a limitação da autonomia universitária, o reestabelecimento da autoridade e vigilância ao trânsito de idéias e pensamentos. Reclama a comissão:

"Não há como, praticamente, no contexto da legislação citada, fiscalizar-se as pregações em aulas, antidemocráticas e contra a moral e em consequência coibir os abusos dela decorrentes". (251)

Percebe-se também o viés empresarial, que deseja ver

(251) MEIRA MATTOS. "Relatório". Em: *Paz e Terra*, p. 243/282

a Universidade funcionando dentro de uma economia e de uma administração puramente empresarial. Daí, falar-se em inadequabilidade estrutural, baixa produtividade, espaços e professores ociosos, melhor adequação da demanda, oferta de vagas, maior versatilidade na formação do quadro docente e todas as providências racionalizadoras de tempo e espaço de caráter puramente economicista como sistema de créditos, curso básico, etc.

O terceiro viés presente afina-se perfeitamente com a ideologia MEC-USAID, que se volta para os próprios fins da educação e da Universidade.

"Será possível racionalizar-se o sistema educacional brasileiro e provê-lo dos imensos recursos de que necessitará para dinamizar o desenvolvimento sócio-econômico do país" (252)

Como já o dissemos inicialmente, o Relatório Meira Mattos será muito importante para o grupo de trabalho que cuidará da Reforma Universitária e suas sugestões serão acatadas em sua totalidade pelos reformadores.

4. O Conselho de Reitores

Outro fato relevante para o avanço da Universidade brasileira foi a criação do CRUB (Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras), em substituição ao Forum dos Reitores, órgão semi-oficial, vinculado ao Ministério da Educação e Cultura, presidido pelo Ministro da Educação e inteiramente dependente do Governo. Este era, até então, o único espaço que possuíam os reitores para se reunirem e debaterem os problemas comuns que possuíam em suas Universidades. Uma vez que se tratava de organismo presidido por um Ministro e que possuía as características de órgão oficial, pode-se perceber que não se tratava da solução mais adequada para o encontro daqueles que, em função do cargo, sen-

tiam-se no dever de fazer a defesa da autonomia universitária.

Os reitores das Universidades federais mantiveram-se, com honrosas exceções, sempre na condição de funcionários, mais devedores de lealdade ao governo do que as suas Universidades e sō nessa condição se manifestavam, como o fizeram ao Governo Costa e Silva. (253)

Um pouco diferente, mas não muito, era a condição dos reitores católicos que, embora não mantivessem vínculos funcionais, tornaram-se dependentes em função dos grandes subsídios que suas Universidades recebiam, como já tivemos ocasião de ver, e mesmo pela surpreendente postura de solidariedade ao golpe militar de 1964 que segmentos da Igreja Católica assumiram.

Para se libertarem dessa camisa de força nada cômoda, os reitores organizaram o CRUB em 1966, que passou a ser um local de debates, como era o desejo de todos os reitores.

"Desejávamos uma entidade inteiramente independente de quaisquer influências, autônoma, e que estudasse e solucionasse os complexos e graves problemas das entidades superiores de ensino de todos os tipos a ela ligados" (254)

O que causa certa perplexidade é o fato da criação desse órgão, independente para os reitores, ter tido seu projeto encomendado ao Prof. Rudolph R. Atcon pela própria Diretoria do Ensino Superior do Ministério da Educação. Ele era autor de vários projetos de reformas de Universidades e homem estreitamente ligado ao acordo MEC-USAID e, posteriormente, ocupou por dois anos a Secretaria Executiva do CRUB, às expensas daquele acordo.

(253) CRUB. *Anais da XXXII Reunião Plenária*. Santa Maria-RS, 21 a 23/01/1981, p. 91

(254) CRUB. *Op. cit.*, p. 57

"Afimnal, o Conselho de Reitores nasceu ao cabo de uma reunião coordenada pelo MEC, isto é, sob tutela direta. Apesar de propostas concretas de alguns para que se organizasse como 'Conselho de Universidades', prevaleceu a idéia de criar-se mesmo um 'Conselho de Reitores', o que é sintomático. Essa definição foi mantida inclusive na reforma estatutária de 1964, somente sendo modificada em 1979, quando se inseriu a expressão '... que congrega as universidades brasileiras por seus Reitores...' (Artigo 1º)" (255)

O Prof. Atcon entendia que o Conselho de Reitores não poderia manter com o Estado as ligações de dependência como o antigo Forum. Também não deveria se assemelhar a uma associação de Universidades, mas deveria estar dotado de independência e grande flexibilidade para poder mover-se livremente entre os interesses, por vezes conflitantes do MEC e das Universidades, sempre com a finalidade de sintonizá-las com os propósitos da nação.

Com seus salários pagos pela Universidade de Houston, Texas, dentro do Convênio MEC-USAID, o Prof. Atcon ocupou por dois anos consecutivos a Secretaria Executiva do Conselho de Reitores, onde defendeu seus pontos de vista acerca da Universidade e lutou para incluí-los na Reforma que viria logo a seguir. (256)

O Prof. Atcon levantou as seguintes teses acerca da Universidade:

- Responsabilizava as autoridades educacionais pelo fracasso da Universidade.

"As autoridades universitárias ocidentais não têm sabido traçar os planos filosóficos, meta-educacionais

(255) CRUB. *Op. cit.*, p. 133

(256) Georges Frédéric Mirault PINTO. *Caracterização do Conselho de Reitores das Univesidades Brasileiras como Poder Intermediário*. Em: *Estudos e Debates* (7), p.37

e econômicos apropriados, de maneira a convencer os políticos e a opinião pública de que é o produto humano e não o produto material o que finalmente decidirá entre o desenvolvimento e a estagnação" (257)

- O problema da Universidade era para ele uma questão técnica, que nada tem a ver com os aspectos políticos, e só os planejadores podem equacioná-lo.

"A política não tem nada que ver com a reforma estrutural e administrativa da Universidade, assuntos estes que são técnicos da pesquisa educacional ou sociológica e não matéria inflamável para alimentar a demagogia" (258)

- A Universidade era um fato administrativo e devia ser administrada como uma empresa privada e não como órgão público.

"... implantar um sistema administrativo tipo empresa privada e não de serviço público" (259)

- Recomendava à Universidade os cursos básicos, maior diversificação de carreiras e uma melhor adequação do seu produto final às necessidades sociais reais e uma correta política salarial para os docentes, através do tempo integral.

Com essas rápidas informações, já podemos perceber grande identidade entre a modernização universitária defendida por Atcon, com os decretos castelistas e o Relatório Meira Mattos.

Durante os dois anos em que trabalhou no CRUB, buscou mediações entre os reitores e o acordo MEC-USAID, no

(257) VIEIRA, Sofia Lerche. *O Discurso da Reforma Universitária*. Ed. UFC/PROED, Fortaleza, 1982, p. 31

(258) VIEIRA, Sofia Lerche. *Op. cit.*, p. 32

(259) VIEIRA, Sofia Lerche. *Op. cit.*, p. 31

que conseguiu bastante êxito. O diretório do CRUB aceitou a mediação do convênio MEC-USAID, passou também a receber verbas do governo através da SUBIN e se engajou inteiramente no programa, na ocasião altamente questionado pelos estudantes e as forças acadêmicas em geral.

"Toda a celeuma levantada contra os acordos não lhes prejudicou, entretanto, a execução paulatina. Assim, a partir de julho de 1966, recebeu o Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras delegação do MEC, constante da Cláusula III, A, 2 do Convênio nº 512-11-680-263,5, assinado pelo MEC, pelo CRUB, pelo antigo Conselho de Cooperação Técnica da Aliança para o Progresso - CONTAP e pela USAID/Brasil, para executá-lo e dar assistência às Universidades brasileiras, bem como desenvolver a infra-estrutura para implementar as metas da Reforma Universitária" (260)

"Foram realizados treinamentos para 1.758 administradores brasileiros de 57 Instituições de Ensino Superior. Nos Estados Unidos e México, foram realizados 20 treinamentos em serviço, além de 3 cursos de pós-graduação e 9 cursos de curta duração para 168 administradores" (261)

O leitor interessado em aprofundar-se nessa questão específica, encontrará material suficiente na revista Estudos e Debates, nº 7, do CRUB, publicada em janeiro de 1983, e também nos Anais de sua Reunião Plenária realizada em Santa Maria/RS, em janeiro de 1981.

O CRUB aceitou, portanto, a mediação entre as Universidades brasileiras e a USAID e deu cumprimento a ela com bastante êxito. Em função desse agenciamento, sofreu grande desgaste junto às grandes Universidades, junto aos quais seu descrédito se tornou enorme, uma vez que professores e intelectuais viam o acordo como uma intromissão imperialista nos assuntos educacionais brasileiros. (262)

(260) Georges Frédéric Mirault PINTO. *Op. cit.*, p. 40

(261) *Ibid.*, p. 41

(262) *Ibid.*, p. 47/49

Após termos examinado o relacionamento do CRUB com o acordo MEC-USAID, convém que analisemos também o modo como se portou, diante das investidas repressoras do governo militar contra as Universidades.

1. Mesmo antes do regime militar de 1964, não possuíam os reitores brasileiros, salvo exceções muito raras, tradição de postura democrática no governo das Universidades. Repetidas vezes, no governo de Vargas os estudantes apelaram ao governo contra a intransigência dos reitores na solução dos problemas estudantis.

2. Com o golpe de 1964 a situação dos reitores tornou-se profundamente incômoda, uma vez que, via de regra não possuíam respaldo de suas bases e eram vistos como funcionários governamentais que nada produziam. (263)

3. Mesmo os reitores mais democratas e com um maior comprometimento com a autonomia universitária e as reivindicações de suas bases, não podiam enfrentar a pressão governamental pela impossibilidade de resistência do próprio movimento estudantil e dos intelectuais diante da brutal intransigência dos militares. (264)

4. Os reitores pós-64 podem ser descritos como funcionários do governo em profundo desconforto, premidos pela pressão política, pelo gravíssimo corte de verbas de um lado e pela pressão estudantil de outro, sem quase nada poderem fazer pela absoluta falta de poder decisório.

5. No Conselho de Reitores, recém-formado, três posições eram bem claras: aqueles que aprovavam sem restrição o governo militar e favoreciam a repressão em suas Universidades; os que buscavam uma posição de conciliação, tentando preservar a liberdade em suas instituições e colaborar

(263) CRUB. *Op. cit.*, p. 93

(264) ADUSP. *O Livro Negro da USP. O Controle Ideológico na Universidade*. Ed. Brasiliense, 3a. ed., 1979 (ver, especialmente, o capítulo "O Segundo Período, 1967-1969")

com o governo; e, finalmente, os que não transigiam com o regime e queriam uma posição mais firme em relação ao autoritarismo. Essas divisões se tornaram tão profundas em 1968 que o Conselho teve dificuldade em emitir uma nota conjunta em relação à caótica situação da Universidade e o papel que o governo deveria exercer. (265)

Em um balanço superficial, poderíamos dizer do Conselho de Reitores em sua primeira fase:

- Surgiu como estímulo do próprio MEC, como tipo de órgão que poderia encurtar a distância e amortecer os choques entre o Estado autoritário e a Universidade em crise.

"Nas primeiras quadras de sua existência, o CRUB caracterizou-se pelo exercício de um papel quase que meramente repassador das diretrizes governamentais, formuladas com rara ou nenhuma participação sua ou dos destinatários últimos da política educacional: as universidades, seus professores, seus alunos, seus admiradores" (266)

- Deixou-se envolver e se comprometeu além dos limites necessários com o acordo MEC-USAID, o que acabou por desacreditá-lo e dificultar seu papel junto às bases universitárias.
- Aceitou o jogo governamental e se intimidou diante da repressão e do descaso com a educação.
- Nos anos iniciais, suas posições diante das crises foram demasiadamente cautelosas, como indicam os textos que se seguem:

"O momento exigia um posicionamento, mas uma constante era não incluir críticas ao Governo, 'do qual os

(265) CRUB. *Op. cit.*, p. 103-106

(266) *Ibid.*, p. 131

Reitores são pessoas de confiança e parte integral'"

(267)

"Em nenhum momento, no entanto, o Conselho se posicionou, radicalmente, contra o Governo, adotando, sempre, uma linha de busca de soluções sem maiores traumas para si" (268)

- Oscilou na defesa da autonomia universitária, não só consentiu com chamou a intromissão do MEC e de outros órgãos para o interior da Universidade e nesse sentido pediu ao governo o seguinte:

"Determinar ao Conselho Federal de Educação a constituição de comissão que será integrada por seus membros, para, periodicamente, visitar as universidades e elaborar relatórios sobre o seu funcionamento pedagógico e administrativo, os quais serão amplamente divulgados" (269)

"...o problema é que nós, dirigentes universitários, todos os males que nós temos por força da estrutura de cima para baixo, muitas vezes, assumimos a posição cômoda de transferir a responsabilidade da decisão da universidade ao Ministério da Educação" (270)

- Ocupou-se demasiadamente com as atividades-meio, em prejuízo das atividades-fim em relação às quais se manteve bastante tímido. De certo modo, aderiu ao tecnocratismo reformista governamental, de maneira acrítica.

"Correspondentemente a essa postura, os tipos de ações que marcaram os primeiros tempos do Conselho foram os cursos e os treinamentos técnicos (em serviços, intensivos ou no exterior), as assessorias, as consultorias, os estudos e projetos de sistemas de informações

(267) CRUB. *Op. cit.*, p. 93

(268) *Ibid.*, p. 84

(269) *Ibid.* p. 93

(270) *Ibid.* p. 96

gerenciais, de racionalização de procedimentos administrativos e acadêmicos"

E o Conselho de Reitores, em postura acrítica, limitou-se, na sua primeira década de existência, a auxiliar as universidades na implantação da Reforma, de acordo com as diretrizes governamentais" (271)

- Sua influência sobre a Reforma Universitária foi praticamente nula e com certa facilidade a ela aderiu, até mesmo em seus aspectos equivocadamente tecnicistas.

Em síntese: comprometeu-se com o MEC-USAID, agiu como órgão de confiança do governo, omitiu-se em relação à autonomia universitária, silenciou-se diante da repressão, ocupou-se demasiadamente com as atividades-meio e aderiu acriticamente ao reformismo tecnocrático.

Um relato tão realista pode sugerir ao leitor uma falta de reconhecimento do importante papel que cumpriu o Conselho de Reitores na defesa das Universidades brasileiras. Duas observações me parecem pertinentes:

a) Em primeiro lugar, o relato se baseia em testemunho de reitores que participaram da fundação do órgão e de outros que possuem interesse em sua preservação e são, historicamente, consistentes.

b) Poderíamos dizer que tal postura representa apenas a primeira fase do CRUB, bastante longa, mas que o órgão tem se modificado, e sua contribuição não pode de modo nenhum ser desprezada. Fazem sentido as palavras do reitor Macedo Costa, referindo-se ao CRUB:

"Afiml, são as instituições sociais aquilo que pode resultar do seu momento histórico, em função direta de sua gênese, do nível da sua criação e da sua índole. É a realidade social, política e econômica que condiciona o que ocorre ou deixa de ocorrer em cada

setor, entre eles o da Educação. O mérito institucional, que lhe assegura a sobrevivência, por oposto à estagnação e involução, é exatamente a capacidade de sentir e perceber, em tempo hábil, as mutações da ambiência e, prontamente, propor-se à autocrítica e redefinição" (272)

Por essa razão me alongarei um pouco mais, com algumas observações que julgo pertinentes:

- Do início de sua origem até os meados da década de 1970, em função dos problemas já mencionados, mas sobretudo em função dos drásticos cortes de verbas efetuados pelo governo, tanto nas Universidades estatais quanto nas católicas, os reitores ficaram praticamente imobilizados diante dos problemas.

Daí o CRUB ter se ocupado de modo prioritário com a questão financeira que, segundo vozes da época, seria o primeiro sinal de avanço na conquista da autonomia.

O CRUB justifica sua insistência junto ao governo e demonstra claramente sua angústia em nota que deveria ser enviada ao Presidente da República, pedindo providências urgentes, quanto às medidas por ele sugeridas, e reclama:

"Essas medidas, amplamente documentadas, demonstram a preocupação constante dos dirigentes máximos da vida universitária do País em levar ao conhecimento do Governo os tropeços de uma legislação inadequada, os obstáculos de uma burocracia inaceitável, a ineficiência de estruturas administrativas e pedagógicas arcaicas, as restrições financeiras pela inexistência de planos de desembolso, cortes de orçamentos e falta de pagamento das dotações consignadas. No corrente ano, ainda mais se acentuaram as nossas preocupações; eis que, decorridos cinco meses de exercício, só agora vi

mos liberados os recursos do primeiro trimestre, não se tendo notícias de quando ocorrerá a entrega das dotações relativas ao segundo, prestes a terminar"
(273)

- Pode-se mesmo afirmar que, em relação aos problemas de ordem financeira, tanto no que se refere às Universidades oficiais e às católicas, e de contratação de pessoal nas oficiais, o CRUB, desde suas origens, foi contundente em relação às necessidades da Universidade, não obstante a linguagem por vezes moderada que usava. (274)

- Outro aspecto que o CRUB não poupou ao governo foi em relação ao peso da burocracia governamental, a que ele atribuiu o emperramento da implantação da Reforma Universitária de cujo tratamento e das críticas feitas à Universidade reclamou.

"O tratamento atual dispensado às Universidades brasileiras pelos órgãos do Poder Executivo não atende às suas reais finalidades. Em determinadas áreas, sente-se até hostilidade aos seus propósitos, que se manifesta de maneira inconsciente, cerceadas na autonomia que lhes foi deferida em Lei. Esse tratamento, baseado em julgamentos superficiais, repercute negativa e contraditoriamente com as verdadeiras e declaradas intenções do Governo no setor educacional (Doc. CRUB). Os estabelecimentos de ensino sentem e sofrem as consequências dessa atitude anti-universitária que os apresenta como inoperantes e emperrados para cumprirem as suas finalidades principais. Essa atitude, de caráter progressivo, sentida em contatos com os órgãos da administração, vem atingindo-os de tal forma, que os coloca como verdadeiros párias do serviço público" (275)

Após esse forte desabafo, seguem 16 reivindicações ,

(273) CRUB. *Op. cit.*, p. 53-56

(274) Georges Frédéric Mirault PINTO. *Op. cit.*, p. 53/56

(275) *Ibid.*, p. 56/57

em sua quase totalidade de ordem puramente administrativas e de conteúdo tecnicista.

- No material que me foi dado consultar não encontrei, em nenhum documento oficial do CRUB, posição em defesa dos estudantes presos e perseguidos, dos intelectuais cassados, contra as invasões da própria polícia em "campi" universitários e nem mesmo dos reitores atingidos. Essa é uma área que necessita pesquisa mais profunda, a fim de se evitarem julgamentos injustos sobre a organização, caso sua postura, em algum momento, tenha sido diferente.

- Outrossim, é necessário que se ressalte que o CRUB talvez seja, entre organizações similares, aquela que possui maior rotatividade em seu quadro de associados, dado ao fato de que nas Universidades oficiais o mandato se limita a quatro anos, sem recondução. Por essa razão, na medida em que o processo político foi se modificando e, com ele as universidades, a constituição do CRUB foi sofrendo transformações substanciais, passando, em curto espaço de tempo, a uma linha mais agressiva em defesa dos reais interesses da Universidade, frente aos cerceamentos que sofria por parte da burocracia governamental.

O Conselho não é um bloco, sua unidade é extremamente frágil, mas graças à boa vontade e à habilidade de um bom grupo de reitores, tem conseguido manter-se unido.

Vejo sua unidade ameaçada por três razões:

- os interesses das Universidades federais divergem substancialmente dos interesses das Universidades católicas e particulares em geral, no que se refere ao trato das questões de finanças e de pessoal;
- a cada ano, os reitores das federais tornam-se mais contundentes na defesa do ensino público e gratuito para todos;
- a ocupação de grande parte da pauta pelos reitores das federais, por vezes, irrita profundamente os reitores católicos, chegando-se a cogitar uma

divisão. (276)

Creio que essa ameaça a unidade agora se torna maior, com o crescimento numérico das particulares e a possibilidade de controle do CRUB pelo voto.

Outro fator ameaçador da unidade do CRUB é a impaciência, a radicalização e a pouca habilidade de reitores mais novos, eleitos por suas bases, em relação aos reitores mais idosos e conservadores.

Por outro lado, a comparação do custo-aluno/ano nas particulares, em relação às oficiais, debitando a diferença à má administração destas, como gostam de fazer alguns reitores, causa irritações desnecessárias e aumenta a vulnerabilidade da unidade.

Não resta a menor dúvida de que a preocupação com a vulnerabilidade da unidade do Conselho tem sido motivo de um caminhar mais lento do que talvez o próprio CRUB tenha desejado, mas, apesar disso, seu crescimento e sua influência veem aumentando significativamente, como se pode constatar nas seguintes frentes:

- na defesa do ensino público e gratuito para todos, como dever do Estado e direito do cidadão;
- na organização de seminários regionais, cuja temática tem sido extraordinariamente importante;
- na luta aberta e intransigente pela autonomia universitária, com aprofundados debates sobre a questão; (277)
- na mediação, com grande poder de barganha junto ao governo, em favor dos interesses específicos dos docentes e dos interesses gerais da Universidade, como se deu nas últimas greves;

(276) CRUB. *Op. cit.*, p. 72/73

(277) CRUB. *Estudos e Debates* (13).

- na defesa de uma maior participação das comunidades universitárias na escolha de seus dirigentes, embora se venha mantendo cauteloso e, mesmo, distante da questão das eleições diretas;
- na exigência de uma efetiva reforma universitária, com uma real participação da comunidade acadêmica; (278)
- no exercício de uma pressão bem organizada a favor de uma política mais estável e mais sólida, em relação ao apoio à pesquisa e à tecnologia na Universidade; (279)
- na consolidação do programa de pós-graduação e em sua independência em relação a agências financiadoras (CAPES, CNPq, etc);
- na busca de uma administração universitária mais eficiente, sem excessos de tecnicismos e sem ameaças às conquistas acadêmicas; (280)
- na preocupação de integração da Universidade com os graus inferiores do ensino. (281)

Finalmente, cabe destacar a importante contribuição do CRUB através de suas publicações, cuja circulação precisa ser ampliada nos meios educacionais. Refiro-me, de modo especial, às revistas "*Educação Brasileira*" e "*Estudos e Debates*", cuja pauta tem sido extraordinariamente enriquecedora para a vida educacional do País.

Creemos que as informações que prestamos são suficientes para se ter noção do que foi o Conselho de Reitores em suas origens, de seu avanço e do papel que representou e continua representando em relação à Universidade.

Embora grande número de reitores ainda continue vendo

(278) CRUB. *Estudos e Debates* (13)

(279) CRUB. *Estudos e Debates* (10)

(280) CRUB. *Estudos e Debates* (5 e 11)

(281) CRUB. *Estudos e Debates* (4)

a ANDES com alguma reserva, seria de grande valia para a Universidade se se conseguisse formar uma espécie de Conselho Nacional, do qual participassem representantes do CRUB, da ANDES e da FASUBRA. Este tipo de Colegiado Nacional já aparece no ante-projeto da ANDES, com vistas à próxima reforma, e se ele surgisse desses órgãos já existentes, sua representatividade seria inquestionável.

Por fim, queremos lembrar que é do CRUB, de suas plenárias, de seus regionais e de outros encontros que extraímos as críticas feitas à Universidade brasileira, como esta que registramos a seguir, através das quais estamos tentando examinar o tipo de papel que a Universidade exerceu ao longo desse período histórico.

"Mas ainda não havia, ao final do Governo Kubitschek, nenhuma Universidade no sentido amplo, abrangendo todas as áreas de conhecimento, e com preocupações sociais no sentido de participação mais efetiva na vida do país. (...)

... posso afirmar que a inserção da Universidade na realidade brasileira só existe, de fato, a partir desta década, pois é aí que podemos falar em uma Universidade brasileira ou de forma menos abstrata, em algumas universidades brasileiras ou, mesmo, em algumas concepções brasileiras de Universidade" (282)

C. A REFORMA UNIVERSITÁRIA

1. Considerações gerais

Todos os fatos que mencionamos até aqui e que consideramos relevantes em relação à vida da Universidade brasileira, constituíram parte de um processo que culminou com a Reforma Universitária de 1968 que, entre todos, foi no período, o acontecimento mais importante na área educacional.

(282) Lynaldo CAVALCANTI e outros. *As Grandes Diretrizes da Universidade Brasileira*, p. 17

Como já tivemos ocasião de analisar, após 1964 o governo foi tomado de grande preocupação em relação à Universidade e, para responder a essas inquietações, acelerou o processo da Reforma. Poderíamos relacionar como principais preocupações governamentais:

- Uma espécie de desgoverno universitário generalizado, que torna a Universidade uma máquina cara e emperrada.
- O descontrole da expansão universitária em áreas prioritárias para o governo.
- A pressão estudantil e o grave problema dos excedentes.
- A dificuldade de entrosamento entre os órgãos governamentais e as administrações universitárias.
- A baixa produtividade da Universidade em relação ao seu alto custo financeiro; e seu anacronismo em relação ao papel que dela espera o governo militar.

Para por fim à situação que considerava preocupante, várias sugestões foram dadas pela Comissão Meira Mattos, pela USAID e por outros grupos de tecnocratas do MEC e, até mesmo dos Ministérios Econômicos. Resumimos, a seguir, aquelas sugestões e as providências que consideramos mais relevantes.

- pôr ordem na casa, restaurando uma estrutura linear de autoridade, agilizando o processo decisório e equacionando tecnicamente os problemas de ordem administrativa;
- eliminar os focos de subversão, reestruturando as organizações estudantis e eliminando, através de planejamento sistemático, a principal questão mobilizadora que eram os excedentes;
- dotar a Universidade dos recursos financeiros necessários, de modo a não ter problemas de descontinuidade administrativa e irritação docente;
- eliminação pura e simples de instrumentos anacrônicos, como a cátedra vitalícia;

- algumas dessas medidas deveriam ser tomadas em caráter de urgência, até que se pudesse proceder à reforma efetiva.

Dentro desse espírito, três providências foram tomadas:

- Decreto-Lei nº 53, de 18/11/66;
- Decreto-Lei nº 252, de 28/02/67;
- Criação do Grupo de Trabalho para, no prazo de trinta dias, apresentar anteprojeto da Reforma Universitária.

2. O Grupo de Trabalho

Sem demérito ao Grupo de Trabalho, ele simplesmente cumpriu tarefas secundárias, que o governo autoritário lhe reservou: recolher, organizar e dar ordenamento jurídico ao material contido nos relatórios, decretos e pareceres, que deveriam ser sistematizados e transformados em lei.

Possui o resultado do Grupo de Trabalho muitos méritos e pouca originalidade, uma vez que simplesmente assimila os decretos de Castelo Branco e não vai além das sugestões da USAID e dos relatórios Meira Mattos e Atcon.

A exiguidade do prazo de trinta dias que lhe foi imposto, a pressão que sofreu do movimento estudantil e outras frentes, sua grande heterogeneidade e, sobretudo, a natureza autoritária do governo que ele representava, eram os grandes limites nos quais o Grupo de Trabalho esbarrava, apesar de sua indiscutível competência.

O Grupo de Trabalho aceita esses limites e trabalha dentro deles, ao admitir tomar como base da Reforma os decretos castelistas e ao tratar os problemas internos das Universidades como questões de natureza intrínseca à própria estrutura da Universidade, sem levar em consideração as implicações mais amplas do contexto social que o próprio Grupo, certamente não desconhecia, como se pode depreender do seu diagnóstico.

"... a universidade depende, essencialmente, do corpo institucional convenientemente organizado. (...)
 A universidade, em certo sentido, deve ser considerada como verdadeira empresa, cuja finalidade é produzir ciência. (...)
 Como toda empresa moderna, há de racionalizar meu processo de produção, para atingir o mais alto grau de eficiência e produtividade. (...)
 ... deveria ser a mais racionalista das instituições"
 (283)

A aceitação dos limites impostos recebe dura crítica de Florestan Fernandes, que considerou o ato uma espécie de capitulação diante das exigências autoritárias, o que punha em total descrédito o trabalho do Grupo de Trabalho perante a comunidade universitária. Ao aceitar os limites, o grupo aceita o reducionismo tecnicista e passa a considerar a Reforma problema apenas de natureza técnica, afinando-se, desse modo, com as perspectivas de autoritarismo. (284)

"Havia, assim, perfeita identidade entre o que o governo esperava dos membros que fizeram parte do GT e os propósitos por eles firmados no Relatório. Sua filosofia estava, portanto, delineada: seria um projeto, cuja ênfase deveria acentuar a dimensão técnica dos problemas relativos à reforma universitária"
 (285)

Por isso, percebem-se claramente no trabalho dois momentos bem distintos: o do diagnóstico e o do plano da formulação da lei.

Em seu diagnóstico, o grupo detectou, com rara fidelidade e bastante exatidão, os grandes males da Universidade Brasileira e de fato a desnudou em suas falhas. Por esta

(283) Newton SUCUPIRA. "A Reestruturação das Universidades Federais". Em: *Seminários de Assuntos Universitários*, p. 67

(284) Florestan FERNANDES. *Universidade Brasileira. Reforma ou Revolução?* p. 207

(285) Sofia Lerche VIEIRA. *O Discurso na Reforma Universitária*. p. 41

razão, Florestan Fernandes, com todas as restrições que fez ao Grupo de Trabalho, reconheceu que o documento era corajoso e agressivo, que o trabalho constituía o melhor diagnóstico até então realizado, julgou acertadas muitas das medidas sugeridas e enalteceu a qualificação acadêmica de seus membros. (286)

No diagnóstico, o Grupo de Trabalho aponta, de modo objetivo, o que ele considerou serem as maiores falhas da Universidade brasileira, a saber:

- expandiu-se desordenadamente.
- não modernizou seus métodos de ensino nem buscou maior integração interna;
- manteve-se arraigada ao vício original da simples justaposição das faculdades;
- não se modernizou, ao contrário, aferrou-se a estruturas acadêmicas anacrônicas;
- seu produto final se encontrava altamente defasado em relação às emergentes necessidades sociais, que estão a exigir maior diversificação e flexibilidade;
- falta uma melhor conexão entre a Universidade e os graus inferiores do ensino;
- o atual sistema de vestibular tem sido inadequado para a seleção dos melhores;
- o sistema de cátedra vitalícia já não faz mais nenhum sentido;
- sua administração encontra-se pouco racionalizada.

Em síntese, diz o relatório:

"A Universidade, em seu conjunto, revelou-se despreparada para acompanhar o extraordinário progresso da ciência moderna, inadequada para criar o "know-how, in

dispensável à expansão da indústria nacional e, enfim, defasada sócio-culturalmente, porque não se identificou ao tempo social da mudança que caracteriza a realidade brasileira (Relatório, Anexo 8.1) " (287)

Após o brilhante diagnóstico, o Grupo de Trabalho assume uma postura tecnicista, de mero transmissor das recomendações dos decretos e dos relatórios aos quais já nos referimos. Daí para a frente, a Universidade será tomada como realidade à parte, falando-se de sua eficácia e tratando os assuntos universitários como categorias empresariais, indicando-lhes os mesmos rumos de oficina defendidos pelo governo autoritário.

"A universidade tem de preparar os cientistas e técnicos de que necessita a comunidade para responder ao desafio do desenvolvimento (Relatório, Anexo I) " (297)

"... conferir ao sistema universitário uma espécie de racionalidade instrumental, em termos de eficiência técnico-profissional, que tem por consequência o aumento da produtividade dos sistemas econômicos" (Relatório, Anexo 8.1) " (288)

Para se alcançar os objetivos racionalizadores e transformar a Universidade em empresa com produtividade ótima, a fim de que pudesse responder com eficácia às exigências do processo desenvolvimentista, o Grupo de Trabalho fez uma série de sugestões, em sua maioria de natureza tecnicista e já presentes nos decretos de Castelo Branco e nos relatórios anteriores.

- a) introdução do sistema de matrícula por disciplina;
- b) criação de cursos básicos;
- c) diversificação de carreiras com a criação de cursos de curta duração;
- d) fim da cátedra vitalícia;
- e) introdução efetiva da departamentalização;

(287) Sofia Lerche VIEIRA. *Op. cit.*, p. 44

(288) *Ibid.*, p. 55

- f) tratamento mais adequado ao pessoal docente com a criação da dedicação exclusiva, carreira e outros estímulos;
- g) maior controle de autonomia universitária, através da introdução de lista sêxtupla, em lugar da tríplice;
- h) revisão da representação estudantil e sua participação na Universidade;
- i) nova política de pós-graduação;
- j) política de financiamento da Universidade mais racional e mais estável, de modo a evitar as danosas instabilidades e oscilações;
- l) indissociabilidade do ensino e da pesquisa.

As sugestões do Grupo de Trabalho, após as tramitações legais, foram aprovadas e incorporadas pela Lei 5.540, que, a partir de 1968, vivia a reger os destinos da Universidade brasileira.

3. A Eficácia da Reforma

Parece-nos pertinente, a esta altura de nossa análise, indagar como foi recebida a Reforma pela Universidade e quais foram, em linhas gerais, os resultados mais imediatos produzidos por ela.

Evidentemente que não se trata de uma avaliação da Reforma, que este trabalho, por sua própria natureza e pelos seus objetivos não comporta, mas apenas de rápido levantamento das principais questões postas pela Reforma e do modo como a elas reagiu a Universidade brasileira, após vinte anos de convívio com ela.

Procuraremos levantar a temática reformista, o tratamento que a ela se dispensou e como reagiu, na prática, a Universidade, diante de seus pressupostos.

1. Em primeiro lugar julgo conveniente verificar o que ocorreu com a priorização que se deu ao tecnicismo, tanto no que se refere às atividades-meio, como também às atividades-fim.

Por tecnicismo, aqui se entende "a difusão de uma ideologia que valoriza uma forma de pensamento caracterizado, à falta de melhor denominação, como técnico-científico; a incorporação à burocracia pública do grande contingente de indivíduos com habilitação técnica e identificados com tal ideologia; o uso generalizado de técnicas, objetivando a racionalização de atividades e planejamento dos diversos setores da vida da sociedade. Entre as "palavras de ordem do período, destacaram-se: Segurança Nacional, desmobilização política, controle social, ordem e centralização administrativa"

"O esquema montado para controle não conseguiu armazenar informações e mesmo dados fundamentais para o conhecimento da realidade educacional, mas atuou, decisivamente, para reduzir a capacidade de as universidades se automobilizarem para buscar a definição e a persecução de seus ideais" (289)

O tecnicismo cresceu, recebeu adesões, ganhou ferrenhos adeptos, tornou-se uma força no interior da Universidade e se entranhou nos mais altos escalões governamentais, onde montou verdadeira linha de frente para o controle da Universidade.

Do tecnicismo surge o quadro de tecnocratas, que, de posse das verbas e do poder para manejá-las, usou-as, em muitos casos, em detrimento da autonomia universitária, a serviço da cooptação e, por não conseguir seus intentos, reagiu de modo violento contra a Universidade, com críticas as mais mordazes:

ROBERTO CAMPOS. "É tão escandalosamente baixo o rendimento do investimento federal no ensino superior que seria imprudente expandir o dispêndio sem corrigir as causas do desperdício"...

HÉLIO BELTRÃO. "... o Brasil investe pouco, mas gasta

(289) CRUB. *Anais da XXXII Reunião Plenária*. Santa Maria-RS, 21 a 23 jan. de 1981, p. 170/171

pior em educação". (290)

As críticas dos tecnocratas vinham de todos os escalões e procuravam responsabilizar a Universidade por seu fracasso, uma vez que ela não aderiu ao programa de racionalização administrativa e de produtividade máxima, imaginado e criado por eles.

"Parece que a Universidade espera do Governo não só os recursos para sua manutenção mas também a iniciativa de todas as suas ações. Isso gera um clima e uma mentalidade - situados no cerne do centro de decisões da Universidade - que inibem o exercício da criatividade, a consciência de seus objetivos e a consecução de sua autonomia. A grande verdade que deve ser aqui explicitada é a de que ninguém, a não ser ela mesma, pode fazer a Universidade funcionar e crescer" (291)

"A nossa Universidade federal não tem sanções ou incentivos de qualquer ordem. Dentro de seus muros, virtualmente não há nada que puna o mais desvairado comportamento, assim como não há proeza acadêmica que chegue a ser recompensada" (292)

O tecnicismo fracassou em função de sua natureza mesma, essencialmente reducionista e equivocada, tanto em sua concepção de Universidade-empresa, quanto no contexto da Educação. Oscar Sória, referindo-se ao tecnicismo na América Latina na década de setenta, faz algumas observações de ordem geral que são bem pertinentes ao que se passou no Brasil.

"Los 'tecnócratas' tenderán a desplazar a los 'políticos' o bien cada facción política dispondrán de sus propios 'tecnócratas', creándose-se nuevas alianzas pa-

(290) Josué GUIMARÃES, Autonomia Universitária e Estrutura de Poder. *Estudos e Debates* (3), p. 107

(291) Ronald BRAGA, O Ensino Superior no Brasil: Presente e Futuro. *Estudos e Debates* (2), p. 27

(292) Cláudio de Moura CASTRO, Quem Vai Consertar a Universidade? *Educação Brasileira* (16), p. 27

ra compartir el poder en las instituciones educativas y en los sistemas. El nuevo grupo ejecutivo tenderá a dominar a los 'académicos' (orientados hacia la excelencia y la investigación) quienes a su vez, lucharán para obtener una posición de preeminencia dentro de la universidad" (293)

O mesmo que se diz da tentativa de influência do tecnicismo nas atividades-meio, pode-se afirmar em relação às atividades-fim, enquanto tendência pedagógica.

"O que se quer do sistema educacional é a produtividade, o baixo custo de mão-de-obra numerosa mas com qualificação puramente técnica, disciplinada e dócil, adequada às necessidades da manutenção do sistema econômico vigente".(...)

"As raízes epistemológicas e as bases instrumentais do substrato tecnicista da nova pedagogia são as mesmas da pedagogia da Escola Nova: é o mesmo cientificismo" (294)

Entre os mais graves prejuízos causados pelos tecnocratas, que levaram o tecnicismo até as últimas consequências na Reforma de 68, pode-se mencionar que:

a) Comprometeu o modelo da Universidade de Brasília, que possuía todos os pré-requisitos para ser o modelo de Universidade nacional. Modelo moderno, flexível, tinha sua implantação condicionada a uma atmosfera de adesão progressiva, lenta, que exigia uma longa fase de maturação em ambiente de convívio harmônico e livre. Este modelo foi adotado pelos militares e pelos tecnocratas, que o quiseram transplantar para todo o País, através da 'ordem unida' e acabaram por inviabilizá-lo.

b) Prendeu a Universidade em uma intrincada e incompetente malha burocrática governamental, ao tentar adminis-

(293) Oscar SORIA N. *Educación Superior en América Latina*. p. 15

(294) Antonio Joaquim SEVERINO. *Educação, Ideologia e Contra-Ideologia*. p. 92/93

trá-la como empresa-estatal, centralizada, emperrando todo o processo decisório interno.

c) Provocou o enfraquecimento do próprio Ministério da Educação ao assumir a defesa das intromissões dos Ministérios Econômicos no planejamento educacional.

d) Finalmente, o tecnocratismo teórico desprovido do senso de realidade, acabou por provocar desordenamento administrativo, compartimentação do saber e uma desintegração generalizada pela inadequada construção de 'campi' mal planejados.

Consola-nos a posição de José Carlos Libâneo acerca do tecnicismo e sua influência, enquanto corrente pedagógica na Universidade brasileira.

"A despeito da máquina oficial, entretanto, não há indícios seguros de que os professores da escola pública tenham assimilado a pedagogia tecnicista, pelo menos, em termos de ideário" (295)

Tem-me parecido que o surgimento de uma corrente de analistas nos anos 70, que encara a Educação com visão crítica, dialética, que não a vê como totalidade fechada, mas parte de uma totalidade social mais ampla e vê a Universidade com a função de aparelho ideológico do Estado, constitui a mais veemente reação à investida tecnicista.

Esta corrente progressista, a princípio muito agarrada às teorias da reprodução, tem avançado e procurado descobrir, dentro da Universidade, com criatividade e realismo, os limites da Educação e o espaço que representa a própria Universidade, enquanto agência privilegiada para produção e transmissão do saber. Apesar das restrições que são feitas a muitos de seus representantes, por não conseguirem sair do plano da crítica, que já estaria esgotada, e pelo tratamento que dispensaram à Educação, não passando de "mero modismo" ou

cópia de teorias francesas, pessoalmente não vejo como obter a efetiva apropriação dos destinos da Universidade por sua comunidade interna, para colocá-la a serviço dos interses de toda a população brasileira, sem o uso dessa tendên-cia pedagógica.

Atualmente, é bastante rica a bibliografia sobre a contribuição da corrente progressista. Remetemos o leitor a, pelo menos, três autores que julgamos representar bem a mencionada corrente; sem prejuízo de outros:

- Carlos Roberto Jamil Cury - *Educação e Contradição*;
- Bárbara Freitag - *Escola, Estado e Sociedade*;
- Wagner Rossi - *Capitalismo e Educação*.

Se levarmos em consideração que a criação do ciclo básico, dos cursos de curta duração, da matrícula por disciplina foram medidas inspiradas pelo tecnicismo, com sua teo-ria de "*produtividade ótima*", e, se considerarmos, ainda, que ele não conseguiu o planejamento nacional de construção dos "campi", não equacionou o problema da expansão e, sequer, regularizou o problema do financiamento à Universidade, podemos dizer que o tecnicismo, em termos de Universidade brasileira, simplesmente fracassou e agravou, ainda mais, os seus problemas.

"A Universidade não possui uma unidade, uma fisionomia que possamos fitar e reconhecer em qualquer momento. Dez anos de reforma não conseguiram vencer a dispersão das escolas e dos cursos isolados. Uma espécie de força de fragmentação atravessa a Universidade de alto a baixo, produzindo um corpo de mil faces desiguais que só o domínio da burocracia parece manter unidas" (296)

Todavia, os tecnocratas jamais pensaram assim, e sempre atribuíram seu fracasso aos governos anteriores ou à incompetência da própria Universidade.

(296) José Henrique SANTOS. A Universidade e a Sociedade Brasileira Atual: Participação e Alienação. *Estudos e Debates* (1), p. 20

"Os tecnocratas são mais ou menos unânimes, também, em colocar que as deficiências da Educação são problemas herdados, ou seja, que os governos anteriores a 64 não souberam encaminhar, e que podem ser resumidas nos seguintes tópicos: 1) insuficiência de recursos para educação (em 1964, representava 2,2% do PIB); 2) evasão escolar; 3) irrealismo dos currículos (decoração substituindo o raciocínio analítico, e humanidades em detrimento da formação técnica e científica), ensino destoadado das necessidades do mercado de trabalho(...); 4) estanqueidade do ensino médio; 5) irracionalidade dos métodos de financiamento (gratuidade das universidades públicas, etc.); e, 6) desperdício das universidades" (297)

2. Em segundo lugar, a questão da expansão desordenada do ensino superior, que representou fator extremamente importante para as medidas reformistas do governo militar e que ocupou parte significativa do relatório do Grupo de Trabalho, deve merecer considerações especiais.

- A expansão já vinha ocorrendo sem planejamento desde a década de 1950, mas alcança seu pico máximo após 64, período em que se tornou problema efetivamente grave.

- Os tecnocratas insistiram em tratá-lo apenas como problema técnico, que poderia ser resolvido unicamente com providências ligadas à administração da Universidade. Equivocaram-se, uma vez que os fatores eram muito mais amplos e se ligavam a questões bastante mais complexas, tais como:

- pressão da demanda de escolaridade superior por parte da classe média;
- necessidade de legitimação do próprio governo militar, em função do baixo índice de escolaridade superior da população;
- pressão do mercado de trabalho em certas áreas;
- longo período de demanda reprimida.

(297) Maria de Lourdes M. COVRE. *A Fala dos Homens. Análise do Pensamento Tecnocrático - 1964-1981*, p. 203

Convencidos dos limites técnicos dos problemas, traçaram-se certas coordenadas, dentro das quais a expansão desordenada seria tratada:

- a) era preciso ordená-la e não, simplesmente, reprimi-la;
- b) o fator básico essencial seria dispensar um tratamento empresarial à Universidade, para se obter a produtividade máxima; para se alcançar este alvo fazia-se necessário e urgente:
 - o aproveitamento total do potencial de pessoal e recursos patrimoniais já existentes e até então ocioso e mal utilizado;
 - com esta providência, dispensar-se-ia a criação de novas unidades;
- c) compatibilizar a oferta de vagas com as necessidades do mercado de trabalho e com as prioridades estabelecidas pelos ministérios econômicos;
- d) os orçamentos das universidades seriam postos sob rigoroso controle e, em contrapartida, teriam sempre garantida a continuidade de verbas, para evitar o clima de instabilidade;
- e) a cobrança de anuidade seria introduzida nas universidades federais, como parte da fonte de financiamento;
- f) na expansão planejada, levar-se-ia em consideração as correções das distorções existentes nos graus inferiores do ensino;
- g) como regra geral, a base seria a Universidade, e a escola isolada, a exceção;
- h) a expansão ordenada deveria se dar sem prejuízo da qualidade do ensino e da produção científica.

Feita a Reforma, os tecnocratas movimentaram-se, os órgãos governamentais iniciaram suas medidas cartoriais, mas, muito rapidamente, começaram a sentir a dificuldade para manter a expansão nos trilhos.

a) Constatou-se, de imediato, que o acionamento do "*potencial disponível*" (uso de período noturno nas escolas públicas, não duplicação de recursos para os mesmos fins, a proveitamento de pessoal ocioso) era questão de muito difícil manejo e extrema complexidade.

b) Passou-se, então, à criação de novas unidades e a uma desenfreada preocupação com a construção de "campi". Por muitos anos, em Universidades como a de Santa Maria, no Rio Grande do Sul, a Federal de Minas Gerais e tantas outras, podia-se encontrar grande número de prédios não acabados e abandonados. Em 1968 havia, aproximadamente, 329 escolas isoladas e 43 Universidades. Dez anos depois eram 798 as escolas isoladas (143% de aumento) e 64 as Universidades (49% de crescimento).

c) Esses números indicam, também, que o fato de tomar a Universidade como base para a expansão do ensino superior não funcionou. A exceção tornou-se regra.

d) Houve acentuado crescimento nas áreas de ciências humanas e sociais, consideradas não prioritárias, o que dificultou a compatibilização da oferta de mão-de-obra com a necessidade do mercado de trabalho.

e) Maior frustração ocorreu no projeto de financiamento da Universidade, onde a resistência estudantil impediu a introdução do ensino pago e o descaso com que se passou a tratar a educação, como um todo, levou o governo a violentos cortes de verbas, até mesmo aquelas já aprovadas, desorientando completamente reitores e administradores escolares.

"A ninguém pode provocar surpresa o fato de que a categoria Financiamento, integrante constitutiva da Autonomia, tenha merecido do Conselho de Reitores o percentual total de 25,6% de frequência em suas discussões e reuniões.

Os recursos para outros custeios e capital diminuiram, desde 1973 até 1978, em 32%, em valor real; (...)

A dotação original, no exercício de 1980 foi 43% infe-

rior, em termos reais, à de 1973" (298)

Apesar da contundência desses dados, os tecnocratas continuaram a responsabilizar aos governos passados e às Universidades pelos males do ensino superior.

f) Também fracassou o projeto em torno do controle da distribuição geográfica da expansão das Universidades, com a finalidade de corrigir as distorções regionais.

Em 1970, a Região Sul-Sudeste possuía 83,8% dos alunos matriculados e o Norte-Nordeste apenas 11,4%. Sete anos depois, o quadro permanecia quase inalterado, com o Sul-Sudeste apresentando 84,8% de matrículas e o Norte-Nordeste 12%.

Após tecer comentários acerca dos equívocos com que se encarou o problema da expansão, como de resto da Educação em geral no período, o grupo da Universidade de Minas Gerais concluiu:

"Logo, faz-se necessária uma análise que procure identificar, por confrontação com o processo de desenvolvimento sócio-econômico e político, as características assumidas pelo crescimento do ensino superior e as condições inerentes a esse processo em relação ao modelo implantado no país. Nesta perspectiva, examinar-se-ia a expansão não como 'espontânea', 'caótica' ou 'desordenada', mas como reflexo de relações de correspondência e contradições entre o sistema educacional e a sociedade brasileira, num certo momento histórico.

Esta abordagem pretende ser histórica e global: parte do exame das dimensões econômicas, sociais e políticas da educação e de sua relação com a sociedade, constata as mudanças estruturais que estariam ocorrendo a nível sócio-econômico, estuda o papel que o Ensino Superior está sendo chamado a desempenhar neste contex-

(298) Georges Frédéric Mirault PINTO. "Caracterização do Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras como poder intermediário". *Estudos e Debates* (7), p.74/75

to e pretende interpretar as transformações internas, especialmente as de ordem qualitativas, que estão ocorrendo neste nível de ensino dentro das tendências estruturais constatadas" (299)

3. Ainda como parte desse balanço, queremos retomar a questão da autonomia universitária e, com ela, também a pós-graduação.

Em termos de autonomia, por tudo o que já foi possível analisar, não nos ficaram dúvidas de que a modernização reformista trouxe grande retrocesso.

Meira Mattos defendia abertamente o retrocesso da autonomia, os decretos castelistas a remetiam aos limites das leis autoritárias vigentes à época, o Grupo de Trabalho incorporou as limitações impostas, o Conselho de Reitores portou-se com extrema timidez em sua defesa, e os decretos pós-reforma foram claras demonstrações de intromissão do Estado autoritário na Universidade.

Giannotti afirma "*que a Universidade foi de certo modo capturada nas malhas do governo autoritário*" (300)

Segundo ele, isso só foi possível graças à aliança dos professores conservadores com os militares e pela castração interna com o alijamento dos estudantes.

Ulisses Teles também levanta a questão e presta informações mais minuciosas:

"A Universidade sofre um processo de controle político-ideológico, e o instrumento fundamental dessa realização foi a chamada modernização técnico-burocrática da Universidade. Ele teve o efeito de tentar subme

(299) Oder José dos SANTOS e outros. *Expansão do Ensino Superior: Características e Tendências. Estudos e Debates* (1), p. 48

(300) Arthur GIANNOTTI. Comentários sobre o tema "A Universidade e a Sociedade Brasileira Atual: Participação e Alienação". *Estudos e Debates* (1), p. 33

ter - e submeter efetivamente - a Universidade aos ditames dos Poder central, portanto, ao controle político, ideológico, inclusive de vinculação da política universitária às exigências do próprio sistema econômico-social. Este foi o aspecto fundamental desses 10 anos de política educacional" (301)

Dumerval T. Mendes, que chama a atenção para a alienação dos pedagogos, cujo "baque" sofrido pela ação dos tecnocratas ele não lamenta, classifica a reforma de "*burocrática e desconhecadora dos problemas brasileiros*", ao referir-se à autonomia.

O Conselho de Reitores que, como dissemos, inicialmente assume postura tímida, evolui e critica os limites colocados à autonomia.

"O poder público federal, ao invés de supervisionar a atuação das universidades, tem assumido o processo decisório de sua gestão administrativa, principalmente nas atividades-meio"

"O forte regime de intervenção que tem incidido sobre as universidades, nos últimos quinze anos, não lhes tem permitido adquirir a 'maturidade institucional' que possibilite condições de 'assumirem a busca e formulação de seus próprios modelos' de estrutura e operação" (302)

Postura mais aguerrida tem assumido a Associação Nacional dos Docentes, como se pode constatar em seu ante-projeto de reforma e outros documentos. (303)

Como se pode perceber, há certo consenso sobre a perda da autonomia universitária com a Reforma de 1968 e também

(301) Ulisses Telles GUARIBA NETTO. Comentários sobre o tema "A Universidade e a Sociedade Brasileira Atual: Participação e Alienação". *Estudos e Debates* (1), p. 23

(302) Geraldo Moisés MARTINS e Maria Auxiliadora NICOLATO (org.). *Autonomia da Universidade Brasileira; Vícios e Perspectivas*. *Estudos e Debates* (3), p. 83

(303) ANTEPROJETO DE LEI (proposto pela ANDES/FASUBRA). *Estudos e Debates* (13), p. 51

há clara consciência de que este retrocesso é fruto do tecnocratismo e foi fator de emperramento da Universidade ao longo desses anos, pelos obstáculos que criou ao processo decisório, tendência sempre crescente nas agências governamentais.

"Está aumentando, dia a dia, a interferência ao nível universitário, dos órgãos centrais que dirigem as atividades auxiliares, seja na administração de pessoal, seja no orçamento e em sua aplicação.

Os obstáculos que se opõem originam-se quase sempre de imposições ou proibições legais relativas à forma dos atos administrativos, sem preocupação com sua eficácia ou alcance prático.

No tocante ao pessoal, quer docente e técnico, quer administrativo, é mínima a liberdade para recrutar, selecionar e admitir" (304)

O Programa de Pós-Graduação, uma das poucas iniciativas reformistas que, em termos gerais, funcionou, traz-nos cerceamentos que lhe são impostos, uma das manifestações mais duras e diretas da desconfiança que se tinha em relação à Universidade e sua administração.

A Pós-Graduação e, conseqüentemente, as pesquisas foram remetidas de maneira abrupta ao controle das agências governamentais, de tal modo que as Universidades pouco ou nada podiam fazer em relação a ela, sem prévia autorização dessas agências, que a assumiram como espécie de rede de escola própria.

Aí houve também descaminhos e os efeitos em relação à melhoria da graduação, através da melhor qualidade dos professores, não foram os esperados.

Por todas essas razões, os analistas do ensino superior têm considerado o período pós-64 um dos mais difíceis da vida da Universidade brasileira. Todo o material a que

(304) CRUB. Política de Ensino Superior para uma Estratégia de Mudança. *Educação Brasileira* (3), p. 24

nos foi possível ter acesso, levou-nos a concluir que houve avanço, apesar de todos os problemas por ela enfrentados.

Parece-nos que os mais graves fatores negativos, que contribuíram para o emperramento da Universidade, podem ser sintetizados nos seguintes:

1. Legislação educacional extremamente autoritária.
2. Repressão direta, através de afastamentos compulsórios, comissões de sindicância e perseguição ao movimento estudantil.
3. Caráter tecnicista da Reforma Universitária.
4. Criação de um forte aparato burocrático em Brasília, muito centralizador, e que acabou por entrar o processo decisório.
5. Tentativa de organização de um quadro reitoral cooptado e serviçal, através do processo de escolha por lista sêxtupla.
6. Criação das denominadas Assessorias de segurança no interior da Universidade.
7. Esforço na direção de se transplantar para o Brasil o modelo norte-americano de Universidade, através do acordo MEC-USAID.
8. Desestruturação do movimento estudantil.
9. Evasão de grande número de intelectuais, com severos danos à qualidade do ensino e aos avanços da pesquisa.
10. Cortes substanciais das verbas destinadas à Educação e dificuldades relativas à liberação das verbas já constantes do orçamento.
11. Desintegração generalizada da vida universitária, em consequência de todos esses fatos já mencionados.

12. Queda da qualidade do ensino e aumento do descrédito da Universidade perante a sociedade.

13. Expansão extremamente desordenada, através do aumento da privatização do ensino superior e aumento de escolas isoladas.

14. Preponderância das atividades-meio sobre as atividades-fim.

Em contraposição ao rol de fatos negativos, podemos colocar como avanços significativos do período:

1. Rejeição, de modo lento e gradual, porém seguro, de muitos dos elementos constitutivos das propostas de reforma tecnicista do governo autoritário. Embora haja na mencionada rejeição componentes conservantistas, ela se deve muito mais ao vigor político da vontade universitária do que à influência conservadora.

2. Surgimento de organizações universitárias que acabaram por bloquear a ação autoritária do governo sobre as Universidades (Conselho de Reitores e, mais tarde, a Associação Nacional dos Docentes).

3. O Programa de Pós-Graduação que, apesar de todas as falhas, trouxe expressiva contribuição para a melhor qualificação dos professores, com repercussões maiores na área de pesquisa do que na melhoria do ensino de graduação.

4. A rejeição da "reforma consentida" obrigou a Universidade a buscar sua própria reforma, o que de fato vem sendo feito, apesar de medidas inibidoras dos burocratas de Brasília.

5. Assimilação da departamentalização, em substituição à cátedra vitalícia.

6. Esforço, com algum sucesso, na direção da reforma de currículos e criação de novas opções de carreira.

7. O controle da expansão do ensino superior e, ultimamente um maior crescimento das Universidades em relação às escolas isoladas.

Concordamos com os analistas quando dizem que este período histórico foi um dos mais difíceis para a Universidade, mas é preciso que se registre o caráter de resistência que ela sustentou, do crescimento e dos avanços que ela conseguiu apesar dos obstáculos, fatos que nos levam a considerar o período altamente positivo para a Universidade.

- a) Pode-se concluir que a Universidade recusou as medidas chamadas modernizadoras, de natureza tecnicista, que visavam a máxima produtividade no âmbito interno, tais como: o ciclo básico, os cursos de curta duração, o ensino pago nas Universidades federais e a matrícula por disciplina.

Recusou-se a assimilar também, o retrocesso em relação à autonomia e à reestruturação do movimento estudantil. Incorporou o fim da cátedra vitalícia e vem convivendo com a departamentalização, que só ultimamente tem sido posta em dúvida.

- b) Com grande vigor, já na década de 1970, surge no interior da Universidade um tipo de análise do papel da Universidade e da escola em geral, dentro de uma visão crítico-dialética, cuja contribuição ao repensar da Universidade se torna, a cada dia, de maior importância.
- c) Apesar do surgimento dessa corrente mais crítica há significativo avanço da tendência tecnicista, notadamente nas Universidades públicas nordestinas, onde recebeu maior adesão. Percebe-se, entretanto, uma gradativa redução de sua influência.
- d) O aparecimento do Conselho de Reitores e seu redirecionamento histórico, em defesa dos interesses diretos da Universidade, a criação da Associação Nacional de Docentes e de outras organizações in-

tra-universitárias são, hoje, apesar dos componentes corporativistas, sinais vivos de que a rejeição da proposta contida na reforma deve-se mais a uma vontade política da Universidade do que a uma simples apatia de natureza conservantista.

- e) A Universidade recusou a "*Reforma Consentida*", na expressão de Florestan Fernandes, mas vai realizando a sua reforma de acordo com as exigências da realidade social e com a determinação de sua comunidade interna, cujos passos tem sido muito seguros. O documento da Comissão Nacional para Reformulação da Educação Superior, ante-projeto do CERES, enriquecido com as contribuições do CRUB e da ANDES, confirmam a tendência de se caminhar na direção de uma Universidade mais preocupada com os aspectos culturais e humanos, sem perder de vista o interesse nos avanços tecnológicos e na produção da ciência.
- f) Finalmente, em relação a este período, pode-se falar em expansão desordenada, em desintegração, em queda da qualidade de trabalho universitário, até mesmo em momentos de caos universitário, mas não se pode dizer, sem ferir a verdade, que os fatos atestam, que a Universidade não caminhou, não se renovou e não procurou seu próprio caminho. O que ela rechaçou foi o autoritarismo da tecnocracia estatal, que a sociedade civil, antes dela, já havia rejeitado.

CONCLUSÃO

A análise que fizemos, leva-nos à conclusão de que, embora as questões postas pelos reitores possuam equívocos de colocação, que devem ser debitados ao difícil momento político que caracterizou a década de 1970, não constituem, en tretanto, um despropósito e não podem, simplesmente, ser descartadas.

Há, de fato, uma espécie de consenso histórico acerca dos pontos levantados pelos reitores em relação à origem e à caminhada da Universidade Brasileira.

Em primeiro lugar, desde sua origem, grande número de administradores escolares, educadores e políticos considera vam que seu início se deu com muito atraso histórico.

Via de regra, o referencial tomado para declarar esse atraso é o momento histórico em que surgiram as universi dades no restante da América Latina, muito antes da Univer sidade brasileira.

Parece-nos que fazer esta afirmação sem levar em con sideração a diferença da ação colonizadora, a cultura dos povos, a diferença do momento da indepedência daqueles paí ses e a velocidade política depois da independência, consti tui perigosa simplificação.

Se tomarmos como referencial a sociedade brasileira, devemos levar em consideração que, exceto no Paraná, não hou ve reação social ao fechamento de Universidades abertas an-

tes de 1920 e fechadas pelo Estado. A própria Universidade do Rio de Janeiro, fundada em 1920, foi recebida com certa frieza e indiferença.

Talvez Álvaro Vieira Pinto tenha razão ao afirmar:

"No Brasil a Universidade é um órgão social recente, só instalada oficialmente quando sua presença se fez necessária" (305)

Em segundo lugar, há generalizada concordância em que a Universidade nasce aqui marcada pelo vício da não integração, em função da autonomia das faculdades que a constituíram. Nunca teria havido no Brasil uma verdadeira Universidade, mas apenas um aglomerado de faculdades independentes, com funcionamento completamente estanque. Esse vício de origem encontrar-se-ia presente, tanto nas tradicionais Universidades, como nas mais recentes e até mesmo naquelas organizadas após a Reforma de 1968.

Não encontramos vozes discordantes quanto a esta questão, exceto alguns poucos regionalistas paulistas, ao tratarem da origem e história da USP, cujas colocações não primam pela consistência.

Finalmente, uma terceira conclusão a que chegam muitos estudiosos é aquela que admite um gradativo aumento da defasagem entre o produto final oferecido pela Universidade e a expectativa da sociedade brasileira acerca desse mesmo produto, tanto no que se refere ao aspecto qualitativo quanto quantitativo.

Aqui ocorre também uma simplificação, ao se tomar a realidade brasileira e a Universidade como absolutamente homogeneizadas, desconsiderando diferenças regionais e características específicas de cada Universidade, dentro de seu contexto regional.

Pareceu-nos,entretanto, que o fato mais grave consistiu em ver nesses fenômenos o fracasso da Universidade, em responsabilizar a própria comunidade universitária por esse fracasso e em esperar que ela, como totalidade fechada, descobrisse a solução, não sô para seus próprios problemas, como para os problemas da sociedade, como se ela possuísse vida e poder próprios.

Em relação às questões levantadas, sustentamos as seguintes posições:

1. A questão da origem retardatária da Universidade brasileira é questão complexa, que está a exigir maior aprofundamento, como também a merecer maior cuidado ao inferir desse fato o menor índice de escolaridade superior da população brasileira, em relação a alguns países latinoamericanos.

2. Não nos parece que haja qualquer dúvida que a Universidade brasileira não tenha se libertado de seu vício de origem,ao se formar a partir de Faculdades que continuaram isoladas e autônomas.

Consideramos que nesse vício ela reflete, de modo bastante fiel,a política de composição vigente durante o período populista.

3. Pareceu-nos também complexa, embora possua consistência, a afirmação do aumento de defasagem em relação ao produto final da Universidade e as expectativas que vêm sendo criadas acerca dele, pelos diferentes segmentos sociais. Constitui tema também a ser pesquisado.

4. O testemunho da caminhada histórica da Universidade não nos autoriza, de modo nenhum, a falar do fracasso da Universidade. Ao contrário, concluímos:

- Ela cumpriu sempre a tarefa que lhe foi reservada durante os diferentes períodos históricos.
- Essas tarefas foram de natureza secundária, em relação ao processo de desenvolvimento econômico brasileiro.

- O Estado e a Universidade mantiveram, no período, relacionamento continuamente tenso, fenômeno que se agravou com o Golpe Militar de 1964.
- Em momento algum a Universidade conseguiu autonomia para reger seu próprio destino e o Estado funcionou como fator frenador do avanço universitário.
- Esta frenagem alcança seu ponto extremo após a Reforma de 1968, que trouxe, pela sua rejeição, expressiva contribuição à Universidade, que vem fazendo sua própria reforma.
- As organizações intra-universitárias surgidas pós-64 e o modo como o processo da Reforma Universitária vem se dando, indicam-nos que a comunidade universitária brasileira se encontra disposta a assumir as rédeas da Universidade e lutar por sua autonomia e sua maior eficiência, e reduzir as intervenções estatais.

O momento é, portanto, de esperança, e já se percebe a passagem de um período crítico teórico muito fértil, para um período de ação muito desejável.

SIGLAS

- ABE - Associação Brasileira de Educação
ABESC - Associação Brasileira de Escolas Católicas
ADESG - Associação dos Diplomados da Escola Superior de Guerra
AP - Ação Popular
CAPES - Coordenadoria de Aperfeiçoamento do Pessoal de Nível Superior
CEPAL - Conselho de Educação para América Latina
CGT - Comando Geral dos Trabalhadores
CNPq - Conselho Nacional de Pesquisa
COGEIME - Conselho Geral das Instituições Metodistas de Ensino
CPC - Centro Popular de Cultura
CRUB - Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras
FGV - Fundação Getúlio Vargas
FMI - Fundo Monetário Internacional
GULERPE - Grupo Universitário Latinoamericano de Estudos Para a Reforma e Aperfeiçoamento da Educação
IBAD - Instituto Brasileiro de Ação Democrática
IPES - Instituto de Pesquisa e Estudos Superiores
ISEB - Instituto Superior de Estudos Brasileiros
LDB - Lei de Diretrizes e Bases
MEB - Movimento de Educação de Base
MEC - Ministério da Educação e Cultura
MCP - Movimento de Cultura Popular
OEA - Organização do Estados Americanos
OUI - Organização Interamericana de Universidades
PAC - Pacto de Ação Conjunta
PNA - Plano Nacional de Alfabetização

PNE - Plano Nacional de Educação
PUA - Pacto de Unidade e Ação
PUAC - Pacto de União e Ação
PUC - Pontifícia Universidade Católica
SALTE - Saúde, Alimentação, Transporte, Energia
SUMOC - Superintendência de Moeda e Crédito
UEE - União Estadual de Estudantes
UNAM - Univerisdade Nacional do México
UnB - Universidade de Brasília
UDN - União Democrática Nacional
UDUAL - União de Universidades da América Latina
USP - Universidade de São Paulo

BIBLIOGRAFIA

- ACEVEDO, Guillermo Soberón. El sentido de la Universidad. *Pensamiento Universitario*. México, 47, Centro de Estudios sobre la Universidad, janeiro 1982.
- ALTHUSSER, Louis. *Ideologia e Aparelhos Ideológicos do Estado*. 3a. ed., Lisboa, Editorial Presença, 1980.
- ARAGÃO, Raymundo Moniz de. *A Instrução Pública no Brasil*. Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas, 1985, 104 p.
- ARAPIRACA, José Oliveira. *A USAID e a Educação Brasileira*. São Paulo, Cortez Editora/Autores Associados, 1982, 190 p.
- ARON, R. Quelques Problèmes de Universités Françaises. *Archives Européennes de Sociologie*. Paris, 1962.
- ASSOCIAÇÃO DOS DOCENTES DA USP. *O Livro Negro da USP: O Controle Ideológico na Universidade*. 3a. ed., São Paulo, Editora Brasiliense, 1979.
- ATCON, R.P. *Rumo à Reformulação Estrutural da Universidade Brasileira*. Rio de Janeiro, DESU/MEC, 1966.
- AZEVEDO, Fernando. *As Universidades do Mundo de Amanhã*. São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1947, 284 p.
- BASBAUM, Leôncio. *História Sincera da República de 1930 a 1960*. 4a. ed., São Paulo, Editora Alfa-Omega, 1975/76, 252 p.
- BELL, Daniel. *O Fim da Ideologia*. Trad. Sérgio Bath, Brasília, UnB, 1980, 336 p.
- BERNALES B., Enrique. Origen y Evolución de la Universidad en El Perú. *Universidades*. México (Nº 87), Unión de Universidades de América Latina, jan/mar 1982.
- BERNHEIM, Carlos Tünnermann. *Estudios sobre la Teoría de la Universidad*. San José/Costa Rica, Editorial Centroamericana, 1983, 534 p.
- . *Pensamiento Universitario Centroamericano*. San José/Costa Rica, Editorial Universitaria Centroamericana, 1980, 523 p.

- BOAVENTURA, Edivaldo M. *Universidade e Multiversidade*. Rio de Janeiro, Editora Tempo Brasileiro, 1986, 108 p.
- BOYNARD, Aluizio Peixoto & GARCIA, Edília Coelho & ROBERT, Maria Iracilda. *A Reforma do Ensino*. 2a. ed., São Paulo, LISA, 1972, 426 p.
- BRAGA, Ronald e outros. *Educação Superior Brasileira. Estudos e Debates*. Brasília (2), Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras, 1979, 104 p.
- BRANDÃO, Euro. *A Plenitude Humana no Ideal Universitário*. Brasília, Ministério da Educação e Cultura, 1978, 10 p.
- BRASIL. Conselho Federal de Educação. *A Propósito da Qualidade do Ensino Superior no Brasil: Anais de Dois Encontros*. Brasília, Ministério da Educação e Cultura, 1982.
- . Conselho Federal de Educação. *Reunião Conjunta dos Conselhos de Educação: Quinze anos de Intercâmbio e Colaboração*. Brasília, Ministério da Educação e Cultura/DDD, 1980.
- . Conselho Federal de Educação. *Seminário de Assuntos Universitários (Dez Anos de Reflexão e Debate)*. Brasília, Ministério da Educação e Cultura/DDD, 1979.
- . Ministério da Educação e Cultura. *Administração Educacional - Um Estudo Teórico-Crítico*. Brasília, MEC, 1979.
- . Ministério da Educação. *A Educação nas Mensagens Presidenciais - 1890 a 1986*. Vol. I e II, Brasília, INEP, 1987.
- . Ministério da Educação e Cultura/Departamento de Assuntos Universitários. *O Ensino Superior Isolado Particular: Alguns Aspectos de sua Problemática*. Brasília, Ministério da Educação, 1978.
- . Ministério da Educação e Cultura. *Ordenação em Texto Único das Leis de Diretrizes e Bases da Educação Nacional e Legislação Conexa*. Vol. 1 e 2, Ministério da Educação e Cultura/CFE, 1983.
- . Ministério da Educação e Cultura. *Relatório da Equipe de Assessoria ao Planejamento do Ensino Superior (Acor do MEC-USAID)*. Rio de Janeiro, Ministério da Educação e Cultura, 1968.
- . Ministério da Educação. *Uma Nova Política para a Educação Superior Brasileira (Relatório Final da Comissão Nacional para Reformulação da Educação Superior)*. Brasília, Ministério da Educação, 1985.
- . Secretaria do Planejamento da Presidência da República. *Crescimento, Apesar de Tudo*. Brasília, SEPLAN/CSS, 1983.
- . Senado Federal. *Projeto Educação - Conferências, Pronunciamentos e Depoimentos*. Tomos I, II, III, IV. Brasília, Senado Federal, 1978/1979.

- BRASIL. Universidade Federal de Minas Gerais. *As Grandes Diretrizes da Universidade Brasileira*. Belo Horizonte, Edições UFMG, 1977.
- . Universidade Federal de Uberlândia. *Educação e Filosofia*. Uberlândia, Vol 1, Editora da UFU, Julho a Dezembro/1986.
- BRESSER PEREIRA, Luiz C. *A Sociedade Estatal e a Tecnoburocracia*. 2a. ed., São Paulo, Editora Brasiliense, 1982, 300 p.
- . *Economia Brasileira - Uma Introdução Crítica*. 2a. ed., Editora Brasiliense, 1982, 169 p.
- BUARQUE, Cristovam. *Uma idéia de Universidade*. Brasília, Ed. Universidade de Brasília, 1986, 76 p.
- BUFFA, Ester. *Crítica Histórica das Ideologias Subjacentes ao Conflito Escola Particular-Escola Pública (1956-1961)*. Tese de Mestrado, Universidade Metodista de Piracicaba, 1975, 154 p. (mimeografada).
- CAMPOS, Roberto de Oliveira. *Uma Nova Realidade se Descortina. O Estado de São Paulo*. 25/04/65.
- CANEVACCI, Massimo (org.). *Dialética da Família*. Trad. Nelson Coutinho. 2a. ed., São Paulo, Editora Brasiliense, 1982, 282 p.
- CARDOSO, Irene de Arruda Ribeiro. *A Universidade da Comunhão Paulista*. São Paulo, Cortez Editora/Autores Associados, 1982, 187 p.
- CARNOY, Martin. *Educação, Economia e Estado*. São Paulo, Cortez Editora/Autores Associados, 1984, 88 p.
- CARVALHO, Guido Ivan de (org.). *Ensino Superior - Coletânea de Legislação Básica*. Brasília, Ministério da Educação e Cultura/INEP, 1969, 376 p.
- . *Ensino Superior - Legislação e Jurisprudência*. 4a. ed., Brasília, Ministério da Educação/INEP, 1984, 840 p.
- CASSIMIRO, Maria do Rosário & GONÇALVES, Oliveira Leite. *Rumos da Universidade Brasileira*. Goiânia, Editora da UFG, 1986, 177 p.
- CASSIMIRO, Maria do Rosário e outros. *Universidade Oportuna*. Goiânia, Editora da UFG, 1983, 92 p.
- CATANI, Denise Bárbara e outros. *Universidade, Escola e Formação de Professores*. São Paulo, Editora Brasiliense, 1986, 199 p.
- CENTRO DE ESTUDOS EDUCAÇÃO E SOCIEDADE. *Educação e Sociedade*. Vol. 3, 7, 9, 12. São Paulo, Cortez Editora/Autores Associados.
- . *Ensino Pago: A Inversão Autoritária*. Cadernos do CEDES. São Paulo, Vol. 5, Cortez Editora/Autores Associados.

- CHIARELLI, Lindamir Cardoso. *Educação e Sociedade no Estado Novo*. Tese de Mestrado, Universidade Metodista de Piracicaba, 1983, 302 p. (mimeografada)
- CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL. *Igreja e Educação*. São Paulo, Edições Paulinas, 3a. ed., 1977.
- CODO, Wanderley. *O Que é Alienação*. 3a. ed., São Paulo, 1986, 94 p.
- CORDOVA, Rogério de Andrade e outros. *A Pós-Graduação na América Latina: o Caso Brasileiro*. Brasília, Ministério da Educação/CAPE, 1986, 218 p.
- COVRE, Maria de Lourdes. *A Fala dos Homens - Análise do Pensamento Tecnocrático (1964-1981)*. São Paulo, Editora Brasileira, 1983, 327 p.
- CRESPIGNY, Anthony de & CRONIN, Jeremy. *Ideologias Políticas*. Trad. Sérgio Buarque, Brasília, Editora da UnB, 1981, 140 p.
- CONSELHO DE REITORES DAS UNIVERSIDADES BRASILEIRAS. *Anais das Reuniões Plenárias XXVI, XXVII, XXVIII, XXIX, XXX, XXXII, XLX*. Brasília, CRUB.
- . *Administração Universitária. Estudos e Debates*. Nº 12, Brasília, CRUB, 1986.
- . *Autonomia da Universidade Brasileira: Vissitudes e Perspectivas. Estudos e Debates*. Nº 3, 2a. ed., Brasília, CRUB, 1987.
- . *Dados Básicos das IES Filiadas ao Conselho de Reitores*. Brasília, CRUB, 1985.
- . *Educação Brasileira*. Nºs 1 a 18, Brasília, CRUB, 1978 a 1987.
- . *Educação: Prioridade Nacional. Estudos e Debates*. Nº 6, Brasília, CRUB, 1983.
- . *Estudos e Debates*. Nº 8, Brasília, CRUB, 1983.
- . *Financiamento do Ensino Superior (Estudos Preliminares)*. Brasília, CRUB, 1980.
- . *Encontro Regional de Reitores sobre Política Científica das Universidades do Sudoeste*. Brasília, CRUB, 1978.
- . *Integração da Universidade com o Ensino de 1º e 2º Graus. Estudos e Debates*. Nº 4, Brasília, CRUB, 1980.
- . *O Estudante e o Ensino Superior*. Brasília, CRUB, 1978.
- . *Organização e Administração da Universidade Brasileira. Estudos e Debates*. Nº 5, Brasília, CRUB, 1981.
- . *O Sistema Universitário e a Sociedade Brasileira. Estudos e Debates*. Nº 1, Brasília, CRUB, 1978.

CONSELHO DE REITORES DAS UNIVERSIDADES BRASILEIRAS. *Participação da Universidade no Desenvolvimento Nacional*. Brasília, CRUB, 1979.

_____. *Política Científica e Tecnológica nas Universidades Brasileiras. Estudos e Debates*. Nº 10, Brasília, CRUB, 1985.

_____. *Reforma Universitária - Propostas e Controvérsia. Estudos e Debates*. Nº 13, Brasília, CRUB, 1987.

_____. *Regimento Interno da XXXIII Reunião Plenária do CRUB*. Brasília, CRUB, 1981.

_____. *Seminário de Avaliação da Política Científica das Universidades do Nordeste*. Brasília, CRUB, 1978.

_____. *Seminário sobre o Vestibular: Dilemas do Acesso ao Ensino Superior no Brasil*. Rio de Janeiro, Editora da PUCRJ, 1980.

_____. *Temas do Ensino Superior*. Brasília, CRUB, 1978.

_____. *Universidade/Educação/Federação - Subsídios para uma Constituinte. Estudos e Debates*. Nº 11, Brasília, CRUB/INEP, 1985.

CUNHA, Cêlio da. *Educação e Autoritarismo no Estado Novo*. S. Paulo, Cortez Editora/Autores Associados, 1981, 176 p.

CUNHA, Luiz Antônio. *A Universidade Crítica*. Rio de Janeiro, Editora Francisco Alves, 1983, 260 p.

_____. *A Universidade Temporã*. 2a. ed., Rio de Janeiro, Editora Francisco Alves, 1986, 339 p.

_____. *Educação e Desenvolvimento Social no Brasil*. Rio de Janeiro, Editora Francisco Alves, 1975, 293 p.

CUNHA, Luiz Antônio & GÖES, Moacyr de. *O Golpe na Educação*. 4a. ed., Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1987, 94 p.

CURY, Carlos Roberto Jamil. *Educação e Contradição*. São Paulo, Cortez Editora/Autores Associados, 1985, 134 p.

_____. *Ideologia e Educação Brasileira - Católicos e Liberais*. 2a. ed., Cortez Editora/Autores Associados, 1984, 201 p.

D'AVILA, José Luiz Piötto. *A Crítica da Escola Capitalista em Debate*. Petrópolis/Ijuí, Editora Vozes, 1985, 12\$ p.

DI GIORGI, Cristiano. *Escola Nova*. São Paulo, Editora Ática, 1986, 78 p.

D'IRSAY, S. *Histoire des Universités Françaises et Etrangères*. Paris, Picard, 1935.

DOTTRENS, Robert. *A Crise da Educação e seus Remédios*. Trad. Marco Aurélio de Moura Matos, Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1976, 232 p.

DRÉZE, Jacques & DEBELLE, Jean. *Concepções da Universidade*. Trad. Francisco de Assis Garcia, Fortaleza, Editora UFC, 1983, 131 p.

DRÉZE, Jacques. *L'Université dans la Société Contemporaine et le Devenir de Louvain*. *La Revue Nouvelle*, Junho 1985.

FAGUNDES, José. *Universidade e Compromisso Social*. Campinas, 1985 (mimeografado).

FÁVERO, Maria de Lourdes A. *Universidade & Poder*. Rio de Janeiro, Achiamê, 1980, 208 p.

FAZENDA, Ivani Catarina Arantes. *Educação no Brasil nos Anos 60 - O Pacto do Silêncio*. São Paulo, Edições Loyola, 1985, 126 p.

FENELON, Dêa Ribeiro. *50 Textos de História do Brasil*. São Paulo, HUCITEC, 1974, 210 p.

FLORESTAN FERNANDES. *A Questão da USP*. São Paulo, Editora Brasiliense, 1984, 117 p.

———. *A Revolução Burguesa no Brasil*. Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1975, 413 p.

———. *Educação e Sociedade no Brasil*. São Paulo, EDUSP, 1966, 614 p.

———. *Folclore e Mudança Social na Cidade de São Paulo*. Petrópolis, Editora Vozes, 1979, 2a. ed., 412 p.

———. *Universidade Brasileira: Reforma ou Revolução?* São Paulo, Editora Alfa-Omega, 1975, 271 p.

FERRY, Luc & RENAUT, Alain. *Universidade e Sistema*. Fortaleza, Editora da UFC, 1981, 70 p.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia do Oprimido*. 10a. ed., Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1981, 218 p.

FREITAG, Bárbara. *Escola, Estado e Sociedade*. 4a. ed., Editora Moraes Ltda., 1980, 142 p.

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS. *Forum Educacional*. Vol.1,4,7. Rio de Janeiro, FGV.

FURTANDO, Celso. *Formação Econômica do Brasil*. 17a. ed., Cia. Editora Nacional, 1980, 248 p.

GARCIA, Walter E. (org.). *Educação Brasileira Contemporânea: Organização e Funcionamento*. 3a. ed., Rio de Janeiro, Editora McGraw Hill do Brasil, 1981, 279 p.

GALEANO, Eduardo. *As Veias Abertas da América Latina*. Trad. Galeano de Freitas, 8a. ed., Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1979, 307 p.

GIANNOTTI, José Arthur. *A Universidade em Ritmo de Barbárie*. São Paulo, Editora Brasiliense, 1986, 113 p.

- GRACIANI, Maria Stela Santos. *O Ensino Superior no Brasil*. Petrópolis, Editora Vozes, 1982, 164 p.
- GUIMARÃES, Beatriz Maria A. & MOROSINI, Marília. *Avaliação da Reforma Universitária: Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS*. Porto Alegre, UFRGS/FEPLAM, 1980, 76 p.
- GULERPE. *Universidade Ontem, Hoje, Amanhã*. Brasília, Editora Gulerpe, 1980.
- GUSDORF, G. *L'Université en Questión*. Paris, Payot, 1964.
- HIRSCHBERGER, Johannes. *História da Filosofia Moderna*. Trad. Alexandre Correia, 2a. ed., São Paulo, Editora Herder, 1967, 434 p.
- HOFFMANN, Ricardo L. *Alienação na Universidade: Crise dos Anos 60*. Florianópolis, Editora da UFSC, 1985, 81 p.
- HORTA, José Silverio Baia. *Liberalismo, Tecocracia e Planejamento Educacional no Brasil*. São Paulo, Cortez Editora/Autores Associados, 1982, 213 p.
- IANNI, Octávio. *O Colapso do Populismo no Brasil*. 4a. ed., São Paulo, Editora Civilização Brasileira, 1978, 223 p.
- JAGUARIBE, Hêlio. *Desenvolvimento Econômico e Desenvolvimento Político*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1972, 236 p.
- JANNE, Henri (org.). *A Universidade e as Necessidades da Sociedade Contemporânea*. Trad. Ivanova S. Dias Soares, Fortaleza, Edições UFC, 1981, 163 p.
- JASPERS, K. & ROSSMANN, K. *Die Idee der Universitat*. 1980.
- KAPLAN, Marcos. *Bloqueos Sociopolíticos a la Ciencia y a la Universidad en América Latina. Deslinde: Cuadernos de Cultura Política Universitária*. México, CESU, 1981.
- KERR, Clark. *Os Usos da Universidade*. Trad. Débora Cândida D. Soares, Fortaleza, Edições UFC, 1982, 130 p.
- KONDER, Leandro. *O Que é Dialética*. São Paulo, Editora Brasileira, 2a. ed., 1981, 87 p.
- LABARCA, G. e outros. *La Educación Burguesa*. México, Editorial Nueva Imagen, 1977, 341 p.
- LAUAND, Luiz Jean. *O Que é uma Universidade?* São Paulo, Perspectiva Editora/EDUSP, 1987, 152 p.
- LAGUARDIA, Jorge Mario Garcia. *Universidad y Política en América Latina: Consideraciones Críticas. Deslinde: Cuadernos de Cultura Política Universitária*. México, CESU, 1982.
- LIBÃNEO, José Carlos. *Democratização da Escola Pública*. São Paulo, Edições Loyola, 4a. ed., 1986.
- LIMA, Danilo. *Educação, Igreja e Ideologia*. Rio de Janeiro, Editora Francisco Alves, 1978, 139 p.

- LIMA, Lauro de Oliveira. *Estórias da Educação no Brasil: de Pombal a Passarinho*. 2a. ed., Rio de Janeiro, 350 p.
- . *O impasse na Educação*. 2a. ed., Petrópolis, Editora Vozes, 1969, 382 p.
- . *Tecnologia, Educação e Democracia*. Rio de Janeiro, 2a. ed., Editora Civilização Brasileira, 1979, 202 p.
- LIMA, Domingos Gomes. *A Universidade como um Sistema*. Natal, Editora da UFRN, 1976, 53 p.
- LOPES, José Leite e outros. *O Poder e o Saber: a Universidade em Debate*. Rio de Janeiro, Editora Marco Zeto/ANDES, 1984.
- LÓPEZ, Miguel Herrera. *Anotaciones sobre Vasconcelos. Pensamiento Universitario*. Nº 50, México, CESU, 1982.
- LUKÁČZ, Georg e outros. *Temas de Ciências Humanas*. São Paulo, Livraria Editora Ciências Humanas Ltda., 1978, 171 p.
- LUSTOSA, Frei Oscar de Figueiredo. *A presença da Igreja no Brasil*. São Paulo, Editora Giro. Ltda., 1977, 100 p.
- MAGALHÃES, Juraci. Conferência pronunciada para alunos do Instituto Rio Branco. *O Estado de São Paulo*. 22/11/66.
- MANFREDI, Silvia Maria. *Educação Sindical entre o Conformismo e a Crítica*. São Paulo, Edições Loyola, 1986, 325 p.
- MANNHEIM, Karl. *Ideologia e Utopia*. 2a. ed., Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1972, 330 p.
- MARITAIN, Jacques. *Rumos da Educação*. 5a. ed., São Paulo, Editora AGIR, 1968, 306 p.
- MARTINS, Geraldo & NICOLATO, Maria Auxiliadora. *Autonomia da Universidade Brasileira: Vissitudes e Perspectivas*. *Estudos e Debates*. Nº 3, Brasília, CRUB, 1980.
- MARX, Karl & ENGELS, Friedrich. *Crítica da Educação e do Ensino*. Trad. Ana Maria Rabaça, Lisboa, Moraes Editores, 1978.
- MEIRA MATTOS, Carlos de. *Brasil. Geopolítica e Destino*. Rio de Janeiro, Livraria José Olympio Editora, 1975, 109 p.
- MELO, José Marques. (coord.). *Ideologia, Cultura e Comunicação no Brasil*. São Bernardo do Campo, IMS, 1982, 116 p.
- MILL, John Stuart. *Inaugural Address Delivered to the University of St. Andrews*. EUA, 1967.
- MINOGUE, Kenneth. *O Conceito de Universidade*. Trad. Jorge Elira Garcia Vieira, Brasília, Editora UnB, 1981, 180 p.
- MORAES, Irany Novah. *Perfil da Universidade*. São Paulo, Editora Pioneira/EDUSP, 1986, 131 p.
- MORENTE, Manuel Garcia. *Fundamentos de Filosofia - Lições Preliminares*. Trad. Guilherme de la Cruz Coronado. 4a. ed. São Paulo, Editora Mestre Jou, 1970, 320 p.

- MOTA, Carlos Guilherme (org.). *Brasil em Perspectiva*. 3a.ed. São Paulo, Difusão Européia do Livro, 1971, 367 p.
- NAGLE, Jorge. *Educação e Sociedade na Primeira República*. Rio de Janeiro, EPU/MEC, 1976, 400 p.
- NAPOLEON. *Vues Politiques*. Paris, Fayard, 1939.
- OLIVEIRA, Betty Antunes de. *O Estado Autoritário Brasileiro e o Ensino Superior*. 2a. ed., São Paulo, Cortez Editora/Autores Associados, 1981, 111 p.
- ORTEGA y GASSET. *Misión de la Universidad*. Madrid, Editorial Alianza S.A., 1982, 238 p.
- OLMEDO, Cuauhtémoc Valdés. Sobre las Responsabilidades de la Universidad. *Pensamiento Universitario*. Nº 58, México., CESU, 1982.
- OTTO, Richard. Sobre la Naturaleza Profesionalizante de la Universidad. *Pensamiento Universitario*. Nº 56, México, CESU, 1982.
- PADOVANI, Umberto & CASTAGNOLA, Luís. *História da Filosofia*. São Paulo, Edições Melhoramentos, 1981, 13a. ed., 587 p.
- PAIM, Antonio. *Os Novos Caminhos da Universidade*. Fortaleza, Editora da UFC, 1981, 75 p.
- PAOLI, Niuvenius Junqueira. *Ideologia e Hegemonia - As Condições da Produção da Educação*. São Paulo, Cortez Editora/Autores Associados, 2a. ed., 1981, 103 p.
- PASOLD, César Luiz. *O Estado e a Educação*. Florianópolis, Editora Lunardelli, 1980, 68 p.
- PENHA, João da. *O Que é Existencialismo*. São Paulo, Editora Brasiliense, 1982, 117 p.
- PEREIRA, Luiz. *Estudos sobre o Brasil Contemporâneo*. São Paulo, Livraria Pioneira Editora, 1971, 219 p.
- PESSOA, Reynaldo Carneiro. *A Idéia Republicana no Brasil Através dos Tempos*. São Paulo, Editora Alfa-Ômega, 1973, 176 p.
- PIMENTA, Aluisio. *Universidade: A Destruição de uma Experiência Democrática*. Petrópolis, Editora Vozes, 1984, 127p.
- PINTO, Álvaro Vieira. *A Questão da Universidade*. São Paulo, Cortez Editora/Autores Associados, 1986, 102 p.
- _____. *Ciência e Existência*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1969, 537 p.
- PINTO, Georges Frédéric Mirault. Caracterização do Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras como Poder Intermediário. *Estudos e Debates*. Nº 7, Brasília, CRUB, 1983.
- PRADO Jr., Caio. *A Revolução Brasileira*. 2a. ed., São Paulo, Editora Brasiliense, 1966, 332 p.

PRADO Jr., Caio. *Evolução Política do Brasil e Outros Estudos*. 4a. ed., São Paulo, Editora Brasiliense, 1963, 264 p.

———. *História Econômica do Brasil*. 34a. ed., São Paulo, Editora Brasiliense, 1986, 364 p.

PRANDI, Reginaldo. *Os Favoritos Degradados*. São Paulo, Edições Loyola, 1982, 135 p.

REZENDE, Antonio Muniz de. *O Saber e o Poder na Universidade: Dominação ou Serviço?* 2a. ed., São Paulo, Cortez Editora/Autores Associados, 1983, 33 p.

RIBEIRO, Darcy. *A Universidade Necessária*. 2a. Ed., Rio de Janeiro, 1975, 313 p.

———. *La Universidad Latinoamericana*. 2a. ed., Caracas/Venezuela, Ediciones La Biblioteca, 1971, 185 p.

———. *Os Brasileiros. Livro I - Teoria do Brasil*. 4a. ed., Petrópolis, Editora Vozes, 1978, 177 p.

RIBEIRO Jr., João. *O Que é Positivismo*. São Paulo, Editora Brasiliense, 1982, 77 p.

RIBEIRO, Maria Luíza S. *História da Educação Brasileira. A Organização Escolar*. 3a. ed., São Paulo, Moraes Editores, 1981, 166 p.

RICH, John Martin. *Bases Humanísticas da Educação*. Trad. Fernando de Castro Ferro, Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1975, 365 p.

ROCHA, Hilton. *Acertos e Desacertos da Reforma Universitária*. Fortaleza, Editora da UFC, 1979, 59 p.

RODRIGUES, Carlos Alberto Martins (elaborador). *Autarquia - Conceito e Características*. Fortaleza, Editora UFC, 1981, 83 p.

RODRIGUES, Neidson. *Estado, Educação e Desenvolvimento Econômico*. 2a. ed., São Paulo, Cortez Editora/Autores Associados, 1984, 154 p.

———. *Por uma Nova Escola - O Transitório e o Permanente na Educação*. São Paulo, Cortez Editora/Autores Associados, 1985, 120 p.

ROMANO, Roberto. *Corpo e Cristal: Marx Romântico*. Rio de Janeiro, Editora Guanabara, 1985, 186 p.

ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. *História da Educação no Brasil*. 9a. ed., Petrópolis, Editora Vozes, 1987, 267 p.

ROSSI, Wagner G. *Capitalismo e Educação*. 2a. ed., Editora Moraes, 1980, 160.

———. *Pedagogia do Trabalho - Caminhos da Educação Socialista*. São Paulo, Editora Moraes, 1982, 165 p.

SANDER, Breno. *Educação Brasileira: Valores Formais e Valores Reais*. São Paulo, Livraria Pioneira Editora, 1977.

- SANCHO, Cláudia Schilling. *Como se Coloca a Direita no Poder - Os Protagonistas*. São Paulo, Editora Global, 1979.
- SANFELICE, José Luís. *Movimento Estudantil. A UNE na Resistência ao Golpe de 64*. São Paulo, Cortez Editora/Autores Associados, 1986.
- SÃ, Nicanor Palhares. *Política Educacional e Populismo no Brasil*. São Paulo, Cortez e Moraes, 1979.
- SANTOS, Laymert Garcia dos. *Desregulagens. Educação, Planejamento e Tecnologia como Ferramenta Social*. São Paulo, Editora Brasiliense, 1981.
- SEARS, Jesse B. *A Natureza do Processo Administrativo*. Trad: Lady Lina Traldi, São Paulo, Livraria Pioneira Editora / EDUSP, 1966.
- SERRA, José (coord.). *América Latina - Ensaios de Interpretação Econômica*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1976.
- SEVERINO, Antonio Joaquim. *Educação, Ideologia e Contra-Ideologia*. São Paulo, EPU, 1986, 106 p.
- _____. *Metodologia do Trabalho Científico*. 14a. ed., S. Paulo, Cortez Editora/Autores Associados, 1986, 237 p.
- SILVA, Golbery do Couto e. *Conjuntura Política Nacional. O Poder Executivo & Geopolítica do Brasil*. Rio de Janeiro, Livraria José Olympio Editora, 3a. ed., 1981.
- SKIDMORE, Thomas. *Brasil. De Getúlio Vargas a Castelo Branco (1930-1964)*. Rio de Janeiro, SAGA, 2a. ed., 1969.
- SNOW, C. P. *Discurso proferido no Banquete do 110º Aniversário da Universidade de Washington*. St. Louis, EUA, 24/02/83.
- SNYDERS, George. *Escola, Classe e Luta de Classes*. Trad. Maria Helena Albanan, 2a. ed., Lisboa, Moraes Editores, 1981.
- SODRÉ, Nelson Werneck. *Formação Histórica do Brasil*. São Paulo, 8a. ed., Editora Brasiliense, 1973.
- SORIA N., Oscar. *Educación Superior en América Latina*. México, IASEI, 1982 (mimeografado).
- SOUSA, Edson Machado de. *Crises & Desafios no Ensino Superior do Brasil*. Fortaleza, Editora da UFC, 1980.
- SOUSA, José Newton A. *Perspectivas Cristãs da Universidade (Consciência e Testemunho)*. Salvador, Editora ODEAM Ltda, 1986.
- SOUZA, Maria Inêz Salgado de. *Os Empresários e a Educação*. Petrópolis, Editora Vozes, 1981.
- STEGER, Hanns Albert. *As Universidades no Desenvolvimento Social da América Latina*. Rio de Janeiro, Edições Tempo Brasileiro Ltda., 1970.

STEGER, Hanns Albert. *História do Desenvolvimento Intelectual da Guatemala - Época Colonial*. Tomo I, Editora do Ministério da Educação Pública da Guatemala.

SUCHODOLSKI, Bogdan. *A Pedagogia e as Grandes Correntes Filosóficas*. Lisboa, Livros Horizonte, 1978.

SUCUPIRA, Nelson. *Universidade e Ciência*. Fortaleza, Editora da UFC, 1975.

TRAGTENBERG, Maurício. *Bucocracia e Ideologia*. São Paulo, Editora Ática, 1980.

_____. *Sobre Educação, Política e Sindicalismo*. São Paulo, Cortez Editora/Autores Associados, 1982.

TEIXEIRA, Anísio Spínola. *Educação é um Direito*. São Paulo, Editora Nacional, 1967.

_____. *Educação Não é Privilégio*. 2a. ed., São Paulo, Editora Nacional, 1967.

_____. *Educação no Brasil*. 2a. ed., São Paulo, Editora Nacional, 1976.

TEIXEIRA, Mirene Mota Santos. *O Significado Pedagógico da Obra de Anísio Teixeira*. São Paulo, Edições Loyola, 1985.

TOBIAS, José Antonio. *História da Educação Brasileira*. 2a. ed., São Paulo, Editora Juriscredi Ltda., 1976.

_____. *Universidade. Humanismo ou Técnica?* São Paulo, Editora Herder, 1969.

TORRICO, Huáscar Taborga. *Objetivos y Políticas Universitarias. Deslinde: Cuadernos de Cultura Política Universitaria*. Mexico, CESU, 1981.

UNIÓN DE UNIVERSIDADES DE AMÉRICA LATINA. *Universidades*. N.ºs 30, 73, 80, 87, 90, México, UDUAL.

VALLÉNILLA, Ernesto Mayz. *El Ocaso de las Universidades*. Caracas/Venezuela, Monte Avila Ed., 1984.

VÁRIOS AUTORES. *A Educação Nas Mensagens Presidenciais*. Brasília, MEC/INEP, 1987.

VÁRIOS AUTORES. *A Universidade Brasileira dos Anos 80*. Fortaleza, Editora da UFC, 1981.

VÁRIOS AUTORES. *A Universidade em Debate*. Rio de Janeiro, Editora Marco Zero/ANDES, 1984.

VÁRIOS AUTORES. *Mensagem das Instituições Particulares de Ensino ao Poder Executivo*. Rio de Janeiro, 1977.

VÁRIOS AUTORES. *Universidade e Sociedade. Diálogo*. N.º 13, Rio de Janeiro, Consulado Geral dos Estados Unidos da América, 1980.

VÁSQUEZ, Adolfo Sánchez. *Filosofia da Práxis*. Trad. Luiz F. Cardoso, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1968.

- VIEIRA, Sofia Lerche. *O Discurso da Reforma Universitária*. Fortaleza, Editora da UFC, 1982.
- WARDE, Mirian Jorge. *Educação e Estrutura Social*. 2a. ed., Cortez & Moraes, São Paulo, 1979.
- WERNECK, Vera Rudge. *A Ideologia na Educação*. Petrópolis, Editora Vozes, 1982.
- WHITEHEAD, A.N. *The aims of Education*. Londres, Williams and Norgate, 1929.
- ZAID, Gabriel. *El Progreso Improductivo*. México, Editora siglo XXI, 1979.